



FERNANDO AUGUSTO BIZZARRO NETO

**“PMDB: organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)”**

Campinas

2013

i





UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

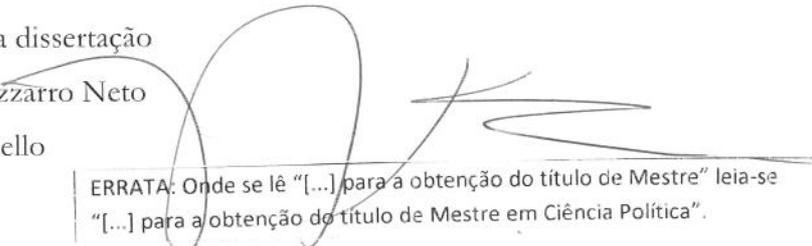
FERNANDO AUGUSTO BIZZARRO NETO

**PMDB: organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

**Orientador: Profa. Dra. Rachel Meneguello**

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida pelo aluno Fernando Augusto Bizzarro Neto e orientada pela Profa. Dra. Rachel Meneguello



ERRATA: Onde se lê "[...] para a obtenção do título de Mestre" leia-se "[...] para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política".

CAMPINAS  
2013

Profa. Dra. Fátima Regina Rodrigues Évora  
Coordenadora da Comissão de  
Pós-Graduação / IFCH / UNICAMP  
Matrícula: 174947

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

B551p Bizarro Neto, Fernando Augusto, 1989-  
PMDB : organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010) / Fernando Augusto Bizarro Neto. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Rachel Meneguello.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Partido do Movimento Democrático Brasileiro. 2. Partidos Políticos. 3. Eleições - São Paulo (SP). I. Meneguello, Rachel, 1958-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em inglês:** PMDB : organization and development in São Paulo (1994-2010)

**Palavras-chave em inglês:**

Party of the Brazilian Democratic Movement

Political Parties

Elections - Sao Paulo (SP)

**Área de concentração:** Ciência Política

**Titulação:** Mestre em Ciência Política

**Banca examinadora:**

Rachel Meneguello [Orientador]

Maria do Socorro Sousa Braga

Oswaldo Martins Estanislau do Amaral

**Data de defesa:** 04-07-2013

**Programa de Pós-Graduação:** Ciência Política



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 04 de julho de 2013, considerou o candidato FERNANDO AUGUSTO BIZZARRO NETO aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rachel Meneguello (orientadora)

UNICAMP

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga

UFSCAR

Prof. Dr. Oswaldo Martins Estanislau do Amaral

UNICAMP

Suplentes

Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro

UFSCAR

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

UNICAMP

501.201320167



Para meus pais, Marcia e Lula, que me fizeram homem.

Para Rachel que me fez cientista político.



## Agradecimentos

Esse texto só existe enquanto tal pela imensa generosidade das pessoas e instituições que durante a pesquisa estiveram comigo nessa trajetória.

A Capes e a FAPESP forneceram o auxílio à pesquisa que permitiu a plena realização desse mestrado. A FAPESP forneceu também as condições para que eu levasse essa pesquisa para além da minha instituição de origem, fazendo com que Quércia e o PMDB paulista fossem assunto de debate nos salões da academia americana, ao me fornecer uma Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior para o The Hellen Kellogg Institute of International Studies, da University of Notre Dame.

Em particular, devo muito à Rachel Meneguello, a mais brilhante de todas as orientadoras. É impossível expressar o tamanho da minha gratidão e admiração por Rachel, a qual me pegou pela mão ainda no primeiro semestre da graduação e investiu uma larga parte de sua paciência e tempo para me ajudar a trilhar a primeira parte do caminho que tem me levado a realizar os meus sonhos. Sem ela não haveria nada. Com ela foi possível chegar mais longe do que jamais imaginei.

Como Rachel, meus pais, Marcia e Luís Fernando, meu irmão, Rafael, e Thaís são fundamentais. Foram o apoio e a razão de todo o meu esforço. Um esforço que não é nada em comparação ao esforço de todos eles por mim.

Além destes, a realização dessa pesquisa só foi possível pela colaboração generosa de pessoas como Scott Mainwaring, formalmente responsável por meu estágio no Kellogg Institute e informalmente responsável por me ajudar a voar mais longe. Ao Kellogg e sua comunidade meu agradecimento é interminável. Foram minha casa e minha família quando casa e família encontravam-se a milhares de quilômetros de distância.

O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP foi o ambiente intelectual em que me formei. O IFCH cumpriu magnificamente seu papel, me formando como pesquisador e me abrindo os olhos para olhar o mundo. Deixo essa casa com o compromisso de trabalhar pelo conhecimento que aqui se produz e pela democracia que outros filhos desse instituto lutaram para recuperar 30 anos atrás.

Essas instituições só existem e marcam a minha vida pelas pessoas que nela encontrei e pelas experiências que me proporcionaram. O IFCH me deu o Polbras e os amigos que nele eu encontrava, especialmente Vítor Sandes-Freitas, parceiro intelectual na empolgação por aquilo que fazemos todo dia. Notre Dame e o Kellogg me abriram as portas do Measuring Democracy Working Group e do Comparative Studies Working Group, onde novos e grandes amigos foram feitos. Em

todos esses espaços essa pesquisa foi debatida e os colegas, cada um a sua maneira, me ajudaram a escrever esse texto.

Aos professores que encontrei pelo caminho, Bruno Speck, Guillermo Trejo, Maria do Socorro Braga, Michael Coppedge e Valeriano Mendes Ferreira da Costa, agradeço em meu nome e em nome de Rachel, já que todos me ensinaram algo nesse caminho, fazendo a tarefa de levar essa pesquisa a cabo um esforço em que vários especialistas colaboraram. Outros professores e colegas, da UNICAMP ou de fora, que comigo debateram essa pesquisa foram igualmente fundamentais e agradeço-lhes a todos. Agradeço particularmente Milena de Paula Moreira que me ajudou a preparar um posfácio aos 45 minutos do segundo tempo para esse texto.

Pesquisa acadêmica, contudo, não se faz só com professores e alunos. Funcionários dessas instituições trabalham duro para que o conhecimento avance. Nessa jornada, Priscila Gartier da Pós em Ciência Política, Laís Cardoso do CESOP e Denise Wright do Kellogg Institute foram instrumentais para que tudo desse certo.

Leila Gomes e Valéria Lossani pela Fundação Ulysses forneceram informações, contatos e documentos sem os quais a história do PMDB paulista que retomamos aqui se perderia. Seu esforço em preservá-los e sua disponibilidade garantiram para essa pesquisa condições excelentes de mergulhar na trajetória organizacional de um partido político. Da mesma forma, funcionários do Tribunal Superior Eleitoral em Brasília e do Tribunal Regional Eleitoral em São Paulo colaboraram para que dados que o partido havia perdido, fossem recuperados em seus arquivos para a reconstituição da trajetória institucional que analisamos.

Finalmente, agradeço aos meus entrevistados. Sem eles eu não teria entendido nuances sutis nem grandes projetos. Seu envolvimento pessoal com a história e sua capacidade de analisar e entender os processos que se desenrolam sob seus olhos trouxeram para essa pesquisa a “liga” entre documentos, resultados eleitorais e dados organizacionais que nos esforçamos para compreender. Alda Marco Antônio, Antônio Roque Citadini, Célia Soibelman Melhem, Emerson Leal, Gilda Portugal Gouveia e Moacir de Freitas Júnior são alguns dos autores da história coletiva de levar adiante um partido político que busquei compreender.

## **Resumo**

Essa pesquisa é um estudo de caso da trajetória do PMDB em São Paulo entre 1994 e 2010. Seu objetivo é compreender as características organizativas básicas do partido e de sua liderança estadual principal, Orestes Quércia, simultaneamente ao intenso declínio eleitoral do PMDB-SP no período. Assumindo que partidos políticos são instituições históricas, nas quais a organização e a ação de elites políticas respondem a interesses, incentivos institucionais e contexto histórico-social sob limites impostos por suas trajetórias, analisamos dados eleitorais e organizacionais, entrevistas, documentos partidários e de fontes secundárias. Demonstramos que a força e centralidade de suas organizações locais tanto para a dinâmica partidária quanto para seu desempenho eleitoral, associadas com o partido desde sua fundação e institucionalização nas décadas de 60 e 70, e a herança do passado emedebista marcam a instituição no período estudado. O quercismo, grupo de elites partidárias liderado por Orestes Quércia, nutre-se dessa estrutura e faz dela a base de sua sobrevivência. Contudo, essa continuidade também foi decisiva para o declínio eleitoral do partido observado nas últimas décadas no estado. As mudanças na configuração da política paulista, o aumento da competitividade e a “presidencialização” da política estadual produziram um realinhamento do sistema eleitoral-partidário para o qual a máquina política organizada pelo PMDB paulista, concentrada na política local, não era adequada para continuar a vencer eleições.



## **Abstract**

This research is a case study of the trajectory of the PMDB in São Paulo between 1994 and 2010. Its goal is to understand the party's basic organizational features and its main state leadership, Orestes Quercia, simultaneously to the intense electoral decline PMDB-SP suffered in the period. Assuming that political parties are historical institutions, in which the organization and action of political elites respond to interests, institutional incentives and socio-historical context under limits imposed by their trajectory, this dissertation analyzes electoral and organizational data, interviews, party documents and secondary sources. It demonstrates that the strength and centrality of local organizations for both the party dynamics and its electoral performance, associated with the party since its foundation and institutionalization in the 60s and 70s, and the legacy of the emedebista past mark the institution during the period under scrutiny. The quercismo, group of party elites led by Orestes Quercia, nourished by this structure and made it the basis of its survival. However, this continuity was also crucial to the party's electoral decline observed in recent decades in the state. Changes in the configuration of paulista politics, increased competitiveness and the "presidentialization" of state politics produced a realignment of the electoral-party system to which the political machine organized by the PMDB of São Paulo, concentrated in local politics, was not adequate to keep winning elections.



## Sumário

Capítulo 1. O que sabemos sobre o PMDB	23
Introdução	23
O que sabemos sobre o PMDB	26
Antecedentes: A história da regional paulista	31
O PMDB a partir de 1986	39
Trajetórias partidárias do PMDB em São Paulo	46
Capítulo 2. Uma teoria para o PMDB?	51
Capítulo 3. Trajetórias partidárias	61
O PMDB paulista nos anos 80	61
O declínio e o descompasso: trajetória eleitoral a partir de 1990	68
As bases de uma máquina política local	82
Mudanças na política paulista	97
Capítulo 4. A organização partidária	103
Características organizativas gerais	113
Recrutamento e continuidade organizativa	120
Capítulo 5. Os caminhos do PMDB-SP e do quercismo	133
O PMDB e a competição eleitoral	148
Conclusão	157
Posfácio: O PMDB paulista depois de Quércia	163
Desempenho eleitoral em 2012	167
Bibliografia	173
ANEXO A – Tabelas e mapa complementares	185
ANEXO B – Entrevistas realizadas	199



## Lista de Gráficos

Gráfico 1. Resultados para eleições nacionais - 1966-1982 (%)	28
Gráfico 2. Evolução do Bipartidarismo em São Paulo - Câmara - 1966-1982 (%)	32
Gráfico 3 - Evolução do Bipartidarismo em São Paulo por região - Senado - 1970-1982	33
Gráfico 4 - Resultados eleitorais nacionais do PMDB 1986-2010 (% de votos)	40
Gráfico 5 - Comparação entre resultados eleitorais do PMDB nacionais e em São Paulo - Câmara dos Deputados - 1982-2010 (%)	42
Gráfico 6. Resultados do PMDB por Estado - Câmara dos Deputados - 2010 (%)	43
Gráfico 7. Tipo de organização local dos principais partidos em São Paulo (% do total de municípios do estado) - outubro 2010	45
Gráfico 8. Distribuição de votos do PMDB (Governador) em 1982 e 1986 por tamanho do município (% de votos)	64
Gráfico 9. Distribuição dos votos do PMDB (prefeito) por tamanho do município - 1976-1982 (%)	66
Gráfico 10. Resultados Eleitorais do PMDB em São Paulo - Eleições Estaduais - 1982-2010 (% votos)	71
Gráfico 11. Resultados Eleitorais do PMDB em São Paulo - Prefeituras - 1982-2008 (% votos)	71
Gráfico 12. Candidatos eleitos pelo PMDB em São Paulo - 1986-2010 (% do total de eleitos)	72
Gráfico 13. Prefeitos eleitos por Partido (%) 1988-2008	101
Gráfico 14. Organizações locais do PMDB-SP (2001-2010)	114
Gráfico 15. Receitas do Diretório Estadual do PMDB - 1997-2006	118
Gráfico 16. Despesas do PMDB-SP - 1998-2006	119



## **Lista de Mapas**

Mapa 1. Mapa de Dispersão (Desvio-Padrão) em relação à média dos votos do PMDB – Dep. Est. 1994	87
Mapa 2. Mapa de Dispersão (Desvio-Padrão) em relação à média dos votos do PMDB – Dep. Est. 1998	87
Mapa 3. Mapa de Dispersão (Desvio-Padrão) em relação à média dos votos do PMDB – Dep. Est. 2002	87
Mapa 4. Mapa de Dispersão (Desvio-Padrão) em relação à média dos votos do PMDB – Dep. Est. 2006	87
Mapa 5. Mapa de Dispersão (Desvio-Padrão) em relação à média dos votos do PMDB – Dep. Est. 2010	88
Mapa 6. Mapa de Dispersão (Desvio-Padrão) em relação à média dos votos do PMDB – Prefeituras 1992	88
Mapa 7. Mapa de Dispersão (Desvio-Padrão) em relação à média dos votos do PMDB – Prefeituras 1996	88
Mapa 8. Mapa de Dispersão (Desvio-Padrão) em relação à média dos votos do PMDB – Prefeituras 2000	88
Mapa 9. Mapa de Dispersão (Desvio-Padrão) em relação à média dos votos do PMDB – Prefeituras 2004	89
Mapa 10. Mapa de Dispersão (Desvio-Padrão) em relação à média dos votos do PMDB – Prefeituras 2008	89
Mapa 11. Mapa de Indicadores de LISA para os votos do PMDB – Deputado Estadual (1994)	92
Mapa 12. Mapa de Indicadores de LISA para os votos do PMDB – Deputado Estadual (1998)	92
Mapa 13. Mapa de Indicadores de LISA para os votos do PMDB – Deputado Estadual (2002)	92
Mapa 14. Mapa de Indicadores de LISA para os votos do PMDB – Deputado Estadual (2006)	92
Mapa 15. Mapa de Indicadores de LISA para os votos do PMDB – Deputado Estadual (2010)	93

Mapa 16. Mapa de Indicadores de LISA para os votos do PMDB – Prefeito (1992)	93
Mapa 17. Mapa de Indicadores de LISA para os votos do PMDB – Prefeito (1996)	93
Mapa 18. Mapa de Indicadores de LISA para os votos do PMDB – Prefeito (2000)	93
Mapa 19. Mapa de Indicadores de LISA para os votos do PMDB – Prefeito (2004)	94
Mapa 20. Mapa de Indicadores de LISA para os votos do PMDB – Prefeito (2008)	94

## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Correlações r de Pearson entre variação dos votos do PMDB (Senado) entre 1982 e 1978 e votação dos demais partidos	34
Tabela 2 - Movimentação de candidatos no período 1986-1996	35
Tabela 3 – Votação percentual para a Câmara dos Deputados (1986-2010)	41
Tabela 4 - Governadores Eleitos por Partido (1990-2010).	41
Tabela 5. Municípios onde o MDB / PMDB lançou candidatos (%)	44
Tabela 6 – Votação do PMDB – Senado – por faixa populacional – 1974-1986 (%)	62
Tabela 7. Votação percentual do PMDB (Senado) por Região Administrativa	63
Tabela 8. Votação percentual PMDB (Governador) por Região Administrativa – 1982-1986	65
Tabela 9. Votação percentual do PMDB por Região Administrativa – 1976-1988	66
Tabela 10. Número de prefeitos eleitos pelo PMDB por faixa do eleitorado – 1976-1988 (% / n)	67
Tabela 11. Resultado das eleições para o Gov. Est. 1990 por tamanho do município (%)	69
Tabela 12. Votação percentual dos candidatos do PMDB por tamanho do município (1994-2010)	74
Tabela 13. Comparação dos resultados dos partidos entre eleições estaduais e municipais – 1994-2010 (% de votos)	78
Tabela 14. Votação percentual do PMDB por Região Administrativa (1994-2010)	80
Tabela 15 – Indicadores de Autocorrelação Espacial Moran I entre eleições para Deputado Estadual e demais pleitos.	85
Tabela 16 – Valores do Índice Moran I para o PMDB-SP nas disputas para Prefeituras e Assembleia Legislativa (1990-2010)	85
Tabela 17. Indicadores de competição política – Legislativo estadual	97
Tabela 18. Votação PSDB e PT para o governo do Estado em comparação com os demais (1982-2010)	99
Tabela 19. Votação para a Assembleia Legislativa (1982-2010)	100
Tabela 20. Votação para a Câmara dos Deputados (1982-2010)	100
Tabela 21. Filiados ao PMDB entre 1988 e 2010	115
Tabela 22. Média de Filiados por Município por Região Administrativa 2002-2010 (% do	116

total de eleitores)	
Tabela 23. Tempo médio de filiação dos candidatos	122
Tabela 24. Origem regional dos membros da Comissão Executiva 1986-2010 (%)	123
Tabela 25. Cargo ocupado por membros da Comissão Executiva (1986-2011).	125
Tabela 26. Tempo de filiação dos membros da Comissão Executiva (1986-2011)	126
Tabela 27 - Eficiência na eleição por partido - Prefeituras (1992-2008)	128
Tabela 28 - Eficiência na eleição por partido - Deputados Estaduais (1994-2010)	128
Tabela 29. Distribuição de votos para Governador em São Paulo por coligação (1º turno) - 1990-2010	151
Tabela 30. Coligações para Deputado Federal e Estadual em São Paulo - 1990-2010	153
Tabela 31. Coligações em eleições municipais entre os partidos em São Paulo – 2000- 2008 (% do total de candidatos).	155
Tabela 32. Partidos pelos quais os candidatos do PMDB em 2012, filiados ao partido em 2011, se candidataram em 2008.	167
Tabela 33. Lançamento de candidatos pelo PMDB em eleições municipais (2008-2012)	168
Tabela 34. Candidatos lançados pelo PMDB por faixa do eleitorado nas eleições municipais (2008-2012)	168
Tabela 35. Participação dos municípios de cada faixa de eleitorado no total de candidatos do PMDB-SP (2008-2012)	169
Tabela 36. Votos obtidos pelo PMDB-SP em eleições municipais (2008-2012)	169
Tabela 37. Votação percentual do PMDB-SP por Região Administrativa nas eleições municipais (2008-2012)	170
Tabela 38. Coligações entre o PMDB e os principais partidos nas eleições municipais de 2012 (número de cidades e % do total de coligações peemebedebistas)	172

## Capítulo 1. O que sabemos sobre o PMDB

### *Introdução*

A discussão sobre a “força” dos partidos brasileiros é um dos principais debates da literatura em ciência política no país desde a redemocratização. Ainda que tenhamos atingido um novo estágio nas discussões, superando o pessimismo da fase inicial e relativizando o otimismo da segunda fase<sup>1</sup>, persistem importantes lacunas na literatura.

Se por um lado as análises são inconclusivas no que tange à plena compreensão do desempenho dos partidos políticos no cumprimento de sua função mediadora entre eleitores e sistema político<sup>2</sup> e se por outro a literatura têm apontado para um papel importante dos partidos na estruturação do jogo político na arena governamental (MENEGUELLO, 1998; FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, 2002, 2007; LYNE, 2005; HAGOPIAN; GERVASONI ; MORAES, 2009; POWER; ZUCCO JR, 2009, MELO; CÂMARA, 2012), resta uma terceira dimensão tradicional na análise dos partidos que é relativamente pouco explorada no caso brasileiro: a dimensão organizacional<sup>3</sup>.

São poucos os casos de estudos aprofundados da forma como alguns partidos se organizam e dentre esses poucos, a maior parte acaba por concentrar-se no estudo das organizações à esquerda do espectro político (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000). Essa relativa ausência de evidências empíricas e testes sistemáticos dos modelos de organização dos partidos no país – particularmente dos partidos ao centro e à direita do espectro – não tem impedido, contudo, que os acadêmicos brasileiros reproduzam diferentes dimensões de um argumento que aponta a “fragilidade” organizativa dos partidos no Brasil.

Para ficarmos com um dos exemplos mais recentes, Melo e Câmara (2012) afirmam que o “governismo” de PMDB, PP, PTB e PR no plano federal “‘revela’ *o que já sabemos* – que a maioria dos partidos brasileiros têm dificuldade para sobreviver sem os preciosos recursos provenientes do governo federal” (MELO; CÂMARA, 2012, p.104, grifo nosso). Não há uma única referência a um estudo empírico que comprove “o que já sabemos”. A pergunta é: sabemos isso de fato?

---

<sup>1</sup> Para uma revisão dessas “fases” na literatura ver Melo (2007), Power (2010) e Melo e Câmara (2012).

<sup>2</sup> Para usar dois exemplos recentes: Braga e Pimentel Jr. (2011), usando dados do ESEB, concluem que “partidos políticos importam para explicar o comportamento dos eleitores brasileiros e, portanto, para a estruturação do sistema partidário contemporâneo” (BRAGA; PIMENTEL JR, 2011, p.297); Paiva e Tarouco (2011), usando diferentes dados da mesma pesquisa concluem o oposto: “O que os dados do ESEB 2010 mostram é que os partidos não afetam o comportamento individual do eleitor” (PAIVA; TAROUCO, 2011, p.447).

<sup>3</sup> Essa tripartição da compreensão dos partidos é tradicional na literatura (KEY JR, 1964; KATZ; MAIR, 1994).

Esse estudo busca colaborar na iluminação dessa questão. Como um partido político se organiza, quais recursos mobiliza, como ocupa o território, quais os candidatos, as elites e os membros que seleciona, como soluciona as disputas internas são questões centrais da compreensão da organização dos partidos em qualquer contexto democrático<sup>4</sup> e oferecem importantes evidências para a compreensão global do fenômeno partidário brasileiro.

Para compreender esse fenômeno, desenvolvemos um estudo de caso da trajetória do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em São Paulo entre 1994 e 2010. Trata-se de um partido com um grande número de filiados, organizado em praticamente todos os municípios do estado, com uma tradição de participar em eleições em todos os níveis da competição estadual e parte de uma das mais importantes agremiações partidárias nacionais.

Especialmente, oferece uma oportunidade fundamental de entender a organização de partidos em longo prazo no país. Fundado em 1966 para abrigar a oposição institucional ao regime, o PMDB tem 47 anos de história e desde a década de 80 foi apontado como um partido em vias de se institucionalizar (KINZO, 1988). Sua compreensão no período democrático contemporâneo permite analisar mudanças e continuidades na forma como partidos se organizaram sob o autoritarismo e sob a democracia.

Finalmente, o caso do PMDB paulista permite testar afirmações como a de Melo e Câmara (2012) citada acima ou mesmo aquelas que apontam o partido como uma máquina eleitoral, *catch-all*, dependente do sucesso eleitoral de seus candidatos para sua sobrevivência (como, por exemplo, Ferreira [2002] caracteriza o partido). Em 1994 o partido perde as eleições para o governo estadual e passa a atuar na oposição, sem acesso direto aos recursos estatais. Essa derrota está inserida em uma trajetória de declínio de seu apoio eleitoral iniciada em 1986 que só faz se intensificar nos anos seguintes. Nesse sentido, se os partidos dependem do estado e de vitórias eleitorais para sobreviver, o caso peemedebista em São Paulo põe à prova essa expectativa.

A análise da organização do PMDB em São Paulo nos levou a duas outras discussões que serão exploradas nesse texto. Por um lado, buscaremos aprofundar a compreensão da dinâmica competitiva eleitoral paulista, para delinear as mudanças no ambiente de competição no qual o PMDB se inseriu no período democrático contemporâneo. A substituição do bipartidarismo pelo multipartidarismo fragmentado a partir de meados da década de 1980 e a “presidencialização” da

---

<sup>4</sup> Para grandes revisões das mais variadas dimensões da análise organizacional dos partidos ver, por exemplo, Crotty (1968), Lawson (1994) e Katz e Crotty (2006).

política paulista (MENEGUELLO; BIZZARRO NETO, 2012) são elementos centrais dessa compreensão.

A segunda discussão que empreenderemos é a análise aprofundada do “quercismo” como grupo interno ao PMDB em São Paulo. Dominante sobre a organização durante todo o período, o grupo associado ao ex-governador Orestes Quércia emerge como a chave para entender as opções de inserção eleitoral do PMDB, suas condições de sobrevivência no contexto recente e diversas dimensões da organização observadas nesse estudo.

As conclusões que seguem apontam que o PMDB em São Paulo manteve pelo menos até 2010 muitas das características de sua organização observados pela literatura que analisou o partido sob a ditadura e durante a transição (KINZO, 1988; MELHEM, 1998) e manteve em grande medida a “força” de sua organização.

O partido continuou a ter uma vocação “localista”, concentrando sua atuação nas disputas locais e enfatizando a manutenção de uma ampla estrutura partidária em praticamente todos os municípios do estado. As elites que recruta e os candidatos que lança no período recente são também semelhantes àqueles que participaram da vida partidária no período anterior e a forma pela qual o partido ocupa o território paulista é também semelhante àquela que historicamente tem caracterizado o “quercismo”, focada no interior e com especial destaque para a região de origem das suas principais lideranças.

Essas características organizacionais foram fundamentais para a manutenção do papel predominante do quercismo sobre a organização, já que foi sobre essas bases e pela utilização dessa estrutura partidária que Orestes Quércia construiu sua predominância. Contudo, essa estrutura partidária minou as possibilidades de sobrevivência eleitoral da sigla em um momento em que a reorganização do sistema partidário após 1985 aumentou significativamente a competição e fragmentação do sistema.

Aliada a isso, a “presidencialização” da política estadual enfraqueceu o papel que as disputas políticas locais tinham para determinar o espaço que cada partido ocupava no sistema político do estado. Enquanto a política local ocupou papel de destaque – sob a ditadura – o PMDB construiu as bases de sua predominância sobre a política paulista. Com a transição política e a centralidade do PMDB no processo, principal opositor ao regime militar, o partido pode então vencer todas as eleições estaduais entre 1982 e 1990.

A superação da agenda da transição e a instalação de uma nova lógica de competição estadual, associada à disputa presidencial deixaram o PMDB “deslocado”, com uma organização

fortemente voltada para a política local e que em parte mobilizava a herança da luta contra a ditadura para disputar uma competição presidencializada que superou a oposição entre autoritarismo e democracia e se estruturou em torno de uma nova disputa estabelecida toda ela sob o marco do regime democrático.

Nesse sentido, a manutenção dos padrões de organização do PMDB até 2010 e da predominância do grupo associado a Orestes Quércia mesmo com o intenso declínio eleitoral da sigla e os anos que passou na oposição ao governo estadual e federal não apontam a “morte” do PMDB em São Paulo. É verdade que o partido acabou convertido em ator secundário da política estadual, mas o fez preservando uma ampla estrutura partidária distribuída em todo o território do estado e mantendo seus níveis de filiação de novos membros e seleção de candidatos. Em alguma medida, essas conclusões contradizem aquilo que esperávamos “já saber” sobre o PMDB.

#### *O que sabemos sobre o PMDB*

Fundado para abrigar as elites políticas que se opunham ao governo militar, o PMDB é o mais antigo partido em atividade no país. Sua criação data de 1966, depois que o Ato Institucional n.2 extinguiu os partidos políticos até então organizados no Brasil e que o Ato Complementar n.4 definiu as regras para a formação de novas agremiações. Posteriormente, para adaptar-se à nova alteração da legislação partidária ocorrida em 1979, o então MDB foi refundado, sob a sigla de PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

A dissolução do sistema partidário pregresso foi uma medida dos operadores do regime para suprimir a lógica de competição política contra a qual os militares se levantaram dois anos antes e que se reafirmou, desfavoravelmente ao novo regime, nas eleições estaduais de 1965, quando grupos políticos civis que apoiaram o golpe foram derrotados por lideranças associadas aos setores que se opuseram a ele (FLEISCHER, 1980).

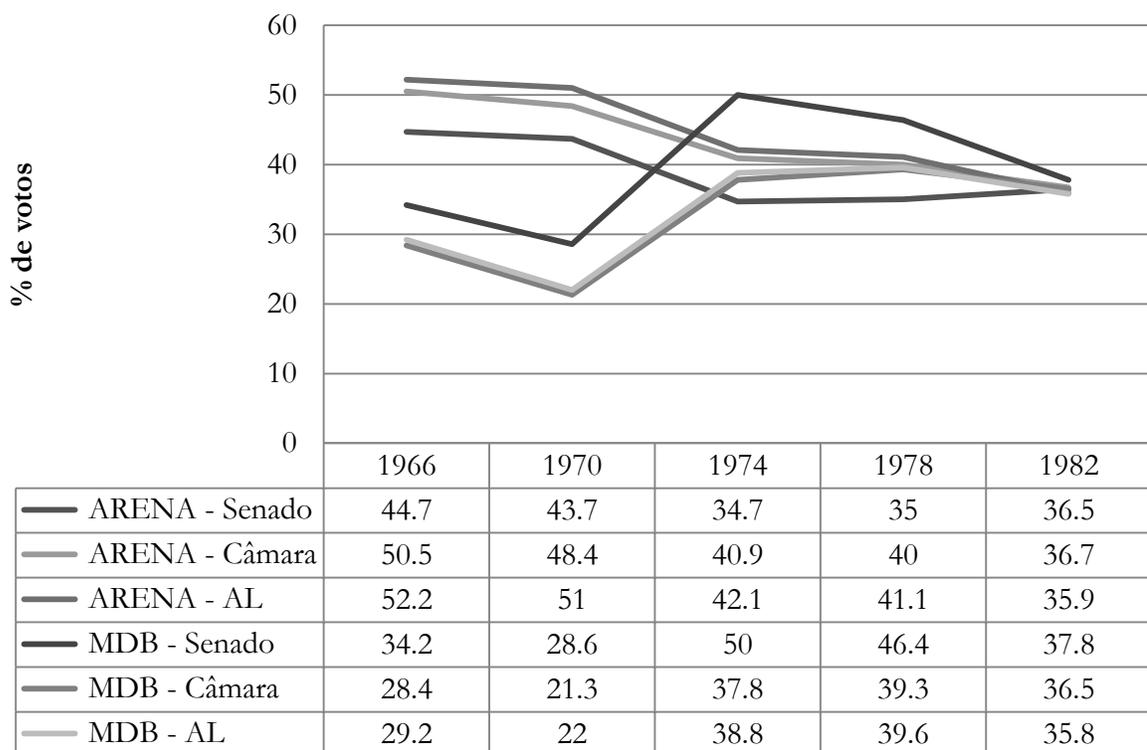
Em grande medida, esse processo imprimiu certo grau de “artificialismo” ao MDB no momento de sua fundação (KINZO, 1988). A unificação sob uma mesma legenda de ex-trabalhistas, ex-pessedistas, comunistas e mesmo janistas e ex-udenistas, conferiram ao MDB uma unidade precária, construída sobre a concordância em torno da necessidade de reestabelecimento do regime democrático. O caráter frentista que o partido assumiu vai marcar sua organização e suas estratégias durante o regime militar e será peça-chave na compreensão da reorganização do partido e do sistema partidário após a flexibilização da legislação eleitoral em 1979.

Da mesma forma, esse processo de formação forçado pela atuação autoritária do governo central (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986), fez do partido uma organização fortemente vinculada à política parlamentar (KINZO, 1988). Isso se deveu, primeiramente, ao fato de que o Ato Complementar n.4 previa a exigência de um determinado número de parlamentares para a efetivação do registro partidário, fazendo do recrutamento de parlamentares um processo chave para a organização do novo partido. Em segundo lugar, com a cassação de muitas lideranças da oposição durante os primeiros anos da ditadura e a perda de posições estratégicas de poder, deputados e senadores eram artífices fundamentais para garantir a organização local do partido nas bases exigidas pela nova legislação.

Assim, composto como uma frente de oposição sem muita organicidade entre os grupos internos e fortemente vinculado à política parlamentar em um país sob regime de exceção, o MDB enfrentou grandes dificuldades para sobreviver e competir nas primeiras eleições que disputou. Como se suas próprias dificuldades não bastassem, a repressão perpetrada pelo governo e as medidas casuísticas para favorecer a ARENA – partido civil fundado para apoiar os militares – dificultaram ainda mais a atuação da oposição institucional ao regime em seus primeiros anos.

Os resultados do partido entre 1966 e 1972 comprovam isso, dada a dificuldade do partido em superar mesmo o número de votos em branco ou nulos depositados nas urnas (FLEISCHER, 1980; KINZO, 1988) (Gráfico 1). Esses resultados desfavoráveis e a descrença nas possibilidades de reverter esse quadro na medida em que o regime foi se aprofundando, levaram algumas das principais lideranças do partido a, inclusive, sugerir sua extinção (KINZO,1988).

**Gráfico 1. Resultados para eleições nacionais - 1966-1982 (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Kinzo (1984)

O insucesso do partido nas primeiras eleições sob a ditadura produziu, para além da descrença, um intenso processo de renovação de elites (KINZO, 1988; MELHEM, 1998). Com a cassação de membros mais ativos e radicais da oposição e com a derrota eleitoral de lideranças mais tradicionais do partido – como seu presidente nacional, Senador Oscar Passos – o MDB abriu espaço para a emergência de diversos novos líderes, sem vinculação com a competição política anterior ao golpe que utilizariam o partido da oposição como veículo para se opor às elites tradicionais que dominaram a política – especialmente ao nível local – desde o primeiro momento do novo regime.

Essas novas elites trouxeram consigo um esforço de reorganização do MDB, visando à melhora de seus resultados eleitorais a partir do início da década de 1970. Esse esforço produziu uma ampliação da base organizacional do MDB em novos territórios onde até então, vigorava o unipartidarismo local, dominado pela ARENA (JENKS, 1979; KINZO, 1988; MELHEM, 1998), e a incorporação de novos temas e estratégias de atuação partidária, enfatizando sua posição oposicionista e a crítica às políticas econômicas e sociais do governo.

Em combinação com as condições da disputa política no país sob o regime autoritário, essa reorganização das bases locais do partido produziria duas outras características fundamentais do partido, a saber, seu caráter “localista” e a ênfase na disputa eleitoral como locus principal de atuação partidária (MELHEM, 1998).

O controle dos poderes executivos nacional, estadual e mesmo municipal nas capitais do país<sup>5</sup> e o enfraquecimento do congresso sob a legislação e práticas do autoritarismo brasileiro, fizeram com que as prefeituras de grandes municípios no interior do país assumissem a condição de espaços decisivos de poder para a atuação oposicionista (MELHEM, 1998; KERBAUY, 2000). O MDB passou a concentrar seus esforços nessas localidades, incentivado pelas possibilidades de vitória eleitoral que traziam, pelos recursos políticos que podiam ser mobilizados com a ocupação da máquina pública nesses contextos e pela possibilidade de, a partir dessas localidades, fazer emergir novas lideranças para a organização.

Isso fez com que o PMDB assumisse um caráter localista, incentivando o estabelecimento e fortalecimento de bases locais, garantindo elevada autonomia para os órgãos partidários municipais e suas lideranças e fazendo de sua atuação um exercício constante de conciliação das estratégias e interesses de suas lideranças locais com aqueles defendidos por suas elites estaduais e nacional (KINZO, 1988; MELHEM, 1998).

Ao mesmo tempo, a restrição das atividades no Congresso e nas disputas executivas e a repressão à oposição realizada pelo regime dificultava enormemente a atuação “ideológica” do partido, o que em aliança com sua necessidade de preservar a “frente” em que se constituiu, serviu para enfatizar uma estratégia “pragmática” de oposição, afastando-se dos partidários do regime o suficiente para evidenciar sua diferença para o público, mas sem melindrar os tênues limites do aceitável definidos pela linha-dura militar (KINZO, 1988).

Assim, o partido enfatizou em larga medida sua participação eleitoral como o modo primordial de atuação da oposição política (KINZO, 1988; MELHEM, 1998). Como consequência, não apenas o partido foi bem sucedido em pressionar o regime por meio das eleições como também moldou sua organização particularmente para a atuação eleitoral.

No mesmo momento em que o MDB se fortalecia, expandia suas bases locais e se transformava definitivamente em uma grande máquina eleitoral, o enfraquecimento da ARENA devido às suas disputas internas (KINZO, 1988), o fim do “milagre econômico” e o início do

---

<sup>5</sup> Além das capitais, cidades consideradas zona de segurança nacional e estância hidrominerais tinham seus prefeitos indicados pelo governador do estado.

processo de abertura criaram o contexto para que essa reorganização do MDB frutificasse, impulsionando o partido à vitória nas eleições de 1974 (LAMOUNIER, 1978).

Daí em diante, apesar de todos os casuísmos do regime militar para privilegiar a ARENA e manter o controle sobre o processo de transição (FLEISCHER, 1994), o MDB passou a conquistar cada vez mais e mais votos, e converteu-se em ator crucial do processo de transição, pressionando o regime no sentido da abertura através de suas sucessivas vitórias eleitorais (LAMOUNIER, 1988).

Na medida em que se reestabeleceram as liberdades democráticas e novas condições de competição política, as vitórias eleitorais do PMDB, sofreram relativo impacto da fragmentação do sistema partidário em 1979, não impedindo que a “dinâmica plebiscitária” assumida a partir de 1974 permanecesse ainda em 1982 (ver Gráfico 1). Apesar da diminuição dos votos do PMDB em comparação com os resultados de 1978, a predominância de PMDB e PDS resistiu ao surgimento dos novos partidos e o sistema manteve sua lógica bipartidária (FLEISCHER, 1988).

A derrota da emenda Dante de Oliveira, que previa o restabelecimento das eleições diretas para a presidência – mesmo com toda a pressão popular por sua aprovação evidenciada pelo movimento das Diretas Já – não impediu que o PMDB conquistasse o governo nacional quando do reestabelecimento do poder civil no país. Em aliança com setores dissidentes da situação, que formaram a Frente Liberal, o PMDB elegeu Tancredo Neves e José Sarney para a Presidência e Vice-Presidência no Colégio Eleitoral de 1985, encerrando com isso 21 anos de governo da corporação militar.

As vitórias em 1982 e 1985 produziram importantes mudanças no partido. Por um lado, o PMDB passou a atrair políticos antes aliados à Ditadura que passaram a migrar para o partido de oposição quando este assumiu o protagonismo da transição e passou a ocupar o estado após suas vitórias eleitorais (SADEK, 1989; MELHEM, 1998). Isso conferiu ao partido uma faceta mais conservadora, que seria posteriormente decisiva para as disputas no interior da organização durante a Assembleia Nacional Constituinte. Contribuiu também para o aumento de lideranças conservadoras no partido sua fusão com o PP antes das eleições de 1982 (MELHEM, 1998).

Ao mesmo tempo, as vitórias nas eleições para o governo do Estado introduziram na elite política do partido novas clivagens. Seus grupos internos agora não mais se dividiam entre grupos de parlamentares, mas incluíam grupos cuja liderança principal assumiu o governo do estado e passou a dispor de vultosos recursos políticos para recompensar seus aliados e reforçar sua liderança sobre o partido (FERREIRA, 2002). Esse fato intensificou as disputas internas, e a definição dos candidatos

do partido ao governo do estado se tornou uma peça chave nos conflitos pelo poder partidário (MELHEM, 1998).

A heterogeneidade interna do partido, as disputas entre suas lideranças estaduais e a crise de identidade do PMDB são traços marcantes nas interpretações sobre o partido no período contemporâneo (KINZO, 1993; BARBOSA, 1997; FERREIRA, 2002). O desgaste sofrido pela imagem do partido durante o governo Sarney combinou-se com tais características para minar as chances de manutenção do protagonismo peemedebista após o fim da década de 1980 (KINZO, 1993, MELO, 2006). Em grande medida, esses elementos foram responsáveis pelo insucesso das duas candidaturas presidenciais do partido no período democrático contemporâneo (Ulysses em 1989 e Quéricia em 1994) (FERREIRA, 2002).

O declínio da centralidade do partido para a política brasileira teve como consequência também o declínio do interesse da ciência política pelo PMDB. Apenas no período recente – a partir de meados de 2010 – que o partido voltou a ser objeto de estudo de pesquisadores brasileiros, quando se consolidou a percepção de que o PMDB tinha papel importante na estabilização do sistema partidário contemporâneo (VASCONCELOS, 2011; PASQUARELLI; BIZZARRO NETO, 2012, MELO, 2012; LEAL, 2012).

Essa pesquisa se insere no esforço de recuperação da trajetória recente do PMDB e na compreensão de sua inserção na disputa política brasileira nos dias de hoje. Aquilo que sabemos do PMDB aponta para um partido de organização localista, em que as lideranças locais e regionais gozam de elevada autonomia, com destacado papel para seus parlamentares e difusa identidade, em que se combinam a retomada da herança do MDB e as contradições internas do partido sob a democracia. Um caso único de partido que se forjou na oposição a um regime autoritário, voltado primordialmente para a política eleitoral (KINZO, 1993) e dominou a política na transição democrática, o PMDB contemporâneo é mais desconhecido que muitos imaginam e essa pesquisa lança luz sobre parte de sua trajetória.

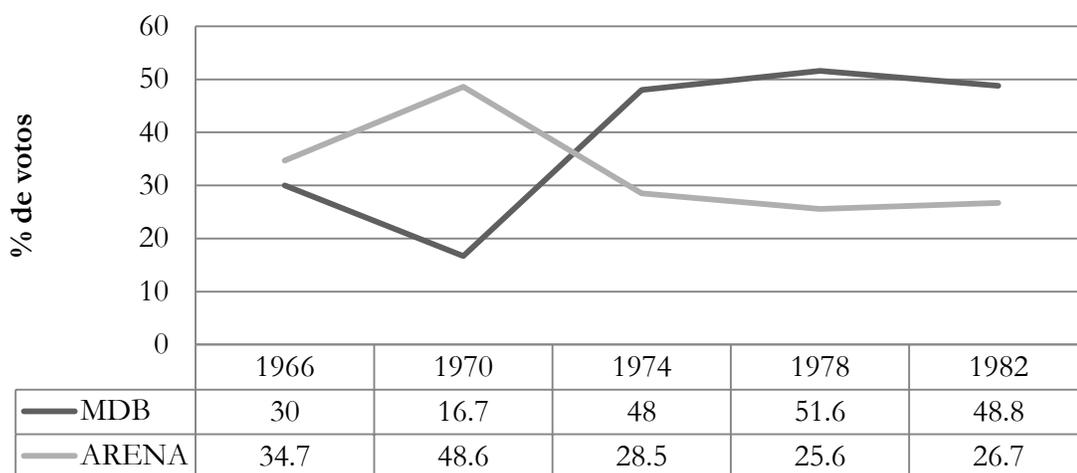
#### *Antecedentes: A história da regional paulista*

São Paulo constituiu um eixo central para a atuação oposicionista durante a ditadura. Estado mais rico e desenvolvido da federação, oferecia um espaço fértil para movimentos estudantis e intelectuais – devido às suas grandes universidades –, setores dinâmicos da classe trabalhadora que transformariam as lutas sindicais nos anos 80 (KECK, 1988) e para novos grupos de elite que se oporiam às elites tradicionais na disputa política estadual (KERBAUY, 2000).

Foi no estado que o PMDB conseguiu algumas de suas vitórias eleitorais mais simbólicas no período – como Quércia Senador em 1974 e Montoro Governador em 1982 – e eram paulistas algumas das principais lideranças da legenda no país<sup>6</sup>. Além disso, a reorganização do partido em São Paulo é o principal exemplo de reerguimento da legenda após 1970 e o modelo de penetração territorial pelo interior promovido por Orestes Quércia é apontado como uma referência de como o partido avançou sobre os “rincões” no período (KINZO, 1988).

A trajetória do partido no estado é, inclusive, o arquétipo da trajetória peemedebista durante a ditadura. Enfraquecido pelas cassações de seus membros, pelo sucesso econômico do regime e pela resistência ao voto na oposição ao regime, o MDB enfrentou dificuldades nas eleições de 1966 e 1970 no Estado. A partir de sua reorganização no início dos anos 1970 e com a adoção de novas estratégias de atuação oposicionista que aproximaram o partido dos setores populares, o apoio ao MDB cresceu substancialmente (LAMOUNIER, 1978; KINZO, 1988) (Gráfico 2).

**Gráfico 2. Evolução do Bipartidarismo em São Paulo -  
Câmara - 1966-1982 (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Kinzo (1984) e Nicolau (1998).

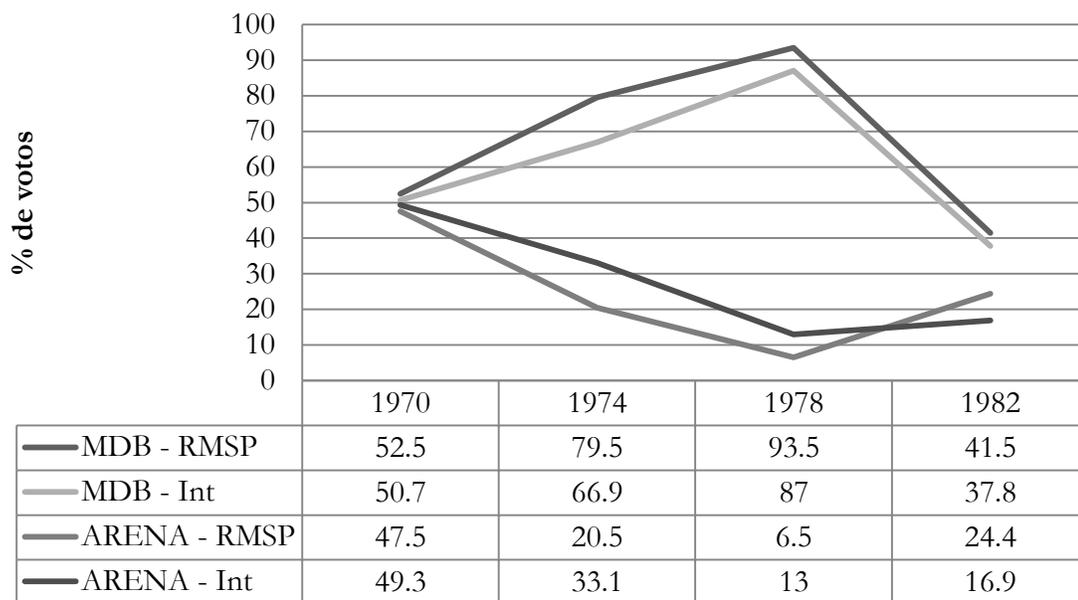
Esse crescimento se deu em duas áreas primordiais. Por um lado, o partido apresentou forte penetração pelo interior do Estado (MELHEM, 1998). Impulsionado pela emergência de novas elites políticas em cidades de médio porte em São Paulo, fruto de fenômenos econômicos e sociais como o

<sup>6</sup> São de São Paulo três dos presidentes nacionais do (P)MDB (Ulysses Guimarães [1972-1991], Orestes Quércia [1991-1993] e Michel Temer [2001-]) e seus dois candidatos à presidência no regime democrático contemporâneo (Ulysses e Quércia).

aumento da urbanização e industrialização e a instalação de universidades (KERBAUY, 2000), o MDB pode valer-se das disputas locais entre novas e velhas elites para desenvolver sua estrutura e ganhar votos<sup>7</sup>.

Apesar dessa forte presença no interior, a maior parte dos votos peemedebistas no estado vinha mesmo da capital (Gráfico 3), particularmente de sua periferia (LAMOUNIER, 1980). Conquistando os setores mais pobres do eleitorado com sua crítica ao modelo econômico da Ditadura, produziu uma forte associação entre o partido e as classes populares e não foram poucas as vezes em que o partido foi apresentado como “o partido do povo” ou a “sigla mágica” (CALDEIRA, 1980). Essa associação de setores populares com o MDB produziria um fenômeno único no período, elevando significativamente as declarações de identidade partidária dos eleitores com o partido (KINZO, 1984).

**Gráfico 3 - Evolução do Bipartidarismo em São Paulo por região - Senado - 1970-1982**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade e Folha de São Paulo<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Dados disponibilizados pela Fundação Seade para as eleições locais apontam que nas eleições municipais de 1976, o MDB em São Paulo obteve em média 21% dos votos para Prefeito nos municípios com menos de 20mil habitantes e em média 38,2% dos votos em municípios com mais de 50mil habitantes.

<sup>8</sup> Folha de São Paulo, 22 de novembro de 1970.

A mudança na tendência de votos do PMDB entre 1978 e 1982, com a diminuição do apoio eleitoral do partido na RM de São Paulo e a retomada do crescimento no interior esteve fortemente vinculada à reorganização do sistema partidário como pode ser visto também na Tabela 1. Por um lado, os dados mostram o avanço do PMDB sobre as antigas bases arenistas, enfraquecidas com o fim do regime e a perspectiva de mudança de governo após a eleição de Franco Montoro para o governo. Testes de correlação *r* de *Pearson* apontam índices significativamente elevados para a comparação entre a variação dos votos no PMDB entre 1978 e a variação de votos no PDS no mesmo período. Em outras palavras, os dados mostram que o crescimento do PMDB nessas regiões esteve fortemente associado ao enfraquecimento do PDS nessas mesmas localidades.

**Tabela 1 - Correlações *r* de *Pearson* entre variação dos votos do PMDB (Senado) entre 1982 e 1978 e votação dos demais partidos**

Partido	Tamanho do município (n. de habitantes)			
	>20mil	entre 20mil e 50mil	entre 50mil e 200mil	<200mil
PDT	-0,1241	-0,1779	-0,3854	-0,3523
PT	-0,05	-0,0574	-0,3945	-0,6831
PTB	-0,281	-0,4239	-0,05626	-0,8378
varPDS	-0,7396	-0,7026	-0,425	0,1462

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade.

Contudo, a análise dos mesmos dados nos maiores municípios mostra uma dinâmica diferenciada. A forte correlação negativa entre a variação nos votos do PMDB e os votos no PT e PTB em 1982 nos municípios com mais de 200mil habitantes aponta que os primeiros votos desses partidos foram conquistados justamente onde o PMDB teve menos votos em 1982 que em 1978, evidenciando que a reorganização do sistema custou votos significativos ao PMDB, especialmente nos grandes centros, agora transferidos aos novos competidores.

Essa “interiorização do PMDB” (SADEK, 1989) foi simultânea a um processo de recomposição de suas elites políticas. Essa recomposição significou tanto a perda de candidatos para os novos partidos quanto a chegada de novas elites, especialmente dos partidos à direita do PMDB. Dados da fundação SEADE apontam que de todos os candidatos do PMDB no período 1986-1988 que se recandidataram entre 1988 e 1996, aproximadamente 38% deles o fizeram por outros partidos. Isso significa que mais de um terço da elite política do partido em meados da década de 80 permaneceu no jogo político em outros partidos, competindo com o PMDB pela preferência de seus eleitores (Ver Tabela 2).

**Tabela 2 - Movimentação de candidatos no período 1986-1996**

PDS		PDT		PFL		PMDB		PTB	
PDS*	219 47,3	PDT	59 31,1	PFL	340 45,6	PMDB	881 61,1	PTB	219 37,2
PFL	64 13,8	PMDB	30 15,8	PSDB	87 11,7	PSDB	210 14,6	PSDB	90 15,3
PSDB	48 10,4	PSDB	21 11,1	PMDB	79 10,6	PFL	84 5,8	PMDB	68 11,6
PMDB	30 6,5	PFL	18 9,5	PSD	36 4,8	PSD	44 3,1	PFL	51 8,7
PTB	23 5	PRP	17 8,9	P	34 4,6	PTB	44 3,1	PDS*	43 7,3
PL	16 3,5	PDS*	15 7,9	PL	33 4,4	PDS*	41 2,8	PSD	24 4,1
PSD	15 3,2	PTB	10 5,3	PTB	32 4,3	PDT	38 2,6	PDT	21 3,6
PDT	14 3	PL	9 4,7	PDS*	22 2,9	PL	23 1,6	PL	14 2,4
PRN	11 2,4	PSD	7 3,7	PRN	20 2,7	PRN	20 1,4	PRN	11 1,9
PRP	5 1,1	PRN	5 2,6	PDT	15 2	PRP	11 0,8	PSL	9 1,5
PDC	3 0,6	PSB	3 1,6	PRP	12 1,6	PSB	11 0,8	PRP	7 1,2
PSB	3 0,6	PST	3 1,6	PTR	6 0,8	PSL	8 0,6	PST	4 0,7
PMN	3 0,6	PMN	2 1,1	PSL	5 0,7	PSC	5 0,3	PDC	4 0,7
PT	3 0,6	PPS	2 1,1	PT	5 0,7	PT	5 0,3	PPS	3 0,5
PPS	1 0,2	PTR	2 1,1	PST	4 0,5	PST	3 0,2	PSB	3 0,5
PSL	1 0,2	PV	2 1,1	PV	4 0,5	PV	3 0,2	PSC	3 0,5
PST	1 0,2			PDC	4 0,5	PPS	2 0,1	PP	2 0,3
PTdoB	1 0,2			PPS	3 0,4	PTdoB	2 0,1	PT	2 0,3
PTN	1 0,2			PTdoB	2 0,3	PTR	2 0,1	PTdoB	2 0,3
PTR	1 0,2			PSB	1 0,1	PP	1 0,1	PTN	2 0,3
				PSC	1 0,1	PRONA	1 0,1	PV	2 0,3
				PMN	1 0,1	PRTB	1 0,1	PGT	1 0,2
						PMN	1 0,1	PMN	1 0,2
						PSDC	1 0,1	PSDC	1 0,2
								PTR	1 0,2
Êxodo	52,7		68,9		54,4		38,9		62,8
TOTAL	463 100	TOTAL	190 100	TOTAL	746 100	TOTAL	1442 100	TOTAL	588 100

\* PDS / PPB / PPR / PP

Fonte: Meneguello e Bizzarro Neto (2012), p.128-9

Ao mesmo tempo o PMDB foi um dos principais destinos das elites que migraram no período. 10,6% dos candidatos pefelistas entre 1986 e 1988 se recandidataram pelo PMDB no período posterior, enquanto 11,6% dos candidatos petebistas voltaram a competir sob a legenda do PMDB. Esses dois movimentos simultâneos, interiorização dos votos com alteração das características de suas principais elites, mais à direita que no início do período, constituem as mais importantes mudanças nas bases eleitorais do PMDB no estado.

Da mesma forma, os dados da Tabela 2 apontam a intensa reorganização das elites a partir de meados da década de 80. Em 1982, eram cinco partidos competindo nas eleições nacionais, enquanto em 1988 esse número subiu para 31 (BRAGA; RIBEIRO; AMARAL, 2012). Essa reorganização do sistema produziu uma nova configuração da estrutura de competição eleitoral no estado, aumentando a fracionalização e a competitividade (MENEGUELLO; BIZZARRO NETO, 2012) fazendo com que ao final da década de 80 o PMDB se encontrasse enfraquecido pelas dificuldades

de “ser governo”, diminuído pelas migrações de muitas de suas elites eleitorais para novos partidos e mudando a configuração de suas bases eleitorais, deixando os grandes municípios do estado e concentrando-se nas menores cidades pelo interior.

Simultaneamente a essa dinâmica eleitoral e em estreita relação com ela, o desenvolvimento organizativo do MDB em São Paulo foi fundamental para compreender a trajetória do partido no período e sua inserção no sistema político estadual. Em São Paulo o MDB não se organizou sob o domínio da aliança entre oriundos do PSD e do PTB como na política nacional (KINZO, 1988; MELHEM, 1998). Dominado por duas forças políticas que se construíram por fora dos grandes partidos do período, o janismo e o ademarismo, São Paulo era um terreno particular para a reorganização de elites promovida pelos militares em 1966.

Ao MDB coube abrigar parte significativa dos aliados do ex-governador e ex-presidente Jânio Quadros, de forma que o janismo passou a ser o grupo predominante sobre o partido nos primeiros anos de sua atuação. Essa predominância inicial tornou ainda mais difícil a estruturação do partido no estado, já que o janismo não possuía uma estrutura partidária pregressa, sobre a qual o novo partido poderia estruturar-se<sup>9</sup>.

Essa fragilidade organizativa dos anos iniciais foi decisiva para as dificuldades que o MDB enfrentou nas primeiras eleições em que participou. Conseqüentemente, as elites políticas do janismo não foram capazes de sobreviver no novo contexto, enfrentando a ARENA mais organizada e sem Jânio, cassado, para liderar o grupo nas eleições. A derrota eleitoral de muitos dos líderes do partido – inclusive do Senador Lino de Matos, presidente do partido – abriu espaço para a emergência de novas lideranças dentro do partido.

A principal dessas lideranças era Orestes Quércia. Natural de Pedregulho, interior de São Paulo, Quércia fora vereador em Campinas, eleito em 1962 pelo Partido Libertador, e deputado estadual, já pelo MDB em 1966. Em 1968, assumiu a prefeitura de Campinas em uma vitória inesperada contra algumas das forças políticas mais tradicionais da cidade.

Essa vitória na prefeitura de Campinas sintetiza a trajetória de Quércia e do grupo que forjou em torno de si. Vindo de fora das elites políticas tradicionais da cidade, jornalista e empresário, valeu-se de meticulosa construção de sua campanha para colocar-se como alternativa ao Executivo Municipal (MELHEM, 1998). Apresentava-se como o homem do interior, próximo das pessoas mais

---

<sup>9</sup> Como apontam Fontes e Duarte (2004), o janismo valeu-se de formas de organização e mobilização de eleitores que passavam por fora dos partidos, pautando-se pela atuação junto a instituições e agrupamentos como as Sociedades de Amigos de Bairro.

simples e capaz de entender seus problemas como nenhum outro, especialmente quando comparado com membros da elite tradicional<sup>10</sup>.

A partir da ocupação da Prefeitura de Campinas, Quércia passou a incentivar a instalação de órgãos do MDB pelo interior do estado, e promover a carreira de novas elites que, como ele, passaram a desafiar as elites estabelecidas nos municípios do interior paulista (MELHEM, 1998). Essas novas elites eram, em sua maioria, profissionais liberais e comerciantes, membros de uma nova classe média que emergiu no interior paulista com o desenvolvimento econômico, a industrialização e a urbanização. Excluídos do poder pelo predomínio da ARENA, essas novas elites valeram-se do partido de oposição para construir suas carreiras e assumir o poder executivo municipal (KERBAUY, 2000).

Essas novas lideranças locais, criadas sob a proteção de Quércia, passaram a constituir um grupo que apoiou o líder nas disputas internas do partido, permitindo que, com o ocaso das lideranças janistas, um aliado do “quercismo”, Natal Gale, assumisse a presidência estadual do MDB em 1975.

A condução de Gale à presidência do partido foi fruto, também, da consolidação de Quércia como liderança eleitoral no estado. Valendo-se do apoio dos líderes locais a ele associados, Quércia foi indicado para competir pelo MDB nas eleições de 1974. Como já mencionado, nessas eleições o MDB conquista a sua mais surpreendente vitória eleitoral, elegendo 16 dos 22 Senadores cujos cargos estiveram em disputa naquele ano, Quércia entre eles.

No momento em que não havia disputa para o governo do estado, a eleição majoritária para Senador converteu-se num espaço decisivo para a consolidação de grandes lideranças eleitorais. Isso fez com que Quércia assumisse um papel de destaque no interior da organização, cujas outras lideranças com largo potencial eleitoral – Montoro e Ulysses – ocupavam cargos na Câmara dos Deputados.

A ascensão do quercismo sobre o MDB seria bloqueada a partir de 1979 com o retorno dos grupos dos “exilados” (MELHEM, 1998). O retorno dos grupos vinculados a Mário Covas, a esquerda católica, e os aliados do sociólogo Fernando Henrique Cardoso que estavam exilados e foram beneficiados pela Lei da Anistia em 1979 alterou a composição de forças no interior do partido. Tais grupos, de caráter mais ideológico, aliaram-se a Montoro – liderança de tipo notável e

---

<sup>10</sup> Essas mesmas imagens seriam mobilizadas também em suas campanhas para o Senado em 1974, para o governo do estado em 1986 e para a Presidência em 1994.

com um discurso mais programático que o “pragmático” Quércia – na disputa interna e fizeram Mário Covas presidente estadual do partido em 1979.

Essa lógica de disputa e composição dos grupos internos que diferencia o MDB paulista do MDB nacional, dominado pelo pessedismo encarnado na figura do presidente nacional da sigla, Ulysses Guimarães, fez do MDB em São Paulo um campo fértil para a construção de lealdades partidárias e alianças. Sem vínculos e inimizadas anteriores ao regime e obrigados a construir as bases organizacionais do partido a partir do início da década de 70, as lideranças do MDB valorizaram a construção partidária como uma dimensão central de sua atuação e da trajetória do partido na política estadual (MELHEM, 1998).

A partir desse ponto, a disputa interna se daria entre esses dois grupos – históricos contra quercistas –, voltada especialmente para a ocupação do governo do Estado (MELHEM, 1998). Nessa disputa, Montoro foi escolhido para ser o candidato do partido ao governo do estado em 1982 com Quércia como candidato a vice. Valendo-se dos recursos de seu gabinete após a eleição, Quércia estreitou ainda mais seus laços com lideranças intermediárias e locais, prática que o notável Montoro e seus aliados não enfatizaram da mesma maneira (MELHEM, 1998).

Isso fez com que Quércia conquistasse a indicação do partido para o cargo de governador em 1986 com relativa facilidade. Após aliar-se com o grupo que tinha Almino Alfonso como líder, indicando-o para o cargo de Vice-Governador, Quércia pode deixar de lado qualquer tipo de negociação com os grupos notáveis do partido e impor sua candidatura. O descontentamento produzido por esse episódio nos grupos de Montoro, Fernando Henrique e Covas – que planejava disputar com Quércia a vaga de candidato a governador – foi um dos motivos que posteriormente levariam à saída desses grupos do partido para fundar o PSDB (MELHEM, 1998; ROMA, 2002).

A retomada dessa trajetória eleitoral e organizativa do PMDB prepara o terreno da interpretação que segue. Por um lado, porque ela é fundamental para a compreensão do que era o partido em 2010, ao permitir-nos observar o que persiste e o que muda no PMDB durante o regime democrático. Por outro, por que ela coloca as condições em que o PMDB participava do jogo político a partir de meados da década de 80, todas as vitórias e também contradições que carregava, o que nos oferecerá um ponto de partida para entender sua trajetória de declínio eleitoral a partir de 1986.

### *O PMDB a partir de 1986*

Com o fim do regime militar e a posse de José Sarney como primeiro Presidente civil do país desde 1964 – devido à morte de Tancredo – o PMDB ocupou o principal espaço do sistema político brasileiro. A trajetória que começara tímida em 1966 e enfrentou todas as contradições da atuação partidária (parlamentar e eleitoral) sob o contexto do autoritarismo, atingiu seu ápice com a ocupação da presidência e o sucesso do partido nas eleições de 1986.

Impulsionado pelo seu papel destacado na transição e pelo sucesso inicial do Plano Cruzado, o PMDB fez das eleições de 1986 a apoteose de sua atuação contra a ditadura. Abertas as urnas em 1986, o partido elegeu 22 dos 23 governadores em disputa<sup>11</sup>, a maioria da Câmara e do Senado, além do maior número de deputados estaduais em todo o país. Tal vitória fez do partido o jogador mais importante no início do processo de reestabelecimento pleno da democracia, já que o partido tinha a maioria dos membros Congresso Constituinte.

A crise do Cruzado no período imediato à eleição e as dificuldades enfrentadas pelo partido durante o governo Sarney minaram a liderança peemedebista sobre o sistema político (LAMOUNIER, 1989). As disputas internas entre os setores progressistas e conservadores do partido durante a Constituinte, tanto por questões substanciais da nova constituição quanto por medidas circunstanciais como o mandato do presidente Sarney enfraqueceram a historicamente precária unidade partidária e incentivaram que setores dissidentes do partido, valendo-se da flexibilização das regras eleitorais desde 1985, fundassem novos partidos.

Essas disputas na Constituinte e o fracasso do governo Sarney também minaram a identidade do partido. Sem a oposição à ditadura como eixo de atuação e obrigados a conciliar interesses de um sem número de lideranças regionais altamente heterogêneas – dado o caráter frentista da organização aprofundado durante os primeiros anos de multipartidarismo – o PMDB enfraqueceu-se a tal ponto que produziu um vácuo no centro político do sistema (LAMOUNIER, 1989), abrindo espaço para a elevada fragmentação e instabilidade do sistema que se seguiram, marcadas especialmente pelo resultado das eleições de 1989.

Nessas eleições, a despeito das disputas entre as lideranças estaduais do partido, o Presidente Nacional da sigla, o Deputado Ulysses Guimarães conseguiu fazer valer sua histórica proeminência sobre o PMDB e lançou-se candidato à Presidência. Tendo recebido pouco mais de 4,4% dos votos nacionais em uma eleição em que a rejeição aos partidos tradicionais foi patente (os dois primeiros

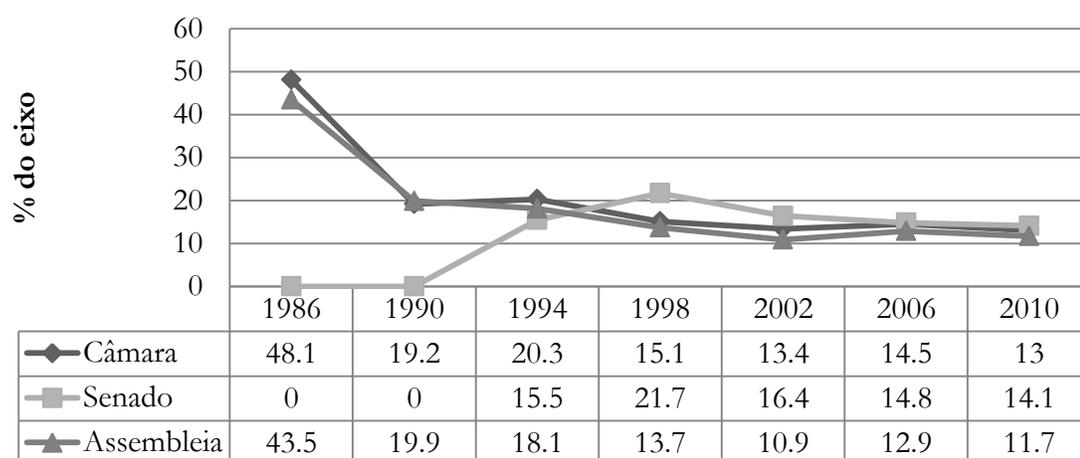
---

<sup>11</sup> O único governador eleitor por outro partido que não o PMDB foi Antônio Carlos Valadares, Governador de Sergipe, pelo PFL.

colocados, Fernando Collor do PRN e Luiz Inácio Lula da Silva do PT se lançaram por pequenos partidos rejeitando “tudo o que está aí”), a candidatura Ulysses sintetizou as dificuldades internas da organização do PMDB para coordenar a atuação de suas lideranças em torno do apoio ao candidato presidencial da sigla em um contexto amplamente desfavorável ao PMDB (BARBOSA, 1997).

O fracasso da candidatura Ulysses, contudo, não significou a insolvência do PMDB. Pelo contrário. Ainda que tenha perdido uma quantidade substancial de votos quando comparado a 1986, o PMDB manteve-se como o partido mais votado do país nas eleições parlamentares de 1990 (Gráfico 4).

**Gráfico 4 - Resultados eleitorais nacionais do PMDB  
1986-2010 (% de votos)**



Fonte: Elaboração própria a partir de Nicolau (1998), Election Resources<sup>12</sup> e TSE.  
Dados indisponíveis para 1982 e 1986.

Sua trajetória presidencial, entretanto, estava claramente descolada dos resultados gerais do partido. Após a saída de Ulysses da Presidência do partido em 1991, Quércia assumiu como presidente do partido nacional, buscando viabilizar sua candidatura à Presidência da República em 1994. Para assegurá-la, o ex-governador de São Paulo teve que renunciar ao comando da sigla em 1993, depois que uma série de denúncias de corrupção praticada no seu governo abalou sua popularidade. Isso permitiu que ele reorganizasse suas bases no partido para enfrentar Roberto Requião na disputa interna pela cabeça da chapa (KINZO, 1993; BARBOSA, 1997).

Essa foi a última experiência de um candidato presidencial do PMDB até 2010. Ao repetir os 4,4% de votos de Ulysses na eleição anterior, agora não mais devido à incerteza do cenário mas ao

<sup>12</sup> [http://electionresources.org]

favoritismo do ex-peemedebista e ex-Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, eleito pelo PSDB, e novamente prejudicado pelas disputas internas ao próprio partido (BARBOSA, 1997), Quércia fracassou em sua tentativa de expandir sua liderança para a esfera nacional e, em alguma medida, “ensinou” ao PMDB que o partido não conseguia mais construir candidaturas viáveis à presidência (CORTEZ, 2009; MELO; CÂMARA, 2012).

Desse momento em diante, o partido assumiu uma atuação de grande coadjuvante do cenário, centrando sua atuação nas eleições parlamentares e nas disputas para os governos estaduais, mas consolidando-se como parceiro principal de todos os governos do período (CORTEZ, 2009; PASQUARELLI; BIZZARRO NETO, 2012). Entre 1994 e 2010, sua trajetória apresentou relativa estabilidade e o partido tem se mantido sistematicamente entre os maiores do país (Tabelas 3 e 4).

**Tabela 3 – Votação percentual para a Câmara dos Deputados (1986-2010)**

Partido	Ano						
	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
PMDB	48,1	19,2	20,3	15,1	13,4	14,5	13
PDS/PPB/PPR/PP	7,8	8,9	9,4	11,3	7,8	7,1	6,5
PDT	6,4	10,0	7,2	5,6	5,1	5,3	5
PTB	4,5	5,6	5,2	5,6	4,6	4,7	4,2
PT	6,8	10,1	12,8	13,1	18,4	14,9	16,9
PFL/DEM	17,7	12,4	12,8	17,3	13,4	10,9	7,5
PSDB		8,68	13,9	17,54	14,3	13,7	11,9
Outros	8,49	24,89	18,24	14,12	23	28,9	35

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Jairo Nicolau (1998) e Election Resources

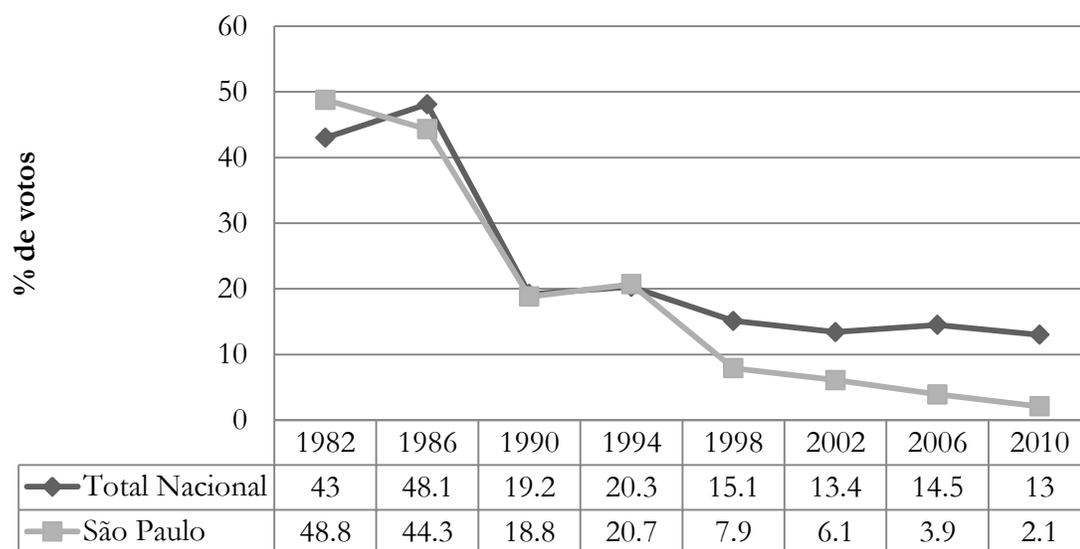
**Tabela 4 - Governadores Eleitos por Partido (1990-2010).**

Ano	Partido					
	PMDB	PT	PFL/DEM	PSDB	PSB	Outros
1986	22	0	1	0	0	0
1990	7	0	8	1	0	11
1994	9	2	2	5	2	7
1998	6	3	6	7	2	3
2002	5	3	4	7	4	4
2006	7	5	1	6	3	5
2010	5	5	2	8	6	1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Limongi e Cortez (2010), p.32 e TSE.

Em São Paulo, contudo, sua trajetória é diferenciada. Entre 1986-1990, o PMDB paulista acompanhou a tendência de forte declínio de apoio eleitoral ao partido observado nacionalmente – ainda assim foi o mais votado no Estado e elegeu Luiz Antônio Fleury Filho para o governo estadual – mas desse momento em diante o partido não conseguiu se estabilizar como um dos maiores partidos do sistema, como fez nacionalmente (Gráfico 5).

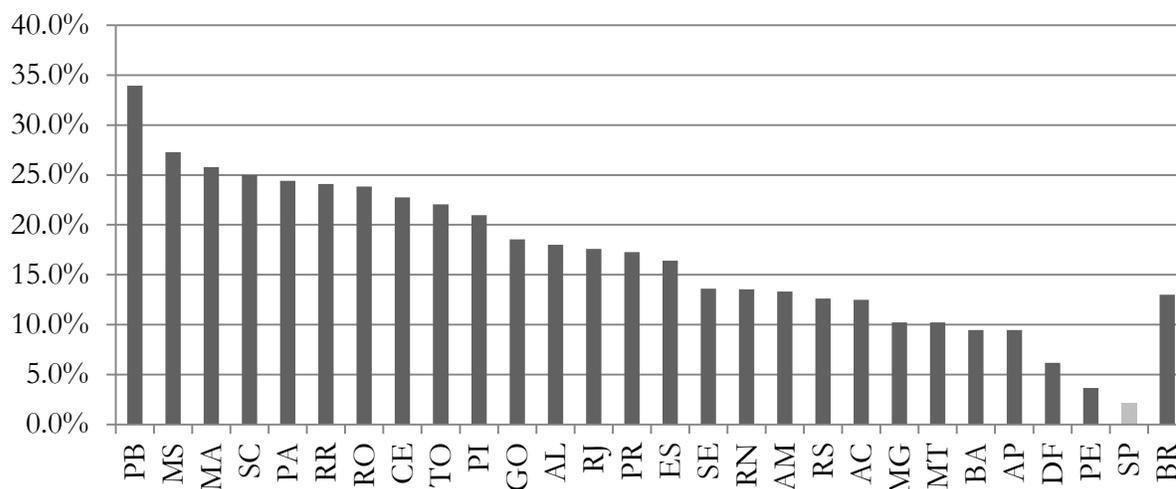
**Gráfico 5 - Comparação entre resultados eleitorais do PMDB nacionais e em São Paulo - Câmara dos Deputados - 1982-2010 (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Nicolau (1998) e TSE.

Esse declínio do partido em São Paulo chama ainda mais atenção quando comparado com os outros estados individualmente. Os dados do Gráfico 6 mostram que o PMDB paulista – aquele mesmo que foi uma das principais unidades regionais do partido durante a ditadura, senão a principal – teve o pior desempenho entre todas as unidades regionais do partido nas eleições para a Câmara dos Deputados nas eleições de 2010.

**Gráfico 6. Resultados do PMDB por Estado -  
Câmara dos Deputados - 2010 (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de TSE

Tal desempenho não esteve restrito às eleições para a Câmara dos Deputados. A perda de apoio do partido foi generalizada, atingindo seus candidatos em todos os níveis (ver gráficos 10, 11 e 12). 2010 foi o ponto mais baixo dessa trajetória, no qual não apenas o partido teve poucos votos em eleições legislativas como não lançou candidato a governador nem a senador<sup>13</sup>.

Essa discrepância entre a trajetória eleitoral do partido em São Paulo e no Brasil já chama a atenção por si mesma. Contudo, destaca-se também o fato de que o PMDB-SP sustentou sua organização local em praticamente todos os municípios do estado. Diferentemente do esperado, a saber, que os partidos “dependem dos recursos estatais” para sobreviver, o fato é que, no que tange a sua organização e à penetração territorial de suas bases, o PMDB manteve-se em patamares significativamente elevados, preservando praticamente toda a organização construída nas décadas de 70 e 80 (Tabela 5).

<sup>13</sup> Quércia iniciou a campanha pelo Senado, mas renunciou em 06 de setembro de 2010 por razões de saúde.

**Tabela 5. Municípios onde o MDB / PMDB lançou candidatos (%)**

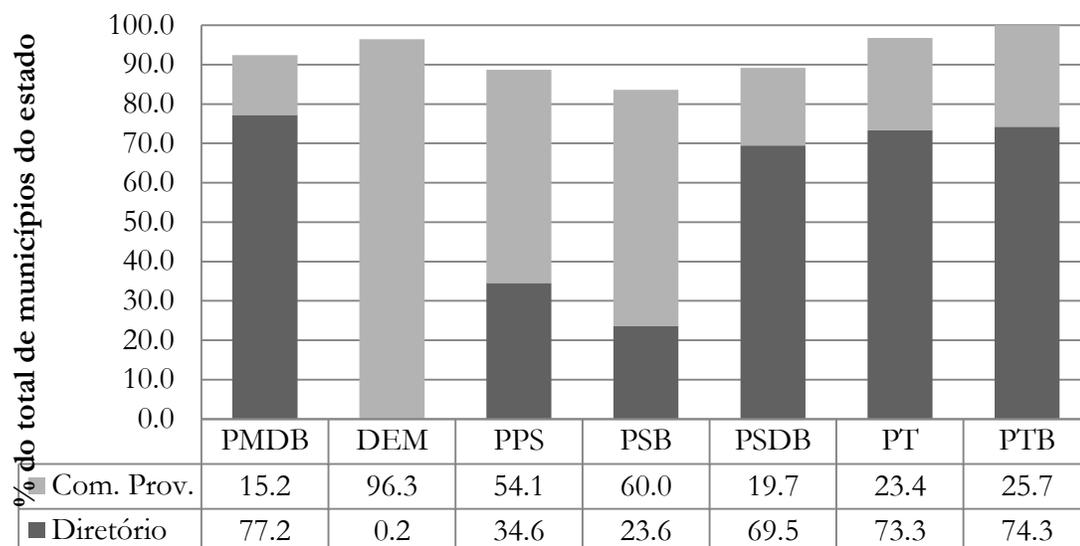
Ano	Prefeito	Vereador*
1968	37,6	52,2
1972	31,2	41,2
1976	71,3	82,1
1982	94,8	92,4
1988	92,0	98,4
1992	87,6	96,2
1996	50,0	88,1
2000	44,7	96,6
2004	35,4	95,0
2008	32,8	95,7

\* Para os anos de 1982, 1988, 1992 e 1996 os dados se referem ao número de municípios em que o partido teve ao menos 1 vereador eleito.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Kinzo (1988, p.45), Fundação Seade e TSE.

Os dados do Gráfico 7 reforçam essa impressão, ao apontar que em 2010, momento do perigo do apoio eleitoral à sigla no estado, a organização local do PMDB paulista não apenas era uma das capilarizadas como era aquela cuja organização local apresentava maior “complexidade”, concentrando o maior número de diretórios locais organizados, *vis-à-vis* comissões provisórias.

**Gráfico 7. Tipo de organização local dos principais partidos em São Paulo (% do total de municípios do estado) - outubro 2010**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de TSE.

Essas duas organizações são diferentes unidades de organização local. A Comissão Provisória é constituída através de nomeação do órgão partidário imediatamente superior, no caso a Comissão Executiva Estadual, sendo composta por 5 membros e tendo como função iniciar a instalação do partido no município. O Diretório Municipal é uma organização mais complexa, que exige a inscrição de um determinado número de filiados ao partido no município e a realização de uma Convenção Municipal para sua instalação. É composto por mais membros e é a unidade de organização local de partidos por excelência, sucedendo as comissões provisórias.

Nesse sentido, a organização local por meio de Diretórios têm exigências mais severas que a organização baseada em Comissões Provisórias – como é o caso, por exemplo, do DEM em São Paulo – e a predominância desse tipo de organização no PMDB sugere um esforço de manutenção organizativa por parte de suas lideranças. Os dados do Gráfico 7 também sugerem que a penetração territorial e o formato de suas organizações locais não dependem dos resultados eleitorais do partido, dado que PT, PSDB e PTB têm um padrão de organização semelhante ao do PMDB em São Paulo, mas apenas os dois primeiros têm obtido grande sucesso eleitoral no estado no período. Tal fato contraria a expectativa de que desempenho eleitoral e organização partidária possuem relações de dependência, baseada na afirmação de que o PMDB era um partido eminentemente eleitoralista e *catch-all*.

Adiciona-se a isso o fato de que essa manutenção estrutura organizacional do PMDB em São Paulo foi acompanhada da manutenção de sua liderança. Entre 1986, quando Almino Alfonso assumiu a Presidência do partido no estado, a 2010, ano da morte de Orestes Quércia, o quercismo predominou sobre o partido. Ainda que a composição global da coalizão dominante tenha mudado nesse período – inicialmente o grupo aliado a Quércia conviveu com os aliados ao governador Luiz Antônio Fleury Filho e posteriormente passou a dividir o controle da organização com o grupo aliado ao então Deputado Michel Temer – quercistas ocuparam os postos chaves da organização no período, sendo que o próprio Quércia foi o presidente estadual da sigla a partir de 2001.

O predomínio do quercismo só foi encerrado em 2010, com a morte de Quércia. Tal fato precipitou a dissolução dessa coalizão dominante e apenas um mês após sua morte o diretório estadual do PMDB se dissolveu pela renúncia da maioria de seus membros. Em seguida, a Comissão Executiva nacional, liderada por Michel Temer, indicou uma nova Comissão Provisória Estadual, presidida por um aliado de Temer, encerrando 24 anos de predomínio quercista sobre a organização paulista do PMDB.

Da mesma forma, esse fato contradiz as expectativas iniciais da literatura. Quércia não era mais governador nem tinha acesso direto aos recursos do estado nem era mais uma grande liderança eleitoral. Como a organização pemedebista e, concomitantemente, a liderança quercista sobreviveram ao declínio eleitoral do partido é a pergunta fundamental dessa pesquisa.

#### *Trajetórias partidárias do PMDB em São Paulo*

As trajetórias eleitoral e organizativa do PMDB em São Paulo brevemente descritas anteriormente são o objeto dessa pesquisa.

Por um lado, seu intenso declínio eleitoral, muito mais intenso que no resto do país e ocorrido justamente em um estado decisivo para a história do partido por sua atuação oposicionista durante o regime militar, será escrutinado. Nosso foco estará voltado para entender a distribuição das bases eleitorais do partido, o “caminho” dessas bases no tempo e as condições do jogo político em que o PMDB se inseriu.

O aumento da competitividade e fragmentação do sistema partidário serão pontos chave nessa compreensão, pois tais fatores tornam o cenário de competição a partir dos fins da década de 1980 muito mais hostil ao predomínio pemedebista como estabelecido durante o período de transição.

Contudo, o aumento da competitividade por si só não pode explicar o declínio do PMDB paulista. Primeiramente, pois a competitividade aumentou em todo o país, e São Paulo apresenta uma taxa de competitividade próxima à média nacional no período (MENEGUELLO; BIZZARRO NETO, 2012) e foi em São Paulo que o declínio do apoio do partido foi mais intenso entre todos os estados da federação como acima apontamos.

Também, porque o aumento da competitividade em São Paulo não bloqueou a ascensão de atores com características predominantes. O PSDB venceu todas as eleições para o governo estadual desde 1994 e elegeu a maioria dos prefeitos, deputados estaduais e federais do estado no período. Simultaneamente, a ascensão do PT, que passou a concentrar as disputas com o PSDB pelo governo estadual e emergiu como um dos partidos mais votados nas eleições parlamentares, especialmente a partir de 2002, também evidencia que a nova predominância peessedebista abriu espaço para a emergência de competidores efetivos.

Nesse sentido, vamos explorar porque, a despeito das condições favoráveis das quais partiu – maior partido do estado, dominando o governo estadual, com toda a história e legitimidade que construiu durante a ditadura – o PMDB não resistiu à competição política no Estado especialmente a partir de 1994, terminando o período aqui recortado apenas como o 12º partido mais votado do estado em eleições para a Câmara dos Deputados.

A compreensão desse fenômeno passa, como apontado, pela compreensão das transformações contextuais e as estratégias dos demais partidos. Contudo, partimos aqui de uma abordagem organizacional – entendida aqui como a abordagem que toma variáveis organizacionais como variável interveniente para explicar a trajetória eleitoral e política do partido (LEVITSKY, 2001) – para a compreensão do PMDB, o que nos leva a explorar a trajetória de sua organização nesse período.

Como apontamos, diferentemente do esperado pela literatura que caracterizava o partido como “dependente” do estado e de vitórias eleitorais para sua manutenção, o declínio do apoio eleitoral ao PMDB foi acompanhado da manutenção de suas bases organizacionais e de sua coalizão dominante. A penetração territorial de suas bases locais permaneceu e o quercismo, que construiu sua liderança sobre o partido justamente ao promover essa penetração, continuou a predominar sobre o partido até a morte de seu líder maior em dezembro de 2010.

Nas próximas páginas vamos aprofundar a análise dessa organização, testando a continuidade de suas características historicamente observadas, a despeito da mudança em sua trajetória eleitoral.

Vamos também explorar as disputas internas entre seus grupos e a forma pela qual o partido recrutou candidatos, elites e membros.

Em especial, vamos focar nossa análise na manutenção do predomínio quercista sobre a organização. Construído durante a década de 70, no esteio da reorganização do partido, e aprofundado a partir da ocupação do Estado (MELHEM, 1998), quais foram os mecanismos operados pela liderança para a manutenção do “quercismo” no período contemporâneo? Qual o papel da liderança pessoal de Quércia sobre esse processo, dado que sua morte é o estopim para um processo de extensa reorganização partidária?

Finalmente, vamos buscar unir as duas trajetórias. *Em que medida as características organizacionais do PMDB e a manutenção de sua liderança dependem dos resultados eleitorais do partido e em que medida essa manutenção organizativa afetou sua trajetória eleitoral são a principal discussão desse texto.*

\*\*\*

Para explorar detalhadamente esse debate, o texto é composto por mais quatro capítulos além desse primeiro. No capítulo 2, retomaremos o debate teórico que orienta a pesquisa, delimitando o campo no qual essa discussão se insere e pertinência teórica de um estudo de caso sobre o PMDB para a compreensão do sistema partidário brasileiro.

Na seção seguinte vamos delimitar o objeto, explorando as principais dimensões debatidas na literatura sobre o PMDB e retomar sua trajetória organizativa e eleitoral, colocando a regional paulista do partido em perspectiva na trajetória contemporânea do partido nacionalmente. Exploraremos as disputas eleitorais da década de 1980 e o início da reorganização do sistema partidário paulista, com o aumento da competição política, a fragmentação do sistema partidário estabelecido no período de transição. Faremos o mesmo com as décadas de 1990 e 2000, enfatizando a análise da distribuição territorial das bases peemedebistas pelos estados e a trajetória dos apoios obtidos pelo partido. Esse capítulo também coloca o PMDB em perspectiva comparada, analisando as mudanças no cenário de competição paulista nos últimos 25 anos, destacando o processo de reorganização do sistema partidário e a “presidencialização” da competição estadual.

No capítulo 4 exploraremos as principais dimensões da organização partidária. Demonstraremos como as bases organizacionais se distribuíram no território paulista e como o partido esteve organizado, a trajetória dos grupos internos na composição da coalizão dominante,

analisaremos o processo de seleção de candidatos e lideranças partidárias e suas características e finalmente exploraremos as condições de manutenção da máquina eleitoral “localista” que o PMDB constituiu, buscando com isso entender a trajetória do partido “por dentro”. Esse capítulo se dedicará à análise das ações de seus líderes e grupos internos em face do declínio eleitoral do apoio à sigla no estado.

O capítulo 5 vai no sentido contrário e observa a relação da trajetória eleitoral e organizativa do PMDB a partir “de fora”, relacionando-a às mudanças contextuais ocorridas no estado e à forma de inserção do PMDB nas disputas políticas do período. Finalmente, analisa as implicações da compreensão estabelecida para o caso do PMDB em São Paulo para a análise do papel que o PMDB nacional tem tido na política democrática brasileira e sua contribuição à análise empírica dos partidos brasileiros contemporâneos em geral.

Uma conclusão, retomando os principais achados do texto e um posfácio analisando as mudanças na organização peemebedista após a morte de Quércia em 2010 encerram o texto.



## Capítulo 2. Uma teoria para o PMDB?

O estudo dos partidos enquanto organizações políticas é um dos mais tradicionais campos da ciência política (PANEBIANCO, 2005; REITER, 2006). A abordagem empírica de casos de partidos políticos serve tanto para fornecer descrições sobre o funcionamento dessas instituições centrais para o regime democrático – como aponta White (2006), a centralidade dos partidos para a democracia é, pelo menos desde Schattschneider (1975), o único consenso em nossa literatura – quanto para permitir que, a partir desses casos, consigamos construir interpretações abrangentes do sistema político em que se inserem. Seu estudo sistemático é a única solução possível para o círculo vicioso desenhado por Duverger (1964), em que a produção de análises abrangentes dessas instituições carece de bases empíricas bem estabelecidas e na qual essas análises empíricas carecem de um modelo abrangente que as orientem.

Em um país cuja literatura é marcada pela relativa ausência de análises empíricas dos partidos, especialmente daqueles à direita e ao centro que historicamente têm dominado a cena política nacional (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000) e, ainda mais drasticamente, de um modelo que permita a análise sistemática dos casos existentes e de suas trajetórias (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986), a abordagem do PMDB em São Paulo como um caso em estudo visa também oferecer subsídios para a compreensão dos partidos no Brasil em geral.

Esse capítulo delimita as bases teóricas sobre as quais essa análise se assenta. Como afirmado no capítulo anterior, partimos de uma “abordagem organizacional do partido”, buscando compreender a forma como o partido se estrutura e como se insere no sistema político. Isso nos levará a uma revisão da literatura internacional sobre partidos políticos, especialmente dos modelos teóricos tradicionalmente utilizados nessa abordagem e das possibilidades que esses modelos oferecem à análise do PMDB em São Paulo. Antes disso, contudo, será necessário revisar a literatura brasileira sobre o tema, evidenciando suas limitações e a dificuldade que tivemos para enquadrar o caso em análise no formato tradicional de análise dos partidos no país.

Essas limitações da literatura brasileira são claras e derivam da ausência de estudos empíricos e abordagens sistemáticas das organizações partidárias no Brasil. Por um lado, sabe-se pouco sobre as organizações partidárias, especialmente quando comparamos esse campo com o que sabemos sobre outros campos da atuação político-partidária, como a arena eleitoral ou a atuação dos partidos no congresso e no governo. Ao mesmo tempo, o pouco que se sabe está: 1. Concentrado em um grupo pequeno de partidos, especialmente o Partido dos Trabalhadores, e; 2. Marcado por um viés analítico derivado do modelo do partido de massas duvergeriano e ressignificado sob a discussão de

“institucionalização” dos partidos (RICCI; PERES; GUARNIERI, mimeo) que tem reafirmado a fragilidade dos partidos brasileiros e desencorajado sua análise (SAMPAIO, 1982).

No que tange ao primeiro ponto, o debate contemporâneo na literatura brasileira têm se limitado à análise dos partidos em duas de suas três dimensões. Retomando o tripé clássico estabelecido por Key Jr. (1964), a plena compreensão dos partidos políticos passa pela análise de sua atuação no parlamento e no governo (*party in the public office*), sua relação com o eleitorado (*party in the electorate*) e o estudo de seus membros, elites e de sua organização (*party in the central office*). No caso brasileiro, o debate sobre a “força dos partidos” opõe visões relativas ao *party in the public office* a visões do *party in the electorate*.

Por um lado, partindo das leituras marcadas pelo pessimismo inicial dos anos 80 e 90, autores como Lamounier e Meneguello (1986), Mainwaring (2001), Pereira e Muller (2004) Zucco Jr. (2009) e, recentemente, Paiva e Tarouco (2011), afirmam que os partidos brasileiros têm grande dificuldade para cumprir seu papel mediador entre o sistema político e os eleitores. Elevados índices de volatilidade eleitoral, efeitos desprezíveis da identidade partidária sobre o comportamento eleitoral, elevada fluidez ideológica e dificuldade em controlar suas elites seriam evidências de que os partidos brasileiros seriam fracos e penariam para se institucionalizar e perdurar em um regime democrático competitivo.

O desdobramento lógico dessa discussão para a análise das organizações é que partidos políticos no Brasil seriam organizações efêmeras, dominadas por políticos interessados exclusivamente em competir eleitoralmente, sem compromissos programáticos mais profundos ou mesmo sem interesse em “fortalecer” instituições. A participação de filiados e membros seria restrita e até mesmo artificial e os partidos seriam organizações intermitentes, marcados pela descontinuidade de suas organizações no período de “entressafra” eleitoral.

Consequentemente, os partidos não seriam fortes o suficiente para enfrentar os desafios da governabilidade democrática exigida pelo novo regime instalado após o fim da ditadura. Careceriam de legitimidade como atores políticos para conduzir o processo perante os eleitores e de força perante as elites para impor estratégias e racionalidades que permitissem uma condução não errática da política nacional.

As expectativas dessa literatura inicial foram relidas a partir de novas perspectivas, baseadas em novos dados compilados e no próprio desenvolvimento global do sistema político brasileiro no recente período democrático. Por um lado, partindo de Figueiredo e Limongi (1999), um grande grupo de autores passou a analisar a dinâmica do congresso nacional para demonstrar que

diferentemente do esperado, os partidos são capazes de controlar suas elites parlamentares e definir as principais dimensões do governo (MENEGUELLO, 1998; AMORIM NETO, 1998; LYNE, 2005; MELO; CÂMARA, 2012).

No cerne desses argumentos reside a combinação de elementos institucionais que empoderaram a liderança partidária na condução do processo legislativo, enfraquecendo a atuação individualista e potencialmente desestabilizadora do parlamentar e reforçam a primazia do poder executivo sobre o legislativo, definindo assim um conjunto potencialmente estável de inter-relações entre elites, partidos e instituições estatais que contrariaram as expectativas pessimistas da primeira fase (POWER, 2010).

Por outro lado, a literatura do final dos anos 80 e início dos 90 que apontava a fragilidade dos partidos e do sistema partidário brasileiro acabou superada pelos desdobramentos da competição política presidencial a partir de 1994. Em que pese o fato de que naquele período o sistema encontrava-se efetivamente instável, chocado pela eleição do outsider Fernando Collor – e seu posterior impeachment – contra figuras tradicionais da política nacional como o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, a reorganização da competição sob a lógica bipolarizada presidencial concentrada na disputa entre PT e PSDB teve nos partidos políticos seus principais artífices (MELO, 2006, 2010; BRAGA, 2006; LIMONGI; CORTEZ, 2010).

Essa estabilidade do padrão de competição da eleição presidencial teve efeitos sobre todo o sistema, contribuindo para sua consolidação, tanto ao nível do sistema partidário, quanto na relação entre os eleitores e o sistema político. A lógica de competição presidencial passou a reger também as clivagens no congresso (POWER; ZUCCO JR., 2012) e a forçar a coordenação de estratégias de coalizão nos diferentes níveis eleitorais, estabilizando também a estrutura de competição ao nível subnacional (LIMONGI; CORTEZ, 2010). Finalmente, a centralidade assumida por PT e PSDB na disputa política nacional tem influenciado a forma como o eleitor compreende e se posiciona diante do sistema político e a simpatia dos eleitores com esses partidos se mostrou um importante preditor do voto no período contemporâneo (BRAGA; PIMENTEL JR, 2011).

Nessas discussões, contudo, têm estado ausentes as considerações sobre os partidos como organizações políticas. Na discussão sobre os partidos no Congresso, a capacidade que os líderes partidários têm para controlar o processo legislativo tem sido entendida como sinal de força partidária, ignorando o fato de que liderança e partido não constituem um mesmo elemento. Pelo contrário, historicamente bancadas parlamentares no país têm apresentado significativa autonomia vis-à-vis as decisões de seus partidos (HIPÓLITO, 1985; BENEVIDES, 1981; KINZO, 1988).

Ao mesmo tempo, a literatura sobre o papel dos partidos na dimensão eleitoral não tem avaliado sistematicamente como esses processos ocorrem internamente às organizações, sendo incertas ainda as variáveis levadas em consideração pelas lideranças na hora de coordenar estratégias, selecionar candidatos e mobilizar eleitores.

Isso se deve, em grande medida, à já mencionada ausência de estudos empíricos sobre as organizações partidárias no Brasil. Apesar de encontrarmos trabalhos clássicos sobre o tema, analisando partidos do período democrático anterior (45-64) como Hipólito sobre o PSD (1985), Benevides sobre a UDN e o PTB (1981, 1989), Vianna (1981) e Coelho (2003) sobre o PDC e Sampaio sobre o PRP (1982), ou do bipartidarismo (KINZO, 1988; MOTTA, 1997; JENKINS, 1979; GRINBERG, 2009), são poucos os casos estudados contemporaneamente.

Exceto pelo Partido dos Trabalhadores, sobre o qual uma larga literatura se debruçou (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; RODRIGUES, 1997; HUNTER, 2009; RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2010)<sup>14</sup>, partidos ao centro e à direita do espectro ideológico são significativamente desconhecidos<sup>15</sup>. Isso se deve, em partes, às dificuldades já mencionadas de se conseguir acessar dados confiáveis sobre o tema e à resistência que muitos desses partidos têm ao escrutínio de suas atividades por parte dos cientistas políticos. Ao mesmo tempo, poucos cientistas políticos têm se esforçado para fazê-lo, muito por rejeitarem ideologicamente as práticas desses partidos, mas também, e principalmente, por não os vê-los como um objeto de pesquisa relevante (SAMPAIO, 1982).

Aqueles que o fizeram encontraram padrões semelhantes de organização dos partidos políticos no país. Sob os constrangimentos e incentivos institucionais produzidos pela combinação de federalismo, presidencialismo e representação proporcional e carregando consigo a herança histórica de modalidades organizativas e da relação com o Estado dos partidos brasileiros (SOUZA, 1976; LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986; BIZZARRO NETO, 2011), os partidos brasileiros são habitualmente caracterizados como organizações marcadas pela elevada autonomia de suas entre suas unidades, com particular destaque para as unidades estaduais (HIPOLITO, 1985; BENEVIDES, 1981), pela preponderância de sua atuação eleitoral e de suas elites eleitas sobre a organização (KINZO, 1988), pela ausência de bases partidárias organizativas densas e por complexos

---

<sup>14</sup> Essas são referências gerais sobre o PT, analisando grandes processos do partido nacional, como sua formação, trajetória e transformação a partir da ocupação do governo nacional. Há ainda um sem número de referências sobre as experiências petistas nos governos locais e estaduais, suas formas de organização, políticas públicas e vínculos com a sociedade civil. Para uma revisão, ver Amaral (2010).

<sup>15</sup> Roma (2002), Marques e Fleischer (1999), Assumpção (2008) Couto (1998), Almeida (2004), Ferreira (2000) e Tarouco (1999) são alguns exemplos.

mecanismos de acomodação de interesses centrados na garantia da autonomia dos candidatos proporcionais e na construção de candidaturas aos cargos executivos (BENEVIDES, 1981; FERREIRA, 2002; BIZZARRO NETO, 2011).

Essa desvalorização dos partidos políticos tradicionais como objeto de estudo – não apenas no Brasil – também se liga ao papel normativo que o modelo de partido de massas duvergeriano tem exercido historicamente sobre a literatura (FRETEL, 2011). Esse modelo está na base das interpretações sobre nossos partidos, inclusive das discussões sobre sua institucionalização (RICCI; PERES; GUARNIERI, mimeo), ainda que sua utilização para a compreensão de casos de partidos contemporaneamente tenha sido posta em cheque, tanto em novas democracias (VAN BIEZEN, 2003) quanto nas democracias consolidadas (GUNTHER; DIAMOND, 2003).

Tal modelo é caracterizado por partidos de “criação externa”, associados à expansão do sufrágio universal (SCARROW, 2006), e por mobilizarem o eleitorado anteriormente excluído do sistema político (DUVERGER, 1964). Em tipificação semelhante, Neumann (1956) os definiu como organizações que exigiam um forte comprometimento de seus membros, inserindo-os em uma extensa e variada estrutura partidária, incluindo diversas organizações subsidiárias.

Para organizar e mobilizar esses grupos através do partido, caracterizavam-se por elaborar e propagar consistentemente suas ideologias, através de um sofisticado e abrangente sistema de propaganda, baseado em um sistema de imprensa oficial do partido e pela inserção dessa ideologia em todas as esferas da vida de seus membros (NEUMANN, 1956). O resultado disso é uma competição política pautada pela disputa entre modelos de organização e princípios, de forma que a filiação partidária desempenhava um papel central no comportamento político dos eleitores.

Organizacionalmente, foram caracterizados como estruturas altamente burocratizadas, em que direções colegiadas eleitas pelas bases constituíam o mecanismo *par excellence* de direção, em combinação com grandes congressos nacionais incluídos que abrigavam as várias tendências internas (WOLINETZ, 2002). Nessa estrutura, a elite extraparlamentar desempenhava um papel central na definição das políticas e estratégias do partido, inclusive precedendo a própria criação de um grupo parlamentar do partido. Esse segundo grupo, quando criado, era visto como um instrumento para a implantação da ideologia partidária (KATZ; MAIR, 2002).

Finalmente, sua organização era composta por uma extensa base de filiados, normalmente vindos de um mesmo grupo social – trabalhadores sindicalizados em especial – dos quais o partido extraía recursos para sua própria sobrevivência e os quais trabalhavam em suas campanhas e atividades (WARE, 1985).

Com uma caracterização tão restrita e exigente, sua aplicação como modelo teórico e normativo a um país em que os partidos são historicamente apontados como marcados por elevada fluidez e fragilidade organizacional (SOUZA, 1976; LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986) só poderia produzir o descrédito com que a literatura os têm tratado. Contudo, o modelo do partido de massas não é o único modelo possível para partidos e a literatura tem se empenhado largamente em multiplicar esses modelos e fortalecer a capacidade explicativa e a abrangências das novas teorias (KROUWEL, 2006).

Contemporâneo aos partidos de massa, por exemplo, o modelo do partido de elites (OSTROGORSKI, 1902; DURVERGER, 1954; KIRCHHEIMER, 1966) abrange organizações bastante diferentes. Definidos como “*closed caucuses*” por Wolinetz (2002), são o resultado da união de líderes notáveis sob uma mesma legenda que faziam da mobilização de membros da elite e da distribuição de patronagem seus mecanismos fundamentais de atuação eleitoral.

Em termos organizacionais, poucos apresentavam algum tipo de organização extraparlamentar, sendo constituídos majoritariamente por seu grupo parlamentar e seu conjunto de eleitores (KATZ; MAIR, 2002). Quando havia, a organização extraparlamentar era pouco articulada e suas unidades locais eram autônomas e embrionárias, dedicadas à seleção de candidatos e à campanha por esses candidatos, funcionando apenas durante o período eleitoral (NEUMANN, 1956).

Muitas dessas características têm sido apontadas como presentes nos partidos brasileiros, o que é teoricamente coerente. Como aponta Shefter (1994), a verdadeira clivagem entre partidos de massa e de quadros se dá no acesso de cada um deles ao Estado em seu momento de formação. Partidos criados internamente ao sistema político e com acesso aos recursos de patronagem do estado desde seu início tendem a enfatizar a atuação de suas elites parlamentares e desencorajando o estabelecimento de uma organização extraparlamentar forte. Em larga medida, essa argumentação se assemelha a interpretação dada por Souza (1976) para a institucionalização dos partidos brasileiros no período 1945-1964, apontando sua fragilidade *vis-à-vis* a concentração de recursos políticos no aparato estatal.

Contudo, o partido de quadros puro, como definido por Duverger, Neumann ou Ostrogorski é, assim como o partido de massas, historicamente circunscrito. Tais organizações sofreram profundas modificações com a expansão definitiva do sufrágio universal e as transformações das condições de competição política.

Uma das interpretações dessas transformações resultou no modelo do partido *catch-all* (KIRCHHEIMER, 1966; KROUWEL, 2003). As dimensões centrais dessa transformação residiam na diminuição do papel da ideologia como organizadora da atuação dos partidos – sacrificando posições ideológicas mais consistentes e muitos dos interesses de sua base social, buscando maximizar os votos obtidos – e na redução da política à administração do Estado. Sua inserção eleitoral guiava-se por um conjunto de cálculos em que as ações eram avaliadas à luz dos ganhos e perdas em termos eleitorais que poderiam trazer (WOLINETZ, 2002).

Tais partidos sempre enfrentaram grande dificuldade para atuar como oposição, já que isso impediria que o partido conseguisse atender muitas das demandas dos grupos que o apoiavam. Ao mesmo tempo, sua organização desenvolveu-se não mais em torno da ideologia professada ou da inserção total dos membros no dia-a-dia da organização, mas da construção de um aparato comprometido com o sucesso eleitoral do partido (KIRCHHEIMER, 1966).

Essa transformação organizacional levou a um novo papel dos membros, menos participativos, menos importantes para o financiamento da organização e a realização de campanhas e mais distantes das principais decisões tomadas pelo partido. Partidos tornaram-se, conseqüentemente, mais profissionais e suas campanhas passaram a ser *capital-intensive* (PANEBIANCO, 2005). O capital necessário para campanhas passou a ser obtido junto a grupos de interesse, trocando recursos pela defesa dos projetos desses grupos no parlamento ou no governo.

Como resultado dessas transformações, os partidos *catch-all* – ou eleitoral-profissional como os define Panebianco (2005)<sup>16</sup> – passam por processos de enfraquecimento do papel de seu núcleo extraparlamentar em face do grupo parlamentar e de maior personalização das lideranças e campanhas. As atividades partidárias de campanha, organização e mobilização acabam por concentrar-se no candidato e diferentes núcleos do mesmo partido podem competir por espaço ou votos.

Essa diminuição do papel da ideologia na definição dos partidos e de suas estratégias acabou por produzir tendências centrípetas de competição. Uma das expressões dessas tendências acabaria por orientar um quarto modelo partidário, o modelo do partido cartel. Afastados de suas bases, e mais próximos entre si, partidos formam um “cartel” para garantir a própria sobrevivência e bloquear a entrada de novos participantes, através da distribuição de recursos do estado para seus membros (KATZ; MAIR, 1995). Tais recursos são utilizados para financiar as atividades partidárias e para

---

<sup>16</sup> Krouwel (2006) classifica ambos como membros de um mesmo grande tipo.

construir a legitimidade do partido perante a sociedade. Ao mesmo tempo, a imbricação entre partido e estado intensifica o papel do segundo na regulação e definição do primeiro.

Essa imbricação obscurece a separação entre as duas instituições e aponta para uma estratégia de “colonização” do estado pelos partidos políticos. As condições que favorecem o surgimento dessas instituições seriam uma tradição de fortes relações entre estados e partidos, elevada dependência dos partidos a recursos de patronagem e a existência de uma cultura política de forte cooperação interpartidária (WOLINETZ, 2002).

Ao avançar sobre o estado, o partido se afasta da sociedade civil, de forma que seus grupos parlamentares e extraparlamentares passam a se sobrepôr, afastando a elite do partido de seus membros e de suas bases sociais (KATZ; MAIR, 2002; VAN BIEZEN, 2003) e caracterizando o partido por uma organização estratárquica, em que os diferentes níveis da organização apresentam elevado grau de autonomia entre si (KATZ; MAIR, 1995).

Essa maior aproximação com o estado também intensifica o papel que profissionais da política tendem a ter dentro da organização e a diminuir ainda mais o papel que a ideologia tem para a definição das estratégias partidárias, agora substituída pela valorização das capacidades técnicas de administração do estado por parte dos candidatos (WOLINETZ, 2002), apelando para um eleitorado difuso, sem forte identificação política ou social com a organização (KATZ; MAIR, 1995).

Esses dois modelos, o do partido eleitoral profissional ou catch-all ou do partido cartel têm sido também utilizados nos estudos sobre os partidos brasileiros – Ribeiro (2010) usou o primeiro para compreender o PT e Ferreira fez o mesmo com PMDB e PFL, enquanto Nicolau (2010) tratou da cartelização do sistema partidário brasileiro. Contudo, assim como no caso dos modelos anteriores, sua completa aplicabilidade aos partidos no Brasil é duvidosa, dado que muitas das características apontadas como pertencentes a um ou a outro modelo convivem em um mesmo partido no caso brasileiro.

Da mesma forma, o quinto grande modelo teórico que tem orientado a literatura, esse bem mais recente, também apresenta características que aparentemente se adequam aos partidos brasileiros. Conhecido como modelo *business-firm*, ou empresarial de organização partidária, leva ao extremo a profissionalização da política, fazendo com que o partido atue mimetizando práticas e estratégias de empresas no mercado (HOPKIN; PAOLUCCI, 1999). Suas bases organizacionais são, inclusive, derivadas de alguma organização prévia, talvez mesmo uma empresa, como os partidos pelos quais Sílvio Berlusconi, magnata das comunicações italiano, tem concorrido nas eleições de seu

país (KROUWEL, 2006). No caso brasileiro, não é impossível imaginar a adequação desse modelo aos partidos que têm se construído a partir da mobilização de igrejas evangélicas.

A atuação política é vista à semelhança da lógica de competição econômica, e partidos atuam em um mercado político em que fornecem *goods* e buscam obter recompensas de seus eleitores. Para isso, oferecem compensações financeiras aos seus membros, em especial àqueles que por dedicarem mais tempo às atividades partidárias, acabam assumindo papéis de destaque na organização (HOPKIN; PAOLUCCI, 1999).

Pragmáticos ao extremo, não buscam mobilizar eleitores por apelos ideológicos, mas apelando para grandes questões que cruzam as clivagens sociais estabelecidas. Nesse apelo abrangente, destacam o papel de líderes pessoais do partido, mobilizando suas vantagens organizativas e uma densa expertise na condução de campanhas eleitorais na mídia de massa (HOPKIN; PAOLUCCI, 1999).

Como mencionado – ainda que claramente o modelo seja um tipo-ideal do qual os partidos brasileiros possam apenas se aproximar – a condução empresarial e ultra profissional da política também tem sido apontada na caracterização de partidos no Brasil, como Melhem (1998) faz com nosso objeto, o PMDB em São Paulo.

Ainda que esses grandes modelos tenham sido muito criticados – em especial por adotarem uma perspectiva evolucionária dos processos de transformação dos partidos – e medidas alternativas tenham sido tentadas, como a criação de tipologias mais detalhadas ao mesmo tempo em que mais abrangentes (GUNTHER; DIAMOND, 2003), sua utilidade como referencial teórico ainda é indispensável. Ainda também que a análise empírica dos partidos possa demonstrar a adequação de mais de um modelo a um mesmo partido – algo que os modelos tentam evitar e a variedade de tipologias apenas exponencializa (KROUWEL, 2006) – eles fornecem compreensões abrangentes das inter-relações entre as diferentes dimensões partidárias e o sistema político em que os partidos se inserem.

Justamente por essa dualidade, optamos aqui por não delimitar nenhum modelo como referência teórica fundamental para essa pesquisa. Partimos de uma noção básica e minimalista de partidos – coalizões institucionalizadas de elites que buscam o poder político através do estabelecimento de uma organização para tal, adotando regras, normas e procedimentos que potencializem suas chances de sucesso (ALDRICH, 1995, 2011) e adotamos uma perspectiva na qual as variáveis organizativas são tomadas como variáveis intervenientes na definição de seu desenvolvimento global (LEVITSKY, 2001).

Por variáveis organizativas entendemos a análise de questões como a forma pela qual seus grupos e unidades internos se relacionam (KITSCHOLT, 1994), a forma como o partido penetra no território (ELIASSEN; SVASAND, 1975), as formas de organização que escolhe (DUVERGER, 1964), seu nível de profissionalismo, e a forma como extrai recursos para a sobrevivência organizacional (PANEBIANCO, 2005) ou seleciona candidatos, elites e membros (HAZAN; RAHAT, 2006). Entendemos que para cada uma dessas dimensões múltiplos resultados são possíveis e a combinação desses resultados permite que cada partido tenha uma configuração própria.

Essas escolhas não são, contudo, aleatórias. Elas respeitam os interesses das elites (ALDRICH, 1995) bem como os constrangimentos e incentivos produzidos internamente e externamente ao partido que possam alterar sua configuração (KRAUSS; PEKKANEN, 2011). Dessa forma, ao invés de adotarmos grandes modelos teóricos, assumimos uma orientação de análise significativamente menos abrangente, pautada pelo institucionalismo histórico em sua aplicação aos partidos políticos (ALDRICH, 1995; KRAUSS; PEKKANEN, 2011).

O PMDB paulista será aqui entendido, portanto, como uma coalizão de elites que compartilham o interesse por vencer eleições e que buscam estabelecer uma organização eficaz para isso. Essa organização não é, entretanto, pontual. Ela tem história e trajetória, constituindo-se como uma instituição justamente pela perenidade de práticas, vínculos e estruturas que condicionam o desenvolvimento e a atuação de elites e organização no sistema político em que se inserem. A continuidade organizacional está na base da capacidade do partido político como uma instituição solucionar os problemas de ação coletiva colocados diante das elites políticas, de forma que sua historicidade é elemento central de sua compreensão (ALDRICH, 1995).

Ao final da análise, a configuração particular que marca o PMDB-SP pode remeter aos modelos acima explorados e por sua capacidade em alinhar a análise das dimensões organizativas com suas outras dimensões e a inserção dos partidos no sistema político eles serão retomados sempre que nos auxiliarem a compreender o desenvolvimento do PMDB em São Paulo nos últimos 20 anos.

Todavia, cremos que a opção por uma teoria menos fechada, aberta às múltiplas combinações possíveis para a organização derivadas da interação entre interesses, elites, contexto e trajetória, não apenas abre mais espaço para a compreensão do caso, não o restringindo a um modelo teórico ao qual certamente ele não se adequaria perfeitamente, como permite que ela seja usada posteriormente como um ponto de partida para novas análises dos partidos brasileiros.

### Capítulo 3. Trajetórias partidárias

#### *O PMDB paulista nos anos 80*

Os anos 80 foram os anos de maior instabilidade do regime político brasileiro desde a crise que levou ao golpe em 1964. Inicialmente, abrigou a crise final do regime militar, a pressão através das eleições que apressaria o lento fim da ditadura, o rompimento de importantes elos da cadeia de dominação militar, com o retorno dos grupos políticos exilados e a conquista pela oposição de governos estaduais, que levariam à derrota do candidato do governo no colégio eleitoral de 1985.

Em seguida, com a redemocratização, foram o período do grave dilema que enfraqueceu o PMDB e o novo regime de partidos, desafiados a recuperar e garantir a estabilização econômica do país, em um momento de crise internacional do capitalismo, ao mesmo tempo em que atendia os desejos e anseios da população em um novo regime democrático. A difícil conciliação entre estabilização econômica e governabilidade democrática minou a estabilidade do sistema político ao final dos anos 80 (SOLA, 2011).

Simultaneamente às dificuldades contextuais da transição e da crise econômica, o sistema partidário brasileiro estava se reorganizando. Inicialmente de maneira restrita, instalou-se o multipartidarismo após a reforma da Lei Orgânica dos Partidos Políticos em 1979, no qual competiam os herdeiros das organizações do período bipartidário (PMDB e PDS) e mais um grupo de novos competidores (PDT, PTB e PT). Após a retomada da democracia e a flexibilização das leis eleitorais, novos partidos foram fundados, fazendo disparar a fragmentação do sistema partidário e a competitividade das eleições.

O PMDB foi um ator crucial em ambas as fases do processo, tanto nacionalmente quanto em São Paulo. Para os propósitos desse texto, vamos explorar apenas a dinâmica eleitoral-partidária do estado, mas é certo que muitas das dimensões aqui exploradas podem ser estendidas para o partido em outros contextos subnacionais.

Para além do sucesso eleitoral do partido no período já explorado no capítulo anterior, os anos 80 marcam duas importantes transformações na trajetória eleitoral do PMDB e no padrão de competição eleitoral no Estado. No que tange à trajetória do partido, a partir de 1982 – como pode ser observado também no Gráfico 3 (acima) – tem início o processo que Sadek (1989) chamaria de “interiorização do PMDB” (ver também KINZO, 1984). A capacidade do partido mobilizar eleitores nos grandes municípios e na periferia da capital, crucial para seu sucesso eleitoral na década de 1970 (LAMOUNIER, 1978), diminui, ao mesmo tempo em que aumenta a penetração do partido em municípios do interior.

O aumento da competição com os novos partidos à esquerda, que passam a mobilizar a base urbana do anteriormente abrigada sob o PMDB diminui sua capacidade de conquistar votos na periferia das grandes cidades. Ao mesmo tempo, a entrada de novas elites, mais tradicionais, e a ocupação do estado a partir de 1982 passaram a fortalecer os resultados do partido nos menores municípios pelo interior, caracterizando uma importante mudança nas bases do partido.

Em estreita relação com essa interiorização do PMDB a partir de 1982 estava a ascensão do quercismo como um fenômeno político estadual. Vindo do interior e forjado na mobilização das bases e lideranças intermediárias fora da capital, o sucesso de Quércia fortalecia seus candidatos ao mesmo tempo em que o sucesso global do grupo aumentava seu cacife nas disputas políticas estaduais.

Os dados da Tabela 6 apresentam a votação do PMDB nas disputas para o Senado nos municípios paulistas, agregados por tamanho da população. Os resultados demonstram esse deslocamento das bases do partido, com o aumento dos votos nas faixas populacionais intermediárias (municípios médios e pequenos) e seu decréscimo nos municípios maiores.

**Tabela 6 – Votação do PMDB – Senado –  
por faixa populacional – 1974-1986 (%)**

n. de habitantes	1974	1978	1982	1986
> 20mil	57,0	67,2	47,1	71,6
entre 20mil e 50mil	66,2	76,4	54,8	71,1
entre 50mil e 200mil	72,0	82,4	55,7	68,4
> 200mil	78,8	87,1	45,1	59,0
Total	73,2	82,5	48,7	63,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Fundação Seade

De maneira mais aprofundada, é possível destacar os caminhos dessa mudança no território paulista. Enquanto os dados da Tabela 7 para a votação do partido nas eleições para o Senado por região administrativa apontam os bons desempenhos do partido no período 74-78 em regiões mais desenvolvidas e populosas como São Paulo, Santos e Campinas, os mesmos resultados para o período 1982-1986 apontam uma distribuição diferente dos votos, com uma forte queda nos municípios da grande São Paulo e em regiões como Ribeirão Preto e o fortalecimento do partido em regiões mais distantes da capital, como Araçatuba e São José do Rio Preto.

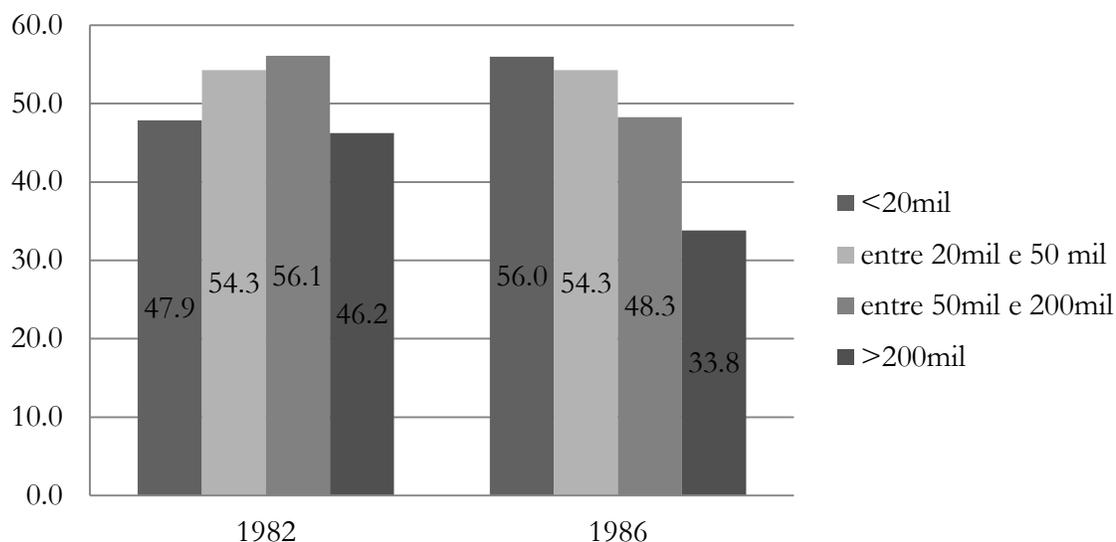
**Tabela 7. Votação percentual do PMDB (Senado) por Região Administrativa**

RA	Ano			
	1974	1978	1982	1986
Registro	44,0	70,0	47,9	71,5
Santos	78,8	87,3	54,5	71,3
S.J.Campos	63,5	76,8	57,2	64,8
Sorocaba	63,3	73,4	54,5	68,1
Campinas	70,1	80,0	55,3	66,9
R.Preto	70,8	76,9	49,4	56,9
Bauru	67,0	76,0	49,9	74,2
S.J.R.Preto	61,7	70,5	52,6	73,3
Araçatuba	63,6	71,8	53,1	74,6
P.Prudente	64,7	74,7	49,3	76,0
Marília	60,6	74,1	54,1	75,3
Central	69,2	79,9	52,3	72,3
Barretos	63,2	72,7	50,0	70,1
Franca	68,2	76,0	55,0	66,5
São Paulo	79,5	87,8	44,1	57,6

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Fundação Seade

Esse padrão de distribuição territorial dos votos e as dinâmicas de mudança dos resultados eleitorais do partido ao longo do tempo não se limitam às eleições para o Senado. Observando o Gráfico 8 e os resultados das eleições para o governo estadual no período, percebem-se novas dimensões do processo de interiorização do partido apontado por Sadek (1989). Em 1982, seus resultados são semelhantes aos observados anteriormente, nas eleições para o Senado, com melhores resultados sendo encontrados nos municípios contidos nas faixas populacionais intermediárias. Esse padrão se altera em 1986 e o PMDB obtém seus melhores resultados justamente nos menores municípios do estado (menos de 20mil habitantes).

**Gráfico 8. Distribuição de votos do PMDB (Governador) em 1982 e 1986 por tamanho do município (% de votos)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Fundação Seade.

A distribuição territorial dos votos é igualmente semelhante. Já em 1982 o partido teve nos municípios da região metropolitana de São Paulo seu pior resultado. Essa dificuldade do partido em penetrar na capital e suas vizinhanças se intensificou em 1986, repercutindo também em más votações do partido em regiões próximas à capital, como Santos e São José dos Campos. Tal fato reforça a constatação de que a década de 80 marca uma mudança nas bases do PMDB em São Paulo quando comparado aos padrões observados na década de 70.

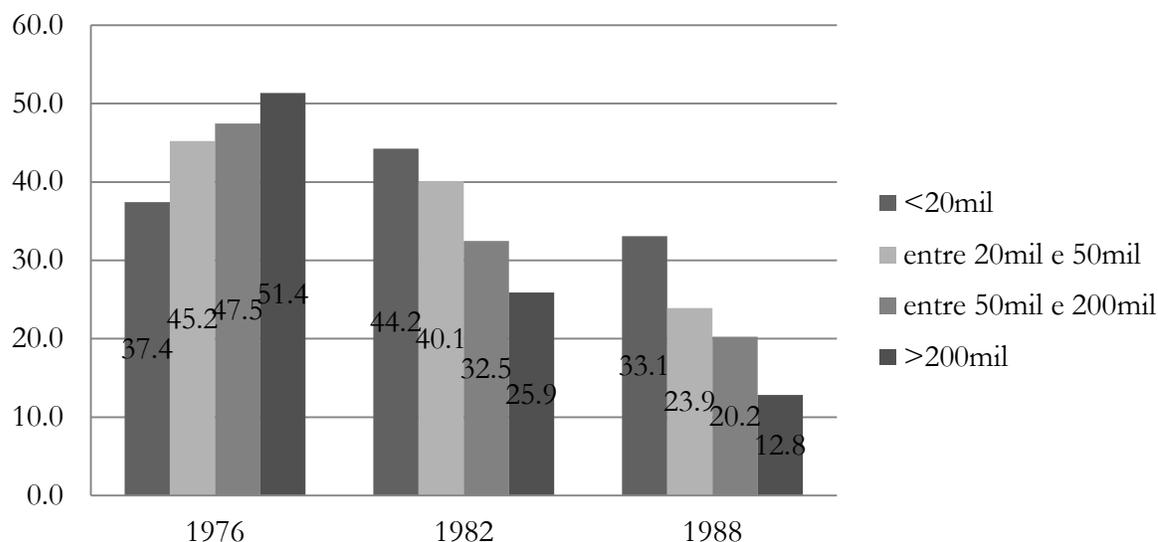
**Tabela 8. Votação percentual PMDB  
(Governador) por Região Administrativa –  
1982-1986**

RA	1982	1986
Registro	48,9	52,9
Santos	54,3	34,8
São José dos Campos	57,5	43,3
Sorocaba	54,7	46,8
Campinas	55,7	47,5
Ribeirão Preto	49,8	48,7
Bauru	50,7	57,0
São José do Rio Preto	53,6	57,8
Araçatuba	53,8	59,8
Presidente Prudente	50,4	60,0
Marília	55,1	59,9
Central	52,7	56,0
Barretos	51,0	56,9
Franca	56,5	61,5
São Paulo	44,1	31,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Fundação Seade

Finalmente, a consistência dessa mudança nas bases territoriais do PMDB em São Paulo pode ser também observada em eleições municipais. Os dados do Gráfico 9 e da Tabela 9 reproduzem os mesmos parâmetros sob os quais descrevemos os votos peemedebistas para senador e governador. Inicialmente divididos por tamanho do município e depois por Região Administrativa, os resultados confirmam a gradual penetração do PMDB nos municípios menores e em regiões mais distantes da capital, e o enfraquecimento do seu apoio nos maiores municípios e na grande São Paulo especialmente a partir de 1982.

**Gráfico 9. Distribuição dos votos do PMDB (prefeito) por tamanho do município - 1976-1982 (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Fundação Seade.

**Tabela 9. Votação percentual do PMDB por Região Administrativa – 1976-1988**

RA	1976	1982	1988
Registro	42,1	41,8	26,1
Santos	50,0	32,6	17,8
São José dos Campos	41,2	39,9	23,5
Sorocaba	43,0	39,2	26,7
Campinas	44,7	39,1	27,7
Ribeirão Preto	39,2	44,2	25,9
Bauru	40,8	35,9	30,9
São José do Rio Preto	40,1	43,6	32,4
Araçatuba	34,9	45,1	34,7
Presidente Prudente	38,4	45,8	32,8
Marília	40,3	44,5	34,6
Central	38,4	37,4	24,1
Barretos	35,6	40,5	28,8
Franca	43,2	45,6	33,3
São Paulo	48,2	28,8	14,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Fundação Seade

Esses dados apontam para as mesmas conclusões de Sadek (1989) e Melhem (1988), que afirmavam a interiorização da votação do partido através de seu crescimento em regiões mais

distantes da capital. No mesmo diapasão, Melhem (1988) afirma que esse crescimento se deu especialmente em regiões com grande número de cidades – e conseqüentemente, prefeituras – o que serviu para fortalecer lideranças intermediárias oriundas dessas regiões.

Essas lideranças intermediárias e seu sucesso em eleições locais constituem uma marca histórica do PMDB e em especial do PMDB quercista. O lema peemedebista “Tudo começa nos municípios” evidencia a centralidade que esse nível da disputa eleitoral sempre teve para o partido. As eleições dos anos 80 foram decisivas nesse sucesso, pois permitiram o avanço do PMDB sobre as prefeituras no estado e sua conversão em ator majoritário da política local no estado (Tabela 10). Esse avanço respeitou a lógica de penetração territorial do partido no Estado, começando pelas maiores cidades na década de 70 e migrando gradativamente para os menores municípios até 1988, quando o PMDB é apenas o terceiro partido a eleger mais prefeitos nos municípios com mais de 200 mil habitantes.

**Tabela 10. Número de prefeitos eleitos pelo PMDB por faixa do eleitorado – 1976-1988 (% / n)**

Faixa pop.	1976		1982		1988	
	%	Eleitos	%	Eleitos	%	Eleitos
<20mil	14,8	54	41,2	154	37,3	140
entre 20mil e 50mil	31,3	30	65,7	65	36,3	37
entre 50mil e 200mil	44,1	30	71,4	50	26,8	19
>200mil	71,4	15	77,3	17	12,5	3
Total	23,5	129	50,6	286	34,8	199

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Fundação Seade.

A retomada da trajetória eleitoral do partido na década de 80 evidencia, portanto, que os processos de mudanças no padrão de penetração territorial do partido e de construção de suas bases levaram o PMDB do final dos anos 80 a condições completamente diferenciadas daquelas enfrentadas pelo partido durante o período de transição. Internamente, o partido afastou-se de suas bases tradicionais nos grandes centros e penetrou nas pequenas cidades, fortalecendo o papel de lideranças locais intermediárias como atores centrais do desempenho eleitoral do partido.

Externamente, a mudança no contexto de competição com a entrada de novos competidores alterou a estrutura de competição em que o partido se inseria. A crise de popularidade do PMDB durante o governo Sarney já explorada anteriormente aliou-se a essa fragmentação do sistema para enfraquecer o partido em São Paulo em 1986, *vis-à-vis* seus resultados em 1982. De qualquer forma,

após 1988 o PMDB ainda predominava sobre o sistema partidário paulista, mas o fazia em condições muito diferenciadas daquelas sobre as quais historicamente se constituiu.

Em 1988, o partido era o partido do governo estadual, conquistou todas as cadeiras estaduais no Senado e a maioria da Câmara e das prefeituras. Contudo, vinha perdendo apoio eleitoral junto ao eleitorado nas maiores cidades e sua legitimidade como condutor da reorganização da democracia estava em cheque. Conseqüentemente, o PMDB que encerra o governo Quéricia era uma organização cuja força eleitoral e, como veremos adiante, organizacional, encontravam-se no interior, nos menores municípios. Durante a década de 80, essa predominância sobre os menores municípios foi suficiente para preservar sua condição de principal ator do sistema. A próxima seção mostra que esse não foi o caso a partir dos anos 90.

#### *O declínio e o descompasso: trajetória eleitoral a partir de 1990*

Como o maior partido do Estado, legenda de 3 governadores e da maioria dos deputados, Senadores e Prefeitos da década de 80 chega ao final da primeira década do século XXI na condição de coadjuvante da política estadual, elegendo apenas um Deputado Federal em uma bancada de 70 e 4 Estaduais e uma bancada de 94? O que aconteceu entre 1986 e 2010 com Orestes Quéricia e seus aliados do PMDB-SP para que enfrentassem tamanha perda de seu apoio eleitoral junto aos paulistas? Essas são as perguntas que orientam a compreensão da trajetória eleitoral do partido a partir de 1988.

Após a vitória de Franco Montoro para a disputa para o Governo do Estado em 1982 e a eleição de seu vice, Orestes Quéricia para a chefia do governo estadual em 1986, o PMDB fortaleceu suas bases partidárias em todo o estado. Quéricia especialmente, fez das construções dessas bases ferramentas centrais em seu processo de consolidação sobre o partido estadual e sobre a política paulista.

A expressão eleitoral da consolidação da liderança eleitoral de Quéricia foi a eleição de Luiz Antônio Fleury Filho para o governo do Estado. Fleury, Procurador do Ministério Público e Secretário de Segurança do governo Quéricia era um dos membros do primeiro escalão quercista que lançariam bem sucedidas campanhas eleitorais durante e logo após o fim do governo de Quéricia, em 1990 (MELHEM, 1998). Diferentemente de muitos outros quercistas, historicamente ligados ao líder desde as campanhas da década de 70, o vínculo de Fleury com o governador fora criado poucos anos antes, a partir do processo de nomeação do então procurador para a secretaria.

Isso não impediu, contudo, que Fleury fosse o escolhido, em detrimento de outras lideranças do quercismo e do PMDB. Essa escolha também evidenciava como o controle de Quércia sobre o PMDB em São Paulo era absoluto, ao rejeitar membros históricos do partido – como o Deputado João Leiva – e mesmo o vice-governador do período 1987-1991, Almino Alfonso, pré-candidatos à sucessão pelo PMDB.

Apesar do contexto desfavorável ao PMDB entre 1986 e 1990, já explorado no capítulo 1, o PMDB em São Paulo conseguiu preservar parte de seu cacife eleitoral e eleger Fleury para o governo, no segundo turno contra Paulo Maluf. Nessas eleições, o partido foi novamente capaz de mobilizar suas bases no interior do estado para levar Fleury ao segundo turno (Tabela 11), mas valeu-se do apoio recebido de candidatos dos partidos mais a esquerda que o PMDB, como PSDB e PT, para vencer as eleições no segundo turno (correlações *r* de *Pearson* apontam indicadores de 0.7822 para a comparação entre voto no PT no 1º turno e variação da votação do PMDB entre o primeiro e segundo turno e 0.7915 para o mesmo teste em relação à votação do PSDB).

**Tabela 11. Resultado das eleições para o Gov. Est. 1990 por tamanho do município (%)**

Faixa pop	1º turno						2º turno		
	PMDB	PLH	PDS	PRP	PSDB	PST	PT	PMDB	PDS
<20mil	42,8	0,3	45,3	0,5	6,5	0,3	4,3	55,2	44,8
entre 20mil e 50mil	38,0	0,4	44,9	0,5	8,9	0,2	7,1	54,5	45,5
entre 50mil e 200mil	32,4	0,3	43,0	0,5	12,6	0,2	11,0	54,1	45,9
>200mil	22,9	0,3	43,2	0,5	18,4	0,2	14,5	49,9	50,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Fundação Seade.

Contudo, os resultados de 1990 apontavam que, a despeito da eleição majoritária para o Governo do Estado, o apoio eleitoral ao PMDB nas eleições estaduais começava a minguar. Após declinar no estado entre 1982 e 1986, o novo declínio do apoio eleitoral do partido no período 1986-1990 apontava para um enfraquecimento sistemático das votações do PMDB no estado, na medida em que a fragmentação e a competição eleitoral aumentavam.

Nas eleições estaduais vê-se que, mesmo com o pequeno declínio quando comparamos 1982 e 1986, o PMDB obtinha mais de 40% dos votos em praticamente todos os pleitos do período. Entretanto, o declínio iniciado em 1986 ganha força nas eleições seguintes e os votos do partido entre 1990 e 1994 oscilam em torno dos 20% em todos os níveis. Se em 1990 isso foi suficiente para levar Fleury ao segundo turno, em 1994 a votação o candidato peemedebista, José Antônio de Barros Munhoz, então Deputado Estadual, não obtém o mesmo sucesso. Nesse pleito o candidato do

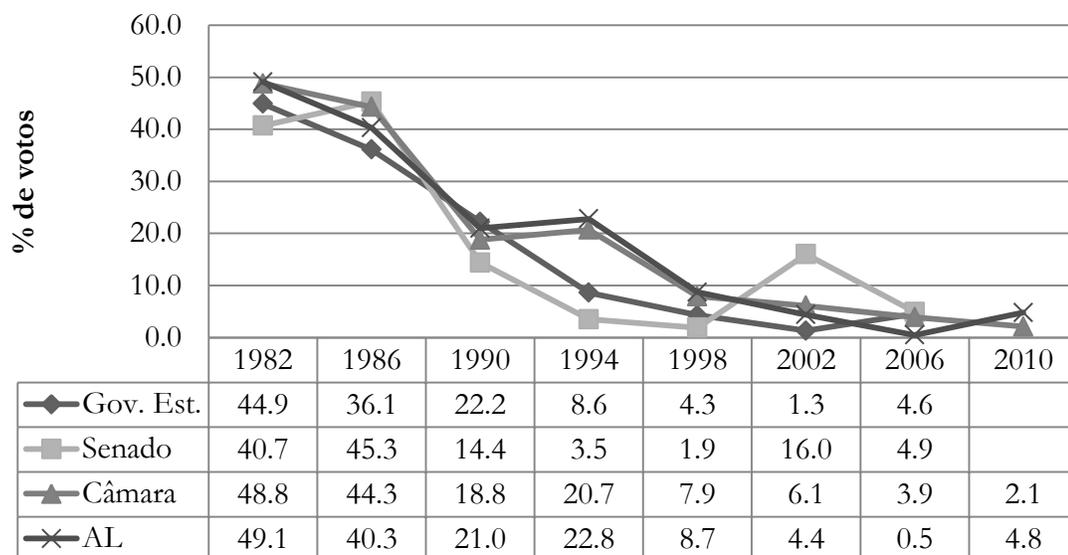
PMDB não chega a obter 10% dos votos, sendo derrotado pelo ex-correligionário Mário Covas, que se lançou ao governo pelo PSDB.

Entre 1994 e 1998 o partido enfrenta novamente uma intensificação das perdas de apoio eleitoral, e a votação média do partido em eleições estaduais que oscilava em torno dos 20% entre 1990 e 1994 cai para menos de 10%, patamar o qual jamais superaria a partir de 1998. O perigo dessa trajetória declinante são as eleições de 2010, quando o partido elege apenas 1 Deputado Federal, 4 Estaduais e não concorre nas eleições para o Governo do Estado nem para o Senado.

Quando comparamos essa trajetória com os resultados das eleições municipais transparece um descompasso entre a intensidade do declínio observada nos diferentes níveis eleitorais. Ainda que o partido não tenha mantido a partir de 1996 os bons resultados do período 1988-1992 (quando ocupava o Governo Estadual), o declínio do apoio ao partido no Estado não significou que o partido tenha deixado de ser um dos mais votados e com o maior número de cadeiras conquistadas tanto em Prefeituras quanto em Câmaras de Vereadores nos municípios paulistas. Entre 1996 e 2004, foi o segundo partido a conquistar mais prefeituras no Estado, conquistando por volta de 15% das prefeituras em disputa em cada pleito.

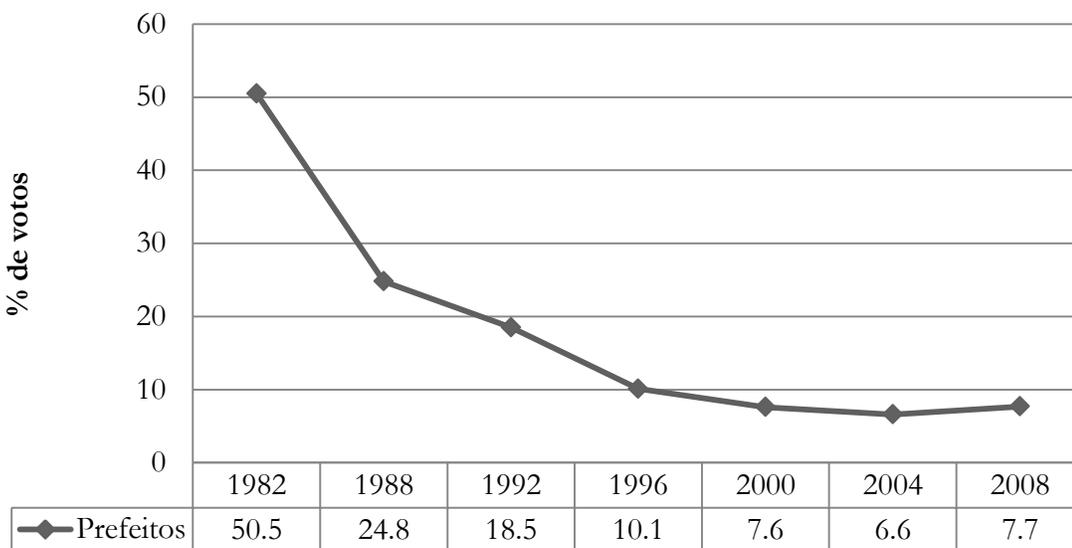
Em 2008, o partido teve um pequeno declínio, conquistando 10,9% das prefeituras, o que fez com que caísse para a terceira posição entre os partidos que mais elegeram prefeitos, ultrapassado pelo DEM. Os dados dos gráficos 10, 11 e 12 colocam esses dados em perspectiva e evidenciam o descompasso no desempenho do PMDB.

**Gráfico 10. Resultados Eleitorais do PMDB em São Paulo - Eleições Estaduais - 1982-2010 (% votos)**



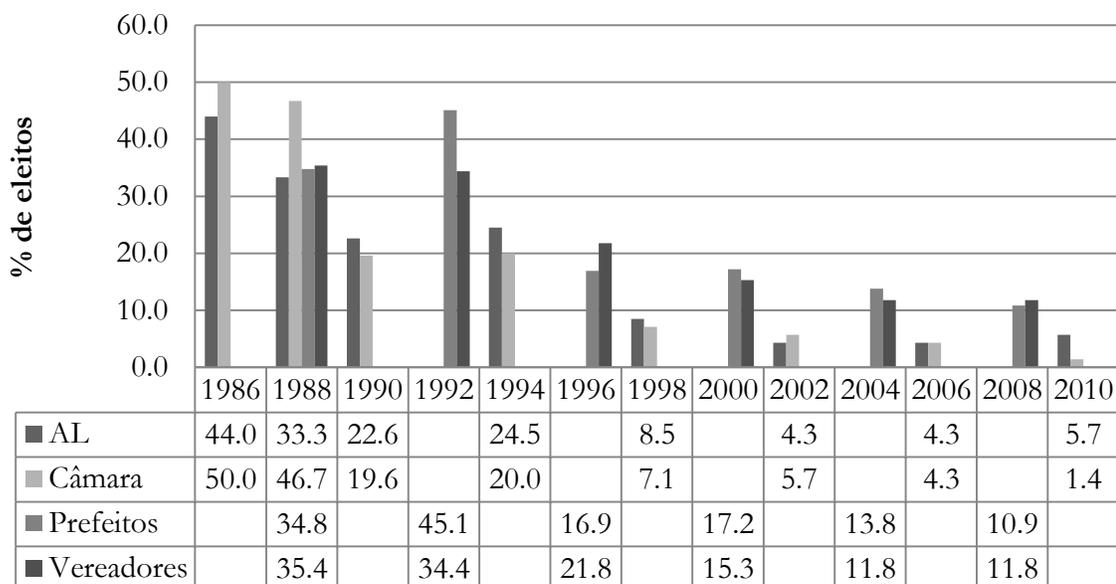
Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Fundação Seade, Nicolau (1998) e TSE.

**Gráfico 11. Resultados Eleitorais do PMDB em São Paulo - Prefeituras - 1982-2008 (% votos)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Fundação Seade, Nicolau (1998) e TSE.

**Gráfico 12. Candidatos eleitos pelo PMDB em São Paulo - 1986-2010**  
(% do total de eleitos)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Fundação Seade, Nicolau (1998) e TSE.

Como evidenciam os dados acima apresentados, esse descompasso entre os resultados do partido quando comparamos as eleições municipais e estaduais é histórico. Contudo, o sentido do descompasso se altera ao longo do período. Enquanto na década de 1980 o PMDB se saía melhor em eleições estaduais que municipais, a partir do início dos anos 1990 essa lógica se inverte. Primeiramente, a distância diminui (entre 1988 e 1992) e depois o PMDB passa a obter mais votos nas eleições municipais que estaduais.

Entre 1994 e 1998, os votos do partido para Deputado Federal, por exemplo, caíram de 20,7% do total para 7,9% do total, enquanto nas eleições para prefeito a dinâmica foi relativamente diferente, e a queda foi de 18,5% em 1992, para 10,1% em 1996 e 7,6% em 2000. A partir de 2000, os resultados do partido em eleições municipais se estabilizam entre 6 e 8% dos votos no estado, enquanto nas eleições estaduais seu declínio permanece.

A distância entre os resultados do partido nos dois pleitos é ainda mais evidente quando comparamos os dados presentes no Gráfico 9 com os dados de votação dos dois gráficos anteriores. Dessa comparação vê-se que o descompasso no total de votos obtidos tem se convertido em uma diferença significativa entre o total de eleitos nos diferentes níveis. Enquanto a partir de 2002 o PMDB tem obtido em torno de 5% das cadeiras nas eleições estaduais, o partido permanece como

um dos que mais elege em eleições municipais no Estado, nunca conquistando menos que 10,9% das cadeiras em disputa no mesmo período.

É possível argumentar que essa discrepância no total de eleitos se deva à combinação entre a distribuição regional dos votos do PMDB no estado e as regras para conversão de votos em cadeiras adotadas no sistema eleitoral brasileiro. Os dados da Tabela 12 mostram que o partido se sai melhor nos municípios menores nas eleições estaduais que nos maiores, mantendo a tendência de distribuição de seu suporte eleitoral observada desde a década de 80.

**Tabela 12. Votação percentual dos candidatos do PMDB  
por tamanho do município (1994-2010)**

Deputado Estadual					
faixapop	Ano				
	1994	1998	2002	2006	2010
<20mil	34,0	12,9	4,5	5,1	7,2
entre 20mil e 50mil	29,2	10,8	6,8	5,3	8,2
entre 50mil e 200mil	27,0	10,7	4,5	5,2	6,9
>200mil	24,8	9,3	3,7	5,2	5,0
<i>Total</i>	<i>26,5</i>	<i>10,0</i>	<i>4,2</i>	<i>5,2</i>	<i>5,9</i>
Deputado Federal					
faixapop	Ano				
	1994	1998	2002	2006	2010
<20mil	33,9	15,6	10,8	5,8	4,4
entre 20mil e 50mil	30,7	14,4	10,0	5,6	4,3
entre 50mil e 200mil	26,8	12,0	6,6	2,8	1,9
>200mil	20,2	6,7	5,0	4,0	1,7
<i>Total</i>	<i>23,6</i>	<i>9,0</i>	<i>6,3</i>	<i>4,1</i>	<i>2,2</i>
Senador					
faixapop	Ano				
	1994	1998	2002	2006	
<20mil	8,4	2,5	20,8	4,6	
entre 20mil e 50mil	5,6	1,9	19,4	5,0	
entre 50mil e 200mil	4,0	1,7	17,3	5,1	
>200mil	2,6	1,9	14,6	4,9	
<i>Total</i>	<i>3,5</i>	<i>1,9</i>	<i>16,0</i>	<i>4,9</i>	
Governador					
faixapop	Ano				
	1994	1998	2002	2006	
<20mil	25,9	9,4	1,9	4,9	
entre 20mil e 50mil	18,7	8,7	1,7	4,5	
entre 50mil e 200mil	14,7	4,9	1,6	4,2	
>200mil	7,8	3,0	1,1	4,7	
<i>Total</i>	<i>11,3</i>	<i>4,3</i>	<i>1,3</i>	<i>4,6</i>	
Prefeito					
faixapop	Ano				
	1996	2000	2004	2008	
<20mil	18,8	19,4	14,3	13,6	
entre 20mil e 50mil	21,4	18,2	12,0	10,4	
entre 50mil e 200mil	16,7	13,9	12,5	12,1	
>200mil	2,6	2,6	2,9	5,2	
<i>Total</i>	<i>7,5</i>	<i>7,7</i>	<i>6,6</i>	<i>7,7</i>	

(Cont.)

Vereador			
faixapop	Ano		
	2000	2004	2008
<20mil	15,4	11,9	11,2
entre 20mil e 50mil	14,0	10,6	10,7
entre 50mil e 200mil	11,8	9,0	8,6
>200mil	7,9	6,6	6,5
<i>Total</i>	<i>10,1</i>	<i>8,0</i>	<i>7,9</i>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de TSE.

Como o distrito das eleições estaduais é o estado, boas votações em pequenos municípios podem não ser suficientes para produzir um grande número de eleitos, dado que partidos mais bem votados em municípios maiores acabam por obter proporcionalmente mais votos. Nas eleições municipais, contudo, nas quais o distrito é o município, o tamanho do eleitorado não importa para a conversão de cadeiras em votos. Boas votações em municípios menores tendem a produzir quantidades igualmente elevadas de candidatos eleitos.

Essa hipótese, contudo, ainda que forneça uma explicação para o porque do descompasso entre os níveis ser mais acentuado quando observamos o número de eleitos nos dois níveis que o total de votos, não explica porque o PMDB tem mais votos em um nível que no outro. Apenas variáveis institucionais, do formato do sistema eleitoral, não parecem ser suficientes.

A ressalva feita acima se justifica pela expectativa, derivada da literatura (CAREY; SHUGART, 1994), de que os diferentes sistemas eleitorais tenderiam a produzir padrões de competição diferenciados. Especificamente, a discrepância entre os resultados das eleições para Deputado Estadual e Federal quando comparadas com as eleições para prefeito poderiam derivar do fato de que, dada a diferença de magnitude e da forma pela qual se transformam votos em cadeiras entre os dois pleitos, as eleições locais tenderiam a ser menos competitivas que as eleições estaduais – dado o maior número de candidatos e partidos em disputa nesse nível – possivelmente permitindo que os partidos se saíssem melhor ao nível local que ao estadual.

Contudo, ao observarmos que para o caso do PMDB o descompasso entre os níveis se reproduz também nas eleições proporcionais para a Câmara Municipal – que segue regras idênticas às das eleições proporcionais estaduais – é possível levantar a primeira suspeita contra a expectativa institucionalista. O mesmo ocorre quando comparamos eleições majoritárias estaduais, nas quais o

PMDB se sai melhor nas disputas pelas prefeituras que nas disputas pelo governo estadual ou o senado a partir de 2000.

Uma segunda dimensão do argumento tradicional do institucionalismo afirmaria que a separação temporal das eleições em cada um dos níveis contribui para o descompasso. Concordamos que essa é uma hipótese bastante plausível, ainda que não a testemos aqui. O que importa, contudo, é que o fato de as eleições não serem “casadas” permite o descompasso mas não o obriga nem o explica.

Não o obriga, pois razoável imaginar que um partido tenha resultados semelhantes tanto ao nível municipal quanto estadual. Imaginando um caso de um partido, partido A, com uma base social eleitoral definida, vinculada a ele por forte identidade partidária, esse partido poderia ter sempre uma quantidade de votos semelhantes em todos os pleitos. Não é obrigatório assumir que ao passarmos de eleições com mais competidores para eleições com menos competidores os eleitores “órfãos” migrariam para o partido A. Eles podem fazê-lo ou não. Nesse sentido, não é logicamente obrigatório que os partidos tenham mais votos ao nível local que estadual.

Ao mesmo tempo, o argumento institucionalista que retoma as diferenças entre os sistemas e a simultaneidade dos pleitos não explica o descompasso em favor das eleições municipais. Esse descompasso poderia dar-se no outro sentido, favorecido pela regra da representação proporcional. Essa é, inclusive, a expectativa normativa principal por trás da adoção desse tipo de sistema eleitoral (WOLINETZ, 2006; NICOLAU, 2007), já que permitiria que poucos votos em vários municípios se convertessem em uma quantidade razoável de votos quando agregados, permitindo a representação de minorias.

Mais que isso, a observação empírica dos resultados para o caso paulista no período mostra que a distribuição de votos dos partidos se comporta de maneira diferente quando comparamos o PMDB aos demais. É impossível observar para qualquer um dos partidos, exceto para o PMDB, uma tendência sistemática de votações maiores em um nível que em outro. Para o PMDB isso ocorre em quando comparamos os resultados municipais no período 2000-2008<sup>17</sup> com os resultados estaduais a partir de 2002.

Isso significa que é possível dividir os resultados do PMDB em três períodos marcados tanto por semelhanças quanto por diferenças. O primeiro período, que compreende a década de 1980, é um período de predomínio do PMDB sobre a política estadual. O segundo, da década de 1990 é um

---

<sup>17</sup> Os dados de 2012 são semelhantes, mas não estão apresentados pois encontram-se fora do período recortado para essa pesquisa.

período de intenso declínio do suporte eleitoral ao partido que faz com que o PMDB termine a década como coadjuvante da política estadual. Os anos 2000 são um período de relativa estabilidade, em que o apoio eleitoral ao partido nas eleições estaduais continua caindo, ainda que em menor intensidade que durante a década anterior.

Varia no período a participação do PMDB nos diferentes pleitos. O partido passa de uma situação em que se saía melhor nas eleições estaduais (década de 80) e no qual ainda competia com as elites locais historicamente associadas aos partidos mais conservadores (PPB/PPR/PP, PFL/DEM, PTB) ao nível municipal para uma nova condição, na qual o partido conquista muito mais votos e elege muito mais suas elites nas eleições municipais que estaduais.

**Tabela 13. Comparação dos resultados dos partidos entre eleições estaduais e municipais – 1994-2010 (% de votos)**

Cargo	PMDB				
	1994	1998	2002	2006	2010
Dep. Est.	26,5	10,0	4,2	5,2	5,9
Dep. Fed.	23,6	9,0	6,3	4,1	2,2
		1996	2000	2004	2008
Pref.		10,1	7,7	6,6	7,7
Ver.		13,9	10,1	8,0	7,9
Cargo	DEM				
	1994	1998	2002	2006	2010
Dep. Est.	6,0	9,0	6,0	11,4	7,5
Dep. Fed.	5,0	13,4	7,3	8,3	7,7
		1996	2000	2004	2008
Pref.		8,1	9,3	5,8	16,4
Ver.		10,6	9,2	7,6	9,0
Cargo	PDT				
	1994	1998	2002	2006	2010
Dep. Est.	3,6	6,3	4,5	5,9	5,1
Dep. Fed.	2,9	4,2	3,9	5,4	4,4
		1996	2000	2004	2008
Pref.		6,1	3,3	3,9	5,2
Ver.		6,8	5,1	5,2	5,5
Cargo	PP				
	1994	1998	2002	2006	2010
Dep. Est.	11,1	14,1	6,1	2,2	1,3
Dep. Fed.	14,7	16,6	4,6	8,5	7,0
		1996	2000	2004	2008
Pref.		21,7	8,1	4,5	2,8
Ver.		14,9	6,9	4,6	4,7
Cargo	PR				
	1994	1998	2002	2006	2010
Dep. Est.	7,0	6,8	3,8	3,0	2,6
Dep. Fed.	8,1	2,8	4,4	3,7	9,8
		1996	2000	2004	2008
Pref.		1,8	3,0	2,7	1,6
Ver.		5,5	6,1	6,4	5,7

(Cont.)

Cargo	PSDB				
	1994	1998	2002	2006	2010
Dep. Est.	16,0	18,3	18,4	23,0	23,0
Dep. Fed.	20,3	18,0	17,7	20,2	17,2
		1996	2000	2004	2008
Pref.		21,9	20,3	31,9	25,3
Ver.		14,1	13,0	14,6	14,1

Cargo	PT				
	1994	1998	2002	2006	2010
Dep. Est.	10,6	13,1	22,2	17,0	20,9
Dep. Fed.	13,6	16,4	23,6	16,5	17,2
		1996	2000	2004	2008
Pref.		16,0	24,8	25,0	22,8
Ver.		8,9	13,2	14,0	11,6

Cargo	PTB				
	1994	1998	2002	2006	2010
Dep. Est.	9,7	6,5	6,7	5,2	4,7
Dep. Fed.	5,6	7,7	4,9	5,9	3,3
		1996	2000	2004	2008
Pref.		6,6	7,0	4,4	3,8
Ver.		7,9	8,7	8,1	7,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Fundação Seade, Nicolau (2002) e TSE.

Ao mesmo tempo, nesses três períodos permanece uma tendência de concentração das bases eleitorais do PMDB nos menores municípios do estado e nas regiões mais distantes da capital. As regiões em que o apoio eleitoral ao partido resiste mais fortemente são também as regiões de onde vêm suas principais lideranças historicamente e nas quais o PMDB tem, pelo menos desde a “interiorização” da década de 1980 extraído a maior parte de seu capital eleitoral, como as regiões de Franca, Barretos e Central (MELHEM, 1998) (Tabela 14).

Os dados da Tabela 14 também reforçam a argumentação de que o partido se concentrou nas regiões menos populosas do interior paulista, vide a enorme dificuldade de seus candidatos para conquistar boas votações em regiões como Santos, São José dos Campos ou a Região Metropolitana de São Paulo.

**Tabela 14. Votação percentual do PMDB por Região Administrativa (1994-2010)**

RA	Prefeito				Vereador			Deputado Estadual				
	1996	2000	2004	2008	2000	2004	2008	1994	1998	2002	2006	2010
Registro	16,7	19,3	28,4	2,8	14,2	11,7	11,7	32,6	22,3	9,8	2,4	3,4
Santos	14,9	9,0	8,1	37,5	8,1	6,3	9,9	18,8	9,8	3,3	9,2	9,2
São José dos Campos	19,0	4,4	11,3	7,1	9,9	6,8	7,0	21,6	5,0	1,2	2,8	6,4
Sorocaba	17,5	13,0	7,5	8,2	12,3	9,1	8,5	31,9	10,8	2,6	2,9	4,3
Campinas	11,9	14,2	9,4	9,8	10,8	9,3	8,8	25,0	9,4	4,8	5,2	4,8
Ribeirão Preto	4,4	4,1	14,2	2,5	12,4	12,1	12,2	12,4	6,5	12,7	7,6	19,9
Bauru	19,4	12,1	15,7	21,9	11,7	9,3	8,0	33,4	11,7	7,9	1,7	3,2
São José do Rio Preto	17,1	17,2	8,0	7,3	13,9	10,0	9,4	22,2	8,8	1,8	2,1	8,7
Araçatuba	14,1	11,6	8,3	14,9	12,8	10,3	10,4	20,6	5,7	2,5	4,8	4,3
Presidente Prudente	4,9	8,9	8,0	9,2	15,9	10,6	9,8	36,6	7,7	3,8	15,2	5,7
Marília	30,6	27,3	11,9	6,9	13,5	10,0	9,7	31,1	8,2	4,1	3,0	1,1
Central	30,5	20,6	14,4	16,7	13,6	13,0	12,2	55,0	44,0	12,4	5,8	7,8
Barretos	21,9	25,5	25,3	23,3	16,7	15,2	13,4	56,1	18,6	2,9	22,3	29,1
Franca	13,3	17,5	18,3	6,6	16,1	11,2	9,3	16,0	9,0	7,5	15,5	8,9
São Paulo	1,7	1,5	2,0	3,1	7,6	6,1	6,0	25,6	9,1	3,6	4,6	4,6
Total	16,7	7,7	6,6	7,7	10,1	8,0	7,9	26,5	10,0	4,2	5,2	5,9

(Cont.)

RA	Deputado Federal					Senador				Governador			
	1994	1998	2002	2006	2010	1994	1998	2002	2006	1994	1998	2002	2006
Registro	20,3	10,8	4,4	3,2	0,7	6,5	2,8	15,7	3,8	20,7	4,4	1,4	2,9
Santos	10,4	18,2	2,8	1,9	0,7	2,4	1,3	14,1	5,2	8,2	1,9	1,2	3,5
São José dos Campos	34,4	7,5	1,3	2,4	1,0	4,0	1,2	12,5	4,5	11,7	3,1	1,0	3,0
Sorocaba	26,8	17,9	12,0	3,8	1,2	5,1	2,0	16,7	4,3	15,3	5,6	1,5	3,9
Campinas	29,5	8,9	3,5	1,9	1,6	4,7	1,6	16,3	4,6	15,6	5,6	1,5	4,0
Ribeirão Preto	19,2	7,8	2,4	1,8	14,8	4,1	1,1	15,5	4,8	12,9	4,7	1,9	3,2
Bauru	19,3	17,9	10,3	12,9	0,8	4,6	1,6	16,8	5,0	16,4	5,3	1,6	3,4
São José do Rio Preto	26,9	21,6	2,1	4,2	12,6	5,7	1,9	22,5	6,0	19,5	8,5	1,4	6,2
Araçatuba	24,8	9,7	10,3	2,3	2,1	4,5	2,0	16,4	4,8	20,2	4,9	2,1	3,0
Presidente Prudente	22,4	6,3	26,7	21,0	14,1	4,8	2,2	14,6	4,6	16,0	3,2	1,4	2,9
Marília	32,0	6,5	12,5	5,5	1,7	5,3	2,0	15,0	4,5	17,3	4,5	1,7	3,2
Central	59,3	25,1	12,9	2,7	0,9	5,6	3,8	21,4	5,2	18,9	10,1	2,0	4,9
Barretos	26,2	10,6	13,6	9,5	8,2	7,6	1,8	19,9	6,3	24,3	9,4	2,7	5,0
Franca	27,2	16,9	1,9	1,3	4,4	6,8	2,8	37,2	9,4	21,4	27,3	2,2	17,0
São Paulo	18,9	4,8	5,8	4,1	0,7	2,3	2,1	14,9	5,0	7,2	2,6	1,1	4,9
Total	23,6	9,0	6,3	4,1	2,2	3,5	1,9	16,0	4,9	11,3	4,3	1,3	4,6

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de TSE e Fundação Seade.

Em poucas palavras, o partido passa de uma organização predominante sobre o sistema estadual que começava a enfrentar dificuldades para competir nos maiores municípios para um partido muito “municipalizado” – aqui entendido como voltado para a política local, concentrado em regiões menos populosas do interior paulista.

#### *As bases de uma máquina política local*

Uma segunda dimensão de análise dos resultados eleitorais do PMDB em São Paulo aqui desenvolvida inclui a análise da distribuição territorial do voto no partido através de técnicas de geografia eleitoral. A centralidade da interação entre fenômenos políticos como o voto e o contexto territorial em que estão inseridos está na base da moderna geografia eleitoral (JOHNSTON; PATTIE, 2006). Ainda que o debate entre os impactos dos contextos sobre os resultados observados seja extenso (AGNEW, 1996; KING, 1996; ETHINGTON; MCDANIEL, 2007), é certo que a utilização de métodos relacionados à geografia eleitoral está colocada como opção reconhecida a todos os cientistas políticos.

As vantagens na utilização dessas técnicas são de duas ordens. Metodologicamente, a utilização de indicadores construídos para análises de geografia eleitoral tem a vantagem de incorporar a variável espaço na análise dos fenômenos políticos. É sabido, desde pelo menos Lipset e Rokkan (1964), que fenômenos eleitorais não ocorrem descolados das bases territoriais nas quais se assentam. A distribuição territorial dos grupos sociais ou mesmo as disputas entre grupos de diferentes regiões são fatores chave na compreensão do comportamento eleitoral dos indivíduos. Da mesma forma, dinâmicas sociais, circulação de pessoas e proximidade a processos e contextos políticos tendem a produzir efeitos sobre o nível de informação e sobre a forma pela qual preferências individuais são convertidas em voto (JOHNSTON; PATTIE, 2006).

Essa abordagem dos resultados eleitorais em São Paulo se mostrou capaz de promover a compreensão dos fenômenos políticos no Estado no tratamento que Meneguello e Bizzarro Neto (2012) deram ao tema. Explorando a distribuição territorial e as bases sociodemográficas dos fenômenos político-eleitorais em São Paulo desde a década de 1970, os autores demonstraram a efetividade dessa abordagem para encontrar evidências e tendências mesmo em cenários de alta competitividade, variedade e complexidade com a política paulista contemporânea.

Tal capacidade deriva da diferença entre as técnicas da estatística espacial e a estatística tradicional. Esta última peca por não incorporar os efeitos das dinâmicas espaciais sobre suas análises (ANSELIN, 2010). Testes usualmente utilizados para a análise de resultados eleitorais como

correlação e regressão são limitados quando se trata de analisar a distribuição dos votos num determinado espaço pois assumem, como pressuposto, que os casos observados são independentes entre si. Isso vale também para outros testes que pretendem incorporar variações espaciais nos resultados eleitorais, como o índice de nacionalização de Jones e Mainwaring (2003). A utilização de técnicas de análise espacial assume o oposto, afirmando que há dependência espacial entre os casos e que essa dependência pode ser incorporada na análise, oferecendo resultados mais profícuos para a compreensão pretendida.

Para isso, uma série de técnicas e ferramentas para a Análise Exploratória de Dados Espaciais foi desenvolvida, buscando fundamentalmente identificar relações sistemáticas entre variáveis à luz de sua distribuição no espaço geográfico (BOHORQUEZ; CEBALLOS, 2008). Para essas análises, tanto os casos em que exceções locais são observáveis quanto a presença de tendências gerais são fundamentais, pois apontam para a relação entre o território e os fenômenos que nele se desenvolvem.

A segunda vantagem das técnicas de análise espacial é sua intuitividade. A construção e análise de mapas permite uma compreensão mais fácil e imediata dos fenômenos que a alocação dos dados em tabelas. Ao mesmo tempo, mapas têm a vantagem que permitem a observação de tendências através de limites territoriais estabelecidos, como a divisão do estado em Regiões Administrativas utilizadas acima. Nessa seção valem-nos dessas técnicas para aprofundar a compreensão da distribuição territorial do voto do PMDB em São Paulo.

A forma mais comum de compreender resultados eleitorais à luz da distribuição regional do voto é a utilização de técnicas de autocorrelação espacial como o Índice de Moran. O índice consiste, essencialmente, em uma adaptação dos indicadores de correlação da estatística não-espacial para a análise espacial. Assim como os indicadores de correlação comuns, o Índice de Moran varia de -1 (autocorrelação negativa máxima) a 1 (autocorrelação positiva máxima), no qual 0 significa ausência de autocorrelação (PARADIS, 2012). Objetivamente, a diferença entre os indicadores de correlação e o índice de autocorrelação espacial é a adição de pesos específicos a determinados parâmetros do indicador, pesos esses definidos por medidas de vizinhança territorial entre os casos.

O Índice de Moran pode ser decomposto em Indicadores Locais de Autocorrelação Espacial (LISA). Tais indicadores permitem a desagregação dos indicadores iniciais e a demarcação de espaços específicos de autocorrelação espacial no território (O'LOUGHLIN, 2002; SOARES; TERRON, 2008). Além dessas técnicas, a moderna geografia eleitoral tem aplicado outras medidas para análise de dependência, ou heterogeneidade espacial, como a adaptação de testes de regressão

estatística à análise espacial (O'LOUGHLIN, 2003; WARD; GLEDITSCH, 2008; BOHORQUEZ; CEBALLOS, 2008). Nesse trabalho, contudo, utilizaremos apenas indicadores de autocorrelação como Moran I e Mapas de distribuição regional de votos e LISA.

Para isso, trabalharemos com dados sobre os resultados do partido nas eleições para as Prefeituras e para a Assembleia Legislativa, cada uma representando um dos níveis do sistema eleitoral. Decidimos concentrar as análises nesses dois pleitos pois cremos que eles são capazes de representar as dinâmicas partidárias em cada nível, estadual e municipal, e sua comparação oferece os melhores parâmetros para análise da trajetória eleitoral do partido.

A análise da votação dos candidatos a prefeito como representativas do nível municipal se justifica pela centralidade do prefeito na política municipal e partidária. A análise dos Deputados Estaduais baseia-se no fato de que esse cargo específico é, dentre aqueles de nível estadual, o que hipoteticamente teria mais condições de apresentar resultados positivos nos testes de correlação com os resultados para prefeito, dado que é aquele, dentre todos os pleitos nas eleições estaduais, no qual os candidatos precisam de menos votos para se eleger, podendo assim ter votações mais concentradas em regiões específicas. À medida que passássemos para a análise dos resultados nas eleições para Deputado Federal, Senador ou mesmo Governador as bases territoriais tenderiam a se ampliar, dificultando ainda mais a análise comparada do desempenho partidário.

Sabemos que pela natureza diferenciada da competição em sistemas majoritários nas disputas para o Governo e para o Senado e proporcionais nas disputas pela Assembleia Legislativa e Câmara Federal, é possível esperar diferenciações nos resultados dentro do nível estadual. Contudo, é possível assegurar que os dados aqui trabalhados são capazes de exemplificar adequadamente as dinâmicas presentes e permitem um início apropriado do debate sobre o desempenho eleitoral do partido, pois, como mostram os indicadores de correlação espacial presentes na Tabela 4, há relativa homogeneidade entre as eleições no nível estadual, dada a presença de Indicadores de Moran I multivariados majoritariamente positivos e, principalmente, significativos.

**Tabela 15 – Indicadores de Autocorrelação Espacial Moran I entre eleições para Deputado Estadual e demais pleitos.**

	1994	1998	2002	2006	2010
Dep. Fed.	0,0539*	0,1555***	0,0757**	0,1649***	0,2579***
Senador	0,0629**	0,0990***	0,0181	0,1286***	
Governador	0,0534*	0,0774**	0,0707**	0,1232***	

Níveis de significância a 999 permutações: \* 0,05; \*\* 0,01; \*\*\*0,001.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Fundação Seade e TSE.

Com eles, buscaremos evidenciar as diferenças entre o comportamento das bases partidárias do PMDB nos níveis de disputa selecionados (Moran I e Mapas de Distribuição) e a localização dos redutos regionais do partido (LISA). Dada sua condição de “análise exploratória”, cremos que a utilização das técnicas mencionadas permite explorar profundamente os dados sobre o partido e buscar evidências que nos ajudem a compreender a incongruência observada na votação do partido nos dois níveis de disputa.

Os resultados de Moran I para o partido nas eleições para as Prefeituras e para a Assembleia Legislativa no período evidenciam que o descompasso entre o total de votos obtidos pelo partido em eleições estaduais e municipais antes mencionado não é a única incongruência entre os dois níveis que encontramos na análise do desempenho eleitoral do PMDB em São Paulo. A Tabela 16 aponta que em cada um dos níveis a distribuição territorial dos votos do partido tem um comportamento, apresentando indicadores positivos e significativos de autocorrelação espacial quando analisamos os resultados dos candidatos a Deputado Estadual e apresentando a ausência de autocorrelação espacial entre seus resultados nas eleições para as prefeituras<sup>18</sup>.

**Tabela 16 – Valores do Índice Moran I para o PMDB-SP nas disputas para Prefeituras e Assembleia Legislativa (1990-2010)**

	<i>90</i>	<i>94</i>	<i>98</i>	<i>02</i>	<i>06</i>	<i>10</i>
AL	0,2251*	0,3226*	0,3918*	0,3151*	0,4361*	0,5308*
Pref.	<i>92</i> 0,0507	<i>96</i> -0,0071	<i>00</i> 0,07739	<i>04</i> -0,0020	<i>08</i> 0,0143	

\* Significativo a 0,001.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Fundação Seade e TSE.

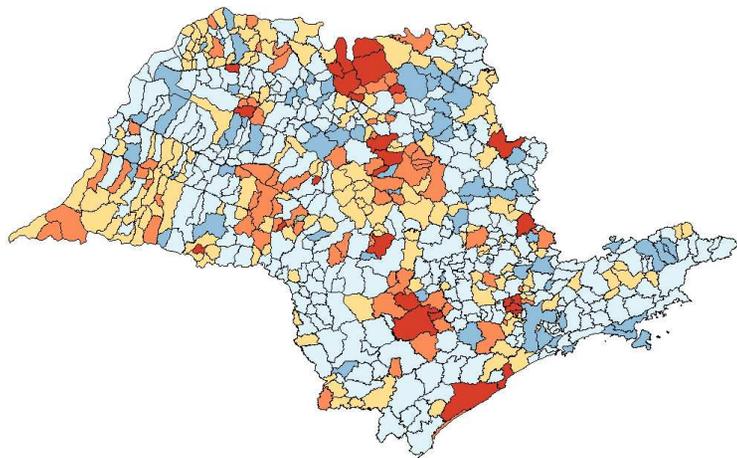
Isso significa que os votos do partido para Deputado Estadual estão mais concentrados geograficamente que seus votos em disputas pelas prefeituras. No primeiro caso, Os índices Moran I mostram que há dependência espacial entre os votos nos municípios paulistas e que na medida em

<sup>18</sup> A significância foi obtida a partir de processo de randomização, com 9999 permutações.

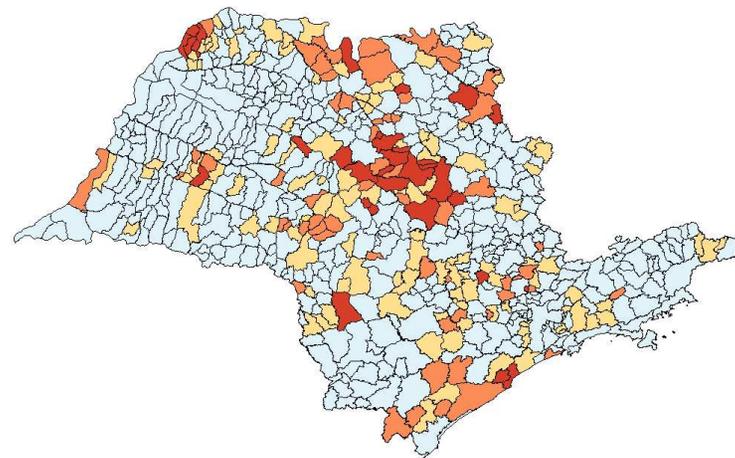
que as eleições se sucederam (e o partido foi perdendo apoio eleitoral) esses votos foram ficando cada vez mais concentrados.

Observando essa trajetória a partir de mapas de dispersão dos votos no estado, a incongruência nos resultados do partido é facilmente perceptível. Tais mapas foram elaborados utilizando o software GeoDa<sup>tm</sup> (ANSELIN; SYABRI; KHO, 2006) e apresentam a dispersão dos votos do PMDB no estado em comparação com a média obtida. O nível de afastamento entre os resultados no município e a média é baseado no cálculo dos desvios-padrão. Gradações de azul indicam municípios cujas votações encontram-se abaixo da média do partido no estado (Azul claro, até 1 DP, Azul Intermediário, até 2 DP, Azul Escuro, mais que 2 DP) e gradações de laranja apontam os municípios acima da média estadual (Amarelo até 1 DP acima da média, Laranja até 2 DP e Vermelho mais que 2 DP acima da média).

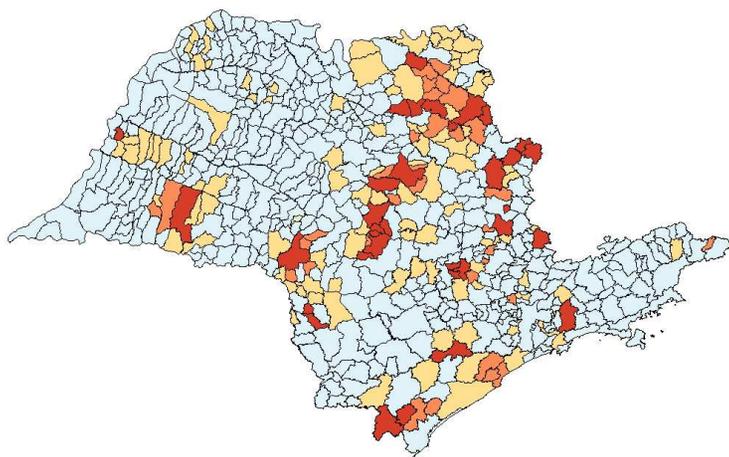
**Mapa 1. Mapa de Dispersão (Desvio-Padrão) em relação à média dos votos do PMDB – Dep. Est. 1994**



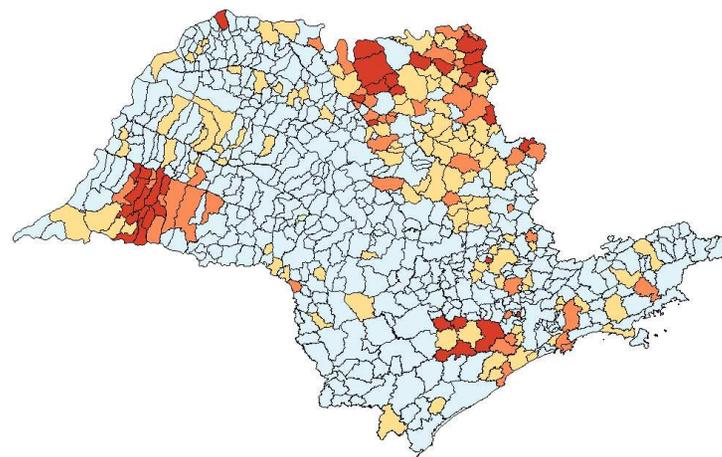
**Mapa 2. Mapa de Dispersão (Desvio-Padrão) em relação à média dos votos do PMDB – Dep. Est. 1998**



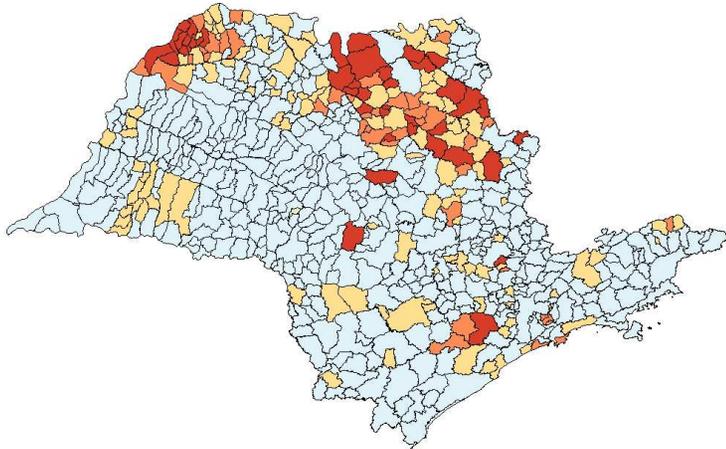
**Mapa 2. Mapa de Dispersão (Desvio-Padrão) em relação à média dos votos do PMDB – Dep. Est. 2002**



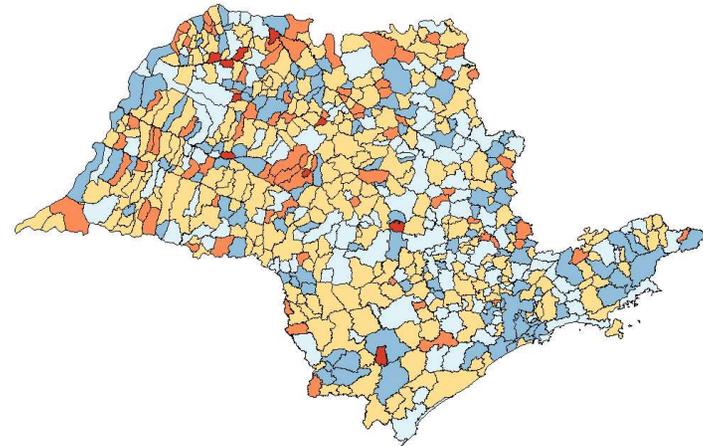
**Mapa 4. Mapa de Dispersão (Desvio-Padrão) em relação à média dos votos do PMDB – Dep. Est. 2006**



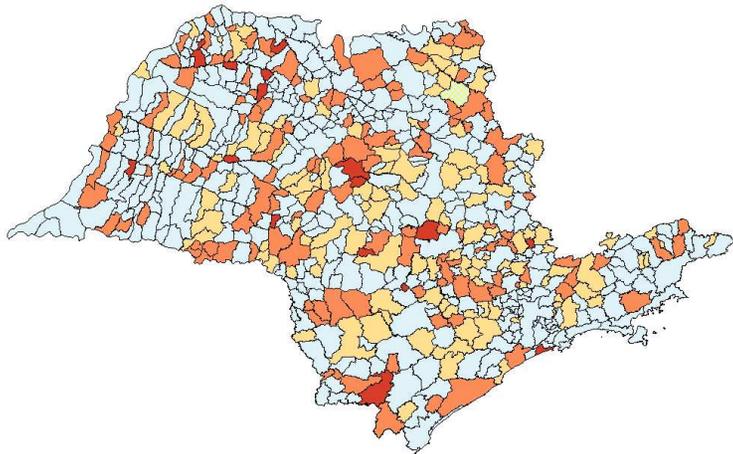
**Mapa 5. Mapa de Dispersão (Desvio-Padrão) em relação à média dos votos do PMDB – Dep. Est. 2010**



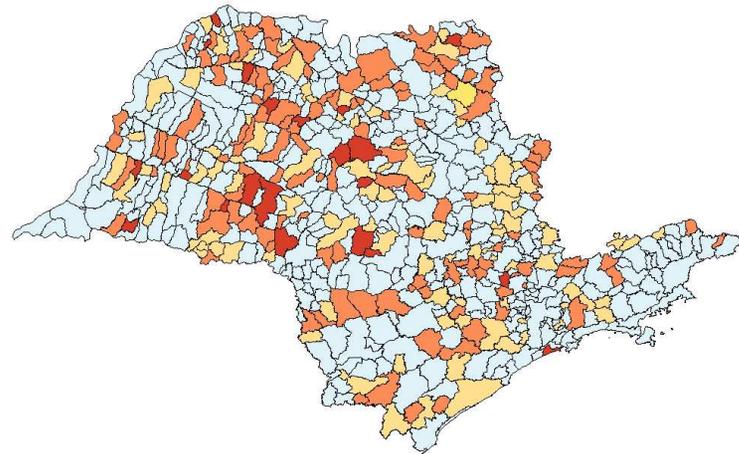
**Mapa 6. Mapa de Dispersão (Desvio-Padrão) em relação à média dos votos do PMDB – Prefeituras 1992**



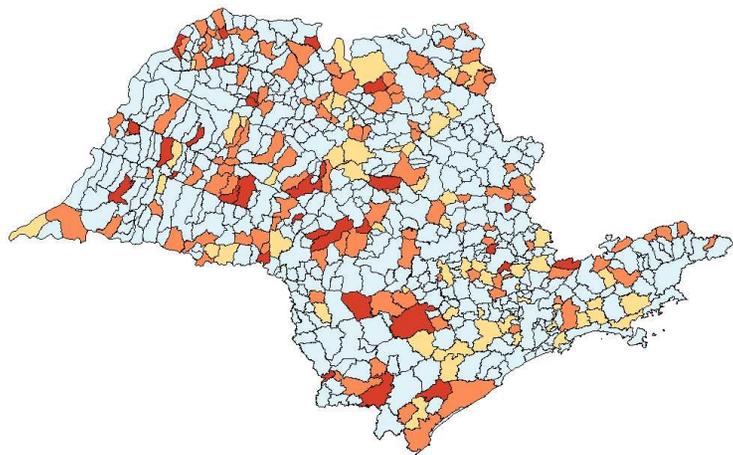
**Mapa 8. Mapa de Dispersão (Desvio-Padrão) em relação à média dos votos do PMDB – Prefeituras 1996**



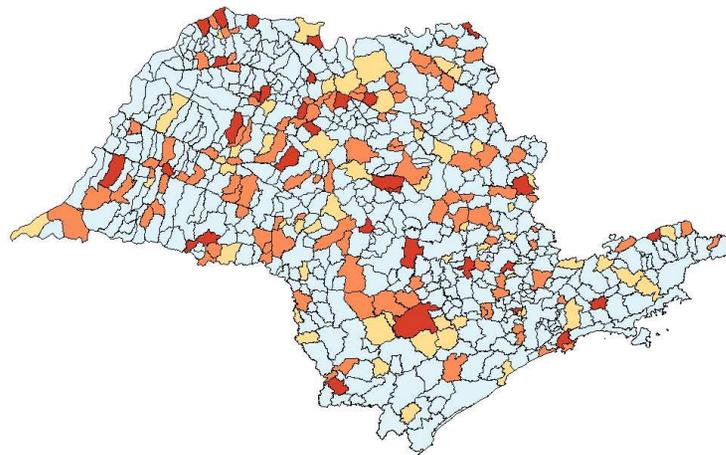
**Mapa 9. Mapa de Dispersão (Desvio-Padrão) em relação à média dos votos do PMDB – Prefeituras 2000**



**Mapa 10. Mapa de Dispersão (Desvio-Padrão) em relação à média dos votos do PMDB – Prefeituras 2004**



**Mapa 11. Mapa de Dispersão (Desvio-Padrão) em relação à média dos votos do PMDB – Prefeituras 2008**



A análise dos mapas evidencia três fenômenos. O primeiro, observando os mapas 1 a 5, é o caminho das bases eleitorais regionais do partido nas eleições legislativas estaduais, assumindo um caráter cada vez mais concentrado nas regiões norte e noroeste do estado. No mesmo sentido, os mapas mostram o enfraquecimento do partido na região central do estado e o surgimento de uma importante base eleitoral na região extremo oeste do estado entre 2002 e 2006, muito associada à migração de uma importante liderança regional para o PMDB em 2000 (Edson Tomazini), liderança essa que deixaria o partido em 2008 e migraria para o PSB.

O segundo ponto observado, dessa vez nos mapas 6 a 10 referentes às votações do PMDB nas eleições para as Prefeituras mostram um quadro diverso. A distribuição das bases eleitorais do partido no mapa é muito mais dispersa que nas eleições legislativas estaduais e cidades nas quais o partido obtém votação aparecem em praticamente todas as regiões do estado (com especial exceção das cidades no entorno da capital).

A comparação dos mapas evidencia um elemento importante: a sobreposição dos mapas não produz padrões de distribuição espacial do voto semelhantes. A comparação do mapa 5, por exemplo, com o mapa 11, referentes às eleições de 2010 e 2008 respectivamente, mostram um partido muito forte nas regiões norte do estado, próximo a Franca, Barretos e Ribeirão Preto nas eleições estaduais sem que nenhum dos municípios dessas mesmas regiões sejam incluídos no grupo de municípios em que o partido tem maior votação. Da mesma forma, é possível ver que as bases eleitorais do PMDB em algumas regiões “piscam” ao longo dos mapas, apresentando-se para a análise em alguns anos mas não nas eleições imediatamente posterior.

Essa intermitência dos votos se deve em grande medida às diferentes estratégias das elites políticas do partido e do espaço político em que se inserem. A migração de candidatos para o PMDB aumenta os votos do partido em uma determinada região, como no caso já mencionado de Tomazini na região de Presidente Prudente. Similarmente, a migração de candidatos do PMDB para outros partidos leva com eles o voto depositado no PMDB. Isso pode ser visto pelo surgimento de um vazio nas regiões próximas a Araraquara e Matão a partir de 2002, onde Dimas Ramalho obtivera boas votações em 1998, antes de migrar para o PPS.

Essa ausência de sobreposição dos mapas aponta mais um importante elemento na afirmação de que os votos do partido nos diferentes níveis da disputa eleitoral dependem de lógicas distintas de competição e inserção eleitoral. Não há, como demonstrado, bases partidárias

propriamente ditas em nenhuma das regiões do Estado<sup>19</sup>. Pelo contrário, o caminho dos votos peemedebistas depende largamente das estratégias e inserção de determinadas elites políticas. Isso reforça a interpretação de que o PMDB tem uma estrutura partidária cujas características não se comportam igualmente nos vários níveis da disputa eleitoral paulista.

Essa distinção entre os níveis é reforçada quando observamos novos mapas, agora contendo Indicadores Locais de Autocorrelação Espacial (Mapas 11 a 20). Mapas de LISA decompõem indicadores de correlação espacial como Moran I e oferecem uma visualização gráfica e estatisticamente robusta da distribuição territorial dos votos. Basicamente, a utilização dessa técnica busca a delimitação de *clusters*, agrupando territorialmente cidades com comportamento eleitoral semelhante. Ao mesmo tempo, a técnica é sensível a outsiders, evidenciando os casos nos quais cidades isoladas apresentam bons resultados sem que isso seja simultâneo à presença de clusters regionais (O'LOUGHLIN, 2002; SOARES; TERRON, 2008).

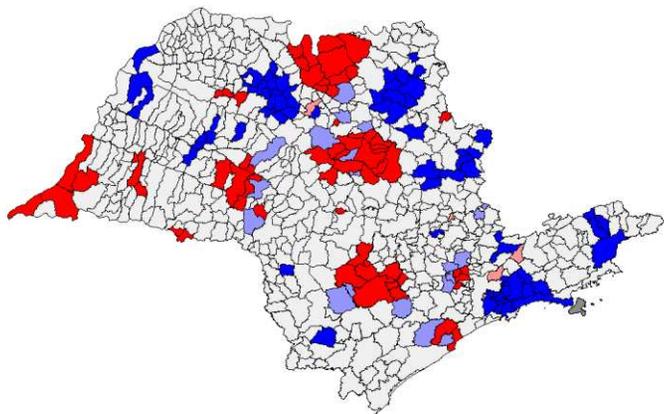
Graficamente, cada uma dessas dimensões é demarcada por uma cor diferente, divididas a partir de uma tabela 2x2. Como a técnica compara resultados locais com os resultados de seus vizinhos, essa tabela 2x2 compõe-se pela variação local e regional dos votos. Isto é, há quatro combinações possíveis e cada uma dessas combinações é representada por uma cor no mapa. É possível que a cidade tenha uma votação ALTA em comparação com a média de votos do partido no estado e que seus vizinhos também tenham votação ALTA. Nesse caso, as cidades estão pintadas de vermelho vivo. Da mesma forma, é possível que a cidade apresente uma votação comparativamente BAIXA e esteja inserida em uma região em que o partido tem poucos votos, de forma que os municípios vizinhos também apresentem votação BAIXA – nesses casos as cidades estão em azul vivo. Finalmente, casos intermediários são possíveis, com votação ALTA na cidade e BAIXA nos vizinhos (vermelho claro) e votação BAIXA na cidade com votação ALTA nos vizinhos.

É possível definir um nível de significância para a comparação entre o município e seus vizinhos e aqui definimos que o nível mínimo de significância seria de 95%, medida usual de testes estatísticos em Ciências Sociais. Ao mesmo tempo, os resultados podem ganhar em robustez com um maior número de permutações nos testes. Trabalhamos com 9999 permutações, semelhante à medida adotada por Soares e Terron (2008).

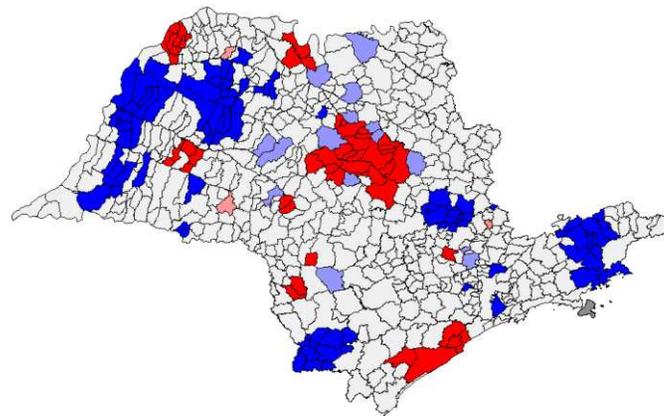
---

<sup>19</sup> Por bases partidárias entendemos aqui padrões regulares de associação entre grupos de eleitores e um partido. Tais padrões poderiam derivar de associações de natureza sociodemográfica, caso houvesse uma maior vinculação entre o PMDB e determinados grupos sociais, ou mesmo de uma identidade partidária desenvolvida entre eleitores de uma determinada região e o partido.

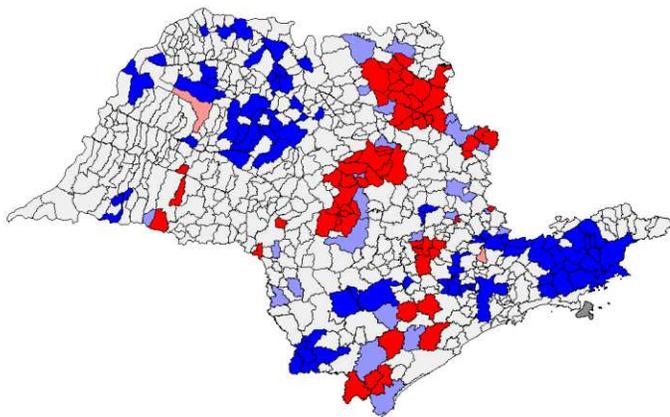
**Mapa 11. Mapa de Indicadores de LISA para os votos do PMDB – Deputado Estadual (1994)**



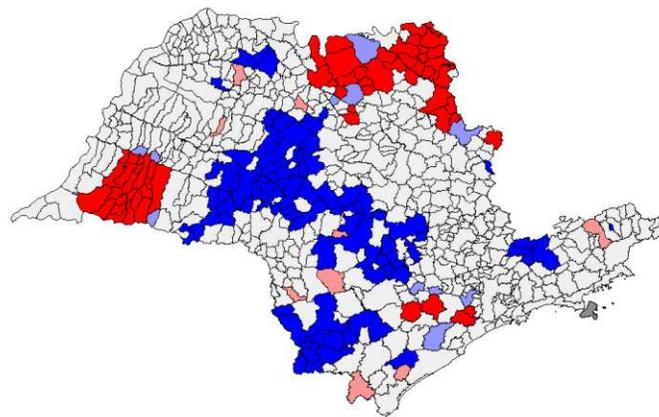
**Mapa 12. Mapa de Indicadores de LISA para os votos do PMDB – Deputado Estadual (1998)**



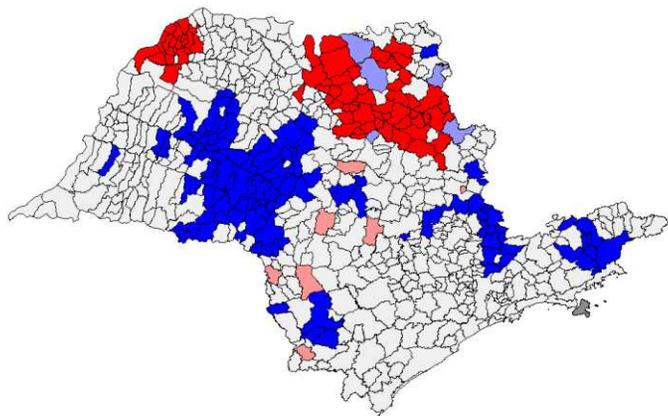
**Mapa 13. Mapa de Indicadores de LISA para os votos do PMDB – Deputado Estadual (2002)**



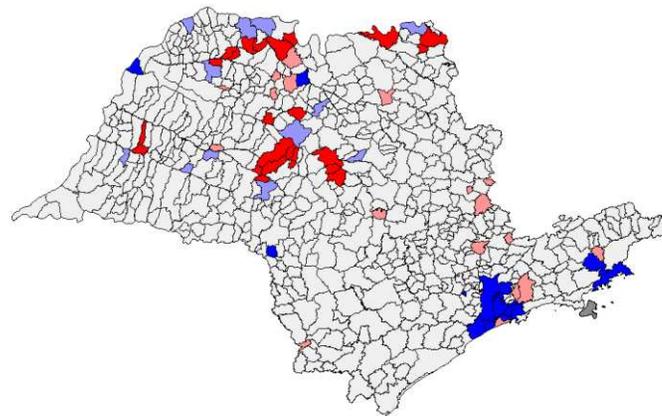
**Mapa 14. Mapa de Indicadores de LISA para os votos do PMDB – Deputado Estadual (2006)**



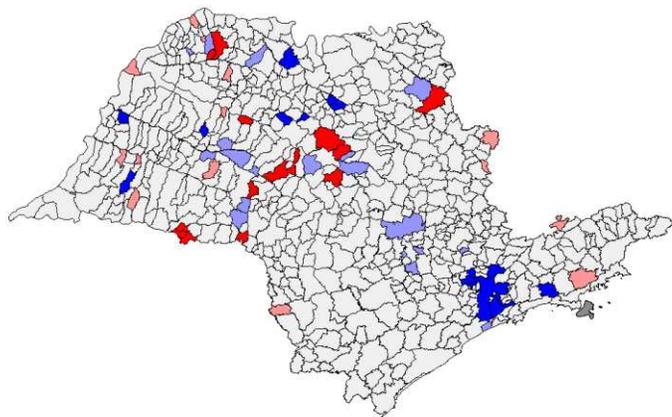
**Mapa 15. Mapa de Indicadores de LISA para os votos do PMDB – Deputado Estadual (2010)**



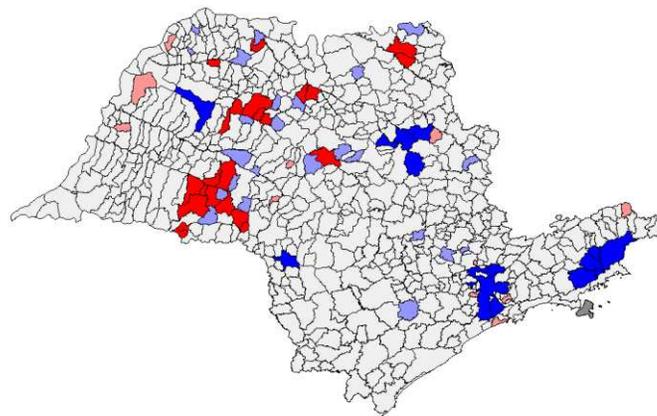
**Mapa 16. Mapa de Indicadores de LISA para os votos do PMDB – Prefeito (1992)**



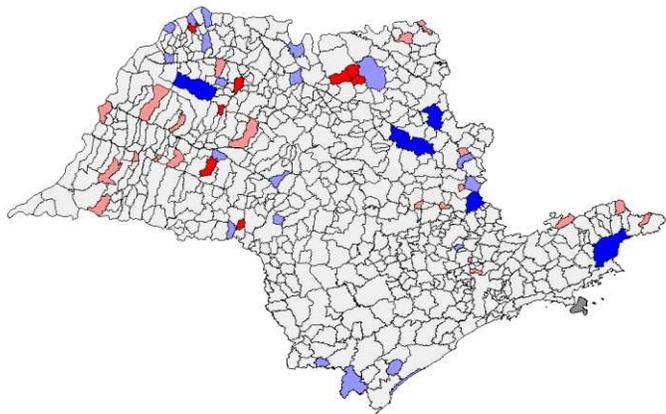
**Mapa 17. Mapa de Indicadores de LISA para os votos do PMDB – Prefeito (1996)**



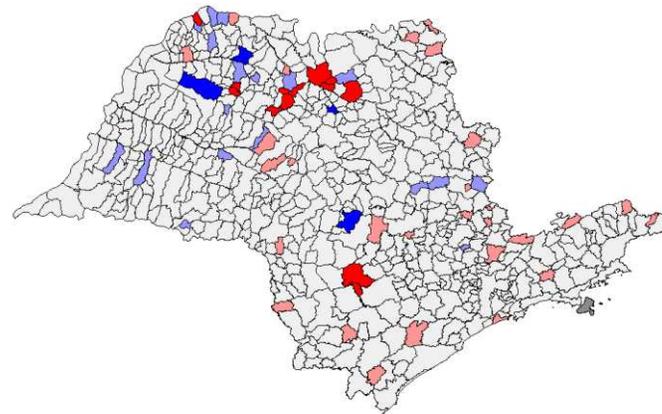
**Mapa 18. Mapa de Indicadores de LISA para os votos do PMDB – Prefeito (2000)**



**Mapa 19. Mapa de Indicadores de LISA para os votos do PMDB – Prefeito (2004)**



**Mapa 20. Mapa de Indicadores de LISA para os votos do PMDB – Prefeito (2008)**



Nos mapas 11 a 15, que apresentam as análises de LISA para eleições de Deputados Estaduais fica ainda mais clara a trajetória eleitoral do partido, já apontada acima, salientando-se a diminuição dos *clusters* e sua concentração em bases eleitorais tradicionais de algumas das principais lideranças do PMDB, como as mesorregiões localizadas na porção Centro-Norte do Estado, onde predominam padrões do tipo Alto-Alto em todas as eleições (Araraquara, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto)<sup>20</sup>. Algumas bases presentes no início da trajetória, como os *clusters* observados nas mesorregiões de Marília e Presidente Prudente desaparecem ao longo do tempo<sup>21</sup>, evidenciando o declínio eleitoral do apoio ao partido e o aumento de sua concentração regional.

Os mapas apresentados também confirmam que o PMDB tem enorme dificuldade em penetrar em algumas regiões do Estado, especialmente nas cidades próximas à cidade de São Paulo e na mesorregião do Vale do Paraíba, nas quais sistematicamente aparecem tendências do tipo Baixo-Baixo. Por um lado isso confirma que o processo de interiorização do PMDB já mencionado se manteve e o partido se saiu, também nas décadas de 90 e 2000, muito melhor nas regiões mais distantes da capital que nas mais próximas. Por outro lado, esses dados também apontam para o impacto da migração de importantes lideranças eleitorais do partido para a fundação do PSDB em 1988 e os efeitos da competição entre os dois partidos pelos votos no Estado. São Paulo é base das principais lideranças tucanas e São José dos Campos é o principal reduto do partido no período (MENEGUELLO; BIZZARRO NETO, 2012).

É importante ressaltar que as variações observadas nos mapas (regiões marcadas por perfil Alto-Alto em uma eleição e nas quais esse perfil desaparece na eleição seguinte) são largamente derivadas da presença ou ausência de candidatos que são lideranças regionais da região. Esse é o caso da região de Araraquara, próxima ao centro do mapa, que apresenta perfis Alto-Alto no período 1994-2002 que desaparecem nas eleições seguintes, a partir do momento em que o grupo de lideranças associados a Edinho Araújo, ex-prefeito de Araraquara e Deputado pela região, deixa o PMDB e migra para o PPS.

Os mapas 16 a 20 apresentam resultados completamente diferentes. Não há clusters regionais de votação do partido para eleições municipais. Há poucos e pequenos grupos de cidade com uma quantidade elevada de municípios e aumenta o número de municípios do tipo Alto-Baixo, isto é, com alta votação local inserido em uma região de baixa votação do partido. Isso significa basicamente duas coisas.

---

<sup>20</sup> No anexo há um mapa do estado de São Paulo com a demarcação das mesorregiões.

<sup>21</sup> Na região de Marília, por exemplo, tanto em 2006 quanto 2010 é possível ver clusters do tipo Baixo-Baixo.

Primeiramente, significa que clusters regionais de apoio eleitoral aos candidatos do partido não são consistentes no tempo. Eles variam dentro de um mesmo nível e, principalmente, entre níveis. Os bons votos do partido em eleições estaduais não são convertidos em boas votações para o PMDB em eleições locais. Há, portanto, um claro descolamento da inserção eleitoral do partido nos dois níveis.

Ao mesmo tempo, a ausência de clusters regionais nos mapas 16 a 20 e a presença de municípios com característica Alto-Baixo, apontam para um partido cujos resultados em eleições municipais são circunscritos, com quase nenhuma repercussão nas cidades vizinhas. Isso sugere uma máquina majoritariamente municipal e eleitoralmente autônoma, em alguns casos muito bem sucedidas no seu município, mas sem nenhuma capacidade de reproduzir esse sucesso na região.

A argumentação desse texto a ser retomada nos capítulos finais toma esses elementos como dimensões que evidenciam o caráter organizativo do PMDB no estado. Seus resultados em eleições estaduais vão minguando e passam a depender cada vez mais da presença de algumas lideranças eleitorais na lista de candidatos. Ao mesmo tempo, a força local do partido é suficiente para alguns bons resultados em cidades isoladas, sem produzir nenhum efeito regional nas votações do partido. Essa máquina partidária eleitoral seria eficaz para a disputa eleitoral local em alguns municípios mas incapaz de se converter em bases eleitorais de candidatos em corridas regionais ou estaduais como as votações para Deputado Estadual.

Nesse sentido, esses dados se adicionariam às evidências encontradas anteriormente sobre a distribuição territorial do voto do PMDB no estado para reafirmar a manutenção de padrões de inserção eleitoral do PMDB estabelecidos na década de 80 como os padrões que definiram a participação do partido nas disputas no estado até 2010: concentrado em regiões distantes da capital e predominantemente voltado e bem sucedido em eleições municipais.

Em outras palavras, a análise da trajetória eleitoral do PMDB em São Paulo nos últimos 20 anos evidenciam elevados padrões de continuidade de sua própria inserção eleitoral, a despeito das mudanças contextuais entre a década de 1980 e 2010. São as mesmas regiões, o mesmo tipo de município e, especialmente, ainda as eleições locais, o habitat natural do PMDB em São Paulo. Sua força nesses contextos manteve o partido como um dos protagonistas para muitas disputas locais mas foi insuficiente para que ele preserve-se a mesma condição em eleições estaduais.

Restam assim, duas perguntas centrais para a compreensão desse fenômeno. A primeira volta-se para o próprio PMDB e consiste em buscar a resposta de como e por que essa estrutura se manteve. A segunda volta-se para o sistema e busca compreender o que mudou no contexto de

competição paulista que fez com que as bases eleitorais do partido minguassem e o sucesso de sua máquina municipal não fosse mais capaz de fazê-lo protagonista da disputa estadual. As respostas para cada uma dessas perguntas encontram-se nas próximas seções.

### *Mudanças na política paulista*

O período de declínio do apoio eleitoral ao PMDB em São Paulo compreende também a reorganização da estrutura de competição política no estado (MENEGUELLO; BIZZARRO NETO, 2012). A flexibilização das regras para formação de novos partidos, a crise do sistema partidário no imediato após a transição política, o declínio de grupos políticos tradicionais no estado, como o malufismo, e a ascensão de PSDB e PT ao centro do palco na disputa política estadual constituem as principais transformações sofridas pela política paulista no período.

Primeiramente, os dados da Tabela 17 apontam para a transformação dos padrões de competição em que os partidos passaram a se inserir em São Paulo a partir do começo dos anos 90. Indicadores clássicos de fragmentação do sistema político e competitividade das disputas listados abaixo indicam que especialmente após as eleições de 1986 o sistema partidário paulista passou por um intenso processo de reorganização, multiplicando o número de competidores e dificultando a manutenção de atores predominantes, dada a maior competitividade das disputas. Além disso, como aponta Bizzarro Neto Sandes-Freitas (2012), São Paulo é um terreno favorável à organização de partidos, dado que em 2010, todos os partidos em funcionamento no país detinham algum tipo de organização no estado.

**Tabela 17. Indicadores de competição política – Legislativo estadual**

	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Número médio de candidatos	5,8	10,1	*	8,5	13,5	15,4	16,2	19,0
Índice de competitividade	1,9	4,0	*	3,3	5,7	6,7	7,1	9,5
Número Efetivo de Partidos	2,9	3,8	7,3	6,9	8,3	8	6,9	6,5
Número de Partidos Parlamentares	4	7	13	14	14	16	14	15
Fracionalização	0,65	0,74	0,86	0,86	0,88	0,88	0,86	0,84
Volatilidade		21,5	29,7	19,3	22,7	21,7	23,2	21,4

\*Não há dados confiáveis

Fonte: Meneguello e Bizzarro Neto, 2012, p.125.

Esse processo de reorganização ocorreu o final dos anos 80 e início dos 90. A partir daí o sistema assumiu uma dinâmica mais estável – não houve a emergência de nenhum novo grande partido até pelo menos a formação do PSD em 2012 – mas ainda assim fragmentada e altamente

competitiva. Essa estabilidade dos atores, contudo, também não significou uma estabilidade do apoio eleitoral aos partidos, e níveis de volatilidade eleitoral permaneceram elevados.

Essa reorganização significou também a re colocação de alguns partidos no cenário político estadual no período. Não apenas o PMDB, mas também o PPB/PPR/PP, herdeiro do partido da ditadura, perdeu grande parte de seu apoio eleitoral, superado por novos competidores à direita como o DEM e o PL/PR. O enfraquecimento do PP significou o enfraquecimento de sua principal liderança eleitoral no Estado, Paulo Maluf, que após más sucedidas campanhas ao governo do Estado na década de 1990 e o fracasso da administração Celso Pitta na capital, na qual Maluf investiu boa parte de sua credibilidade eleitoral, deixou de ser uma liderança estadual e se abrigou em um mandato de Deputado Federal, também para proteger-se, dado o foro privilegiado, das acusações de corrupção que pairam sobre ele<sup>22</sup>.

A oposição entre quercismo e malufismo, PMDB e PP, que marcou a segunda metade dos anos 80 e começo dos noventa na política paulista deixou de ser importante na medida em que esses partidos foram perdendo apoio eleitoral. Tanto a centralidade dessa oposição se desfez que em 2006 o PMDB lançou Quércia ao Governo Estadual em coligação justamente com o PP de Maluf.

A superação dessa oposição ocorreu a partir do estabelecimento de uma nova clivagem que organizou as disputas políticas no estado. Essa clivagem é similar àquela estabelecida na disputa presidencial, na qual um sistema polarizado entre dois grupos, um aliado ao PSDB e outro ao PT, têm imperado, fazendo dos candidatos desses dois partidos os principais competidores dos últimos 5 pleitos eleitorais.

Nacionalmente, essa clivagem se estabeleceu em 1994, quando Fernando Henrique Cardoso, pelo PSDB, e Luiz Inácio Lula da Silva, pelo PT, se enfrentaram na disputa presidencial. Lula já fora candidato derrotado no segundo turno da eleição de 1989, sendo desde então considerado um dos principais candidatos para 1994 (MENEGUELLO, 1994). Cardoso emergiu como favorito na medida em que o plano econômico implementado durante a sua gestão no Ministério da Fazenda se mostrou bem sucedido no combate à inflação (MENDES; VENTURI, 1995).

A partir de 1994, Fernando Henrique, Lula e seus respectivos partidos se converteram em *players* fundamentais da disputa política nacional. As candidaturas de PSDB e PT entre 1994 e 2010 concentraram mais de 75% dos votos em todas as eleições do período e foram parte central no

---

<sup>22</sup> Devido às suspeitas de lavagem de dinheiro e evasão de divisas associadas a Maluf, ele é procurado pela Interpol. [http://www.interpol.int/Wanted-Persons/\(wanted\\_id\)/2009-13608](http://www.interpol.int/Wanted-Persons/(wanted_id)/2009-13608). Acessado em 06 maio 2013 às 16h19min.

processo de consolidação do sistema partidário brasileiro recente (BRAGA, 2006; MELO, 2010; MENEGUELLO, 2011; LIMONGI; CORTEZ, 2010).

Nos anos recentes, essa lógica de competição das disputas presidenciais tem se reproduzido nas competições estaduais (CORTEZ, 2009), o que aparentemente tem produzido também uma consolidação dos sistemas políticos estaduais (LIMONGI; CORTEZ, 2010; MELO, 2010). São Paulo não é diferente de muitos outros estados nesse ponto e desde pelo menos 2002 os candidatos de PSDB e PT têm protagonizado a disputa pelo governo do estado (MENEGUELLO; BIZZARRO NETO, 2012) (Tabela 18).

**Tabela 18. Votação PSDB e PT para o governo do Estado em comparação com os demais (1982-2010)**

	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
PSDB	0,0	0,0	12,0	35,7	23,0	38,3	57,8	50,6
PT	9,9	9,8	9,6	11,3	22,5	32,5	31,6	35,2
PMDB	44,9	36,1	22,2	8,6	4,3	1,3	4,6	0,0
PDS / PPB / PPR / PP	23,5	17,3	34,3	0,0	32,2	21,4	0,0	5,4
Outros	21,7	36,9	22,0	44,4	18,0	6,6	6,0	8,7
<b>PSDB +PT</b>	<b>9,9*</b>	<b>9,8*</b>	<b>21,5</b>	<b>47,0</b>	<b>45,5</b>	<b>70,7</b>	<b>89,4</b>	<b>85,9</b>

\* Apenas PT.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Fundação Seade e TSE.

Contudo, a polarização entre PSDB e PT em São Paulo se distingue da dinâmica nacional em dois pontos. O primeiro é que, diferentemente da disputa presidencial, o crescimento do PT não foi suficiente para que o partido superasse seu rival nas disputas estaduais e assumisse o governo do Estado. Desde 1994 e a eleição de Mário Covas, o PSDB mantém o controle do Palácio dos Bandeirantes, tendo reeleito Covas em 1998, eleito Geraldo Alckmin em 2002, José Serra em 2006 e novamente Geraldo Alckmin em 2010.

Ao mesmo tempo, o protagonismo de PT e PSDB nas disputas pelo governo estadual tem tido efeitos sobre os votos dos partidos nas eleições legislativas, e juntos os partidos concentraram praticamente 50% dos votos nesses pleitos em 2010 (Tabelas 19 e 20). No cenário nacional, ainda que o PT tenha sido o partido mais votado no país nas eleições para a Câmara dos Deputados em 2010, o PSDB vem perdendo terreno, ficando atrás do PMDB no número de votos e eleitos nessa disputa.

**Tabela 19. Votação para a Assembleia Legislativa (1982-2010)**

	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
PSDB			10,8	17,7	19,3	18,6	24,1	23,7
PT	10,7	11,4	16,0	18,4	16,7	24,1	19,2	22,5
PDS / PPB / PPR / PP	26,4	13,9	13,5	8,2	14,4	6,1	2,2	1,7
PMDB	49,1	40,3	21,0	22,8	8,7	4,4	4,3	5,2
Outros	13,8	34,4	38,7	32,9	40,9	46,8	50,2	46,9
<b>PSDB+PT</b>	<b>10,7</b>	<b>11,4</b>	<b>26,8</b>	<b>36,1</b>	<b>36,0</b>	<b>42,7</b>	<b>43,3</b>	<b>46,2</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Fundação Seade, Nicolau (2002), TSE.

**Tabela 20. Votação para a Câmara dos Deputados (1982-2010)**

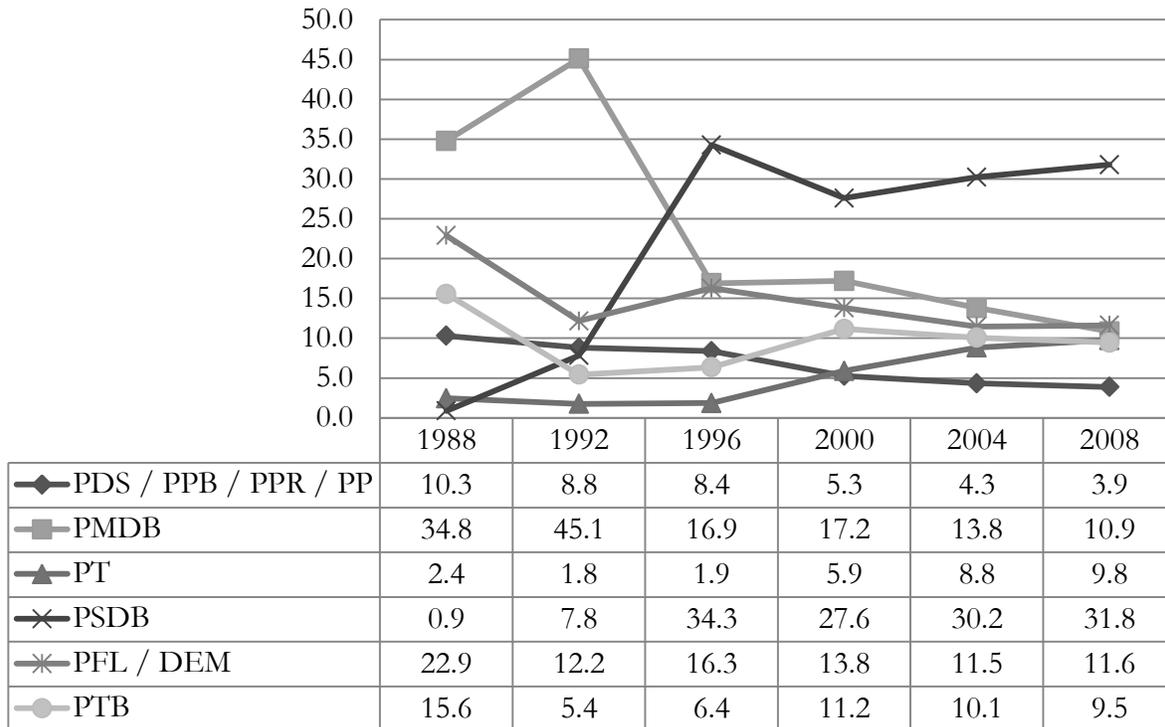
	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
PSDB			13,8	20,9	20,0	17,8	21,1	19,2
PT	0,8	13,0	16,8	20,7	19,2	25,1	19,0	18,9
PMDB	48,8	44,3	18,8	20,7	7,9	6,1	3,9	2,1
PDS / PPB / PPR / PP	26,7	9,7	14,7	9,7	15,7	4,8	7,7	6,4
Outros	23,7	33,0	35,9	28,0	37,2	46,2	48,3	53,4
<b>PSDB +PT</b>	<b>0,8*</b>	<b>13,0*</b>	<b>30,6</b>	<b>41,6</b>	<b>39,2</b>	<b>42,9</b>	<b>40,1</b>	<b>38,1</b>

\* Apenas PT. O PSDB foi fundado em 1988.

Fonte: Elaboração própria a partir de Fundação Seade, Nicolau (2002), TSE.

O predomínio do PSDB sobre o governo do Estado é simultâneo a sua emergência como principal ator da política local no Estado. O PSDB é o partido que mais elege prefeitos em São Paulo desde 1996 – primeira eleição após a vitória na disputa pelo governo estadual – e tem se mantido muito à frente dos concorrentes desde então, conquistando sozinho mais de um terço das prefeituras paulistas no período. O PT tem apresentado relativa dificuldade em penetrar nas disputas locais do estado, tendo conquistado menos de 10% dos votos totais para prefeito nos municípios paulistas. Ainda assim, o partido tem conquistado prefeituras em importantes regiões do estado, principalmente na grande São Paulo, berço organizativo e eleitoral do partido.

**Gráfico 13. Prefeitos eleitos por Partido (%) 1988-2008**



Fonte: Meneguello e Bizzarro Neto (2012) p.124.

Ao mesmo tempo, outros partidos emergiram no sistema político estadual, como o DEM, que mesmo sem contar com muita tradição progressista em São Paulo – o partido foi essencialmente uma criação de elites políticas do nordeste brasileiro (TAROUCO, 1999) – avançaram especialmente sobre bases locais no estado, conquistando importantes posições no cenário político paulista.

Nesse sentido, a reconfiguração do sistema eleitoral-partidário em São Paulo significou a superação da oposição entre autoritarismo e ditadura que marcou a disputa no estado desde pelo menos 1974. Após uma fase de transição na década de 90, em que o declínio do PMDB foi bastante acentuado mas o malufismo ainda resistiu, os anos 2000 instituíram para a política paulista uma nova situação, na qual PT e PSDB dominam por volta metade dos votos nas eleições legislativas estaduais, a maior parte dos votos para o governo do Estado, e no qual o PSDB emerge como principal partido nas disputas locais. Nesse novo cenário, diferentemente do bipartidarismo, impera um multipartidarismo bastante fragmentado, em que o predomínio de PSDB e PT está limitado a não mais que 25% dos votos para cada.

Essa breve retomada da trajetória eleitoral partidária em São Paulo coloca importantes questões para a compreensão do nosso objeto e da discussão proposta. A primeira questão diz

respeito aos efeitos da competitividade sobre a capacidade do PMDB manter-se como partido predominante no sistema político estadual. Como vimos, a despeito do aumento da competitividade, o sistema partidário paulista abrigou um grande partido estadual, o PSDB, que tem conquistado o governo do estado desde 1994 e a maioria das prefeituras e deputados.

Ao mesmo tempo e em adição a isso, é fundamental notar que o PMDB não foi apenas superado por PSDB e PT, mas por diversos outros partidos, sendo apenas o décimo segundo mais votado nas eleições de 2010 para a Câmara dos Deputados. Nesse sentido, não parece à primeira vista que apenas o *coattail effect* das eleições presidenciais nos votos de PT e PSDB levou votos para os adversários do PMDB. Há uma série de outros elementos simultâneos que fortaleceram também partidos menores, aprofundando o enfraquecimento do PMDB.

Nossa análise não pode se limitar à descrição das transformações do cenário de competição política e essas transformações não podem ser encaradas como a única hipótese para a compreensão do declínio eleitoral do PMDB no período. Como afirmado, a ascensão do PSDB à condição de grande partido estadual e a concentração das disputas em torno de PSDB e PT mostra que a despeito do aumento da competitividade e da volatilidade, alguns partidos são capazes de conquistar sistematicamente uma grande quantidade de votos e protagonizar a disputa. Dessa forma, a compreensão da trajetória do PMDB precisa incluir outras variáveis que apontem soluções para os dilemas derivados da transformação do cenário.

Na perspectiva adotada para esse texto, as variáveis que intervêm na trajetória eleitoral do partido e em sua inserção no cenário de competição política em São Paulo são variáveis organizativas. O formato da organização que o PMDB construiu em São Paulo, as características de suas lideranças e membros e a forma pela qual conformou sua coalizão dominante são dimensões chave dessa análise e é sobre elas que nos debruçamos nos próximos capítulos.

#### Capítulo 4. A organização partidária

Ainda que a pergunta de partida que nos colocamos nos leve a recortar o período de análise entre 1994 e 2010, anos em que o PMDB está fora do governo estadual (o partido só voltou a ter um secretário de estado em São Paulo em 2010, José Carlos Tonin, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social), cremos que a análise que pretendemos exige a recuperação da trajetória do partido desde o momento em que o predomínio quercista sobre o PMDB-SP se consolida definitivamente.

A escolha desse ponto como início de nosso esforço de reconstruir a trajetória do partido e de suas lutas internas no período se justifica pelo impacto que a saída dos grupos de lideranças que fundariam o PSDB tem sobre a organização interna do PMDB. Migram para o novo partido tanto grande lideranças eleitorais, como Covas, Montoro e Fernando Henrique, como os grupos de militantes e simpatizantes a eles associados.

Essa migração tem dois efeitos centrais. Por um lado, ela levou do PMDB sua faceta mais programática e ideológica. Após meados da década de 1980, com a flexibilização das regras de formação de partidos e a suspensão do banimento de partidos comunistas, os grupos mais intelectualizados, de estudantes, professores universitários que permaneceram no PMDB foram aqueles que circulavam em torno das lideranças que posteriormente formariam o PSDB. Com sua saída em 1988, o PMDB acabou dominado por Quércia e seus aliados, orientados essencialmente em termos pragmáticos e eleitorais.

Essa saída, contudo, não significou perda de expertise do partido na construção e manutenção de organizações locais. Pelo contrário, exceto por Covas que havia trabalhado na organização do janismo na Baixada Santista e do MDB na mesma região, as demais lideranças notáveis agora no PSDB não tinham por prática política empenhar-se na construção da organização partidária. O grande responsável por esse esforço no PMDB sempre fora Quércia e a saída das elites que formariam o PMDB não afetou essa capacidade<sup>23</sup>.

Por outro lado, ela reforçou a dependência do PMDB em São Paulo de suas bases eleitorais no interior. As lideranças do PSDB atuavam particularmente na capital – apenas Covas tinha raízes na baixada santista – e em regiões adjacentes, como o Vale do Paraíba. Essa dependência se reproduziria durante os vinte anos seguintes, como apontado no Capítulo 3.

Os momentos decisivos do processo que culminaria com o predomínio de Quércia sobre o PMDB em São Paulo têm seu início no período 1985-1986. Naquele momento o partido estava

---

<sup>23</sup> Essa análise foi feita por Antônio Roque Citadini em entrevista ao autor.

dividido entre dois grupos principais, um vinculado a Quércia e composto por deputados e lideranças regionais e municipais de todo o Estado, e outro que gravitava em torno do Governador Franco Montoro, composto especialmente por grupos menores vinculados a lideranças notáveis do partido como os já mencionados Cardoso, Covas e Serra, além de lideranças mais tradicionais, oriundas do velho PDC ou mesmo do trabalhismo. Esses se autointitulavam “históricos”, por sua associação com a trajetória oposicionista e popular do MDB.

No esforço de construir a coalizão dominante em um cenário dividido como esse o que importava era “fazer a conta”, isto é, a contagem dos apoios que cada um dos grupos obtinha junto a lideranças intermediárias, delegados em convenções e parlamentares<sup>24</sup>. Munidos dessa informação e sabendo da capacidade de cada um para barganhar posições para seus grupos na composição da direção partidária, as lideranças principais teciam acordos que garantiam desde antes mesmo da realização da convenção os resultados do processo decisório. Normalmente composta a partir de uma única chapa, a composição formal da direção partidária era o resultado desse processo.

Durante toda a década de 80 a conta foi favorável a Quércia na equação interna do poder no PMDB-SP. Construindo sua liderança no interior da organização a partir das alianças e lealdades forjadas durante o processo de construção da organização partidária na década de 70 e reforçando-as a partir da ocupação do Estado (vice-governador no período 1983-1986, governador entre 1987-1990), Quércia dispunha desde o início da década de bases para sustentar sua liderança no partido.

Exemplar disso é a célebre convenção de 1982 em que se decidiu a chapa para a disputa das eleições para governador naquele ano. Ainda que o acordo inicial previsse uma chapa liderada por Montoro com Covas como vice, devido ao grande destaque eleitoral de Montoro que o colocava como favorito na disputa pelo Bandeirantes, Quércia conseguiu impor a força de seus apoios sobre essa composição e seu nome substituiu Covas na chapa, já durante a votação na Convenção. Para isso, aliados do governador bloquearam as filas de votação por horas até que Montoro, Quércia e Covas redefinissem a composição da chapa.

Nem Montoro, nem Covas, nem Fernando Henrique dispunham de sustentação em lideranças intermediárias na mesma intensidade que aquelas que apoiavam Quércia no partido. As bases desse grupo eram compostas por antigos membros do PDC ou de grupos católicos e trabalhistas associados a Montoro e por alguns diretórios associados a Covas na capital e na baixada santista. As demais lideranças “históricas” como Fernando Henrique Cardoso, Almino Affonso ou mesmo o então presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães não empreendiam esforços para

---

<sup>24</sup> A expressão “fazer a conta” foi utilizada por Antônio Roque Citadini em entrevista ao autor.

construir e manter bases desse tipo. Sua força na disputa interna vinha de seu potencial para conquistar votos, o que em um partido claramente voltado para a disputa eleitoral era um ativo decisivo<sup>25</sup>.

Não é à toa, portanto, que a crise que precipita o predomínio de Quércia sobre o partido se desenvolve especialmente após a derrota de Fernando Henrique Cardoso na disputa para a prefeitura de São Paulo em 1985 e a confirmação de que as eleições presidenciais de 1985 seriam indiretas, o que inviabilizava o projeto de Montoro ser candidato a presidente. Esses desdobramentos enfraqueceram os grupos históricos na disputa interna do partido e abriram espaço definitivamente para que Quércia assumisse o controle do partido.

Isso foi feito após um acordo entre Quércia e Almino Affonso que isolou os “históricos”. Na Convenção a chapa lançada por ambos prevalece, com Affonso presidente, e a composição da Comissão Executiva reflete o predomínio quercista (dos 14 membros eleitos para a CE, 9 eram ligados a Quércia, 2 a Covas, 1 a Montoro, 1 a Cardoso e 1 era aceito por todos os grupos – Aloysio Nunes Ferreira Filho) (Folha de São Paulo, 27 de janeiro de 1986, p.5)<sup>26</sup>. A composição de chapa única para as disputas partidárias era prática no MDB / PMDB, viabilizando acordos internos e impedindo disputas que potencialmente desestabilizassem o partido (CARDOSO, 1981).

Com a vitória de Quércia e seus aliados na disputa interna pela Executiva no Estado, sua indicação como candidato para governador pelo partido se garantiu. Sua vitória em 1986, impulsionada pela situação altamente favorável ao PMDB produzida pela estabilização temporária dos preços promovida pelo Plano Cruzado (SADEK, 1989), consolidou sua predominância sobre o PMDB em São Paulo e criou as condições para que Quércia buscasse então se credenciar como futuro candidato do PMDB à Presidência da República.

Seu predomínio foi tão significativo desse momento em diante que os grupos adversários intensificaram as movimentações visando fundar um novo partido ou mesmo migrar para legendas

---

<sup>25</sup> Gilda Portugal Gouveia, que participou ativamente da organização do partido na década de 80 aliada a Fernando Henrique Cardoso afirmou: “Nós não tínhamos um delegado, um diretório. Para ter isso tinha que percorrer o interior, fazer reunião, e o Fernando não fazia isso”. No mesmo sentido, Antônio Roque Citadini afirmou: “Nem o Fernando nem o Ulysses tinham base no partido, não era do feitio deles [...] O Ulysses era uma majestade, nunca fez um diretório. [...] O Fernando fazia reunião e o que aparecia? Trinta professores da USP e da UNICAMP que não sabiam nem se tinham título de eleitor [pois estavam sendo perseguidos durante a ditadura]”.

<sup>26</sup> Essa forma de eleição do Diretório e da Comissão era a praxe no PMDB. Formalmente, cada chapa lança os nomes do membro do Diretório e do Presidente indicado pela chapa. Após eleição em convenção, o Diretório eleito deveria escolher dentre seus membros os indicados para a Comissão Executiva. O que ocorria, de fato, era um conjunto de negociações prévias entre as lideranças que definia tanto a chapa para o Diretório quanto a Comissão Executiva, buscando sempre o lançamento de apenas uma chapa para concorrência na eleição (CARDOSO, 1981; Alda Marco Antônio, uma das principais lideranças associadas ao quercismo no estado também confirmou essa prática ao autor em entrevista).

existentes. Na convenção de 1988 para a eleição da Comissão Executiva estadual os grupos ligados a Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Franco Montoro se ausentaram, abrindo espaço para que dos doze eleitos para a Direção partidária naquele ano apenas um, Adilson Monteiro Alves, fosse ligado aos “históricos”. Nessa Convenção, Airton Sandoval, deputado federal com base na região de Franca, foi eleito pela primeira vez para a Presidência do partido. Sandoval, um dos principais aliados de Quércia se destacará como um dos mais importantes membros da direção partidária, voltando a ser eleito em 1990 e em 2001 para a Presidência, ocupando por quatro mandatos a 1ª Vice-Presidência e por 3 mandatos a Secretaria Geral do Partido (a Tabela 1 do Anexo traz todos os membros das Comissões Executivas do PMDB entre 1986 e 2011).

Com a vitória de Quércia na Convenção partidária o espaço para os grupos adversários praticamente acabou e estes deixaram o partido em 1988 (Roma, 2002)<sup>27</sup>. Apenas o grupo ligado ao Deputado Ulysses Guimarães permanecia participando da vida partidária. Contudo, Guimarães era muito mais forte na disputa nacional que na condução de bases partidárias em São Paulo e pouco ameaçava o predomínio quercista sobre o partido.

Nos anos seguintes as disputas interpartidárias perderiam intensidade e em muitos casos consistiriam em disputas entre quercistas buscando ocupar cargos e obter indicações. A definição do candidato do partido nas eleições para o governo de São Paulo em 1990 seguiu esse caminho, com vários candidatos buscando o apoio de Quércia. Dilson Funaro, ex-Ministro da Fazenda, João Oswaldo Leiva, político paulistano e o então Vice-Governador Almino Afonso eram alguns dos candidatos (Folha de São Paulo, 05 de maio de 1988, p.5) mas a escolha do governador recaiu em seu Secretário de Segurança Pública, Luiz Antônio Fleury Filho.

Apenas com o rompimento entre Quércia e Fleury durante a campanha presidencial de 1994 o quercismo se veria novamente diante de alguma ameaça em São Paulo<sup>28</sup>. Entretanto, a Convenção partidária confirmou a manutenção de Quércia como líder máximo do partido e sua chapa derrotou a chapa associada a Fleury por 358 contra 272 votos e elegeu Jayme Gimenez, político de Matão, interior do Estado, para a Presidência do partido<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> Além da falta de espaço na direção partidária estadual, uma série de outros fatores impulsionaram a saída dos grupos que fundariam o PSDB, como seu comportamento durante a Assembléia Nacional Constituinte e as estratégias de inserção de seus líderes na política nacional (ROMA, 2002).

<sup>28</sup> Quércia acusou o então governador de “trair” seu padrinho político e não apoiá-lo com a intensidade esperada na campanha para a Presidência. Consequentemente, os dois líderes romperam relações e disputaram entre si o comando partidário na convenção de 1995

<sup>29</sup> Antes de Gimenez o quercismo reelegera Sandoval para a presidência do partido em 1991 e elegeu o deputado quercista de Jales Roberto Rollemberg em 1993.

A possibilidade de contestação do poder de Quércia sobre o PMDB-SP pelo grupo ligado ao Governador Luiz Antônio Fleury Filho só foi possível pelo enfraquecimento do destaque político de Quércia decorrente da eleição presidencial. Após sair do governo em 1990, Quércia articulou a substituição de Ulysses Guimarães na presidência nacional do PMDB, (enfraquecido pelos 4% de votos obtidos nas eleições presidenciais de 1989) e elegeu-se presidente em 1991 (DELGADO, 2006). A ocupação do partido nacional era a chave para sua candidatura presidencial em 1994. Contudo, uma sequência de denúncias de corrupção e as dificuldades que teve para manter a unidade no PMDB, ameaçada especialmente pela resistência de setores ligados ao PMDB paranaense ao seu nome forçaram que Quércia renunciasse ao partido nacional. Essa renúncia visava minimizar a oposição interna ao nome de Quércia na disputa presidencial de 1994 pelo partido (KINZO, 1993).

Sua derrota na eleição de 1994, quando teve menos votos que Enéas Carneiro, do PRONA, sendo apenas o quarto colocado no pleito e a adesão de setores do PMDB à candidatura e posteriormente ao governo de Fernando Henrique Cardoso, minaram qualquer chance de manutenção da força do ex-governador nas disputas nacionais. Posteriormente, o declínio eleitoral do partido em São Paulo levaria à diminuição do número de delegados que o partido dispunha na Convenção Nacional<sup>30</sup>, o que restringiria ainda mais a capacidade de manutenção da participação de Quércia nas disputas nacionais do partido.

Em São Paulo, com a vitória da chapa quercista sobre o grupo associado a Fleury, internamente o partido foi novamente controlado por Quércia e as posições centrais da direção partidária foram ocupadas ou por aliados diretos do ex-governador ou por ele próprio. Jayme Gimenez foi reeleito Presidente do partido em 1998, com José Aristodemo Pinotti na 1ª Vice-Presidência. Seu mandato, contudo, foi completado por Airton Sandoval entre janeiro e maio de 2001.

A partir de 2001, a Presidência do partido não foi mais ocupada por um quercista, mas pessoalmente por Quércia até sua morte em dezembro de 2010. Esse fato demonstra uma importante mudança na forma como se conformava a coalizão dominante do PMDB no Estado e decorre em grande medida do crescimento de novas lideranças dentro do partido.

A principal dessas novas lideranças era Michel Temer. Secretário de Segurança Pública do Governo Montoro, elegeu-se deputado constituinte em 1986, permanecendo no Parlamento até

---

<sup>30</sup> Guarnieri (2009) estima que no início da década de 90 o PMDB-SP enviase 60 delegados à Convenção Nacional, máximo permitido, enquanto nas últimas convenções do ano 2000 podia enviar apenas 27.

2010. Como já mencionado, Temer foi, assim como Fleury, um dos técnicos que o PMDB levou para a administração do Estado e que posteriormente se converteriam em lideranças eleitorais da sigla (MELHEM, 1998). À semelhança de Fleury, Temer valeu-se da ocupação de uma secretária com grande estrutura e penetração territorial para capitalizar suas chances de vitória eleitoral<sup>31</sup>.

A partir de sua atuação na constituinte, passou a se destacar como parlamentar e assumir um papel cada vez mais destacado no congresso. Em 1997 assumiu a Presidência da Câmara dos Deputados, sendo reeleito para o período 1999-2000, consolidando-se como um dos parlamentares mais importantes do país segundo o DIAP<sup>32</sup>. Em 2001, após deixar a presidência da Câmara, articulou sua eleição para a Presidência Nacional do PMDB, na qual permanece até hoje, reeleito em março de 2013 para mais um mandato.

Isso faz de Temer o Presidente nacional do PMDB mais longo desde Ulysses Guimarães. Após a morte de Ulysses em 1993, o PMDB nacional passou por um período de elevada instabilidade de sua coalizão dominante, na qual os presidentes se sucediam e os grupos internos atuavam constantemente à revelia da liderança nacional. A eleição de Temer em 2001 não aplacou imediatamente essa tendência à instabilidade – Temer foi eleito como representante dos grupos que apoiavam o governo Fernando Henrique no interior do partido em oposição a grupos que buscavam afastar o PMDB do governo, dos quais Quéricia era uma das principais lideranças – mas foi capaz de fazê-lo de maneira mais intensa a partir de meados da década de 2000, quando construiu as pontes que levariam o PMDB para a base de apoio do governo Lula.

A partir da liderança do PMDB nesse processo de adesão ao governo Lula, Temer se consolidou como a única liderança nacional do PMDB a ser capaz de unificar o partido, em especial suas bancadas congressuais, em torno de um projeto de ocupação conjunta do governo nacional. Essa atuação de Temer seria decisiva para que ele fosse escolhido para compor com Dilma Rousseff do PT, a chapa para as eleições Presidenciais de 2010.

Sua proeminência no partido nacional, contudo, não se traduziu da mesma forma no partido estadual. E não se pode dizer que Temer não tenha tentado. Na eleição de 2001 ocorreu um segundo momento de ameaça ao comando de Quéricia sobre o partido em São Paulo quando,

---

<sup>31</sup> Célia Melhem e Gilda Portugal Gouveia afirmaram em entrevista ao autor a importância da ocupação de uma secretaria como a Segurança Pública para as chances eleitorais de seus secretários, dada a penetração territorial e a possibilidade de construir bases de apoio em todo o estado.

<sup>32</sup> O DIAP o incluiu na lista de “100 cabeças do Congresso” por 16 anos consecutivos (1995-2010). Disponível em [http://www.diap.org.br/images/stories/historico\\_cabecas.pdf](http://www.diap.org.br/images/stories/historico_cabecas.pdf). Acessado em 17mar 2013 às 10h15min.

recebendo apoio de setores do governo federal e do governo estadual, ambos controlados pelo PSDB, Michel Temer tentou tomar a Presidência estadual do partido de Quércia.

Essa disputa visava impedir um eventual apoio do PMDB paulista à candidatura presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002<sup>33</sup>. Após um esforço grande para a manutenção de apoio junto a delegados e lideranças regionais ligadas ao quercismo, o ex-governador conseguiu evitar o assédio de Temer ao partido e manter o controle da organização.

Esse esforço consistia na reativação de lealdades entre Quércia e lideranças locais e era empreendido por auxiliares diretos do governador que percorriam os municípios do interior negociando a garantia de apoio na Convenção. Nessa negociação estavam incluídos tanto incentivos de ordem mais simbólica como a valorização dos laços históricos entre Quércia e os líderes locais quanto a manutenção de incentivos seletivos mais diretos como a garantia de autonomia das lideranças locais e o oferecimento da influência de Quércia junto a setores da burocracia pública para auxiliar essas lideranças locais em seus projetos pessoais<sup>34</sup>. Como veremos no próximo capítulo, a combinação desses dois tipos de incentivos e o tipo de relação que geravam entre Quércia e as lideranças intermediárias foi central para a sobrevivência do quercismo.

Entre 2001 e 2010 o quercismo não foi em nenhum outro momento tão seriamente ameaçado na disputa interna quanto foi em 1995 e 2001. A única ameaça veio fora dos momentos de disputa eleitoral, quando o partido nacional, comandado por Temer, tentou intervir formalmente no Diretório Estadual no final do ano de 2002, chegando inclusive a nomear Wagner Rossi, aliado a Temer para a Presidência de uma Comissão Interventora. A pedido de um grupo de parlamentares do próprio partido em São Paulo que acusaram – da mesma forma que Fernando Morais – Quércia de usar o tempo de televisão dos candidatos do partido para a promoção de sua candidatura ao Senado, a Comissão Executiva Nacional aprovou a intervenção, que acabou suspensa por liminar judicial que garantiu a manutenção de Quércia na presidência do PMDB-SP<sup>35</sup>. Quércia, em sua defesa, alegava que a utilização do HGPE era o menor dos problemas e que a intervenção era um subterfúgio de Temer para controlar o partido e impedir que o PMDB paulista continuasse apoiando o recém-eleito governo Lula<sup>36</sup>.

---

<sup>33</sup> Essa interpretação dessa dinâmica foi fornecida por Antônio Roque Citadini em entrevista ao autor.

<sup>34</sup> As informações sobre essa estratégia foram fornecidas por Emerson Leal e Alda Marco Antônio em entrevista ao autor.

<sup>35</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u43066.shtml>. Acessado em 09 mai 2013, às 17h26min.

<sup>36</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u43614.shtml>. Acessado em 09 mai 2013, às 17h34min.

De 2003 em diante Quércia e Temer aparentemente acertaram um apoio mútuo, em que uma aliança no estado garantia o predomínio no quercismo ao mesmo tempo em que ofertava espaços para aliados de Temer, como o Deputado Estadual Balcia Rossi, na direção estadual e no qual Quércia apoiava a manutenção de Temer na Presidência nacional do partido<sup>37</sup>.

Essa aliança entre os dois líderes não foi, contudo, suficiente para impedir disputas internas pela Presidência do PMDB paulista. Em 2006, o Deputado Estadual Jorge Caruso lançou-se à Presidência da legenda, buscando ampliar seu espaço no partido (o estatuto partidário prevê que, em casos de disputa, todas as chapas com mais de 20% dos votos possam indicar membros para um diretório conjunto) e defendendo o afastamento do PMDB nacional do governo federal (Lula). Contudo, a chapa liderada por Quércia foi vitoriosa por 532 contra 332 votos (Folha de São Paulo, 18 de dezembro de 2006, p.A6).

Um exemplo de como se constroem as coalizões dominantes no PMDB, sob a liderança quercista, é a posterior incorporação de Caruso à chapa quercista na eleição do diretório estadual do PMDB em 2009. Segundo Alda Marco Antônio, em entrevista ao autor, Quércia convidou Caruso para a vice-presidência da legenda no estado para impedir novas disputas na disputa pelo controle partidário. Segundo a ex-vice-prefeita de São Paulo ainda, essa incorporação evidencia a maneira como as disputas internas eram conduzidas, minimizando os conflitos e consolidando a liderança quercista através da cessão de espaços na coalizão dominante para os grupos opositores. Assim fora com Temer após 2001 e assim fora com Caruso após 2006.

A incorporação de Caruso à chapa quercista não impediu que novamente houvesse disputa pelo controle da legenda em São Paulo. Diferentemente de 2001, contudo, quando o PSDB apoiou Temer para a presidência do PMDB paulista, em 2009 foi o PT quem, a partir do governo nacional e de seu diretório paulista, incentivaram a candidatura de Francisco Rossi à presidência do PMDB, buscando novamente evitar que Quércia conduzisse o diretório paulista na direção do apoio a um candidato presidencial diferente daquele que o PMDB nacional decidira apoiar<sup>38</sup>.

A candidatura de Rossi, relativamente um neófito em termos partidários quando comparado com tradicionais lideranças como Quércia, os quercistas ou Temer – Rossi entrou no PMDB em abril de 2005 após ter se candidatado ao Governo do Estado pelo PDT em 1998 e a Prefeito da

---

<sup>37</sup> Atas das convenções nacionais obtidas junto ao TSE confirmam o apoio de Quércia a Temer nas disputas pela Presidência nacional do partido.

<sup>38</sup> Esse apoio do PT a Francisco Rossi foi apontado pela Folha de São Paulo (14 de dezembro de 2009, p.A8) e confirmada por um de nossos entrevistados.

Capital pelo PHS em 2004 – foi largamente superada pela lideranças tradicionais unidas em torno da chapa liderada por Quércia obtendo apenas 73 votos contra 597.

A vitória de Quércia para a Presidência do partido em 2009 e o apoio do PMDB ao PSDB na disputa estadual marcam os últimos anos do predomínio quercista sobre o partido. Sua morte precipita um processo de reorganização interna absolutamente intenso, cuja faceta mais visível é a ascensão de Baleia Rossi, aliado de Temer, à presidência estadual e cuja materialidade se confirma com a intervenção do Diretório Estadual na organização local peemedebista em pelo menos metade das cidades pelo Estado apenas no ano de 2011<sup>39</sup>.

Esse processo é exemplar dos desafios colocados à tentativa de compreensão da dinâmica organizativa da coalizão dominante do PMDB paulista. A morte de Quércia e a intensidade do processo de reorganização que a segue demonstram a centralidade que o ex-governador possuía na política interna do partido. Enquanto ele participou da disputa política interna, o quercismo se manteve na presidência do PMDB paulista, a despeito do crescimento da importância e poder de seus adversários, como Temer, e a despeito da diminuição do apoio eleitoral a Quércia e aos quercistas e do grupo estar fora do estado até pelo menos o final dos anos 2000.

Nesse caminho, aliados diretos de Quércia ocuparam os postos chave da organização, buscando blindá-lo de novos ataques de lideranças como Fleury ou Temer. Airton Sandoval ocupou a 1ª Vice-Presidência do partido entre 2001 e 2006, substituído pelo Prefeito de Araraquara e também quercista Marcelo Barbieri entre 2006 e 2009. A Secretaria Geral do partido foi ocupada entre 1995 e 2001 pelo ex-secretário de transportes do Governo Quércia, Walter Nory, entre 2001 e 2003 pela ex-deputada estadual Rosmary Correa, pelo ex-secretário da Fazenda de Quércia, José Machado de Campos Filho entre 2003 e 2006 e por Airton Sandoval entre 2006 e a morte de Quércia em 2010.

De forma ainda mais curiosa, o quercismo se manteve na presidência do partido jogando um jogo duplo, buscando inserir-se nas disputas eleitorais do período ao mesmo tempo em que garantia sua independência em relação ao PMDB nacional, controlado por Temer. Enquanto Quércia se aliava a grupos internos do PMDB que sistematicamente sugeriam a necessidade de uma candidatura presidencial própria do partido, como os aliados ao ex-governador do Paraná Roberto Requião e do ex-governador de Pernambuco Jarbas Vasconcelos, que defenderam até pelo menos as eleições de 2010 o retorno ao velho MDB, Temer liderou o PMDB nacional na aliança com o candidato do

---

<sup>39</sup> O Posfácio desse texto explora as mudanças na organização interna do PMDB após a morte de Quércia.

PSDB, José Serra em 2002, na adesão ao governo Lula em 2005 e na aliança com Dilma Rouseff, do PT, para as eleições de 2010.

A força do quercismo no interior da organização não é apenas perceptível a partir da ocupação de cargos na direção partidária. Eleitoralmente, a centralidade da liderança quercista sempre esteve presente. Em 1994 o partido lançou José Antônio de Barros Munhoz, então aliado de Quércia ao cargo de governador. As denúncias de corrupção que afetaram a popularidade de Quércia e o mau desempenho do governador Fleury Filho nas avaliações junto à opinião pública, aliadas ao impulso dado pelo Plano Real aos candidatos do PSDB, prejudicaram a candidatura Munhoz que conquistou, no primeiro turno, apenas 11,25% dos votos válidos em todo o Estado na eleição vencida, no segundo turno, por Mário Covas.

Em 1998, o próprio Quércia foi o candidato do partido ao governo do Estado. Mesmo assim, o ex-governador não foi capaz de impedir um novo enfraquecimento do apoio eleitoral de sua legenda, tendo conquistado pouco mais de 700mil votos em todo o estado (4,29% dos votos válidos). Quércia voltaria a se candidatar ao governo Estadual em 2006 obtendo um resultado parecido (950mil votos, 4,6% dos votos válidos). Seus maus resultados na disputa para o governo e a derrota para Aloísio Mercadante e Romeu Tuma na disputa pelo Senado em 2002 (Quércia obteve 15,8% dos votos válidos) demonstraram que a força eleitoral do ex-governador se esvaiu ao longo da década de 90, acompanhando o declínio global de votos do partido.

Em 2002 o candidato ao governo do estado foi Lamartine Posella Sobrinho, deputado federal pelo partido. Posella Sobrinho substituiu o escritor Fernando Moraes que desistiu da candidatura durante a campanha. A justificativa de Moraes, em entrevista a José Dirceu<sup>40</sup>, foi a de que Quércia exigiu que o tempo do HGPE destinado à campanha de Moraes ao Governo fosse utilizado para capitalizar a campanha de Quércia ao Senado. Ainda segundo Moraes, o outro candidato ao Senado lançado pelo PMDB naquele pleito, o ex-deputado estadual da região do ABC Floriano Leandrini, teria concordado em trabalhar por Quércia na disputa, o mesmo feito por Posella em seguida. Pouco conhecido<sup>41</sup>, Posella obteve pouco mais de 260mil votos (1,3% do total).

Finalmente, as eleições de 2010 foram as primeiras em que o PMDB de São Paulo não lançou candidato, tendo apoiado seus ex-correligionários Geraldo Alckmin para o governo do Estado e José Serra para a Presidência da República.

---

<sup>40</sup> Disponível em [http://www.zedirceu.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=7107&Itemid=61](http://www.zedirceu.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=7107&Itemid=61). Acessado em 18/03/13, às 09h57min.

<sup>41</sup> Lamartine Posella Sobrinho é pastor evangélico e fora filiado ao PPB, partido de Paulo Maluf, antes de migrar ao PMDB. Depois da derrota nas eleições de 2002, não se candidatou a nenhum outro cargo público.

Nas disputas para o Senado no período, aliados diretos do governador também foram indicados, como a engenheira Alda Marco Antônio em 2006 e o já mencionado Floriano Leandrini em 2002. Em 1998 o candidato foi Jooji Hato, uma importante liderança do PMDB na capital cuja ligação com Quércia era mais tênue que a da maioria dos quercistas, sendo inclusive considerado como “independente” por um de nossos entrevistados.

Tal alocação das vagas de candidatos majoritários no PMDB paulista, concentrada no próprio Quércia ou em seus próximos aliados é mais uma evidência de que, a despeito do surgimento de novos grupos internos, o quercismo permaneceu como o maior e mais importante grupo a formar o PMDB paulista. Esse é mais um dos elementos que compõem o conjunto de evidência dessa pesquisa e que nos permite, posteriormente, compreender a trajetória do partido nos últimos 20 anos.

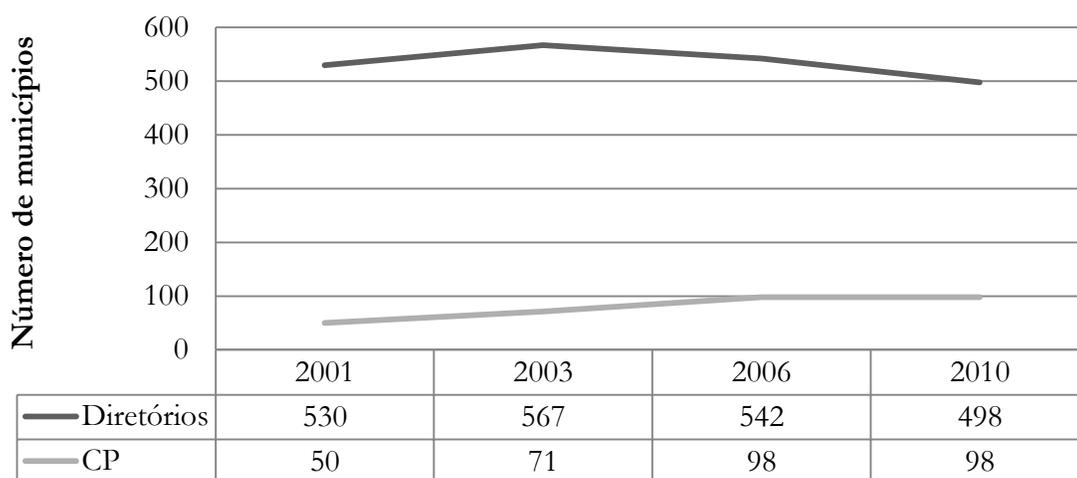
#### *Características organizativas gerais*

Além da reconstituição das disputas internas, essa pesquisa realiza um esforço de mapeamento da estrutura organizativa do partido. Buscamos caracterizar o partido e sua dinâmica interna, fornecendo evidências empíricas de sua lógica de funcionamento sob os limites institucionais da política brasileira, limites esses tanto legais quanto derivados da estrutura de competição política vigente.

Nesse sentido, é fundamental lembrarmos que todas as tentativas de compreensão do sucesso eleitoral do PMDB no período salientam que as vitórias de 1974, especialmente em São Paulo, estiveram precedidas de um esforço sistemático de construção organizativa por meio do qual o partido estendeu suas bases locais para praticamente todo o território nacional (KINZO, 1988). Após as eleições de 1970, nas quais o partido chegou inclusive a cogitar a possibilidade de se extinguir, muitas das lideranças que participaram da fundação do partido ficaram sem cargos. Tais lideranças foram então substituídas por novos membros recém-eleitos que iniciaram esse processo de reconstrução da legenda. O trabalho de Orestes Quércia foi justamente esse, colocando-se como liderança local a partir da Prefeitura de Campinas, impulsionando o estabelecimento de núcleos do partido em muitos municípios no Estado (MELHEM, 1998). Contemporaneamente, a capilaridade das bases locais do PMDB continua sendo encarada como um importante trunfo eleitoral do partido, mesmo em São Paulo, no qual o declínio dos votos obtidos pelo partido nas eleições gerais foi extremamente sensível.

Um ponto interessante a ser destacado sobre a organização local do PMDB em 2010 observada no capítulo 1 foi que o PMDB era o partido com a maior quantidade de Diretórios Municipais constituídos (em 83,6% dos municípios nos quais o partido estava organizado possuía Diretórios e em 16,4% Comissões Provisórias). Em um levantamento de dados sobre as organizações locais do PMDB paulista feito pelo TRE-SP<sup>42</sup>, a predominância dos diretórios sobre as comissões provisórias se mostra estável desde o início da série de dados, em 2001 (Gráfico 14)

**Gráfico 14. Organizações locais do PMDB-SP (2001-2010)**



Fonte: Elaboração própria a partir de TRE-SP.

Os diretórios são unidades organizativas mais complexas que as Comissões Provisórias, sendo compostos por mais membros e exigindo a realização de uma convenção municipal para sua homologação (a Comissão Provisória é instituída pela direção estadual do partido). Essa característica sugere um padrão de funcionamento e dinâmica partidária específicos que precisam ser mais bem compreendidos pois podem indicar um traço importante da característica interna da organização.

Em associação com esses indicadores de organização local do partido estão os dados sobre os filiados do partido por município. É possível dizer que esse segundo conjunto de dados é que evidencia a “densidade” da organização local do partido, ao expor o número de eleitores que em algum momento se envolveram com o partido em cada município.

<sup>42</sup> Agradeço a Bruno Speck pela cessão desses dados.

O PMDB é o partido com o maior número de filiados no Estado quando observados dados de 2010 (BIZZARRO NETO; SANDES-FREITAS, 2012, p.177; Tabela 2 do Anexo), confirmando a tendência histórica apontada por Braga e Borges (2008). Os dados da Tabela 21 apresentam o número de filiados ao partido no Estado entre 1988 e 2010 (a Tabela 2 do Anexo traz os dados de filiados por partido e a porcentagem de eleitores paulistas filiados a cada um deles em julho de 2010).

**Tabela 21. Filiados ao PMDB entre 1988 e 2010**

Ano	Filiados
1988	809.931
1990	776.491
2002	574.210
2004	515.677
2005	493.256
2006	487.161
2007	469.345
2008	467.952
2009	462.901
2010	517.468
2011	521.595

Fonte: Elaboração própria a partir de Braga e Borges (2008, p.461) e TSE.

A queda observada entre 1988-1990 e os anos 2000 no número de eleitores filiados ao partido pode ser creditada tanto ao enfraquecimento da própria sigla quanto à migração de muitos de seus filiados para o PSDB (BRAGA; BORGES, 2008). Ainda assim, o grande número de filiados e a retomada da tendência ascendente a partir de 2010 demonstra que o declínio eleitoral do partido não foi acompanhado por uma idêntica diminuição de sua base de filiados.

Sabemos que os fenômenos não estão diretamente associados e que as tendências contemporâneas em todo o mundo apontam para o declínio das taxas de filiação partidária (SCARROW, 1994; MAIR; VAN BIEZEN, 2001) principalmente após a transformação de diversas características organizativas dos partidos e da transformação nas condições para sua inserção nas disputas políticas contemporâneas. Justamente por isso é que se faz importante notar que não apenas o partido preservou parte significativa de seus filiados nesse período de agudo declínio eleitoral como ainda recuperou sua capacidade de expandir seu número de filiados a partir de 2010,

evidenciando o distanciamento entre a dinâmica organizativa e a dinâmica eleitoral do PMDB em São Paulo.

Esse distanciamento não é completo, contudo. A distribuição regional dos filiados por região do Estado entre 2002 e 2010 presente na Tabela 22 demonstra que as regiões em que o partido obtém as melhores médias de filiados por número de eleitores são as Regiões Administrativas de São José do Rio Preto, Araçatuba e Franca. Tal dado é interessante pois evidencia os padrões regionais de associação entre os eleitores e o partido, demonstrando que as principais bases de filiados ao partido encontram-se em regiões e municípios com que constituem também as bases eleitorais tipicamente associadas ao PMDB em São Paulo.

**Tabela 22. Média de Filiados por Município por Região Administrativa 2002-2010 (% do total de eleitores)**

Região Administrativa	2002	2006	2010
Registro	2,43	2,02	2,07
Santos	2,21	1,45	1,56
São José dos Campos	3,41	2,72	2,91
Sorocaba	2,63	2,31	2,37
Campinas	2,83	2,28	2,26
Ribeirão Preto	2,93	2,34	2,43
Bauru	3,40	2,66	2,66
<b>São José do Rio Preto</b>	<b>4,66</b>	<b>3,89</b>	<b>4,46</b>
<b>Araçatuba</b>	<b>7,86</b>	<b>3,69</b>	<b>3,88</b>
<b>Presidente Prudente</b>	<b>3,84</b>	<b>3,28</b>	<b>3,21</b>
Marília	3,67	3,15	3,10
Central	2,46	2,15	2,18
<b>Barretos</b>	<b>4,22</b>	<b>3,02</b>	<b>3,53</b>
<b>Franca</b>	<b>4,53</b>	<b>4,15</b>	<b>3,83</b>
São Paulo	2,77	2,21	2,17

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de TSE.

Os dados recolhidos são uma primeira evidência da manutenção de determinados padrões de constituição da organização em todo o território do Estado nas últimas décadas, padrões esses estabelecidos ao longo do processo de surgimento e institucionalização do partido. A importância da política local para a dinâmica partidária colabora na compreensão do processo de penetração das bases partidárias pelo interior do estado e da institucionalização do partido sob o predomínio do quercismo, que fez com que o partido se associasse também organizacionalmente aos contextos em

que tal fenômeno político teve maior expressão, particularmente municípios médios em regiões distantes da capital. Além disso, a resiliência das bases locais da organização e do número de filiados ao declínio eleitoral do partido no mesmo período evidencia a continuidade de um esforço de construção organizacional por parte de suas lideranças principais que garantiu a manutenção de grande parte da organização estabelecida até a década de 80. A realização desse esforço pode, portanto, constituir também uma explicação para a manutenção dos Diretórios acima mencionada.

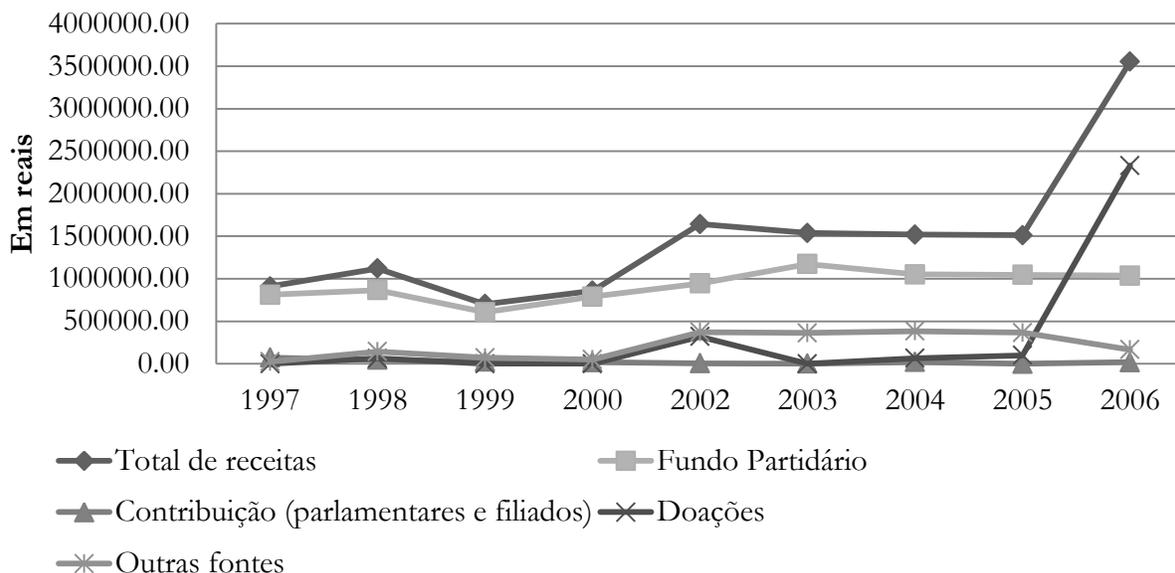
Uma terceira dimensão central da caracterização dos padrões de organização de um partido político é a alocação interna de recursos. As fontes dos recursos utilizados pelos partidos para a manutenção da máquina partidária e alocação desses recursos diz muito sobre a forma como o partido se insere na sociedade, como distribui poder internamente e, portanto, como sustenta sua atuação política (PANEBIANCO, 2005; VAN BIEZEN, 2003).

Dados do período 1997-2006 fornecidos pelo TSE<sup>43</sup> apontam para a importância dos recursos do fundo partidário para a manutenção da organização (Gráfico 15). Registros de recursos provenientes da doação de membros com cargos públicos ou filiados são inexistentes em alguns anos e pouco contribuem para o total de recursos recolhidos pelo partido em outros. Da mesma forma, exceto para o ano de 2006 – quando uma nova interpretação da legislação pelo TSE incentivou doadores privados a fazer doações de campanha através dos partidos ao invés de doarem diretamente ao candidato – doações privadas ao partido são também praticamente inexistentes nos registros.

---

<sup>43</sup> Agradeço Mauro Macedo Campos pela cessão desses dados.

**Gráfico 15. Receitas do Diretório Estadual do PMDB - 1997-2006**

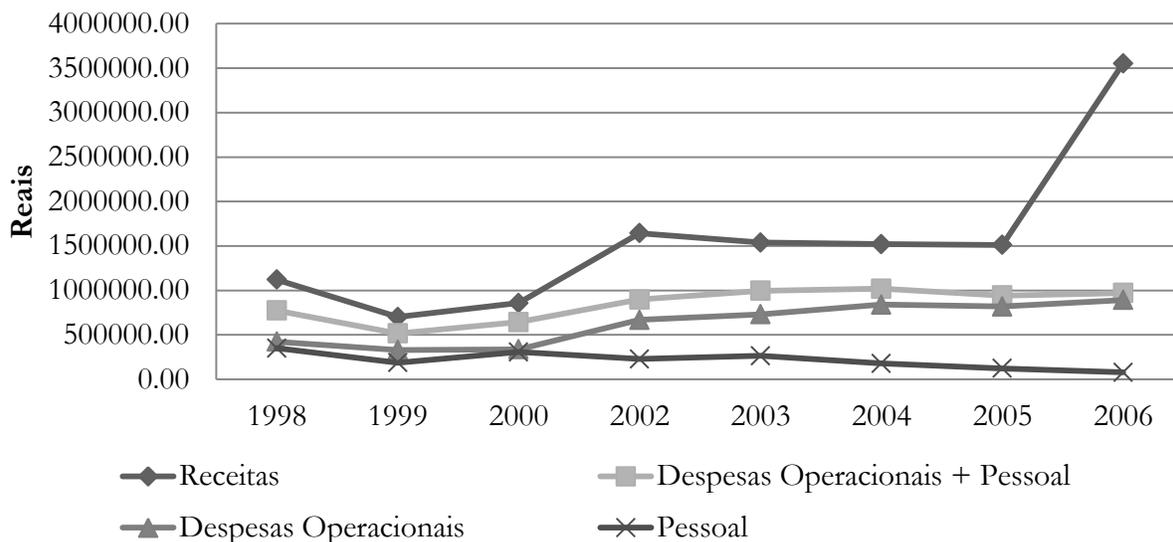


Fonte: Elaboração própria a partir de dados de TSE cedidos por Mauro Macedo Campos.

Esses resultados não diferenciam o PMDB das tendências recentes de financiamento das máquinas partidárias no país, altamente dependentes de recursos públicos, obtidos através da transferência de recursos do tesouro via fundo partidário para a manutenção de suas atividades (BRAGA; BOURDOKAN, 2010). Da mesma forma, não diferenciam os partidos brasileiros de tendências contemporâneas de financiamento partidário, interpretadas majoritariamente à luz da discussão sobre partidos cartel, que evidenciam o estreitamento dos laços entre partidos e estado e a superação de formas alternativas de financiamento baseadas na sociedade civil e na mobilização de seus membros (KATZ; MAIR, 1994; 2009; VAN BIEZEN, 2003).

De maneira semelhante ao esperado a partir da experiência recente dos partidos políticos a descrição dos gastos do PMDB paulista no período mostra que a maior parte dos recursos tem sido usada para bancar o funcionamento cotidiano da organização e a contratação de pessoal especializado que auxilia os partidos em suas atividades, como consultores e advogados (Gráfico 16). Em média, 84% do total de receitas do partido têm sido dirigidos para despesas operacionais, como manutenção e contratação de serviços, e gastos com pessoal. É interessante notar que as despesas com pessoal têm diminuído enquanto despesas operacionais aumentam, sugerindo uma diminuição da organização estável do partido e uma maior dependência de contratações *ad hoc* de serviços. Do restante, a maior parte acaba destinada ao pagamento de aluguéis, impostos e taxas bancárias.

**Gráfico 16. Despesas do PMDB-SP - 1998-2006**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de TSE cedidos por Mauro Macedo Campos.

Um traço importante dessa distribuição de recursos é o fato de que não há registros no período de nenhum tipo de distribuição de recursos para diretórios municipais. Ainda que o estatuto do partido preveja em seu artigo 107 que a distribuição dos recursos recolhidos via fundo partidário chegue às unidades locais (15% para o partido nacional, 20% para a Fundação Ulysses Guimarães e 65% para os órgãos estaduais e municipais), não há registro dessa transferência de recursos para o PMDB no período<sup>44</sup>.

Em grande medida, essa ausência desse tipo de transferência é um importante indicador do funcionamento partidário. A alocação de recursos internos não é regulada pelo estatuto<sup>45</sup>, e os partidos estaduais podem alocar como quiserem entre os municípios os recursos do fundo partidário. Tal fato constituiria um recurso de controle dos órgãos locais pelos estaduais potencialmente importante, já que sugeriria que partidos locais dependem dos partidos estaduais para sua sobrevivência. A ausência dessas transferências sugere que a relação vai, na verdade, na

<sup>44</sup> Essa parece ser a forma de proceder dos diretórios estaduais. Há poucos registros de algum tipo de transferência de recursos para diretórios municipais e raramente essas transferências são sistemáticas. O TRE do Rio Grande do Norte fez um levantamento desses dados naquele estado para todos os partidos por um longo período (2001-2010) e observou que alguns partidos nunca transferiram para seus órgãos locais e que os que o fizeram o fizeram de maneira muito intermitente. Disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rn-fundo-partidario-repasses-aos-diretorios>. Acessado em 18/03/13 às 12h08min.

<sup>45</sup> “Art. 107 – Parágrafo Único – Resolução da Comissão Executiva Estadual respectiva, fixará as condições para a distribuição aos diretórios municipais de parte dos recursos do Fundo Partidário” (PMDB, 2009, p.37).

direção oposta, com elevada autonomia das unidades locais, independentes de qualquer tipo de recurso estadual para sobreviver (MULÉ, 2007).

Da mesma forma, aponta também as dificuldades de manutenção organizacional das unidades locais, dado que é incerta a fonte de extração de seus recursos. Isso só reforça o estranhamento diante da capacidade do PMDB paulista em manter bases locais como as quem mantém, onde predominam diretórios com grande número de filiados. De onde as lideranças locais extraem os recursos para sua manutenção é ainda um enigma.

Finalmente, uma dimensão central da organização de um partido e da conformação de sua trajetória de organização é sua capacidade de recrutar membros, candidatos e elites e os processos pelos quais esse recrutamento ocorre. Dada a importância histórica que esses elementos têm para o PMDB paulista (CARDOSO, 1981), dedicamos toda a próxima seção a eles.

#### *Recrutamento e continuidade organizativa*

O recrutamento político é função primordial dos partidos políticos e um dos momentos fundamentais da vida partidária (GALLAGHER; MARSH, 1988; PANEBIANCO, 2005). No caso do PMDB, esse sempre foi um ponto de tensão interna fundamental devido ao grande número de grupos internos, o que aumentava a competitividade das disputas pelos lugares na lista de candidatos e por espaço na direção partidária (CARDOSO, 1981).

A análise dos processos de recrutamento também oferece a oportunidade de aprofundarmos a compreensão sobre a inserção social do partido e sobre suas práticas internas. Características sociais como escolaridade e profissão, origem regional e o tempo de filiação ao partido, por exemplo, apontam para pistas de enorme importância para a caracterização da dinâmica interna e das possibilidades de atuação eleitoral do partido.

Os dados obtidos sobre o processo de recrutamento político de candidatos mostram, primeiramente, a predominância de políticos oriundos de cidades do interior nas listas de candidatos do partido (Tabelas 3, 4 e 5 do Anexo). Além disso, tais dados também apontam para uma divisão regional do espaço na lista de candidatos, sendo que na maioria dos casos dificilmente há dois candidatos de uma mesma região competindo em uma mesma eleição. Segundo Antônio Roque Citadini, essa distribuição regional se baseava em cotas de candidatos distribuídas a cada região. Cidades maiores, como Campinas e São Paulo podiam ter mais de um candidato em sua região, enquanto em regiões menos populosas estavam limitadas a um candidato. Isso não apenas limitava a competição entre candidatos do mesmo partido como potencializava os resultados gerais do PMDB,

já que normalmente eram as principais lideranças eleitorais de cada região os ocupantes de cada cargo de sua cota.

Tais dados delineiam também um perfil dos candidatos peemedebistas no estado, marcado pela predominância de homens (80% dos candidatos) de 36 a 70 anos (82,7% do total), com pelo menos o ensino médio completo (81,5%), empresários (16,4%) ou funcionários públicos (13,0%)<sup>46</sup> (A Tabela 6 do Anexo traz os dados sobre escolaridade e a Tabela 7 do Anexo traz os dados sobre a profissão declarada pelos candidatos).

Essa caracterização confirma as alterações observadas por Melhem (1998) ocorridas na composição social do PMDB entre as décadas de 1970 e 1980. Segundo a autora, a partir do momento em que o PMDB assumiu o governo do Estado aumentaram os casos de empresários e funcionários públicos que competiam pelo partido, superando profissionais liberais como as categorias mais representadas na composição da lista de candidatos do partido.

Outro elemento importante dessa caracterização desses candidatos é sua atuação política. Uma primeira dimensão desse ponto que merece ser destacada é o tempo de filiação dos candidatos ao PMDB antes de sua candidatura. Os dados recolhidos mostram uma mudança no tempo médio de filiação dos candidatos a partir do início dos anos 2000 e o momento de enfraquecimento definitivo do apoio eleitoral ao partido no Estado, havendo um expressivo aumento de candidatos filiados ao partido há menos de 5 anos desse momento em diante. Enquanto em 1998 os filiados há menos de 5 anos ocupavam apenas 18,5% das vagas na lista de candidatos do partido, em 2008 esse número chega a 58,5%. Subdividindo esse grupo, vemos que os candidatos filiados há menos de 2 anos ao partido, que em 1998 eram 5,1% dos candidatos passam para 27% em 2004, 21,3% em 2006 e 30,8% em 2008 (Tabela 23). Ainda assim, os candidatos com mais de 20 anos de filiação nas eleições da década de 2000 permanecem como o segundo maior grupo, demonstrando a convivência entre o processo de renovação e circulação de elites proporcionado pelas sucessivas derrotas eleitorais do PMDB e a manutenção de espaço dentro do partido por grupos e lideranças tradicionais associados ao PMDB desde pelo menos a década de 80.

---

<sup>46</sup> Esse perfil é semelhante às características mais comuns da elite política brasileira observadas por Rodrigues (2002, 2006).

**Tabela 23. Tempo médio de filiação dos candidatos**

Tempo no partido	1998	2000	2002	2004	2006	2008	Total Geral
0 a 5 anos	18,5	42,2	40,0	55,5	51,2	58,5	52,1
6 a 10 anos	21,5	17,6	18,5	6,4	17,1	8,0	10,7
11 a 20 anos	60,0	39,7	29,2	22,5	11,0	16,4	25,9
mais de 20 anos	0,0	0,5	12,3	15,5	20,7	17,1	11,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Fundação Seade e TSE.

Quando analisamos os mesmos indicadores tomando como referência os membros da direção partidária no período 1986-2010 vemos a acentuação de algumas das características acima mencionadas. Nesse banco de dados temos informações completas para 122 das 193 entradas. As demais 73 ou não constavam no banco de candidatos ou não constavam no banco de filiados de forma que os dados não puderam ser exportados para os membros da direção partidária. Isso provavelmente significa que essas lideranças deixaram o partido.

A direção do partido é mais masculina e mais velha que o conjunto dos candidatos. Dos 80 membros que participaram da direção partidária no período, apenas 9 eram mulheres (11%) e sua maioria (53,3%) possuía entre 51 e 70 anos. A juventude partidária quase não ocupa espaços na Comissão Executiva (3,2%). Tais dados apontam para um padrão de ocupação da direção partidária por políticos mais experientes, que provavelmente já possuem uma carreira eleitoral anterior à sua entrada na Comissão Executiva.

**Tabela 24. Origem regional dos membros da  
Comissão Executiva 1986-2010 (%)**

RA	Município	%
Santos	Praia Grande	1,5
	Santos	3,0
	Pindamonhangaba	1,5
S. J. Campos	S. J. Campos	1,5
	Taubaté	1,5
Sorocaba	Mairinque	1,5
	S. Manuel	1,5
	Campinas	4,5
	Indaiatuba	1,5
Campinas	Itapira	1,5
	Limeira	1,5
	S. J. B. Vista	1,5
	Sumaré	1,5
	Tambaú	1,5
Rib. Preto	Rib. Preto	3,0
Bauru	Bauru	1,5
S. J. R. Preto	Jales	1,5
	S. J. R. Preto	1,5
P. Prudente	P. Prudente	3,0
Marília	Assis	1,5
Araraquara	Araraquara	1,5
	Matão	1,5
	Barretos	1,5
Barretos	Guaíra	1,5
	Terra Roxa	1,5
Franca	Franca	1,5
	Carapicuíba	3,0
	Diadema	1,5
São Paulo	Osasco	1,5
	São Caetano	1,5
	São Paulo	46,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DE do PMDB, Fundação Seade e TSE.

A Tabela 24 apresenta a distribuição regional dos membros que participaram da Comissão Executiva do partido no período. Destacam-se a predominância de membros filiados ao partido em municípios da Grande São Paulo (53,8% das lideranças eram filiados ao partido na região metropolitana), em especial na capital, e as boas contribuições de membros oriundos de regiões

como Barretos (importante base partidária) e Campinas, cidade de origem (política) de Quércia, de onde vieram vários de seus principais colaboradores.

Quando analisamos a composição da Comissão Executiva por mandato vemos que além das regiões já mencionadas, a região de Franca também foi uma das que mais ocupou cargos na direção partidária. Ainda que apenas um membro filiado ao partido em Franca tenha estado na direção no período, Aírton Sandoval, ele participou de nada menos que 10 composições da Comissão Executiva do PMDB-SP<sup>47</sup>.

Essa origem regional dos membros da direção evidencia novamente a associação entre as principais bases eleitorais do partido e a formatação da organização, pois algumas das principais bases partidárias como Franca, Barretos e Campinas são também as regiões das quais se originam boa parte de suas lideranças. Da mesma forma, ainda que os oriundos de São Paulo sejam predominantes, lideranças como Quércia por exemplo, mesmo possuindo sua base eleitoral nas regiões ao Norte do estado, se convertem em lideranças estaduais e transferem seu título para a capital.

Isso sugere uma associação entre a participação na direção partidária e o sucesso eleitoral das lideranças, já que membros filiados às principais bases eleitorais do partido têm ocupado mais vezes os cargos de direção partidária. Os dados da tabela 25 apontam o cargo ocupado pelos membros no momento em que pertenciam à Comissão Executiva do partido e reforçam essa associação. Temos informações sobre os cargos públicos ocupados simultaneamente aos cargos na Comissão Executiva para 70% dos membros. Desses, apenas 37,3% não ocupavam cargos públicos. A maioria dos membros ocupava cargos no poder legislativo.

---

<sup>47</sup> Tal fato reforça a interpretação do predomínio do quercismo sobre a organização. Aírton Sandoval exercia, dessa forma, uma dupla função, sendo o representante de uma das principais regiões do estado na direção partidária ao mesmo tempo em que se constituía pessoalmente como um ator central da organização por suas relações estreitas com Quércia.

**Tabela 25. Cargo ocupado por membros da Comissão Executiva (1986-2011).**

Cargo	%
Deputado Estadual	21,5
Deputado Federal	19,0
Vereador	14,5
Dirigente Sindical	1,9
Prefeito	1,9
Secretário de Estado	1,3
Vice-Governador	1,3
Diretor Estatal	0,6
Vice-Prefeito	0,6
Sem Cargo	37,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo diretório do PMDB, Fundação Seade, TSE, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

A predominância de membros com cargos eletivos – particularmente parlamentares – reforça a centralidade do potencial eleitoral do candidato para sua ascensão no interior da organização. São minoria os membros que não ocupavam cargos públicos no momento em que compunham a direção partidária e menos ainda são aqueles que nunca os ocuparam. Esses últimos são normalmente auxiliares diretos de algumas lideranças, como Ary Giron, sócio de Quércia, e Arlon Viana, assessor de Michel Temer.

Van Biezen (2003) aponta que essa sobreposição entre membros com cargos eletivos e dirigentes partidários é um traço característico dos partidos nas novas democracias, nas quais a ocupação do Estado pela elite política foi simultânea à formação das instituições partidárias. No mesmo sentido vão os argumentos de Shefter (1994) que apontam a centralidade das lideranças eleitorais para partidos de formação interna ao sistema político. No caso do PMDB, a preponderância dos membros com cargos eletivos na direção partidária reforça a curiosidade das condições de permanência de Quércia na presidência estadual a partir de 2001, já que o ex-governador não ocupou nenhum cargo público eletivo desde 1990.

Outro ponto interessante na caracterização da liderança partidária é seu perfil diferenciado da média dos candidatos quando observados os indicadores de instrução. Temos informações sobre isso para 73,2% dos membros da Comissão Executiva no período e desses, 85,2% tem ao menos um curso superior completo. 13,9% iniciaram e não completaram um curso superior e 0,8% completaram o ensino médio. Não há nenhum membro que da direção partidária que tenha

escolaridade menor que o médio completo<sup>48</sup>. Dada a associação entre renda e escolaridade, esse indicador sugere que o partido tem recrutado suas lideranças em grupos específicos da população, mais escolarizados e de maior renda.

Quando observamos o tempo de filiação de cada membro da executiva do partido em São Paulo vemos a predominância de líderes com uma longa trajetória no partido (Tabela 26). Diferentemente do observado para os candidatos do partido no período, a composição da liderança raramente incorpora membros com menos de 5 anos de filiação e o grupo majoritário são os membros filiados entre 10 e 20 anos ao PMDB. De meados dos anos 2000 em diante há um aumento do número de membros que estão no partido há mais de 20 anos, o que aponta para uma longa continuidade de grupos e dirigentes internos.

**Tabela 26. Tempo de filiação dos membros da Comissão Executiva (1986-2011)**

Data de posse	0 a 5	6 a 10	11 a 20	mais de 20	Total Geral
26-01-1986	5				5
08-05-1988	2	4			6
06-05-1990	2	3			5
07-02-1993	1	1	4		6
28-05-1995	1	3	3		7
24-05-1998	2	2	6		10
01-01-2001	1	1	10		12
20-05-2001	2	2	7	1	12
14-02-2003	5	1	6	6	18
17-12-2006	3	2	5	8	18
29-09-2009	1	2	3	10	16
14-12-2009	1	3	4	12	20
01-02-2011	1		3	3	7
Total Geral	27	24	51	40	142

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo Diretório Estadual do PMDB e TSE.

Tal dado aponta um elemento importante da forma como se compunha a coalizão dominante do PMDB no período. Três de nossos entrevistados, comentando sobre o processo de composição das comissões executivas do partido afirmaram que ela constituía um espaço fundamental de expressão do quercismo. Muitos dos apoiadores mais fiéis à Quércia e que atuavam articulando em seu nome lideranças intermediárias para o apoio à coalizão dominante ocupavam

<sup>48</sup> Essa tendência é semelhante à observada por Amaral (2010) na análise da composição da direção petista.

posições chave, tanto em sinal de retribuição pelos longos serviços prestados ao grupo e sua intensa relação com o líder quanto por garantir que a liderança quercista não estaria ameaçada.

Esses apoiadores se caracterizavam pela longa relação com Quércia, uma relação iniciada no processo de construção da organização e consolidação do quercismo, durante a década de 70 e início dos 80. São poucos os membros do círculo mais próximo ao ex-governador que a ele se uniram depois de 1985<sup>49</sup>.

Nesse sentido, a presença de lideranças tradicionais do partido que o conduziram por anos, desde o estabelecimento das bases na década de 1970, em especial aqueles associados a Quércia se une às caracterizações de diferentes dimensões do partido feitas anteriormente para demonstrar que essencialmente o PMDB paulista em 2010 não era muito diferente daquele que deixou o governo em 1990. Concentrando sua atuação nas disputas eleitorais locais, com uma organização densa e capilarizada pelos municípios no interior do Estado, especialmente nas regiões em que o partido historicamente se sai melhor eleitoralmente, extraindo seus membros, candidatos e lideranças das mesmas regiões e grupos socioocupacionais e garantindo espaço para lideranças e candidatos que há décadas atuam dentro do PMDB, tudo isso sob o predomínio do quercismo, nossa caracterização mostra fundamentalmente que não foi a mudança das características organizacionais do partido nem guinadas bruscas em sua trajetória que produziram o declínio do apoio eleitoral ao PMDB no período recente.

Pelo contrário, os resultados eleitorais do período recente mostram como essa máquina continuou eficiente na eleição de suas lideranças nas disputas locais em São Paulo. A manutenção dessa eficácia ao nível local e suas dificuldades nas disputas estaduais são evidentes nos dados das tabelas 27 e 28. Essas tabelas apresentam uma comparação da razão entre o número de candidatos lançados e o número de eleitos para os maiores partidos paulistas do período em eleições para Prefeito e Deputado Estadual.

Nota-se que nas eleições para prefeito o PMDB é um dos partidos mais eficazes na eleição de prefeitos nos municípios paulistas, elegendo uma média de 39,5% dos candidatos no período (segunda maior média). Nas eleições para Deputado Estadual a configuração da eficácia é diferenciada. O PMDB é, dos 6 maiores, apenas o 4º em eficácia no lançamento de candidatos nesse nível, apresentando eficácia média próxima à metade da apresentada por PSDB, DEM e PT. Excluindo os resultados de 1994, quando o partido ainda apresentou boa votação e elegeu 25,5% de seus candidatos para a Assembleia Legislativa, a média de eleitos do PMDB cai para 6,6%.

---

<sup>49</sup> Antônio Roque Citadini e Alda Marco Antônio apontaram tal fato em entrevista ao autor.

**Tabela 27 - Eficiência na eleição por partido - Prefeituras (1992-2008)**

	1992			1996			2000			2004			2008			Média		
	C	E	%	C	E	%	C	E	%	C	E	%	C	E	%	C	E	%
PMDB	545	282	<b>51,7</b>	323	109	<b>33,7</b>	286	111	<b>38,8</b>	227	89	<b>39,2</b>	201	69	<b>34,3</b>	316	132	<b>39,5</b>
PSDB	159	49	<b>30,8</b>	446	221	<b>49,6</b>	495	178	<b>36</b>	403	194	<b>48,1</b>	410	205	<b>50</b>	383	169	<b>42,9</b>
PP	163	55	<b>33,7</b>	170	54	<b>31,8</b>	124	34	<b>27,4</b>	86	28	<b>32,6</b>	79	25	<b>31,6</b>	124	39	<b>31,4</b>
PTB	126	34	<b>27</b>	156	41	<b>26,3</b>	190	72	<b>37,9</b>	175	63	<b>36</b>	146	60	<b>41,1</b>	159	54	<b>33,7</b>
PT	197	11	<b>5,6</b>	169	12	<b>7,1</b>	163	38	<b>23,3</b>	295	57	<b>19,3</b>	210	64	<b>30,5</b>	207	36	<b>17,2</b>
DEM	208	76	<b>36,5</b>	274	105	<b>38,3</b>	202	89	<b>44,1</b>	210	74	<b>35,2</b>	186	75	<b>40,3</b>	216	84	<b>38,9</b>

C = candidatos / E = Eleitos

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade.

**Tabela 28 - Eficiência na eleição por partido - Deputados Estaduais (1994-2010)**

	1994			1998			2002			2006			2010			Média		
	C	E	%	C	E	%	C	E	%	C	E	%	C	E	%	C	E	%
PMDB	92	23	<b>25</b>	82	8	<b>9,8</b>	70	4	<b>5,7</b>	84	4	<b>4,8</b>	66	4	<b>6,1</b>	79	9	<b>10,3</b>
PSDB	93	17	<b>18,3</b>	98	20	<b>20,4</b>	88	17	<b>19,3</b>	102	24	<b>23,5</b>	103	20	<b>19,4</b>	97	20	<b>20,2</b>
PP	92	9	<b>9,8</b>	107	11	<b>10,3</b>	67	7	<b>10,4</b>	59	2	<b>3,4</b>	65	1	<b>1,5</b>	78	6	<b>7,1</b>
PTB	*	*		61	5	<b>8,2</b>	87	5	<b>5,7</b>	80	4	<b>5</b>	100	4	<b>4</b>	82	5	<b>5,7</b>
PT	*	*		97	14	<b>14,4</b>	127	22	<b>17,3</b>	113	20	<b>17,7</b>	96	24	<b>25</b>	108	20	<b>18,6</b>
DEM	46	5	<b>10,9</b>	41	11	<b>26,8</b>	27	6	<b>22,2</b>	68	11	<b>16,2</b>	32	8	<b>25</b>	43	8	<b>20,2</b>

C = candidatos / E = Eleitos

\* Dados não disponíveis.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade e do Leex.

Ainda que o descompasso entre a eficácia nos dois níveis não seja uma exclusividade do PMDB, há dois fatores importantes que a comparação com outros partidos evidencia. O primeiro é o fato de que maior eficácia ao nível municipal que estadual não é obrigatória, dado que para o PT o resultado é invertido e o partido tem eleito proporcionalmente mais candidatos em eleições estaduais que em eleições locais (elegeu em média 18,6% dos seus candidatos à Assembleia e 17,2% de seus candidatos a prefeito).

Similarmente, a intensidade do descompasso entre as médias de eficácia é maior para o PMDB que para qualquer outro partido (29,2), próximas apenas às do PTB (28,0). PP (24,3), PSDB (22,7) e DEM (18,7) apresentam descompassos menores, enquanto para o PT a diferença é significativamente menor (1,4) e, como afirmado acima, invertida.

Isso reforça a anteriormente mencionada associação entre o PMDB e a política local no estado de São Paulo e aponta para uma dimensão central da compreensão de sua trajetória eleitoral: a distribuição dos votos peemedebistas e sua capacidade de eleger candidatos contrasta mais fortemente com os resultados daqueles partidos mais associados à nova clivagem na política estadual paulista, PT de um lado e PSDB e DEM de outro. O PMDB permanece forte em eleições locais mais se enfraquece nas estaduais na medida em que a presidencialização da política paulista vai se instaurando (MENEGUELLO; BIZZARRO NETO, 2012). Ao mesmo tempo, PSDB, DEM e PT são mais eficazes na eleição de seus candidatos, particularmente quando os comparamos ao PMDB nas disputas estaduais.

Consequentemente, esse capítulo traz o primeiro elemento central para o argumento final desse texto. Mostramos dados que apontam para uma importante continuidade do modelo organizativo do partido, de sua inserção social e de sua forma de atuar politicamente, tanto nas disputas internas pelo poder partidário quanto na sua atuação externa, na competição com outros partidos pelos votos dos eleitores paulistas.

Essa continuidade dos padrões de organização do PMDB chama a atenção por dois motivos. O primeiro é que o modelo de organização do partido o qual “continua” no período contemporâneo se estabeleceu em condições bastante diferentes da dinâmica política. Em parte, ele se originou no contexto da reorganização da política sob os limites impostos pela Ditadura, no *sui generis* modelo implantado pelos militares no qual um regime autoritário conviveu com espaços de competição política eleitoral e partidária (KINZO, 1988).

O segundo ponto é que esse modelo sobreviveu às alterações no próprio partido, derivadas do processo de transição política. O papel que o PMDB assumiu durante a transição e seu posterior

declínio eleitoral e a acomodação das elites internas, ainda que introduzindo mudanças na estrutura partidária, não alterou as bases principais de sua organização.

Nesse sentido, é fundamental notar que a despeito da descontinuidade formal do partido, “refundado” após 1980 e as transformações internas que sofreu – com a saída de grupos mais progressistas e o domínio de setores mais conservadores – no bojo da fragmentação do sistema partidário na segunda metade dos anos 80, essa intensa continuidade organizativa da seção paulista do PMDB demonstra a resiliência das instituições à passagem do tempo. Retomando a discussão do capítulo 2, assumimos que o traço distintivo das instituições políticas é a sua durabilidade através dos contextos políticos em que se inserem (KRAUSS; PEKKANEN, 2011).

Essa discussão tradicional no institucionalismo histórico está colocada na interpretação dos partidos políticos desde, pelo menos, Duverger (1964), tendo sido explorada por Panebianco (2005) e Aldrich (2011) mais recentemente. Em suma, essa abordagem reafirma a dependência que as trajetórias institucionais têm de decisões, processos e formatos do passado. Essencialmente, afirma que os caminhos trilhados pelas elites políticas em sua corrida pela vitória eleitoral não prescindem de constrangimentos e incentivos historicamente produzidos em contextos específicos nos quais as instituições se inserem. A continuidade organizativa do PMDB evoca esse argumento, demonstrando como o modelo de organização partidário estabelecido sob o contexto restrito da competição política sob a ditadura sobreviveu às transformações na composição da coalizão dominante e no sistema partidário em que o partido está inserido.

Nesse sentido, é correto afirmar que a compreensão do formato organizativo do PMDB contemporaneamente em São Paulo não pode prescindir da análise das condições e formatos estabelecidos na fundação e institucionalização do partido. A herança de uma máquina política eleitoral cujo espaço de atuação era primordialmente a política local – característica do partido ao final dos anos 70 – permanece como uma marca indelével, definindo dimensões centrais de seu formato organizativo 30 anos depois.

Essa constatação, contudo, não encerra a discussão. Há uma falácia tradicional do institucionalismo que é assumir que apenas a configuração encontrada de uma instituição seria possível, dados os constrangimentos e incentivos produzidos ao longo de sua trajetória (KRAUSS; PEKKANEN, 2011). A superação dessa falácia se dá pela demonstração que ainda que incentivos, constrangimentos e trajetórias importem, o caminho de uma instituição é fundamentalmente fruto da ação e escolha de suas elites (ALDRICH, 2011). Nesse sentido, é fundamental explorar por que as elites que fazem o PMDB, em especial aquelas associadas ao quercismo, deliberadamente atuaram

para manter a estrutura partidária estabelecida nos anos 70 como o modelo de organização do PMDB paulista em 2010. Esse é o tema do próximo capítulo.



## Capítulo 5. Os caminhos do PMDB-SP e do quercismo

Como mostraremos adiante, a associação entre a continuidade do modelo de organização do PMDB e a mudança nas condições de competição política no Estado de São Paulo a partir de 1994 é o eixo da argumentação que essa dissertação busca construir. Antes, contudo, de associar essas duas dimensões uma discussão intermediária se impõe. Associada com a discussão teórica acima revisitada, em que modelos de organização dos partidos se sucedem na medida em que as transformações das condições da competição política se alteraram nas democracias durante os séculos XIX, XX e XXI, está uma larga literatura sobre a mudança de partidos e sistemas partidários (MAIR, 1997).

Essa literatura é ampla e tem muitos desdobramentos, mas uma dimensão fundamental que permeia todo seu debate é que a mudança organizativa depende da combinação de fatores externos e internos que permitem, ou bloqueiam, que as organizações partidárias trilhem novas trajetórias (PANEBIANCO, 2005; HARMEL; JANDA, 1994; KITSCHOLT, 1994).

Essencialmente, pressões vindas de alterações na composição interna de forças ao partido, surgimento de novas demandas, ampliação ou alteração das bases sociais e organizativas nas quais se apoiam são exemplos de fatores internos que podem afetar a mudança organizativa. Da mesma forma, mudanças nas condições de competição, seja pela introdução de novos dispositivos legais ou pelo surgimento de novos competidores, e seus efeitos sobre os partidos ou a emergência de novos temas na agenda (como os movimentos associados ao pós-materialismo nas sociedades capitalistas desenvolvidas ao final dos anos 70 [INGLEHART, 1990; 1997; KITSCHOLT, 1994]) são apontadas tradicionalmente como mecanismos que pressionam os partidos de fora.

Ao assumirmos os partidos como organizações cujo objetivo maior é a vitória eleitoral e a ocupação de cargos públicos é consequente assumirmos que suas maiores pressões por mudança estejam relacionadas à necessidade e às formas de atingir esse objetivo (HARMEL; JANDA, 1994). Nesse sentido, é plenamente possível nos perguntar se não houve internamente pressões internas ao PMDB paulista para que ele alterasse algo em sua trajetória para evitar a sangria de seu apoio eleitoral observada no capítulo 4.

A resposta para essa pergunta é sim, houve pressões nesse sentido. Os múltiplos desafios à liderança quercista nas convenções estaduais do partido a partir dos anos 2000 é uma evidência disso. Da mesma forma, em entrevista ao autor Alda Marco Antônio confirmou que a partir de

meados dos anos 2000 essas pressões se intensificaram, especialmente no sentido de ampliar o leque de alianças do PMDB nas disputas estaduais<sup>50</sup>.

Contudo, poucas foram as alterações que lograram êxito. Entre elas destaca-se a incorporação de grupos adversários internos à coalizão dominante do partido como foi feito com o Deputado Estadual Jorge Caruso e seus aliados e o estabelecimento de coligação com o DEM na disputa para a Prefeitura de São Paulo em 2008, quando Alda Marco Antônio foi candidata a vice na chapa liderada por Gilberto Kassab, que abriria as portas do partido para uma nova coligação em 2010, nesse caso com o PSDB para as eleições estaduais.

Em grande medida, mudanças maiores foram bloqueadas por dois fatores. O primeiro foi a presença de uma forte associação com as tradições do velho MDB, seu modelo de organização, suas bases e suas estratégias. O velho partido e a herança de grandeza que os peemedebistas associavam com sua atuação durante a ditadura e a transição dificultavam a aceitação de que o partido assumisse uma posição subordinada na nova estrutura de competição política estabelecida a partir dos anos 90<sup>51</sup>.

Ferreira (2002) observa sentimento semelhante em suas entrevistas com membros do PMDB nacional e goiano. No mesmo sentido, a observação dos documentos históricos do partido demonstra a centralidade desse período para a interpretação que o partido tem de si. Das trezentas e oitenta e nove páginas de texto do livro editado pela Fundação Ulysses Guimarães em comemoração aos 40 anos do partido (DELGADO, “A história de um rebelde: 40 anos 1966-2006”, 2006), trezentas e setenta e seis contam a história do partido nos 27 anos que separam sua fundação em 1966 e a morte de Ulysses Guimarães em 1993. As treze últimas páginas mencionam passagens dos 13 anos posteriores, com breves menções à sua atuação nos governos Franco, Cardoso e Lula.

Essa grandeza do PMDB e a não aceitação de uma nova inserção do partido no sistema político contemporâneo esteve constantemente presente no discurso quercista. Entre 1998 e 2010 Quércia, conjuntamente com outras lideranças do PMDB como Roberto Requião e Pedro Simon – ambos fortemente identificados com o MDB e a atuação oposicionista durante a ditadura –, atuaram nas disputas internas do partido nacional propondo constantemente o lançamento de candidatura própria do PMDB à Presidência, negando o alinhamento do partido com PT ou PSDB.

A herança do passado emedebista e a valorização de suas formas de atuação e organização estiveram também em estreita ligação com outros elementos, menos relacionados aos chamados

---

<sup>50</sup> Esse ponto será explorado a seguir.

<sup>51</sup> Esse sentimento foi confirmado por Alda Marco Antônio em entrevista ao autor que afirmou ter sido esse o principal desafio a ser enfrentado na formação de sua chapa com Kassab em 2008.

incentivos coletivos (PANEBIANCO, 2005) no interior do partido, que tiveram fortes efeitos sobre a manutenção nos padrões de organização observada. Em particular, esse formato organizativo era o formato associado à ascensão e consolidação do quercismo no interior do PMDB paulista e sua continuação se relacionava umbilicalmente com a continuação do próprio grupo.

O “quercismo”, diferentemente do ademarismo (SAMPAIO, 1982) e do “lulismo” (SINGER, 2009, 2012) não foi um fenômeno eleitoral independente da dinâmica organizativa do partido ao qual o líder está vinculado. Não há uma separação possível entre quercismo e peemedebismo em São Paulo como é possível observar para ademarismo e pessepismo ou lulismo e petismo. O quercismo foi um grupo interno do partido, composto por um líder máximo, Quércia, e um conjunto de lideranças intermediárias pessoalmente associadas ao líder por meio de um sistema de lealdades historicamente forjadas na vida partidária. Suas práticas, estratégias e modalidade de organização estão gravadas na estrutura do partido em São Paulo de forma que liderança e máquina são indissociáveis.

Sua sobrevivência a partir do momento em que o PMDB deixasse o governo estadual foi posta em dúvida, tanto por Melhem (1998) quanto por Kinzo (1993). Sem o acesso aos recursos de patronagem disponíveis ao partido ocupante do poder estadual e atuando na oposição ao governo federal – exceto por um curto período após a vitória de Lula em 2002 – a questão parecia ser como o quercismo enquanto grupo permaneceria unido em torno de Quércia dentro de um ambiente altamente heterogêneo e conflituoso como o PMDB e em um contexto de alteração das condições de disputa política como a política paulista recente.

Em essência, trata-se de entender como e por que lideranças intermediárias de base local, que historicamente apoiaram a ascensão quercista, manteriam esse apoio após 1994. Dezesesseis anos depois, com o intenso declínio eleitoral do partido e a manutenção da liderança quercista sobre o PMDB paulista essa questão se reforça. Construindo sua liderança na atuação oposicionista contra a Ditadura Militar e reforçando essa posição a partir da ocupação do estado em meados dos anos 1980, como o quercismo manteve sua unidade em torno do líder na democracia contemporânea sem o acesso direto aos recursos estatais e quais os mecanismos pelos quais essa manutenção se deu? No mesmo sentido, de que forma a manutenção do quercismo se relaciona com a manutenção do modelo de organização do PMDB paulista, para que o partido resistisse às pressões por mudança e adaptação ao novo contexto de competição política?

Acima mencionamos o ponto central nesse entendimento. A manutenção da liderança quercista sobre o PMDB paulista está diretamente relacionada aos padrões de organização do

partido no estado. Esses fatores estabelecem entre si relações de causa e consequência múltiplas. Por um lado, a manutenção do padrão de organização era chave para a manutenção da liderança quercista pois foi sobre esse modelo organizativo que o grupo se construiu e no qual construiu seus laços. Por outro, a liderança quercista e sua tradição em construir e lidar com as unidades partidárias era fundamental pois abria o espaço necessário às lideranças intermediárias que buscavam objetivos eleitorais pelos pequenos municípios do interior.

Essa afirmação nos leva, primeiramente, a rejeitar a adoção de explicações habituais sobre as dinâmicas internas dos partidos brasileiros. Retomando a discussão inicial acerca das afirmações de Melo e Câmara (2012), “saberíamos” que os partidos brasileiros são incapazes de sobreviver sem o acesso ao estado.

Para essa discussão, retomamos uma das mais tradicionais literaturas sobre organizações políticas, relacionada à análise de “*political machines*”. Mantendo o *approach* analítico proposto para essa pesquisa, estamos interessados em entender como as dinâmicas políticas internas aos partidos se desenvolvem e como os líderes operam os mecanismos internos à organização. Essa é uma literatura que tem sido utilizada há décadas na análise dos partidos políticos e seus principais achados estão no centro das abordagens de Panebianco (2005) ou Van Biezen (2003), por exemplo.

Basicamente, recuperando a definição elaborada no segundo capítulo e em associação com a discussão de Wilson (1995) sobre as organizações políticas, assumimos que as pessoas se unem a uma organização pois ela constitui um modo efetivo de atingir certo objetivos. Essa discussão foi incorporada especificamente à literatura sobre partidos por autores como Aldrich (2011), a partir da afirmação de que partidos ajudam elites políticas a resolver problemas de ação coletiva enquanto perseguem suas preferências na arena política. Nesse sentido, o processo de manutenção organizacional força as organizações políticas a oferecer incentivos aos seus membros de maneira a mantê-los vinculados à instituição e fazê-los contribuir para as atividades políticas que a organização persegue.

Para essa literatura, há três tipos principais de incentivos (WILSON, 1995; PANEBIANCO, 2005): incentivos materiais (exclusivos e indivisíveis, consistem na transferência direta de direito ou outros bens de caráter particularista como contratos e privilégios), incentivos de solidariedade (também exclusivos, consistem em um conjunto diferente de “bens”, dependendo “on the maintenance of valued social relationships” [WILSON, 1995, p.40], fornecendo um aumento no prestígio ou no status social interno ao grupo daqueles que os recebem); incentivos programáticos ou ideológicos (relacionados com a dedicação à causa como motivação primordial da atividade

política, não consistem na distribuição de nenhum benefício em particular, mas no apelo a uma ideologia ou a uma ideia de bem comum). Partidos políticos podem combinar a distribuição dos três tipos de incentivos, ainda que o balanço dessa distribuição possa alterar a configuração dos partidos. Dessa forma, partidos que baseiam sua distribuição de incentivos em incentivos programáticos tendem a ser entendidos como “partidos ideológicos” da mesma forma em que aqueles que distribuem essencialmente incentivos materiais tendem a ser caracterizados como “máquinas políticas” (PAPPAS, 2009)<sup>52</sup>.

Na literatura sobre o PMDB, o partido é explicitamente caracterizado como uma máquina (MELHEM, 1998; FERREIRA, 2002). Seguindo esse raciocínio, a expectativa para o desenvolvimento do quercismo seria a de que ele operaria basicamente através da distribuição de incentivos materiais, em especial aqueles usualmente associados aos partidos brasileiros como dinheiro e patronagem. Essa expectativa claramente informa também a posição de Melo e Câmara (2012).

Essa expectativa, contudo, parece contraditória desde o início, já que como temos mencionado, o PMDB paulista não ocupou diretamente o estado na maior parte do tempo recortado para essa pesquisa. Dessa maneira, o que ocorreu dentro do PMDB paulista para que Quércia mantivesse o seu poder por tanto tempo?

Para responder essa pergunta nós testamos como cada um dos incentivos acima mencionados foram distribuídos no interior do partido e, conseqüentemente, como Quércia manteve a lealdades das lideranças locais e intermediárias do PMDB que o apoiavam nas disputas internas.

O primeiro e menos complicado dos testes que podemos fazer é a compreensão da distribuição de incentivos programáticos. Nem Quércia nem o PMDB são conhecidos por posições ideológicas consistentes. Não apenas o PMDB é apontado como o arquétipo do partido político pragmático no Brasil (NOBRE, 2010) como Quércia pessoalmente é reconhecido como um político pragmático, que conseguiu sobreviver e ter sucesso na oposição ao regime militar sem melindrar os tênues limites impostos pela Ditadura à atuação oposicionista (MELHEM, 1998). Sob sua liderança, a regional do partido em São Paulo não organizou nenhum congresso partidário para debater posições ideológicas ou programas e a Fundação Ulysses Guimarães – formalmente responsável pela discussão desses temas e pela formação política dos quadros partidários – tem usado seus

---

<sup>52</sup> Ainda que mesmo partidos tradicionalmente apontados como associados ao modelo do partido de massas duvergeriano também utilizem largamente recursos de patronagem em sua organização (MULÉ, 2006; PAPPAS, 2009).

documentos e recursos para discutir questões mais genéricas sobre a democracia ou o desenvolvimento econômico e para enfatizar uma abordagem mais voltada para o treinamento dos quadros partidários para atividades de campanha e organização política, como pode ser observado nos documentos a que tivemos acesso.

É possível afirmar que o auge da atuação ideológica do PMDB quercista nos últimos vinte anos tenha sido na sua participação na oposição ao governo Fernando Henrique, rejeitando o “neoliberalismo” da política econômica adotada pelo governo<sup>53</sup>. Essa posição é coerente com a adoção do desenvolvimentismo como base da política econômica do PMDB, especialmente a partir da associação do partido com os intelectuais progressistas que reformularam o programa oposicionista desde a anti-candidatura de Ulysses Guimarães em 1973, dentre os quais se destacava o próprio Fernando Henrique (KINZO, 1988).

Ainda assim, em que pese essa semelhança entre a posição quercista no início dos anos 90 e elementos associados ao programa partidário nacional, essa posição ideológica do líder não parece ter sido o elemento central que manteve o quercismo unido a partir de 1994. Especialmente porque a oposição ao governo Fernando Henrique tem bases que vão para além da oposição ideológica entre os grupos. Primeiramente, não é correto ignorar o fato de que o PSDB foi formado por ex-líderes do PMDB paulista, que competiam com Quércia na disputa pelo poder partidário até o rompimento em 1988 e que as vitórias eleitorais desses líderes em 1994 significaram simultaneamente a derrota do quercismo no estado e no país. A rivalidade pessoal entre os líderes – em especial a oposição entre Quércia e Mário Covas, eleito governador em 1994<sup>54</sup> - e o fato de que o PSDB estava substituindo o PMDB como força hegemônica na política paulista parecem contar como importantes explicações para essa oposição ao governo.

Um segundo elemento para explicar a oposição entre o PMDB paulista e os tucanos, como são conhecidos os membros do PSDB, se relaciona às disputas entre Quércia e Temer no interior do PMDB. A partir do momento em que Temer assumiu a Presidência da Câmara dos Deputados no governo Fernando Henrique e posteriormente a Presidência do PMDB nacional em 2001, colocou-se como um importante aliado nacional do PSDB. A partir desse momento, a posição que o PMDB paulista, dominado por Quércia, passou a assumir na política estadual e nacional esteve também relacionada com as posições adotadas por seu adversário interno. Desde 2001, quando Temer

---

<sup>53</sup> O documento que contém o programa da candidatura quercista em 1994 à Presidência da República critica explicitamente o neoliberalismo (PMDB, 1994). Essa postura foi confirmada pelos nossos entrevistados e por declarações do próprio Quércia disponíveis na imprensa.

<sup>54</sup> Essa rivalidade foi exposta por vários de nossos entrevistados.

assumiu a Presidência nacional do PMDB e desafiou Quércia na disputa interna ao PMDB paulista apoiado por setores do PSDB, os dois líderes do PMDB paulista passaram a assumir posições diametralmente opostas no que tange ao seu alinhamento com as disputas políticas do período.

Consequentemente, a partir de meados dos anos 90, a oposição do PMDB paulista ao PMDB foi mais dependente das estratégias de disputa interna entre seus grupos e sua relação com os outros partidos que com grandes questões ideológicas ou programáticas. Para clarear ainda mais esse argumento é importante lembrar que o PMDB paulista se aliou ao PSDB nacional e estadual nas campanhas à Presidência e ao Governo do Estado em 2010, em um momento em que o PSDB parece ficar cada vez mais distante das posições de centro-esquerda em torno das quais foi fundado na década de 80. Esse movimento foi simultâneo ao processo de afastamento de Temer do PSDB nacional e sua aproximação ao governo Lula – cuja eleição Quércia apoiou em 2002 – a partir de 2005, que culminaria também nas eleições de 2010 com o lançamento de Temer na chapa presidencial petista, como vice de Dilma Rousseff.

Dessa forma, as posições ideológicas ou programáticas adotadas pelo partido pareciam seguir mais a lógica de inserção eleitoral do PMDB e dos demais partidos que uma efetiva diferença substancial entre suas visões de mundo, o que sugere que esses incentivos programáticos não foram utilizados para manter o quercismo unido a partir de 1994<sup>55</sup>.

O segundo conjunto de incentivos que podem ser distribuídas dentro do partido para manter a liderança são incentivos materiais. Nesta pesquisa, foram utilizadas três maneiras diferentes de medir a distribuição interna de incentivos materiais do líder do partido estado para lideranças locais do partido. Todas elas estão profundamente relacionadas com a literatura sobre as organizações e partidos políticos, e mesmo que não sejam a única forma de incentivos materiais, acreditamos que apontam para algumas das mais importantes dimensões do fenômeno.

---

<sup>55</sup> E isso pode ser basilar para a interpretação da atuação mesmo dos grupos internos ao PMDB considerados mais ideológicos. Em entrevista ao autor, Emerson Leal, membro do MR-8, um dos grupos de esquerda que atuou no MDB, mencionou que essa oposição genérica ao neoliberalismo por Quércia e o PMDB São Paulo foi usado pelo grupo para justificar sua decisão de permanecer no partido mesmo após 1990, quando a praticamente todos os outros grupos de esquerda que militaram no partido durante a ditadura já tinham saído para formarem organizações próprias. Entretanto, ele também menciona que essa foi uma decisão mais estratégica que ideológica. Explicando porque o MR-8 decidiu permanecer atuando no PMDB paulista, ele apontou que os custos de formar uma nova organização foram decisivos para manter o grupo no PMDB. Explicitamente ele afirmou: “Por que nós sairíamos do PMDB para formar um novo partido? Nós seríamos um outro PSOL, ou outro PSTU. O PMDB nos dava estrutura, uma máquina, e nós tínhamos espaço para nossos candidatos na lista partidária e na direção. Nós também pudemos defender nossas posições programáticas, já que o essa oposição ao neoliberalismo permitia um comportamento mais à esquerda dos nossos membros. Por que nós formaríamos um novo partido?”. Em 2009, o MR-8 deixou o PMDB e formou um novo partido. Não está claro o que motivou essa reorganização, mas a aproximação do PMDB paulista com o PSDB parece ter incentivado o MR-8 no estado a romper com o PMDB.

Para a literatura, os incentivos materiais que partidos – especialmente máquinas políticas – distribuem mais tradicionalmente são postos de trabalho no estado, “*patronage jobs*” (WILSON, 1995). Toda a literatura clássica sobre relações patrão-cliente e organização de máquinas política apontam *patronage jobs* como um recurso crucial para os patrões, a fim de manter os laços entre eles e seus clientes (BEARFIELD, 2009; GRINDLE, 2011). Como mencionamos, Quércia perdeu o poder do Estado depois das eleições de 1994 e manteve-se na oposição ao governo estadual até 2010, quando, depois de um acordo para formar uma coalizão eleitoral com o PSDB para as eleições para governador e para o Senado, o PMDB indicou José Carlos Tonin para a Secretaria de Ação e Desenvolvimento Social.

Alguns dos entrevistados nesta pesquisa ocuparam cargos durante o governo do PMDB-SP (1986-1994). Todos eles foram unânimes em afirmar que após a posse de Mário Covas, todos eles foram exonerados e o novo governo começou a “caça” aos quercistas na burocracia pública. Um dos entrevistados chegou a afirmar: “a única coisa que faltou foi salgar as cadeiras em que estivemos sentados”. Neste sentido, é altamente improvável que empregos públicos tenham sido extraídos do governo do estado para ser distribuído pelo líder para seus apoiadores dentro do partido. Nossos entrevistados confirmaram essa interpretação, inclusive descartando que as prefeituras do partido em São Paulo fossem capazes de substituir o estado no provimento desses cargos.

A distribuição de recursos monetários internos ao partido é também apontada como uma das “zonas de incerteza” que definem a correlação de forças no interior dos partidos (PANEBIANCO, 2005; VAN BIEZEN, 2003). Como já apontamos no capítulo anterior, o estatuto do partido oferece condições privilegiadas para a liderança estadual controlar lideranças locais já que os repasses do partido nacional do fundo partidário passam pelo diretório estadual antes de ser distribuídos aos partidos locais. Hipoteticamente, isso permitiria que a liderança estadual exercesse grande capacidade de influência sobre as elites locais, podendo aumentar ou diminuir a verba repassada para seus aliados e adversários.

Os dados do gráfico 16 no capítulo anterior mostraram, contudo, que não há qualquer repasse desse tipo e que, ao contrário do esperado, as unidades locais são autônomas do partido estadual para financiar a manutenção de suas atividades. Isso invalida a expectativa acima sugerida que o controle desse tipo de recursos pudesse ter sido usado por Quércia para financiar seus aliados e enfraquecer as elites intermediárias associadas aos grupos internos que se opunham ao ex-governador.

Finalmente, recursos materiais na política têm múltiplas expressões para além de *patronage jobs* e recursos partidários (PINTO-DUCHINSKY, 2002). Uma das mais destacadas dessas expressões é o financiamento de campanhas eleitorais, o qual pode se converter em um mecanismo para controlar lideranças intermediárias, a partir do momento em que o partido estadual pode intermediar a relação entre os candidatos e os financiadores e oferecer recursos próprios para a condução da campanha política.

Esses dados de campanha são, contudo, muito complexos, sua sistematização é recente e ainda há várias lacunas nos bancos de dados disponíveis (SPECK, 2012). Isso impediu um estudo sistemático desses recursos e da atuação do PMDB paulista e de Quércia pessoalmente no financiamento das campanhas eleitorais dos candidatos do partido. Ainda assim, empreendemos uma análise preliminar dos dados que confirmam interpretações sobre o tema desenvolvidas por nossos entrevistados.

A primeira análise que procedemos não mostrou qualquer padrão especial que possa sugerir que Quércia tenha usado este tipo de recurso para controlar os líderes locais. O partido no estado doa mais dinheiro para os candidatos com mais chances de ganhar do que para os outros candidatos. No entanto, desde 2006 os partidos têm sido usados para "esconder" as doações de doadores particulares para determinados candidatos. Os doadores privados doam para o partido e o partido transfere esse dinheiro para o candidato, tornando impossível para as autoridades eleitorais rastrear o dinheiro. Neste sentido, é impossível saber se as doações do partido para candidato são deliberadamente dirigidas a candidatos ou são resultados de acordos entre líderes partidários e doadores privados. O que é possível dizer é que mesmo que Quércia e Temer tenham grupos diferentes dentro do partido e cada grupo tenha sempre alguns candidatos na lista, a direção do partido estadual doou dinheiro para as campanhas de candidatos filiados aos dois grupos bem como para candidatos independentes.

Há um ponto muito interessante em doações de campanha que não sugere necessariamente mecanismos de controle dos líderes locais, mas introduz o ponto seguinte e a hipótese principal desta discussão. Quércia pessoalmente doa dinheiro para os candidatos do PMDB-SP. Normalmente, é uma pequena quantidade de dinheiro que é distribuído igualmente entre os candidatos do partido (cerca de R\$ 2.000 em média nas eleições de 2010). Esta pequena quantidade de dinheiro pode não fazer muita diferença na corrida dos campeões de votos, mas para os novos candidatos que nunca concorreram e cuja candidatura é mais "amadora", esse dinheiro pode fazer

uma diferença enorme. Para alguns desses candidatos, o dinheiro que Quércia pessoalmente doou correspondeu a 70% do total do dinheiro que o candidato teve para a execução de sua campanha.

Este tipo de doação foi mencionado como uma das formas em que Quércia baseou sua liderança pelos entrevistados dessa pesquisa. Depois de rejeitar as hipóteses alternativas de distribuir empregos e dinheiro aos líderes locais do partido, a questão sempre foi o que então explicava sua manutenção como líder máximo da organização no período. A resposta unânime foi de que Quércia era o líder do PMDB-SP por tanto tempo, porque ele se baseou em lealdades pessoais que teve com estes líderes locais. Mesmo que ele não tivesse mais dinheiro nem *patronage jobs* para distribuir, ele ainda tinha laços fortes com líderes locais em todo o estado, os laços que ele religiosamente cultivou por 40 anos.

Uma das maneiras que ele operava esta "jardinagem" de lealdades era essa pequena contribuição de campanha. Mas não só isso. Como mencionado em entrevistas, Quércia era um líder estadual que sempre apoiou campanhas de candidatos locais. Enquanto a maioria dos outros líderes do PMDB na década de 1980 rejeitou a usar "botinas amarelas", como Melhem (1998) descreve, e pisar na lama em pequenas cidades do interior de São Paulo, Quércia sempre apoiou esses líderes locais.

Os entrevistados mencionaram que foram poucas as vezes que Quércia rejeitou convites para estar em eventos de campanha dos candidatos locais. Para um candidato a prefeito em uma cidade com 30 mil habitantes, ter o ex-governador do Estado a apoiá-lo em seus eventos públicos era não só um impulso eleitoral em suas chances de ganhar, tendo um efeito forte também sobre o status dessa liderança em sua comunidade local.

Este tipo de incentivos é o terceiro tipo de incentivo mencionado por Wilson (1995) como um dos recursos que os líderes políticos da organização podem gerenciar a fim de manter a lealdade dos membros. Incentivos de solidariedade geralmente geram obrigações sociais de amizade entre o líder e os membros da coletividade e essas obrigações são um dos laços mais resistentes entre os líderes e os seus apoiantes (SCOTT, 1972). Quércia usou estes incentivos constantemente. Nas entrevistas, foram citados muitos exemplos de atividades realizadas por Quércia, a fim de fortalecer os laços entre ele e os líderes locais.

Alguns deles eram anedóticos. Por exemplo, Quércia telefonava para todos os prefeitos, líderes locais do partido, deputados e outras lideranças políticas no interior de São Paulo, em seus aniversários. Isto foi mencionado por um de seus aliados mais próximos, dizendo que cada dia ele começava suas atividades diárias por estes telefonemas, parabenizando um por um dos líderes. No

mesmo sentido, quase todos os líderes locais em São Paulo ouviram uma vez que o "cafezinho" da esposa do líder local foi maravilhoso ou a maionese que ele provou foi a melhor de todas. Essas histórias, no entanto, não mostram apenas um político muito simpático. Todas estas atitudes foram calculadas para ter um forte efeito na manutenção dos laços pessoais entre Quércia e os líderes locais e todos os funcionários ao redor Quércia trabalharam duro para que isso acontecesse. Esse trabalho em equipe consistia desde fornecer-lhe todos os dias uma lista de nomes e datas de nascimento das lideranças partidárias do estado até o desenvolvimento de estratégias mais eficazes para reforçar o apoio do ex-governador a uma campanha de um líder local.

Como apontam Melhem (1998) e Kerbauy (2000), um dos papéis centrais do processo de organização das bases peemedebistas no estado e que foi decisiva para a emergência de Quércia no interior do MDB foi o fato de que seu grupo atuava como uma empresa, oferecendo o conhecimento e os mecanismos necessários para fazer líderes locais vencerem eleições. Nesse sentido, a máquina partidária associada a Quércia oferecia aos líderes locais o *know-how* e o apoio para suas vitórias políticas, seja fazendo a campanha (havia até cartilhas sobre como fazer carreatas) seja levando o líder pessoalmente para pedir votos ao candidato a prefeito ou deputado estadual, e em troca recebia o apoio dessas lideranças na disputa interna partidária.

Esses laços, contudo, não se esgotam com a diminuição do potencial eleitoral de Quércia e, conseqüentemente, do impulso que o quercismo pudesse ter nas campanhas locais. Por um lado, porque Quércia mantém um esforço de preservação da autonomia dessas lideranças locais, de manutenção das bases partidárias e de reforço dos laços que o unia às lideranças peemedebistas intermediárias. De outro porque, como Scott (1972) e Bearfield (2009) sugerem, a troca de incentivos em relação de patrão-clientes pode gerar relações permanentes de amizade e obrigações que resistem, mesmo quando o fluxo de incentivos cessa.

Isso significa que Quércia controlou o partido por 16 anos apenas com lealdades subjetivas? Não. Ele também foi capaz de distribuir alguns incentivos particularistas para alguns líderes locais, mas esses incentivos particularistas não foram extraídos da ocupação direta do Estado. Como um ex-governador, Quércia ainda teve acesso privilegiado a alguns recursos do Estado. Como exemplo, Antônio Roque Citadini, nomeado por Quércia ao Tribunal de Contas em São Paulo mencionou em uma entrevista que ele sempre recebia telefonemas de Quércia pedindo que o conselheiro encontrasse os prefeitos de pequenas cidades cujas contas foram rejeitadas pelo Tribunal. Esse mesmo entrevistado também mencionou que Quércia usava outros membros de sua rede que

tenham mantido cargos no estado, como diretores de hospitais públicos ou membros do pessoal da burocracia estatal para ajudar alguns de seus aliados.

Da mesma forma, esse apoio a Quércia nas disputas internas do partido não era automático. Pelo contrário, exigia uma máquina sofisticada e eficiente para operar e garantir que todos os favores e vínculos que Quércia tinha com líderes locais fossem convertidos em votos na convenção do partido estadual. Para isso, ele geralmente chamava seus aliados mais próximos antes da convenção do partido e os dividia em grupos menores. Para cada grupo, ele atribuía uma região específica no estado e estes grupos reuniam-se com todos os líderes locais do partido em sua respectiva região. Nesta reunião, os vínculos entre Quércia e as lideranças locais, os favores passados e as expectativas de futuro eram discutidos e os líderes locais eram “lembrados” da sua lealdade para com Quércia de maneira a garantir seus votos na convenção do partido.

O que é muito importante dizer é que há poucos sinais de que este argumento – uma máquina política unida por lealdades pessoais construídas através das atividades partidárias – não dê conta do mecanismo que de fato operou dentro do PMDB durante os últimos 20 ou 30 anos. Um elemento que poderia sugerir não ser esse o caso seria a existência e aplicação de recursos institucionais de execução da liderança de Quércia no interior do partido. Em poucas palavras, formas de garantir o controle de traições. Como o estatuto do partido permite que a organização do Estado possa intervir em órgãos locais do partido com base em medidas muito subjetivas como "manter a integridade partidária" ou "garantir o desempenho político eleitoral" (PMDB, 2009, Art. 60), seria de esperar que o líder pudesse usar estes recursos institucionais para punir os líderes locais que apoiam adversários<sup>56</sup>.

Este não parece ser o caso. Apesar de que Quércia e seu grupo terem sido desafiados em convenções partidárias em 1994, 2001, 2006 e 2009, os dados que reunimos sobre as organizações locais do partido mostram um alto nível de estabilidade dos líderes locais durante este período<sup>57</sup>. Na mesma linha, Alda Marco Antônio, quando questionada sobre como a liderança partidária lidava com dissidentes enfatizou que a estratégia passava pela incorporação e não pela punição desses. Este

---

<sup>56</sup> Essa capacidade é inclusive tomada por Guarnieri (2009), como uma medida de “força” da organização partidária.

<sup>57</sup> Entre 2006 e 2010 não há qualquer registro de intervenção do Diretório Estadual sobre Diretórios Municipais. Os registros de dissolução de Diretórios municipais por inatividade começam em abril de 2011, já sob a nova direção estadual e o único registro de intervenção do diretório estadual ocorre em Lorena, em julho de 2012. Os dados do TSE sobre isso estão limitados ao período 2006-2012. Dados semelhantes obtidos justos ao TRE-SP, mas claramente incompletos, remontam a 1994 e apresentam comportamento semelhante, com apenas 59 registros de intervenção em 3774 informações sobre órgãos locais entre 1994 e 2009.

foi o caso do deputado estadual Jorge Caruso, que concorreu contra Quércia em 2006 e foi incorporado à coalizão em 2009, como vice-presidente do diretório estadual.

A centralidade das relações e lealdades pessoais entre Quércia e as lideranças intermediárias para a manutenção do quercismo se evidencia em dois momentos críticos da trajetória partidária. Na disputa entre Quércia e Temer pela Presidência do Diretório Estadual em 2001 e após sua morte em 2010. No primeiro caso, a ameaça ao predomínio do quercismo foi intensa, pautada pelo grande assédio às bases locais pela campanha de Temer<sup>58</sup>. Justamente nessa disputa ocorre uma mudança na ocupação pelo quercismo dos espaços partidários, com a ocupação pelo próprio Quércia da Presidência do partido estadual, algo que nunca ocorrera antes. Isso sugere que foi preciso que o líder pessoalmente se envolvesse e assumisse a condução do partido, garantindo a manutenção das lealdades e dos apoios que obteve para impedir a emergência de um novo grupo interno. Em poucas palavras, é possível imaginar que uma liderança intermediária se sentiria mais a vontade para trair um quercista que o próprio Quércia e sua candidatura pessoal impedia tal comportamento.

No segundo caso, a velocidade e a intensidade da reorganização partidária no momento imediatamente posterior a sua morte mostram como Quércia pessoalmente constituía um esteio para a sustentação do grupo. Um mês após a morte de Quércia, um acordo entre Temer e Caruso, conduzido à Presidência com a vacância do cargo, selou os destinos do Diretório Estadual, que renunciou e forçou a dissolução do órgão paulista do PMDB, abrindo espaço para que Temer, Presidente Nacional do PMDB, nomeasse uma nova direção partidária, selecionando um aliado seu, o Deputado Estadual Baleia Rossi para a presidência e um de seus mais próximos assessores, Arlon Vianna, para a Tesouraria.

Em entrevista, Alda Marco Antônio, Emerson Leal e Antônio Roque Citadini confirmaram que a morte de Quércia rompeu os laços de obrigação que mantinham muitos líderes do PMDB paulista na sustentação do predomínio quercista. Perguntados, todos eles explicitamente afirmaram que após a morte de Quércia esses líderes se sentiram livres para aderir a uma nova composição da coalizão dominante.

Assim, a caracterização do quercismo se une com a caracterização da organização no capítulo anterior. O quercismo foi um grupo absolutamente atípico para o caso brasileiro. Foi um grupo político voltado absolutamente para a disputa eleitoral, mas que construiu seus laços no interior de um mesmo partido através das atividades propriamente partidárias, de organização de

---

<sup>58</sup> Emerson Leal, político ligado ao MR-8 e ao quercismo, mencionou em entrevista que aquela foi a disputa interna mais difícil travada no PMDB paulista.

bases e diretórios, filiação de membros, lançamento de candidatos e a realização de campanhas. Manteve parte dessas lealdades mesmo quando seu apoio eleitoral minguou e saiu do poder no estado. Suas lideranças intermediárias eram majoritariamente locais e seu sucesso nos últimos 20 anos concentrou-se nesse nível. Seu líder máximo bem como seus aliados mais próximos fizeram da política interiorana seu espaço primordial de atuação.

O líder que construiu esta organização era o *primus inter pares* das elites paulistas locais e foi capaz de gerir os laços históricos que teve com os líderes locais do PMDB-SP, mantendo o poder sobre o partido estadual. Neste sentido, da mesma forma que perder o governo não mudou a essência da organização partidária, as fidelidades pessoais sobre as quais Quércia construiu seu domínio sobre a festa estavam lá para sustentá-lo depois que ele deixou o governo.

Em poucas palavras, a manutenção do quercismo se baseou na ação estratégica da liderança estadual e das lideranças intermediárias locais em trocar apoio mútuo, recursos e incentivos específicos para garantir a manutenção da coalizão dominante e reproduzir lealdades pessoais entre os membros que reforçavam a predominância de Quércia sobre o partido. Nesse sentido, a combinação de incentivos de solidariedade, com a oferta de apoio para campanhas e a cessão de espaço e autonomia dentro do próprio partido se combinavam com as relações de amizade e obrigação historicamente construídas para manter a estabilidade e o predomínio do quercismo no PMDB paulista, mesmo quando o partido migrou para a oposição no estado.

Isso mostra que, ainda que as pressões no sentido da mudança partidária existissem, a adaptação ao novo contexto implicaria na alteração das bases fundamentais da relação entre Quércia e as lideranças intermediárias que o apoiavam. Dito de outra forma, ainda que houvesse incentivos para que o partido buscasse uma nova forma de se inserir na política estadual e focasse sua atuação mais nas disputas estaduais que municipais – como veremos a seguir – a adoção das mudanças necessárias atingiria elementos basilares da forma como líderes locais e estaduais se relacionavam.

Dessa forma, retomando Aldrich (2011), é verdade que as organizações partidárias são a materialização da estrutura que melhor atenda os interesses de suas elites. O quercismo precisava da manutenção dessa estrutura partidária como fora desde os anos 1970, pois era sobre ela que apoiava sua manutenção. As lideranças locais, ao mesmo tempo, valiam-se do *know-how* e da capacidade do formato organizativo do PMDB paulista em dar conta das disputas políticas locais – vide o fato de que até 2008 foi o segundo partido com o maior número de prefeituras no estado – mantendo seu espaço de poder nos municípios em que atuavam.

Igualmente, a afirmação de que a herança do passado peemedebista esteve presente bloqueando a mudança mostra – também como esperado teoricamente – que ainda que as elites desenhem as instituições, esse desenho depende de heranças e trajetórias, fazendo da história das instituições uma dimensão central de seu perfil contemporaneamente (KRAUSS e PEKKANEN, 2011; ALDRICH, 2011).

Essa interpretação, finalmente, aponta – como sugere Bearfield (2009) – que a abordagem tradicional das relações patrão-cliente tem a ganhar se assumir que essas relações não se baseiam apenas na distribuição de recursos materiais como *patronage jobs* ou dinheiro, mas envolvem um conjunto complexo de recursos e:

"reciprocal relations between patrons and clients. By patron, I mean a person who uses his influence to assist and protect some other person, who then becomes his 'client' and in return provides certain services to his patron. The relationship is asymmetrical, for the nature of the services exchanged may differ considerably" (BOISSEVAIN, 1966, p.18).

No mesmo sentido, a abordagem tradicional de partidos políticos no Brasil pode rever a sua ênfase na relação entre os partidos e o Estado, assumindo que os repertórios de mecanismos e recursos mobilizados pelos líderes partidários, elites e membros do partido podem ser variados, abrangendo mais que recursos diretamente extraídos do estado. Incentivos de solidariedade podem desempenhar um papel em um sistema político complexo, ajudando a organizar as opções que elites políticas têm ao oferecer recompensas de status em um país que ainda é profundamente desigual.

Tal revisão implicará na retomada dos achados de estudos de casos de organizações partidárias brasileiras como Diniz (1982), Sampaio (1982) e Couto (2007). Explorando a trajetória de fenômenos políticos como o chaguismo ou o ademarismo – respectivamente associados ao Governador Chagas Freitas, do MDB do Rio de Janeiro e Adhemar de Barros, Governador de São Paulo pelo PRP – é possível perceber como a modalidade de organização do PMDB paulista e as condições de manutenção do quercismo se assemelham a práticas políticas particulares, em que relações entre patrões e clientes e as organizações políticas por meio das quais essas relações operam constroem lealdades e distribuem incentivos dentro das condições da disputa política brasileira.

### *O PMDB e a competição eleitoral*

No capítulo 4, mostramos a continuidade do modelo organizativo do PMDB quando comparamos os dados do período recente com aquilo que se sabia sobre o partido de 20 ou 30 anos atrás. Esses dados, em aliança com a maior resiliência do partido às pressões ambientais nas disputas eleitorais municipais que estaduais nos levaram a afirmar que o PMDB preservou o elemento fundamental da organização partidária que o quercismo construiu na década de 70, sua forte relação com a política local.

Na primeira seção desse capítulo, o ponto foi mostrar que essa manutenção fazia sentido, a despeito do declínio eleitoral do partido em eleições estaduais, pelo fato de que era sobre ela que lideranças intermediárias e a coalizão dominante construíam suas relações e garantiam a continuação de uma instituição que atendia aos seus interesses. Em poucas palavras o PMDB paulista continuou uma organização majoritariamente voltada para a política municipal e o fez deliberadamente.

O ponto final associa a trajetória organizativa peemedebista em São Paulo com sua inserção na competição política no estado, enfocando particularmente suas estratégias e as mudanças contextuais em que passou a competir. Como argumentamos, o modelo de organização do PMDB foi eficaz para o partido vencer eleições nas décadas de 70 e 80, mas não resistiu às disputas estaduais dos anos 90 e 2000. Dada a elevada continuidade dos padrões de organização do partido entre os dois períodos, o que mudou para que o PMDB sofresse tão intenso declínio eleitoral.

Como apontam Kinzo (1988), Melhem (1998) e Kerbaui (2000), o enfraquecimento do congresso e o bloqueio do acesso por meio de eleições diretas para o executivo federal e estadual fez das disputas municipais, em particular para as prefeituras, uma dimensão central da atuação política do partido de oposição durante o regime autoritário. Sobre suas bases locais o MDB pode capitalizar a atuação de oposição à ditadura e vencer disputas para outros cargos, como o Senado. Com o retorno das eleições diretas para governador em 1982, a força do PMDB nos municípios paulistas foi fundamental para que o partido vencesse o candidato do PDS e fizesse Franco Montoro governador.

Contudo, a despeito de ter eleito o maior número de prefeitos em 1992, o candidato peemedebista perdeu a eleição para o governo estadual em 1994, intensificando um ciclo de declínio do apoio eleitoral ao partido, especialmente nas disputas estaduais. Em outras palavras, a pergunta para esse capítulo, finalizando a discussão, é o que aconteceu com o contexto de competição que fez

com que a máquina eleitoral peemedebista e sua eficácia nas eleições municipais não desse mais conta da disputa política nas eleições estaduais do período?

Há dois elementos que parecem fundamentais na compreensão da mudança das condições de competição política em São Paulo que afetam o desempenho do PMDB. O primeiro, de ordem institucional, é a separação temporal entre as eleições para esses cargos e o “casamento” das eleições legislativas com as eleições para o governo do estado e a presidência. Durante a década de 70, ainda que as eleições fossem separadas, a dinâmica política local se associava fortemente às disputas estaduais, reproduzindo na disputa entre elites locais a disputa entre ARENA e MDB (LAMOUNIER, 1978; REIS, 1978).

Na década de 80, a retomada das disputas para governador foi simultânea a um maior casamento entre os dois níveis. Em 1982 eleições estaduais e municipais foram concomitantes e em 1985 a disputa pela Prefeitura da capital esteve, para o PMDB, fortemente associada às disputas internas pela candidatura ao governo do Estado no ano seguinte. Em 1988, as eleições municipais e estaduais voltaram a se separar, sempre com uma distância de 2 anos entre elas.

A partir de 1994, as eleições estaduais passaram a ocorrer simultaneamente às eleições presidenciais, adicionando a essa disputa um foco ainda mais distante que o da política local. Essa característica institucional de separação temporal dos pleitos com o fato de que disputas nacionais ou estaduais e municipais podem guiar-se por lógicas diferenciadas de transformação de preferências em votos potencialmente produz um descolamento entre os dois níveis.

O casamento da eleição estadual com a eleição presidencial teve um efeito decisivo sobre a política paulista. A presidencialização das disputas estaduais, que se constitui pela reprodução da competição concentrada nos blocos associados a PSDB e PT nas disputas estaduais (CORTEZ, 2009; MELO, 2010; MENEGUELLO, 2011; LIMONGI; CORTEZ, 2011) têm em São Paulo uma de suas mais fortes expressões. Em grande medida devido à centralidade do estado na política nacional, derivada do grande tamanho de seu eleitorado (SANDES-FREITAS; BIZZARRO NETO, em elaboração) e ao fato de que São Paulo era também a região que abrigava as bases organizativas e eleitorais de PSDB e PT, a disputa paulista passou a reproduzir continuamente o padrão observado na disputa presidencial (MENEGUELLO; BIZZARRO NETO, 2012).

Em que pese o fato de que a direção da causalidade da presidencialização da disputa paulista seja incerta (é impossível garantir se a nacionalização ocorre pelo fato de que os partidos coordenam estratégias no estado para reproduzir o padrão de competição ou se o seu papel central na política estadual deriva de sua força eleitoral que precede a própria disputa presidencial estabelecida em

1994), é inegável que essa lógica passou a reger a competição no estado. Associar-se a essa lógica foi uma estratégia usada por vários partidos para fortalecer suas posições e extrair os benefícios esperados da ocupação do governo estadual por meio de uma coalizão.

De maneira análoga, a rejeição dessa lógica nacionalizada implicava que o partido que o fizesse estaria fora da clivagem primordial de organização da disputa política no estado, sendo forçado a tentar reorganizar a clivagem que estrutura a disputa a partir de novos parâmetros. A força da clivagem PT x PSDB foi tão intensa que mesmo agrupamentos políticos tradicionais como o malufismo foram superados por ela.

O caso do PMDB não é diferente, nessa tentativa de não-alinhamento, ao malufismo<sup>59</sup>. A diferença está no fato de que o malufismo resiste muito mais que o PMDB nessa disputa. Enquanto Maluf conseguiu ser o segundo colocado nas eleições de 1998<sup>60</sup> (44,6% dos votos no segundo turno) e o terceiro em 2002 com 21,3% dos votos, nos mesmos pleitos o PMDB obteve 4,3% dos votos com Quércia (1998) e menos de 2% dos votos com Lamartine Posella em 2002.

Essas tentativas de não-alinhamento podem ser percebidas pela análise dos dados da tabela 28, que apresenta a composição das coligações dos principais candidatos ao governo do estado no período. Vê-se, primeiramente, que PSDB e PT têm atuado para reproduzir no estado a coordenação de seus blocos nacionais (PFL/DEM e PPS com o PSDB; PCdoB, PSB e PL/PR com o PT [MELO; CÂMARA, 2012]) e que o PMDB esteve até 2010 ao largo dessas coalizões. Na medida em que essas duas candidaturas foram concentrando mais e mais votos, o não alinhamento significou a saída dos candidatos peemedebistas do centro da disputa.

---

<sup>59</sup> Ainda que, assim como Maluf, o PMDB acabe por se alinhar a um dos lados da disputa ao final do período.

<sup>60</sup> Maluf foi o primeiro no primeiro turno em 1998, com 32,2% dos votos.

**Tabela 29. Distribuição de votos para Governador em São Paulo por coligação (1º turno) - 1990-2010**

1990		1994		1998		2002		2006		2010	
Partidos	%	Partidos	%	Partidos	%	Partidos	%	Partidos	%	Partidos	%
<b>PMDB / PFL / PL / PSD / PTR / PT do B</b>	34,2	<b>PMDB / PL / PSD</b>	11,3	<b>PMDB / PGT / PRP / PTdoB</b>	4,3	<b>PMDB</b>	1,3	<b>PMDB / PP</b>	4,5		
<b>PDS / PTB / PRN / P DC</b>	22,2	<b>PPR / PP</b>	2,2	<b>PPB / PSL / PST / PL / PFL / PRN</b>	32,2	<b>PPB / PTN / PL / PSDC</b>	21,3			<b>PP / PTC</b>	5,4
<b>PSDB</b>	12,0	<b>PSDB / PFL</b>	46,8	<b>PSDB / PTB / PSD</b>	23,0	<b>PSDB / PFL / PSD</b>	38,3	<b>PSDB / PTB / PPS / PFL</b>	57,8	<b>PSDB / DEM / PPS / PMDB / PSC / PHS / PMN</b>	50,6
<b>PT / PSB / PC do B / PCB</b>	9,5	<b>PT / PSTU / PPS / PMN / PSB / PCdoB</b>	14,8	<b>PT / PCB / PPS / PMN / PCdoB</b>	22,5	<b>PT / PCB / PCdoB</b>	32,4	<b>PT / PL / PCdoB / PRB</b>	31,6	<b>PT / PRB / PDT / PTN / PR</b>	35,2
		<b>PDT / PV / PRP</b>	22,2	<b>PDT / PTN / PAN / PSN / PSB</b>	17,2	<b>PDT / PTB / PPS</b>	1,0	<b>PDT</b>	2,0		
						<b>PSB</b>	1,1			<b>PSB / PSL</b>	4,5
						<b>PST / PGT / PHS</b>	3,6				
								<b>PSOL / PSTU / PCB</b>	2,5		
Outros	22,1	Outros	2,7	Outros	0,8	Outros	1,0	Outros	1,6	<b>PV</b>	4,1
<b>PSDB + PT</b>	<b>21,5</b>		<b>61,6</b>		<b>45,5</b>		<b>70,7</b>		<b>89,4</b>	Outros	0,2
											<b>85,8</b>

Em negrito encontram-se os cabeças da chapa.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Fundação Seade e TSE.

O não alinhamento nas eleições para o governo estadual tem três consequências principais. O primeiro é seu efeito sobre os votos globais do partido. Como mostra Braga (2006), desde a redemocratização em 1982 as eleições para o governo do estado tem sido o principal *coattail effect* sobre os votos nos demais níveis. Isto é, as candidaturas a governador tem sido as principais responsáveis por puxar votos para candidatos nos outros níveis e, portanto, o enfraquecimento das candidaturas peemedebistas e seu não alinhamento com nenhum dos principais candidatos – para tentar campanha em “dobradinha” – enfraqueceu a votação geral de seus candidatos a Assembleia Legislativa e à Câmara Federal.

Uma segunda consequência do não alinhamento do PMDB aos principais blocos da disputa é a perda dos recursos associados às coligações no caso brasileiro. No caso das eleições para o governo estadual o principal desses recursos é o tempo destinado a cada partido durante a exibição do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Cada partido tem direito a uma cota fixa e a uma cota que varia de acordo com o desempenho do partido na eleição legislativa anterior. A inclusão de mais partidos na coligação aumenta o tempo destinado à chapa para exibição de sua propaganda na TV. O fortalecimento de PSDB e PT e o enfraquecimento do PMDB fez com que ao partido coubesse cada vez menos tempo. A concentração dos partidos em torno dos candidatos de PT e PSDB e o isolamento do PMDB nessas eleições potencializaram esses efeitos e os candidatos peemedebistas tiveram cada vez menos acesso a esses recursos<sup>61</sup>.

Uma terceira consequência foi o isolamento do PMDB também em eleições para o legislativo. A tabela 29 mostra as coligações firmadas por PSDB, PT e PMDB nas disputas para a Câmara dos Deputados e a Assembleia Legislativa. Além do já mencionado efeito desse isolamento sobre o tempo de TV disponível a cada partido, nas eleições legislativas o isolamento potencializa as dificuldades eleitorais do partido, dado o fato de que pela legislação brasileira a coligação é a base de cálculo do coeficiente eleitoral e conta para a distribuição das sobras. Maiores coligações ou coligações com partidos grandes podem aumentar as chances de eleição de candidatos. O isolamento, por outro lado, faz o partido dependente apenas de seu próprio desempenho para seu sucesso nesse nível da disputa.

---

<sup>61</sup> Há outros recursos associados ao estabelecimento de coligações como acesso a financiadores e capacidade de mobilizar eleitores. O isolamento do PMDB certamente afetou essas dimensões também.

**Tabela 30. Coligações para Deputado Federal e Estadual em São Paulo - 1990-2010**

1990	1994	1998	2002	2006	2010
PMDB	PMDB / PL / PSD	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB
PDS / PDC / PTB / PRN	PPR / PP	PPB / PL* / PFL	PPB / PTN / PL / PSDC	PP	PP
PSDB	PSDB / PFL	PSDB / PTB / PSD	PSDB / PFL / PSD	PSDB / PFL	PSDB / DEM / PPS
PT / PSB / PC do B / PCB	PT / PSTU / PPS / PMN / PSB / PCdoB	PT / PCB / PPS / PMN / PCdoB	PT / PCB / PCdoB	PT / PCdoB	PT / PRB / PCdoB / PTdoB
PDT	PDT / PV / PRP	PDT / PTN / PAN / PSN / PSB	PDT / PTB / PPS	PDT	PDT
	PTB			PTB	PTB
			PSB	PSB	PSB / PSL

\*O PL não participou da coligação para Deputado Estadual.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Fundação Seade e TSE.

A lógica por trás desse isolamento tem três fundamentos. O primeiro é a já mencionada resistência das lideranças peemedebistas a aceitar que o partido assumisse um papel de coadjuvante no cenário de disputa política no estado. A herança do emedebismo e o papel do partido na política paulista e nacional é um recurso retórico fundamental na compreensão da atuação dos grupos internos, particularmente daqueles ligados à trajetória partidária de atuação oposicionista durante a ditadura.

A segunda é a necessidade de Quéricia e do quercismo de garantir destaque eleitoral para sua liderança. PSDB e PT adotaram estratégias dominantes sobre o ambiente de competição, submetendo seus aliados a seus candidatos. A aliança do PMDB paulista com qualquer um dos grupos significaria a submissão do quercismo a esses atores e suas estratégias. Como já mencionado, a centralidade eleitoral de Quéricia para o PMDB exercia um papel central na definição dos candidatos majoritários e mesmo, como afirma Fernando Morais, nas estratégias de comunicação e campanha do partido.

Finalmente, essa estratégia de isolamento atendia aos interesses de suas elites locais. O estabelecimento da lógica de competição pautada pela disputa PT x PSDB teve efeitos sobre as estratégias de coligação dos partidos em São Paulo nas eleições para as prefeituras. Os dados da Tabela 30 apresentam o número de vezes em que candidatos a prefeito do PMDB, PSDB, PT e DEM incluíram os principais partidos do estado no período em suas coligações.

**Tabela 31. Coligações em eleições municipais entre os partidos em São Paulo – 2000-2008 (% do total de candidatos).**

Partido	Cabeça de chapa											
	PMDB			PSDB			PT			PFL/DEM		
	2000	2004	2008	2000	2004	2008	2000	2004	2008	2000	2004	2008
PMDB				25,2	27,3	30,7	7,4	10,4	18,4	26,1	30,4	32,6
PP	19,8	22,8	26,0	20,4	23,4	25,5	0,6	7,4	14,7	37,9	30,8	32,6
PR	12,8	23,7	22,3	16,4	24,1	22,6	0,6	12,4	22,6	14,8	25,7	25,9
PTB	22,6	26,8	28,8	27,2	28,0	31,4	5,5	13,8	15,7	31,5	32,2	32,1
PDT	23,3	31,1	24,2	15,9	21,4	21,5	11,7	7,0	18,4	14,3	23,8	22,8
Coligação	PSDB	18,8	16,2	22,8			3,7	0,7	0,5	19,7	20,1	21,8
	DEM	27,1	27,2	29,3	25,9	34,1	35,4	0,6	6,7	9,2		
	PPS	25,7	30,3	26,0	19,4	27,5	29,0	4,9	13,4	14,3	22,2	25,2
	PT	9,4	18,9	33,0	6,8	8,3	3,3				1,0	6,1
	PCdoB	3,1	9,6	11,6	2,8	1,5	4,0	23,3	25,2	22,6	0,0	3,3
	PSB	13,2	22,4	22,8	12,1	18,5	21,7	11,0	11,1	19,8	7,4	19,6

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Fundação Seade e TSE.

Como é possível observar o estabelecimento das alianças nas disputas estaduais produziu uma seleção dos potenciais aliados de PSDB, DEM e PT nas eleições municipais. Esses partidos estabelecem, também ao nível municipal em São Paulo, mais coligações com seus parceiros em coligações estaduais e nacional. O PSDB tem no DEM o seu principal aliado ao nível local enquanto o PT tem no PCdoB seu parceiro preferencial nas disputas pelas prefeituras. Similarmente, esses dois partidos estabelecem poucas coligações com os aliados do adversário na disputa estadual. Não chegam a 10% dos candidatos do PT aqueles que se coligaram com o DEM nas eleições de 2008 e os candidatos tucanos coligados com o PCdoB foram apenas 4,0%.

No caso do PMDB, exceto por uma quantidade relativamente menor de alianças com os membros da coalizão petista no início da série – provavelmente devido mais as estratégias dos segundos que do próprio PMDB –, o partido tem um campo de atuação mais abrangente, forjando mais alianças com todos os partidos, sejam eles independentes ou alinhados a disputa estadual.

Em grande medida essa estratégia é uma resposta à elevada autonomia das lideranças e organizações locais peemedebistas já mencionadas e, particularmente, à centralidade que as disputas locais assumem para o partido. A maximização dos votos ao nível local é, como observamos, o objetivo e a capacidade maior do PMDB e uma estratégia mais autônoma de coligações garante ganhos potenciais nas disputas ao nível local do que aquelas auferidas por partidos que tenham que submeter sua estratégias aos imperativos da competição estadual.

Nesse sentido, esse capítulo e o que o precede exploram as causas e consequências para a trajetória peemedebista em São Paulo e sua inserção na disputa política do estado das características e dinâmicas observadas para o partido. Uma máquina partidária com padrões de recrutamento, organização e funcionamento historicamente estabelecidos e que se perpetuam por processos intrincados de reprodução organizativa e interesses de suas elites se inseriu na disputa eleitoral paulista de um jeito peculiar, que relativamente mantinha sua capacidade de reproduzir seu sucesso eleitoral no nível em que lhe era mais interessante.

Consequentemente, o PMDB enfrentou enormes dificuldades para disputas as eleições estaduais, transformando-se em coadjuvante dessas disputas ao final do período. A máquina do PMDB paulista não resistiu ao assédio do PSDB e PT sobre suas bases e na medida em que se isolou, viu os principais aliados dos dois primeiros também o superarem. Contudo, essa máquina também serviu para perpetuar o quercismo e Quércia em sua liderança e garantir a manutenção das condições de inserção de suas elites nas disputas eleitorais do período, particularmente nos menores municípios do interior.

## Conclusão

A análise dos dados e a compreensão da trajetória do PMDB paulista nos últimos 20 anos nos leva, fundamentalmente, há duas conclusões. A primeira é que a decisão de não assumir um modelo de organização para o PMDB paulista se mostrou acertada. Sem um parâmetro inicial para comparações, a análise nos permitiu reconstruir ponto a ponto as dimensões principais da organização paulista do PMDB, demonstrando como convivem no PMDB-SP padrões de organização estabelecidos historicamente no partido desde o princípio de sua institucionalização na década de 70.

Há diversas características associadas ao modelo do partido eleitoral-profissional, como a adoção de estratégias mais pragmáticas de atuação, a utilização de serviços de profissionais da política, a clara vocação eleitoral historicamente manifestada pelo partido e o predomínio de suas elites com cargos eletivos. Há também características associadas ao partido cartel, como sua dependência de recursos públicos para a manutenção organizativa ou seu afastamento da sociedade civil depois dos anos 80. Como já mencionamos, a estratégia empresarial, de racionalização das atividades políticas, características de modelos contemporâneos de organização partidária estão também historicamente presentes.

Fundamentalmente, portanto, tais padrões – uma estrutura estratárquica, em que a política local é um espaço privilegiado de atuação e organização e no qual imperam elites políticas eleitorais unidas por laços de compadrio e dependência – fazem com que a análise do PMDB transite pelas características de diversos modelos de interpretação dos partidos. Nesse sentido, as conclusões sugerem um caminho menos ambicioso que sua filiação a um grande modelo teórico como aqueles debatidos no Capítulo 2, apontando para uma abordagem em que, mantendo as variáveis organizativas no centro da análise, seu padrão de organização possa ser entendido em sua especificidade.

A utilização do conceito de “máquina política” enquadra adequadamente o PMDB. Máquinas políticas são uma das formas mais tradicionais de compreender organizações partidárias, particularmente nos Estados Unidos (WILSON, 1995). Constituem organizações sofisticadas voltadas fundamentalmente para a conquista de votos através da distribuição de recursos e do acesso ao Estado. Em sua trajetória, contudo, todas as grandes máquinas incorporam lealdades internas, normalmente mobilizando identidades previamente existentes, como nacionalidades ou religião (EPSTEIN, 1968; SCHWARTZ, 1990). Sua emergência está relacionada às maneiras pelas quais as elites políticas têm acesso ao estado e também, pela forma como os cidadãos podem acessá-lo. Onde

elites políticas têm acesso aos recursos estatais para a prática de políticas clientelistas *vis-à-vis* um eleitorado relativamente desprovido de direitos, máquinas políticas tendem a emergir para explorar as oportunidades de vitória eleitoral sob essas condições (EPSTEIN, 1968; SHEFTER, 1994).

Pela forma como se organizam e por dependerem do acesso direto aos recursos e aos eleitores, máquinas políticas são normalmente, entidades locais. As máquinas exemplares dessa literatura – o partido democrata em Chicago no começo do século XX ou a máfia em Palermo (SCHWARTZ, 1990) – são espacialmente restritas. Contudo, para além dos exemplos, o conceito pode ser expandido e suas características organizacionais podem ser buscadas em organizações com bases territoriais mais amplas. Esse é claramente o caso do PMDB paulista.

Sua organização busca maximizar votos e recursos, particularmente nos espaços locais da disputa política. Para isso, mobiliza expertise, recursos e aliados, obtendo votos e distribuindo incentivos para seus membros. Nessa mobilização, para além da distribuição pura e simples de recursos materiais, mobilizam-se também laços de lealdade e identidade, que reforçam as relações de dependência e autoridade, ao mesmo tempo em que garantem as recompensas para seus membros fiéis. Ao invés de um *boss* local e vários *precinct captains* espalhados por bairros e comunidades, vê-se um grande chefe estadual, Orestes Quércia, o *primus inter pares* das elites locais, o *boss* dos *bosses*. A interação entre as estratégias e interesses da liderança e dos líderes intermediários em um contexto cambiante e plural de competição política (marcado tanto pela competição horizontal entre partidos em São Paulo quanto pela competição vertical herdada da disputa presidencial) não alterou essas características.

De maneira similar, essas conclusões apontam a reprodução de expectativas da literatura brasileira sobre a organização dos partidos não se mostra completamente capaz de dar conta da análise do PMDB-SP. Fica claro que tais expectativas precisam ser matizadas. Em que pese a ausência de qualquer tipo de contribuição substancial de membros para o financiamento do partido, ou a clara predominância de membros com cargos eletivos nos espaços de direção e decisão, em detrimento de membros que ascendem através da estrutura partidária, o PMDB paulista mostra notável continuidade de seu modelo de organização, grande capacidade de penetrar no território e manter uma estrutura de organização em praticamente todos os municípios do estado, recrutando candidatos e filiando eleitores de maneira bastante consistente nos últimos anos.

Efetivamente, portanto, mais que adequar a interpretação dos partidos ao que “já sabemos” sobre eles ou esperar que eles se adequem, como Proscrito, a um modelo de organização previamente estabelecido para outro contexto da política democrática, o caminho ideal foi

assumirmos que a forma do PMDB, seu modelo de organização, era, acima de tudo, a mais eficiente para dar conta dos interesses de suas elites, construindo uma máquina política fortemente associada à política local, o que nos permitiu unir laços aparentemente distantes de 20 anos de atuação partidária. Como unir a continuidade da organização e do quercismo ao intenso declínio eleitoral das últimas décadas era a pergunta. Entender os interesses e projetos internos ao partido e compará-los à dinâmica do PMDB no estado foi a chave.

Com isso, cremos que essa pesquisa dá conta de quatro objetivos colocados a ela desde seu início. O primeiro e fundamental objetivo era oferecer uma interpretação da dinâmica recente do PMDB em São Paulo, partido cujas transformações podem nos ajudar a compreender as mudanças da política paulista recente e das possibilidades de organização de partidos no estado. Os dados recolhidos aqui mostram, por exemplo, que o PTB paulista parece ter uma organização bastante similar, com diversas características organizacionais semelhantes e manutenção já desde 2007 da liderança do Deputado Campos Machado sobre o partido. Ao mesmo tempo, os dados dessa pesquisa sugerem que a despeito de suas transformações recentes, o PT em São Paulo ainda apresenta diferenças entre si e os demais partidos no estado, em consonância com aquilo que outros autores têm observado para o partido nacional (MENEGUELLO; AMARAL, 2008).

Além da comparação com outros partidos contemporâneos, a análise do PMDB parece ser um interessante ponto de partida para o estudo dos partidos no país. Maior e mais antigo partido entre nós, sua organização tanto sofreu influência de experiências pregressas de organização partidária, como o pessedismo ou o petebismo e certamente influenciou experiências posteriores, quando muitas de suas lideranças deixaram o partido para fundar novas agremiações em meados da década de 80, carregando consigo a experiência de vida partidária obtida dentro do velho partido.

Da mesma forma, ela permitiu analisar expectativas sobre como partidos se organizam e como mobilizam recursos, elites e membros. As condições de manutenção do quercismo e a continuidade organizativa do partido a despeito de seu declínio eleitoral mostram que há mais que apenas a simples interpretação de que os partidos são dependentes do estado e por isso querem ganhar eleição, qualquer eleição, a qualquer custo. Há mais que dinheiro, cargos e votos em jogo. Lealdades, status, poder partidário são dimensões centrais da vida do PMDB paulista e provavelmente de outros partidos também.

O declínio eleitoral do PMDB, contudo, também mostra uma importante dimensão das possibilidades de organização de partidos no Brasil. Nem todos os modelos de organização são capazes de ganhar eleição contemporaneamente e as mudanças contextuais e institucionais entre a

ditadura e a democracia podem ter tido efeitos sobre as possibilidades das elites e partidos vencerem eleições.

Um segundo objetivo, diretamente relacionado com o ponto anterior, é a contribuição que a compreensão do PMDB paulista traz para a compreensão do PMDB nacional. Como afirmamos, o PMDB paulista foi, provavelmente, a mais importante unidade regional do partido durante seus 25 primeiros anos. Suas principais lideranças nacionais vinham do estado e São Paulo conferia ao PMDB uma quantidade de votos formidável. Seu declínio nas disputas estaduais é simultâneo à superação do protagonismo peemedebista pela polarização entre PSDB e PT nas disputas nacionais. Nesse sentido, em que medida o fato de que o PMDB não foi mais capaz de construir grandes lideranças eleitorais no maior estado da federação tem efeitos sobre a forma como o partido tem se colocado nacionalmente parece ser uma pergunta bastante pertinente.

O PMDB paulista e sua trajetória também lança luz sobre a trajetória dos vários PMDB's estaduais. Em nenhum outro estado o declínio do papel do partido no sistema partidário estadual foi tão intenso quanto em São Paulo. Nos locais em que o PMDB não sofreu o mesmo impacto do rearranjo da estrutura de competição e continuou como protagonista da disputa estadual – em muitos casos bloqueando, por sua força eleitoral, a consolidação da bipolaridade presidencial (CORTEZ, 2009) – o que ocorreu? O partido que se adaptou aos novos tempos ou os novos tempos que não chegaram com a mesma intensidade com que chegaram a São Paulo?

Um terceiro objetivo é a consolidação da interpretação das dinâmicas da política ao nível subnacional. Uma das coisas que se aprende ao estudar o PMDB é dar valor à célebre expressão de Franco Montoro: “Ninguém mora na União. Ninguém mora no estado. Todos moram no município”. A valorização do papel que a política partidária ao nível subnacional tem para a organização do partido e a forma como elites se organizam e atuam na política democrática parece emergir como um imperativo dos resultados dessa pesquisa. Em consonância com debates contemporâneos da literatura sobre partidos (DESCHOUWER, 2006) que reforçam a importância de entender essas organizações a partir de seus múltiplos níveis, a compreensão do caso do PMDB paulista mostra o quanto se pode avançar naquilo que sabemos sobre os partidos no país quando nos debruçamos sobre suas dinâmicas “em baixo”.

Especialmente porque, como argumenta Beck (1974), análises abrangentes de fenômenos políticos em grandes países, com elevada diferenciação regional, tendem sempre a mostrar quadros de indefinição e heterogeneidade. Abordagens mais circunscritas nos levam na direção oposta, evidenciando regularidades e processos sistemáticos que dependem de fatores contextuais e de

lógicas particulares de funcionamento. Nesse sentido, a análise de como os partidos se organizam em São Paulo – que é provavelmente diferente da forma como se organizam em Rondônia ou no Rio de Janeiro, por exemplo – pode oferecer contribuições importantes que só a análise de casos nacionais ou do todo em uma federação heterogênea como a brasileira podem não ser capazes de acessar.

Finalmente, buscava-se contribuir para a compreensão dos partidos brasileiros em geral. Imaginávamos que isso se daria de duas formas. A primeira seria ajudar os colegas cientistas políticos a trilhar o caminho da pesquisa sobre organização partidária. A presente pesquisa é uma das primeiras que pode utilizar os vários recursos e dados que têm sido disponibilizados recentemente para os pesquisadores em ciência política interessados no tema. Durante muito tempo, a dificuldade em acessar e recolher dados confiáveis foi, como mencionamos no capítulo 2, um entrave para as pesquisas como essa. Cremos que ao enfrentar a aspereza de alguns bancos de dados e encontrar mecanismos de acessar documentos e fontes, nós poderemos ajudar aqueles que no futuro decidam fazer coisa semelhante a ter um caminho menos sinuoso. Por isso nos preocupamos em mencionar as fontes e, especialmente, concentrar as análises em dados desse tipo, utilizando recursos como entrevistas e consulta à fontes secundárias apenas como um apoio na compreensão das dimensões observadas em fontes primárias.

Assim, cremos que com esse texto fomos capazes de compreender como se organiza o PMDB paulista, como sobreviveu sua liderança, onde seus votos foram conquistados (ou melhor, deixaram de ser conquistados) e como essas três dimensões se relacionam. Evidentemente, com mais dados e mais tempo, mais poderia ter sido feito. Contudo, essa pesquisa certamente aponta um caminho sólido de compreensão de um caso e oferece minha singela contribuição para a análise dos partidos brasileiros por colegas que desejam seguir nessa jornada.



## **Posfácio: O PMDB paulista depois de Quércia**

Estive pela primeira vez na sede do Diretório Estadual do PMDB-SP em 27 de janeiro de 2011, para ser recebido pela Coordenadora Estadual da Fundação Ulysses Guimarães, Leila Gomes. Em meio a diversos retratos oficiais de Orestes Quércia pendurados nas paredes, os mesmos de sua época de Governador, minha interlocutora me explicava que se atrasou pois viera direto da missa em respeito aos 30 dias de morte de Quércia para a reunião e tivera que esperar para “dar um abraço na Alaíde<sup>62</sup>”.

Exatamente nesse mesmo dia, o Diretório Estadual do PMDB foi dissolvido pela primeira vez desde sua fundação em 1980, com a renúncia de mais de dois terços de seus membros, e substituído por uma Comissão Provisória indicada pela Comissão Executiva Nacional. Na Presidência foi instalado o Deputado Estadual Baleia Rossi; na Secretaria Geral, o Deputado Estadual Jorge Caruso; na Tesouraria, Arlon Viana, Chefe de Gabinete da Vice-Presidência da República. Nenhum deles quercista<sup>63</sup>. O comando quercista sobre o PMDB paulista acabara.

Esse posfácio explora preliminarmente as mudanças que seguem a essa reorganização da coalizão dominante. Não nos aprofundaremos na compreensão das disputas internas ou em análises pormenorizadas de dados partidários e eleitorais específicos já que isso exigiria muito mais investimento que aquele que se encerra em um posfácio. Abordaremos de maneira agregada os resultados eleitorais do partido em 2012 para verificar se as mudanças desejadas e realizadas pela nova direção produziram mudanças na participação eleitoral dos candidatos do PMDB. Também, explorando dados sobre os candidatos e sobre os diretórios locais do PMDB, buscaremos mapear a intensidade das mudanças nas bases partidárias locais do PMDB e em suas elites organizativas e eleitorais. Com isso, demonstraremos que o processo de “reestruturação” da regional paulista do PMDB alterou significativamente os membros de sua coalizão dominante, produzindo a superação do quercismo, ainda que não a superação completa dos quercistas. Se isso significará uma alteração no modelo de organização do partido só o tempo dirá.

### *Reorganizando um partido*

Como mencionado no capítulo 4, o PMDB paulista preservou durante toda a década de 90 e 2000 um modelo de organização partidária em que predominavam os diretórios espalhados por praticamente todos os municípios do Estado. Esse modelo de organização era fruto da longevidade

---

<sup>62</sup> Alaíde Quércia, esposa de Orestes Quércia.

<sup>63</sup> Baleia Rossi e Arlon Viana são aliados históricos de Michel Temer.

do partido e de um esforço deliberado de suas elites em preservá-lo, a despeito do intenso declínio eleitoral que observavam. Tal modelo, também, conferia às elites locais maior autonomia, ao mesmo tempo em que se associava com os mecanismos de construção e preservação das lealdades entre Quércia e as lideranças intermediárias do PMDB-SP.

Nesse sentido, a reorganização do PMDB desejada por seus novos dirigentes passava necessariamente por mudanças na organização local do PMDB. Era preciso minar as bases de manutenção do quercismo para garantir a consolidação da nova liderança. Isso foi feito através da utilização de um mecanismo institucional de dissolução de diretórios municipais sob a justificativa de sua inatividade. Apenas no ano de 2011, ano em que a nova direção assumiu o partido, 172 Diretórios municipais do PMDB foram dissolvidos por inatividade segundo dados do TSE. De maneira similar, a Direção estadual atuou para indicar Comissões Provisórias que substituíam Diretórios após o vencimento de seus mandatos. Apenas com a utilização dessas duas ferramentas, a Comissão Provisória Estadual pode interferir na organização local de 272 cidades no Estado em 2011.

É importante lembrar, contudo, que o quercismo se fazia não só pela manutenção das organizações locais, mas também e principalmente pelas lealdades pessoais que estabelecia com os líderes locais. Dessa forma, para além de intervir nas organizações, alterar a composição dos grupos internos e, conseqüentemente o seu equilíbrio, despontava como uma atividade crucial para a reorganização do partido. Para fazê-lo, a nova direção impulsionou um grande esforço de cooptação de lideranças políticas de outros partidos e filiação de novos membros, buscando renovar tanto as bases como as lideranças intermediárias do partido em São Paulo.

Resultados desses esforços podem ser vistos pela diminuição abrupta do tempo médio de filiação dos Presidentes de Órgãos Municipais em 2011. Enquanto entre 2006 e 2010 em média os presidentes de órgãos locais do PMDB estavam filiados ao partido por 13 anos, o mesmo dado para os presidentes que assumem seus cargos em 2011 cai para 7,9 anos. Isso se deve à adição de 150 presidentes com menos de 1 ano de filiação no momento da posse na presidência naquele ano, o que evidencia como o processo de reorganização interno esteve associado a um processo de inclusão de novos quadros ao partido. Desses 150, 140 assumiram o cargo menos de 30 dias depois de terem se filiado ao PMDB (21,9% dos presidentes em exercício do partido em 2011).

Em poucas palavras, a retomada desses dados aponta que apenas no ano de 2011, praticamente metade (pelo menos) das organizações locais do partido sofreu algum tipo de interferência da nova Direção Estadual e que pouco mais de 23% dos Diretórios e Comissões

Provisórias foram controladas por novas elites que entraram no partido exatamente para assumir a direção em seus municípios.

Não é o caso, dentro dos limites desse posfácio, de comparar esse padrão de reorganização com possíveis mudanças que outros partidos tenham sofrido no mesmo período. O que é possível fazer é comparar o PMDB pós-2011 com o PMDB antes de 2011. Com os dados disponibilizados pelo TSE vemos que entre 2006 e 2010 foram 64 os presidentes de órgãos municipais que assumiram seus cargos imediatamente após a sua filiação ao partido, um número 57,4% menor que o total apenas para o ano de 2011.

De maneira semelhante, comparando as dinâmicas internas de organização do PMDB em 2011 com aquelas observadas em 2007, também um ano que sucede eleições, houve algum tipo de mudança no segundo caso em apenas 127 cidades, 58% menos que em 2011, sendo que dessas, em apenas 22 houve a nomeação de uma Comissão Provisória pelo partido Estadual. As demais mudanças compõem-se majoritariamente da renovação de Diretórios.

Essas mudanças não se limitaram ao ano de 2011, tendo continuado em 2012. Nesse ano, foram nomeadas pelo partido estadual Comissões Provisórias em 330 municípios, que em sua grande maioria renovavam as CPs estabelecidas no ano anterior<sup>64</sup>. Isso mostra que o processo de renovação de elites do PMDB paulista ao nível local se sustentou e que os novos quadros que assumiram em 2011 foram mantidos no ano eleitoral de 2012.

Essas mudanças foram fundamentais não apenas para alterar as dinâmicas locais de organização do partido mas também para garantir as bases da renovação da direção estadual com a expiração do prazo de funcionamento da Comissão Provisória Estadual e conseqüentemente a reinstalação de um diretório estadual. Isso permitiu que ao final do ano de 2011 uma nova composição da Direção partidária fosse eleita em Convenção, mantendo os postos chaves da organização como a Presidência (Baleia Rossi), a Secretaria Geral (Jorge Luis Caruso) e a Tesouraria (Arlon Viana) sob o comando do grupo que iniciou o processo de reformulação do partido após a morte de Quércia.

Nessa nova direção, o grupo aliado a Michel Temer que assumiu o comando do partido passou a ocupar ainda posições como a 2ª Vice-Presidência, com o ex-Deputado José Yunes e a Secretaria Adjunta, com Rodrigo Iglesias Arenas, aliado do ex-ministro da Agricultura no Governo Rousseff, Wagner Rossi. O próprio Rossi também ocupa um cargo de vogal na Comissão Executiva

---

<sup>64</sup> Há em 2012 um único caso de dissolução por inatividade, no município de Colina.

Estadual, assim como o ex-governador Luiz Antônio Fleury Filho que retornou ao PMDB no bojo da filiação de lideranças promovido pela nova direção em agosto de 2011.

Ao mesmo tempo em que a reestruturação da organização partidária avançava, os quercistas seguiam 3 caminhos diferentes. Alguns, como Alda Marco Antônio, à época da reestruturação Vice-Prefeita de São Paulo, migraram para outros partidos, buscando preservar seu espaço político a despeito das intervenções no PMDB<sup>65</sup>. Um segundo grupo de lideranças locais, entre as quais se destaca particularmente Floriano Leandrini e a resistência do Diretório de São Caetano do Sul à intervenção que sofreu<sup>66</sup>, permaneceram no PMDB enfrentando a maré-montante da reorganização partidária<sup>67</sup>. Finalmente, um terceiro grupo, dentre os quais se destaca Airton Sandoval, Vogal na nova composição da Executiva, foram incluídos na nova direção sem o mesmo espaço e protagonismo anteriormente ocupados.

Tendências semelhantes de reorganização partidária podem ser observadas quando analisamos dados dos candidatos do partido nas eleições de 2012, as primeiras depois do início do processo de reestruturação. Ainda que, como apontamos no capítulo 4, desde 2000 houvesse no partido amplo espaço para a inclusão de novos candidatos no PMDB (nas eleições de 2008 aproximadamente 30% dos candidatos haviam se filiado ao partido até dois anos antes do pleito), esse espaço foi exponencializado em 2012 e 46,7% dos candidatos do PMDB em 2012 nas eleições municipais (prefeito, vice e vereador) se filiaram ao partido no ano anterior à eleição.

Desses novos candidatos, 23,2% haviam sido candidatos por outros partidos nas eleições de 2008 (Tabela 31), migrando para o PMDB principalmente a partir do DEM (93 candidatos) e do PSDB (92 candidatos), evidenciando que a reaproximação entre o PMDB paulista e a Direção nacional fez do partido mais uma nova opção para elites políticas que buscavam se afastar dos partidos que fazem oposição à Presidência da República controlada pelo PT.

---

<sup>65</sup> Alda Marco Antônio migrou para o PSD no momento de sua fundação em 2011. Como justificativa para essa mudança após mais de 25 anos no PMDB, a Vice-Prefeita alegou em entrevista ao autor que a decisão da Direção Estadual de fazer oposição ao governo Kassab buscando fortalecer a candidatura de Gabriel Chalita à Prefeitura em 2012 inviabilizava que ela permanecesse como Vice-Prefeita em um governo contra o qual seu partido fazia oposição.

<sup>66</sup> [http://www.jornalabcreporter.com.br/noticia\\_completa.asp?destaque=17698](http://www.jornalabcreporter.com.br/noticia_completa.asp?destaque=17698). Acessado em 10 mai 2013, às 10h26min.

<sup>67</sup> É impossível averiguar o sucesso de cada um dos grupos locais nessa resistência. Mas visto o insucesso dos casos de São Caetano e do Diretório capital, onde grupos ligados ao quercismo tentaram resistir à interferência da nova Direção com mais publicidade, é pouco provável que qualquer resistência tenha sido efetiva.

**Tabela 32. Partidos pelos quais os candidatos do PMDB em 2012, filiados ao partido em 2011, se candidataram em 2008.**

Partido	Prefeito	Vereador	Vice-Prefeito	Total
DEM	2	83	8	93
PC do B		6		6
PDT	1	40	1	42
PHS		7		7
PMN	1	9		10
PP	1	33	2	36
PPS	4	42	2	48
PR	3	38	3	44
PRB	3	16	1	20
PRP	1	12		13
PRTB		3		3
PSB	1	41	3	45
PSC	2	26		28
PSDB	9	75	8	92
PSDC		9		9
PSL		10		10
PSOL		2		2
PT	2	31		33
PT do B		10		10
PTB	2	70	7	79
PTC		4		4
PTN		8		8
PV	6	33	1	40
Sem Informação	44	2164	42	2250
Total	82	2784	78	2944

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

#### *Desempenho eleitoral em 2012*

Fundamental para entender os processos transcorridos com a reorganização das bases e das elites do partido a partir de 2011 é analisar o desempenho eleitoral do partido em 2012. Além de ser esse o objetivo declarado da nova direção ao promover a “reestruturação” do PMDB paulista, os resultados obtidos nas urnas em 2012 poderiam fortalecer novos grupos e aprofundar a superação do quercismo na direção partidária.

A face mais evidente dessa reorganização é o crescimento do número de candidatos lançados pelo partido em 2012, revertendo a tendência de decréscimo constante observada desde 1990. Aumentaram o número de candidatos em todos os cargos em disputa em 2012 (Prefeito, Vice-

Prefeito e Vereador) e o partido lançou ao menos 1 candidato a Vereador em mais cidades em 2012 que em 2008 (Tabela 32).

**Tabela 33. Lançamento de candidatos pelo PMDB em eleições municipais (2008-2012)**

	2008	2012	Variação (%)
Prefeito	221	240	8,6
Vice-Prefeito	218	200	9,0
Vereador	5859	4905	19,4
Cidades com candidato a Vereador	625	612	2,1

Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Contudo, as mudanças observadas não alteraram determinados padrões de distribuição da participação eleitoral do PMDB paulista anteriormente observados, como sua maior penetração em municípios menores e do interior. Comparando dados de 2012 com dados semelhantes em 2008, vemos que o PMDB diminuiu sua participação nos pleitos nos maiores municípios (mais de 500mil eleitores), tendo lançado apenas Gabriel Chalita candidato a Prefeito em São Paulo nessa faixa do eleitorado (Tabela 33). De maneira semelhante, vemos que a composição do total de candidaturas do partido por faixa do eleitorado não se alterou substancialmente, e os candidatos vindos de municípios menores ainda somam mais de 50% do total de candidatos do partido (Tabela 34).

**Tabela 34. Candidatos lançados pelo PMDB por faixa do eleitorado nas eleições municipais (2008-2012)**

Faixa (eleitores)	Prefeito			Vereador			Vice-Prefeito		
	2008	2012	%	2008	2012	%	2008	2012	%
até 20mil	149	152	2.0	2579	2988	15.9	118	138	16.9
entre 20 e 50mil	34	46	35.3	957	1134	18.5	38	39	2.6
entre 50 e 200mil	29	31	6.9	981	1139	16.1	29	30	3.4
entre 200 e 500mil	7	10	42.9	330	420	27.3	8	8	0.0
mais de 500mil	2	1	-50.0	185	178	-3.8	4	3	-25.0
Total Geral	221	240	8.6	5032	5859	16.4	197	218	10.7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

**Tabela 35. Participação dos municípios de cada faixa de eleitorado no total de candidatos do PMDB-SP (2008-2012)**

Faixa (eleitores)	Total			% do Total de candidatos		
	2008	2012	%	2008	2012	%
até 20mil	2846	3278	15.2	52.2	51.9	-0.3
entre 20 e 50mil	1029	1219	18.5	18.9	19.3	0.4
entre 50 e 200mil	1039	1200	15.5	19.1	19.0	-0.1
entre 200 e 500mil	345	438	27.0	6.3	6.9	0.6
mais de 500mil	191	182	-4.7	3.5	2.9	-0.6
Total	5450	6317	15.9	100.0	100.0	0.0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

O aumento no número de candidatos foi simultâneo a um aumento na quantidade de votos obtidos pelo PMDB em 2012 nos municípios paulistas quando comparados à 2008, particularmente nas disputas pelas prefeituras. Os dados da Tabela 35 aponta um crescimento de 73,9% no total de votos em candidatos a prefeito pelo partido e de 16,7% no total de votos para Vereador, também revertendo a tendência de declínio no apoio eleitoral ao partido observada anteriormente. Isso fez com que o PMDB ultrapassasse o DEM e retomasse a terceira posição entre os maiores partidos do Estado, atrás apenas de PSDB e PT.

**Tabela 36. Votos obtidos pelo PMDB-SP em eleições municipais (2008-2012)**

Cargo	Total de votos		% do total de votos	
	2008	2012	2008	2012
Prefeito	1.740.155	3.025.789	7,73	9,63
Vereador	1.469.064	1.714.834	7,86	7,60

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

O crescimento dos votos do partido se deveu majoritariamente a dois fenômenos. O primeiro foi sua participação nas eleições municipais na cidade de São Paulo, já mencionada, com Gabriel Chalita, que conquistou mais de 830mil votos. O segundo foi o substancial crescimento da quantidade de votos obtidos pelo partido nos municípios de tamanho médio, entre 200 e 500 mil habitantes, que passaram de 538mil para 895mil, crescimento de 66,1%. Esses resultados apontam que as estratégias de expansão do partido postas em prática pela nova direção, buscando particularmente melhorar o desempenho de seus candidatos para poder ampliar as bases eleitorais partidárias visando as eleições estaduais de 2014 se mostraram relativamente frutíferos, conquistando

eleitores para o partido em grandes municípios, algo que não ocorria na mesma intensidade anteriormente.

Com esses votos, o PMDB-SP pode eleger 84 prefeitos no 1º turno da eleição (13% do total de prefeitos eleitos, resultado semelhante ao de 2004 e melhor que em 2008, e 686 vereadores (9,9% do total), voltando a ser o segundo partido em número de eleitos em São Paulo. Isso fez do PMDB o terceiro partido mais eficaz (medida da mesma forma que na Tabela 27) no estado nas últimas eleições, atrás apenas de PSDB e PP, ao eleger 37.8% dos candidatos lançados.

Para além dos resultados agregados de votação e número de eleitos pelo PMDB, demonstramos que o partido tem historicamente dificuldade para penetrar na Região Metropolitana de São Paulo e nas regiões adjacentes, como Santos ou São José dos Campos. Em 2012, apesar dos esforços de sua nova direção, os resultados do PMDB nessas regiões pouco se alteraram (Tabela 37). Os avanços observados nas bases eleitorais do “novo” PMDB se deram em regiões similares àquelas tradicionalmente associadas ao partido, como Ribeirão Preto e Franca, de onde também vêm alguns dos principais líderes da nova coalizão dominante.

**Tabela 37. Votação percentual do PMDB-SP por Região Administrativa nas eleições municipais (2008-2012)**

Região Administrativa	Prefeito		Vereador	
	2008	2012	2008	2012
Registro	2,8	10,7	11,7	9,9
Santos	37,5	20,3	9,9	11,4
São José dos Campos	7,1	4,7	7,0	6,8
Sorocaba	8,2	27,1	8,5	9,8
Campinas	9,8	8,8	8,8	8,2
Ribeirão Preto	2,5	4,4	12,2	9,5
Bauru	21,9	34,6	8,0	14,0
São José do Rio Preto	7,3	7,8	9,4	9,0
Araçatuba	14,9	4,5	10,4	8,3
Presidente Prudente	9,2	12,1	9,8	8,3
Marília	6,9	16,3	9,7	7,3
Central	16,7	18,3	12,2	12,2
Barretos	23,3	7,1	13,4	9,3
Franca	6,6	9,4	9,3	12,0
São Paulo	3,1	6,9	6,0	5,7
Estado	7,7	36,9	7,9	10,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

É possível portanto, avaliar as transformações do PMDB paulista após a morte de Orestes Quércia de duas maneiras. Olhando “para dentro” do partido, demonstramos que a morte de Quércia precipitou um processo de reordenamento da coalizão dominante, com a ascensão de aliados do Vice-Presidente da República Michel Temer aos postos chaves da organização. Esse reordenamento ao nível estadual impulsionou um intenso processo de reorganização das bases locais do partido, com mais das metades dos órgãos locais sofrendo algum tipo de interferência pela direção estadual, e a inclusão de um grupo grande de novas elites intermediárias que aparentemente alteraram a composição interna de forças, favorecendo a nova direção, reeleita ao final de 2011 para um novo mandato à frente da regional paulista do PMDB.

Nessa reorganização importam claramente o papel da liderança do Vice-Presidente Michel Temer, que atuando pessoalmente ou por meio de seus aliados promoveu a reestruturação do partido em pouco mais de um ano, e, obviamente, o desaparecimento da liderança máxima do quercismo, o próprio Quércia. Ao não deixar sucessores e pautar sua condução da máquina partidária por meio de ligações pessoais entre ele e seus aliados, sua morte produziu um vácuo de articulação e capacidade de resistência no quercismo que permitiu que em pouco mais de um mês 25 anos de domínio sobre o partido fossem substituídos por uma nova coalizão dominante, formalmente presidida por um jovem deputado sob a liderança do principal adversário interno do quercismo no PMDB-SP.

Olhando “para fora”, vimos que essa reorganização, ainda que tenha incrementado os resultados eleitorais do partido, não alterou substancialmente suas características. Exceto por um crescimento na quantidade de votos obtidos nas eleições para prefeito nos municípios de tamanho médio, o PMDB-SP continuou tendo dificuldade para se inserir nas disputas políticas dos maiores municípios e das regiões próximas à capital.

Os efeitos desses resultados sobre a capacidade do partido em disputar as eleições estaduais em 2014 dependerão largamente de sua capacidade de romper o isolamento que tem marcado a estratégia peemedebista em São Paulo desde o final dos anos 80. Dada a aliança entre Michel Temer e Dilma Rousseff e conseqüentemente entre o PMDB nacional e o PT nacional, é possível que o PMDB paulista seja incorporado ao bloco petista nas próximas eleições – ainda que o discurso da direção partidária no estado seja pela candidatura própria ao Bandeirantes<sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup> [http://www.redepmdb.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=520:pmdb-paulista-quer-fortalecer-bancadas-parlamentares&catid=1:latest-news](http://www.redepmdb.com/index.php?option=com_content&view=article&id=520:pmdb-paulista-quer-fortalecer-bancadas-parlamentares&catid=1:latest-news). Acessado em 10 mai 2013, às 18h03min.

Essa aliança com o PT e seus efeitos sobre o PMDB paulista ainda são incertos, particularmente porque ela não produziu sobre o partido os efeitos de seleção de aliados nas coligações para eleições municipais em 2012 observados em PT e PSDB. Como demonstramos anteriormente, o PMDB paulista não aparentava ter parceiros preferidos quando decidia coligar-se nos municípios e mesmo com a renovação da Direção estadual e o maior alinhamento entre o partido e o PT, esse padrão de coligações de manteve em 2012 (Tabela 37).

**Tabela 38. Coligações entre o PMDB e os principais partidos nas eleições municipais de 2012 (número de cidades e % do total de coligações peemedebistas)**

Partido	Cidades	% de coligações
DEM	245	37,7
PCdoB	130	20,0
PDT	183	28,1
PP	208	32,0
PPS	213	32,7
PR	206	31,7
PSB	179	27,5
PSD	236	36,3
PSDB	231	35,5
PT	237	36,5
PTB	238	36,6
PV	206	31,7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Se todas essas mudanças alterarão as características básicas da organização peemedebista é algo impossível de prever. Os achados dessa pesquisa nos levam a apostar que não, dada a resiliência dessas características às mudanças contextuais observadas anteriormente e aos efeitos da trajetória organizativa passada sobre sua configuração contemporânea. Sendo coerente com a abordagem que nos orienta, ainda que não haja mais retratos de Quércia nas paredes da sede do Diretório Estadual, o legado do quercismo deve sobreviver na definição das características organizativas do PMDB paulista.

## **Bibliografia**

AGNEW, J., Mapping politics: how context counts in electoral geography. **Political Geography**, v. 15, n. 2, pp. 129-146, 1996.

ALDRICH, J. H.. **Why Parties? A second look**. Chicago: University of Chicago Press, 2011

ALDRICH, J. H.. **Why Parties?** Chicago: University of Chicago Press, 1995.

ALMEIDA, L. C.. PPB: Origem e trajetória de um partido de direita no Brasil. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 2004.

AMARAL, O.. PT, um outro partido: as transformações do ideário, da organização e da base social do Partido dos Trabalhadores entre 1994 e 2006. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, 2010.

AMORIM NETO, O.. Of Presidents, Parties, and Ministers: Cabinet Formation and Legislative Decision-Making under Separation of Powers. Tese de Doutorado, University of California, San Diego, 1998.

ANSELIN, L. Thirty years of spatial econometrics. **Papers in Regional Science**, v.89, n.1, p.3-25, 2010.

ANSELIN, L., SYABRI, I., KHO, Y.. GeoDa: An Introduction to Spatial Data Analysis. **Geographical Analysis** v.38 n.1, 5-22, 2006.

ASSUMPCÃO, R. P. S.. Análise organizacional do Partido da Social Democracia Brasileira no Estado de São Paulo (1988-2006). Tese de Doutorado, UNESP, Araraquara 2008.

BARBOSA, M. A. L.. Fragmentação Interna e Desempenho Eleitoral: O PMDB. Dissertação de Mestrado, UNB, Brasília, 1997.

BEARFIELD, D. A.. What Is Patronage? A Critical Reexamination. **Public Administration Review**, v.69, p.64–76, 2009.

BECK, P. A.. Environment and Party: The Impact of Political and Demographic County Characteristics on Party Behavior. **American Political Science Review**, v.68, p.1229-1244, 1974.

BENEVIDES, M. V. **A UDN e o Udenismo. Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)**. Sao Paulo: Paz e Terra, 1981.

BENEVIDES, M. V. A.. **O PTB e o Trabalhismo: Partido e Sindicato em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense/CEDEC, 1989.

BIZZARRO NETO, F. A. SANDES-FREITAS, V. Organização faz diferença? Estruturas partidárias, filiados e voto em São Paulo nas eleições 2010. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v.2 n.2, p. 174-189, 2012.

BIZZARRO NETO, F. A.. “Do PSD ao PSD: Esboço de um modelo organizativo dos partidos brasileiros”. *Paper* apresentado no I Encontro de Pós-Graduação em Ciência Política do IFCH/UNICAMP, UNICAMP, Campinas, 2011.

BOHÓRQUEZ, I., CEBALLOS, E. “Algunos conceptos de la econometría especial y el análisis exploratorio de datos espaciales”. **Ecos de Economía**, Medellín, v.27, pp.9-34, 2008.

BOISSEVAIN, J.. Patronage in Sicily. **MAN** v.1, n.1, p.18–33, 1966.

BRAGA, M. S. S., BORGES, T. D. P.. “Organização e poder nos partidos políticos brasileiros”. *Paper* apresentado no 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. UNICAMP, Campinas, 2008.

BRAGA, M. S. S., BOURDOKAN, A.. Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. **Perspectivas**, v.35, p.117-148, 2009.

BRAGA, M. S. S., PIMENTEL JR, J.. Os Partidos Políticos Brasileiros Realmente não Importam? **Opinião Pública** v.17, n.2, p.271-303, 2011.

BRAGA, M. S. S., RIBEIRO, P., AMARAL, O. E.. El Sistema de Partidos em Brazil: Estabilidad e Institucionalización. Paper apresentado no VI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, Quito, 2012.

BRAGA, M. S. S.. **O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de competição política (1982-2002)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2006.

CALDEIRA, T. P. R.. Para que serve o voto? As eleições e o cotidiano na periferia de São Paulo. In: LAMOUNIER, B. (org.). **Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979**. Petrópolis: Vozes, 1980.

CARDOSO, F. H.. Os Partidos Políticos e a Participação Popular. In: FLEISCHER, D. (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981. Vol.2

CAREY, J. M, SHUGART, M. S.. Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas. **Electoral Studies**, v. 14, n.4, pp. 417-439, 1994.

COELHO, S.. O partido democrata cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964), **Revista Brasileira de Historia**, v.2, n.46, p.201-228, 2003.

CORTEZ, R. D. P.. Eleições Majoritárias e Entrada Estratégica no Sistema Partidário-Eleitoral Brasileiro (1989-2006). Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2009.

COUTO, A. M. M.. Adhemar de Barros: práticas e tensões políticas no poder. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC-São Paulo, São Paulo, 2007.

COUTO, C.. **PPB - Partido Progressista Brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1998.

CROTTY, W. **Approaches to the Study of Party Organization**. Boston: Allyn and Bacon, 1968.

DELGADO, T. **A História de um Rebelde: 40 anos, 1966-2006**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2006.

DESCHOUWER, K. Political parties as multi-level organizations. In: KATZ, R. S., CROTTY, W. (orgs.). **Handbook of Party Politics**. Londres: Sage, 2006.

DINIZ, E. **Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

DUARTE, A. L., FONTES, P. O populismo visto da periferia: ademarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista, 1947-1953. **Cadernos do AEL**, v.11, n. 20/21, 2004.

DUVERGER, M. **Les Parties Politiques**. Paris: Librairie Armand Colin, 1964

ELIASSEN, K. A., SVAASAND, L. The Formation of Mass Political Organizations: An Analytical Framework. **Scandinavian Political Studies**, v.10, p.95–121, 1975.

EPSTEIN, L. **Political Parties in Western Democracies**. New York: Praeger, 1968.

ETHINGTON, P.J., MCDANIEL, J.A. Political Places and Institutional Spaces: The Intersection of Political Science and Political Geography. **Annual Review of Political Science**, v.10, n.1, p.127-142, 2007.

FERREIRA, D. P. **PFL x PMDB: Marchas e contramarchas**. Goiânia: Alternativa, 2002

FIGUEIREDO, A., LIMONGI, F. Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária. **DADOS**, v. 45, n. 2, pp. 303-344, 2002.

FIGUEIREDO, A., LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro/São Paulo, FGV/FAPESP, 1999.

\_\_\_\_\_. “Instituições Políticas e Governabilidade: Desempenho do Governo e Apoio Legislativo na Democracia Brasileira”, in MELO, C. R., SAÉZ, M. A. (orgs.) **A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas para o Século 21**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2007.

FLEISCHER, D. V. A Evolução do Bipartidarismo Brasileiro, 1966-1979. **Rev. Bras. Estudos Políticos**, v. 51, p. 155-185, 1980

\_\_\_\_\_. **Da Distensão a Abertura: As Eleições de Novembro de 1982**. Brasília: UNB, 1988

\_\_\_\_\_. Manipulações Casuísticas do Sistema Eleitoral Durante O Período Militar, Ou Como Usualmente O Feitiço Voltava Contra O Feiticeiro. In: SOARES, G. A. D.; D’ARAUJO, M. C. (Org.). **21 anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 1994

FRETEL, J.. Qual a sociologia para estudos dos partidos conservadores?. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2011, n.5, p.321-349.

GALLAGHER, M. and MARSH, M. (orgs). **Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics**. London: Sage, 1988.

GRINBERG, L.. **Partido Político ou bode expiatório : um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965 – 1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GRINDLE, M. S.. **Jobs for the Boys: Patronage and the State in Comparative Perspective**. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

GUARNIERI, F. H. A força dos partidos fracos: um estudo sobre a organização interna dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2009.

GUNTHER, R., DIAMOND, L.. Species of Political Parties: A New Typology. **Party Politics** v.9, 167-199, 2003.

HAGOPIAN, F., GERVASONI, C., MORAES, J. A. From Patronage to Program: The Emergence of Party-Oriented Legislators in Brazil. **Comparative Political Studies**, v. 42, n. 3, p.360-391, 2009.

HARMEL, R., JANDA, K.. An integrated theory of party goals and party change. **Journal of Theoretical Politics**, v.6 n.3, p.259-287, 1994.

HAZAN, R. Y., RAHAT, G.. Candidate Selection: Methods and consequences. In: KATZ, R., CROTTY, W. (orgs). **Handbook of Party Politics**. Londres: Sage, 2006.

HIPPOLITO, L. **De Raposas e Reformistas: O PSD e a Experiência Democrática Brasileira (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOPKIN, J., PAOLUCCI, C.. The business firm model of party organization: Cases from Spain and Italy. **European Journal of Political Research**, v.35, p.307-339, 1999.

HUNTER, W.. **The Transformation of the Workers' Party in Brazil, 1989-2000**. New York: Cambridge University Press, 2009.

INGLEHART, R.. **Culture Shift in Advanced Industrial Society**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. **Modernization and postmodernization. Cultural, economic, and political change in 43 societies**. Princeton, Princeton University Press, 1997.

JENKS, M.. Political Parties in Authoritarian Brazil. Tese de Doutorado, Duke Univeristy, Durham, 1979.

JOHNSTON, R. J., PATTIE, C. J., **Putting Voters in their Place: Geography and Elections in Great Britain**. Oxford: Oxford University Press. 2006.

JONES, M. P., MAINWARING S.. The nationalization of parties and party systems: An empirical measure with application to the Americas. **Party Politics**, v.9, n.2, p.139-166, 2003.

KATZ, R., CROTTY, W.. **Handbook of Party Politics**. Londres: Sage, 2006.

KATZ, R., MAIR, P.. Changing Models of Party Organization and Democracy: The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, v. 1, n. 1, p.5-28, 1995.

\_\_\_\_\_. "The Ascendancy of the Party in Public Office: Party Organization Change in Twentieth-Century Democracies". In: GUNTHER, R., MONTERO, J., LUIZ, J. (orgs.). **Political Parties: Old Concepts and New Challenges**. Oxford, Oxford University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. The Cartel Party Thesis: A Restatement. **Perspectives on Politics** v.7 n.4, p.753-766, 2009.

KECK, M. "O Novo Sindicalismo na transição brasileira". In: STEPAN, A. (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KECK, M. **PT, a lógica da diferença : o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo : Ática, 1991

KERBAUY, M. T. **A morte dos coronéis: política interiorana e poder local**. Araraquara: FCL / UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

KEY, JR., V. O.. **Politics, Parties and Pressure Groups**. Nova Iorque: Crowell, 1964.

KING, G. Why context should not count. **Political Geography**, v.15, n.2 p.159-164, 1996..

KINZO, M. D. G.. Opposition Politics in Brazil: The Electoral Performance of the PMDB in São Paulo. **Bulletin of Latin American Research**, v. 3, n. 2, p.29-45, 1984.

\_\_\_\_\_. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966-1979**. São Paulo : Vértice/Idesp, 1988.

\_\_\_\_\_. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993

KIRCHHEIMER, O.. The transformation of the Western European Party System. In: LA PALOMBARA, WAINER, M.. **Political Parties and Political Development**. Princeton, Princeton University Press, 1966.

KITSCHOLT, H. **The Transformation of European Social Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

KRAUSS, E. R. PEKKANEN, R.. **The rise and fall of Japan's LDP: political party organizations as historical institutions**. Ithaca: Cornell University Press, 2011.

KROUWEL, A.. Otto Kirchheimer and the catch-all party, **West European Politics**, v.26, n.2, p.23-40, 2003.

KROUWEL, A.. Party Models. In: KATZ, R., CROTTY, W. (orgs.). **Handbook of Party Politics**. Londres: Sage, 2006.

LAMOUNIER, B. O Crescimento da Oposição num Reduto Arenista. In: REIS, F. W.. **Os Partidos e o Regime: A lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Símbolo, 1978.

\_\_\_\_\_. O Voto em São Paulo, 1970-1978. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Voto de Desconfiança: Eleições e Mudança Política no Brasil: 1970-1979**. São Paulo: Vozes, CEBRAP, 1980.

\_\_\_\_\_. O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, A. (org.). **Democratizando o Brasil**. São Paulo : Paz e Terra, 1988

\_\_\_\_\_. **Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90**. São Paulo : Edições Loyola, 1989.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R.. **Partidos Políticos e Consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAWSON, K. (org.). **How Political Parties Work. Perspectives from Within**. Londres: Praeger, 1994.

LEAL, P. R. F.. O curioso caso do PMDB: Digressões sobre Benjamin Button e o cenário das eleições municipais. **Em Debate**, v.4, n.6, p.29-33, 2012.

LEVITSKY, S.. Inside the black box: recent studies of Latin American party organization. **Studies in Comparative International Development**, v.36, n.2, 2001.

LIMONGI, F., CORTEZ, R.. As Eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos Estudos, São Paulo**, v.88, p.20-37, 2010.

LIPSET, S. e ROKKAN, S. Cleavage Structures, Party Systems and Voter Alignments: an Introduction. In: LIPSET, S., ROKKAN, S. (orgs.). **Party Systems and Voter Alignments: Cross National Perspectives**. New York: Free, 1967.

LYNE, M.. Parties as Programmatic Agents. **Party Politics**, v. 11, n. 2, p.193-216, 2005.

MAINWARING, S. ; MENEGUELLO, R. ; POWER, T. **Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000

MAINWARING, S. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MAIR, P., BIEZEN, I. V. Party Membership in Twenty European Democracies, 1980-2000. **Party Politics**, v.7, n.1, 2001.

MAIR, P.. **Party system change. Approaches and interpretations**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

MARQUES, J. R. & FLEISCHER, D. **De facção a partido: a evolução do PSDB (1988-1998)**. Brasília, Instituto Teotonio Vilela, 1999.

MELHEM, C. **Política de botinas amarelas: o MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988**. São Paulo: Hucitec / DCP – USP, 1998.

MELO, C. R., CÂMARA, R.. Estrutura de Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. **Dados**, v.55, n.1, p.71-117, 2012.

MELO, C. R.. Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil. In: SOARES, G. A. D., RENNÓ, L. (orgs.) **Reforma Política: lições da história recente**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. Nem Tanto ao mar, Nem tanto à terra: Elementos para uma análise do sistema político brasileiro. In: MELO, C. R. ; SÁEZ, M. A. (orgs.). **A Democracia Brasileira. Balanço e Perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007

\_\_\_\_\_. Eleições Presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil.. **Revista Brasileira de Ciência Política** n.4, p.13-41, 2010.

MELO, P. V. T. P.. (P)MDB: De rebelde a status quo. **Revista Eletrônica de Ciência Política**. v.2 n.2, p.159-173, 2012.

MELO, P. V. T. P.. Partidos, políticas, ministérios e manutenção no poder: uma reflexão sobre o PMDB. Paper apresentado no 6º Encontro da ABCP, Gramado, 2012.

MENDES, M. T.; VENTURI, G. Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco. **Opinião Pública**, v.2, n.2, 1995.

MENEGUELLO, R. **PT: A Formação de um Partido, 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. **Partidos e Governos No Brasil Contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998

\_\_\_\_\_. Partidos e Tendências de Comportamento: O Cenário Político Em 1994. In: DAGNINO, E. (org.) **Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994

\_\_\_\_\_, Las elecciones de 2010 y los rumbos del sistema de partidos brasileño. Política nacional, fragmentación y lógica de coaliciones, in SÁEZ, M.A., TAGINA, M.L. (orgs.), **América Latina: política y elecciones del bicentenario (2009-2010)**. Cuadernos y Debates, n.209, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Madrid, 2011.

MENEGUELLO, R., AMARAL, O. E. Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil. Occasional Paper Number BSP-02-08 – Brazilian Studies Programme, Latin American Centre, University of Oxford. Disponível em: <[http://www.brazil.ox.ac.uk/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0007/10051/BSP-02-08.pdf](http://www.brazil.ox.ac.uk/__data/assets/pdf_file/0007/10051/BSP-02-08.pdf)> Acesso em: 02 mar. 2009.

MENEGUELLO, R., BIZZARRO NETO, F.. Contexto e Competição na Política Paulista. **Dados**, n.55, v.1, 2012, p.49-100.

MOTTA, R. P. S. **Partido e sociedade: a trajetória do MDB**. Ouro Preto: EDUFOP, 1997

MULÉ, R. Financial uncertainties of party formation and consolidation in Britain, Germany and Italy: the early years in theoretical perspectives. In: BURNELL, P., WARE, A. (orgs.). **Funding Democratization**. New Brunswick: Transaction Publishers, 2007.

NEUMANN, S. (org.) **Modern Political Parties: Approaches to Comparative Politics**. Chicago: Chicago University Press, 1956.

NICOLAU, J.. **Dados Eleitorais do Brasil (1982-1996)**. Rio de Janeiro: Editora Revan/Iuperj, 1998.

\_\_\_\_\_. O Sistema Eleitoral Brasileiro. In: AVELAR, L., CINTRA, A. O.. (orgs.). **Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução**. São Paulo: UNESP, 2007.

\_\_\_\_\_. Parties and Democracy in Brazil, 1985-2006: Moving toward Cartelization. In: LAWSON, K., LANZARO, J.. (orgs.). **Political Parties and Democracy**. Santa Brabara: Praeger, 2010, v. 1.

NOBRE, M.. O fim da polarização. **Piauí**, n.51, 2010.

O'LOUGHLIN, J. The Electoral Geography of Weimar Germany: Exploratory Spatial Data Analyses (ESDA) of Protestant Support for the Nazi Party. **Political Analysis**, v. 10, Summer, p.217-243, 2002.

\_\_\_\_\_. Spatial Analysis in Political Geography. In: AGNEW, J., MITCHELL, K, TOAL, G. (orgs.). **A Companion to Political Geography**. Oxford, UK: Blackwell, 2003.

OSTROGORSKI, M.. **Democracy and the Organization of Political Parties**. Londres: Macmillan and Company, 1902.

PAIVA, D., TAROUÇO, G. S.. Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. **Opinião Publica**, v.17, n.2, pp. 426-451, 2011.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PAPPAS T. S.. Patrons against partisans: The Politics of Patronage in Mass Ideological Parties. **Party Politics**, v.15, n.3, p.315-334, 2009.

PARADIS, E. Moran's Autocorrelation Coefficient in Comparative Methods. Manuscrito, 2012. Disponível em: <http://star-www.st-andrews.ac.uk/cran/web/packages/ape/vignettes/MoranI.pdf>

PASQUARELLI, B., BIZZARRO NETO, F.. "O PMDB no centro do sistema político brasileiro.". Paper apresentado no 8º Encontro da ABCP, Gramado, 2012.

PEREIRA, C., MULLER, B.. Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral no Brasil. **Dados**, v. 46, n. 4, p.735-772, 2003.

PINTO-DUCHINSKY, M.. Financing Politics: A Global View. **Journal of Democracy**, v.13 n.4, p.69-86, 2002..

PMDB. **Estatuto do PMDB**. Brasília: PMDB, 2009.

\_\_\_\_\_. **Plano de Governo Quércia: Estratégias Integradas de Gestão Nacional do Governo Orestes Quércia**. Brasília: PMDB, 1994.

POWER, T. J., ZUCCO JR, C.. Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005. **Latin American Research Review** v.44 n.1, p.218-246, 2009.

\_\_\_\_\_. C.. Elite Preferences in a Consolidating Democracy: The Brazilian Legislative Surveys, 1990-2009. **Latin American Politics and Society**, v. 54, p.1-27, 2012.

POWER, T.. Optimism, Pessimism, and Coalitional Presidentialism: Debating the Institutional Design of Brazilian Democracy. **Bulletin of Latin American Research**, v.29 n.1, p.18-33, 2010.

REIS, F. W.. Classe social e opção partidária: as eleições de 1976 em Juiz de Fora. In: REIS, F. W.. **Os Partidos e o Regime: A lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Símbolo, 1978.

REITER, H. L.. The Study of Political Parties, 1906-2005: The View from the Journals. **American Political Science Review**, v.100, n.4, p.613-618, 2006.

RIBEIRO, P. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. São Carlos: EdUFSCAR, 2010.

RICCI, P., PERES, P., GUARNIERI, F. H.. How Brazilian Parties Organize: Centralization by Strategic Leadership Design. Paper. Mimeo.

RODRIGUES, L. M.. PT: a New Actor in Brazilian Politics. In. DEVOTO, F., DI TELLA, T. (org.) **Political Culture, Social movement and democratic transition in South America in the 20th century**. Milao: Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, 1997.

\_\_\_\_\_. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: PubliFolha, 2006.

\_\_\_\_\_. **Partidos, ideologia e composição social**. São Paulo: Edusp, 2002.

ROMA, C.. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Rev. bras. Ci. Soc.** v.17, n.49, p.71-92, 2002

SADEK, M. T. A interiorização do PMDB nas Eleições de 1986 em São Paulo. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Eleições 1986 – História Eleitoral do Brasil**. São Paulo: IDESP / Vértice, 1989.

- SAMPAIO, R.. **Adhemar de Barros e o PSP**. São Paulo: Global, 1982
- SANDES-FREITAS, V. E. V., BIZZARRO NETO, F. A.. A lógica da presidencialização da competição eleitoral no Brasil (1994-2010): testando hipóteses com QCA. Mimeo, 2013.
- SCARROW, S. E. The 'paradox of enrollment': Assessing the costs and benefits of party memberships. **European Journal of Political Research**, n. 25, p. 41-60, 1994.
- \_\_\_\_\_. "The Nineteenth-Century Origins of Modern Political Parties: the Unwanted Emergence of Party-Based Politics". In: KATZ, R., CROTTY, W. (orgs.). **Handbook of Party Politics**. Londres: Sage, 2006.
- SCHATTSCHNEIDER, E. E.. **The Semi-Sovereign People: A Realist view of Democracy in America**. Boston: Wadsworth, 1975.
- SCHWARTZ, M. A.. **The party network: The robust organization of Illinois Republicans**. Madison: University of Wisconsin Press, 1990.
- SCOTT, J. C.. Patron-Client Politics and Political Change in Southeast Asia. **American Political Science Review** n.66 v.1, p.91-113, 1972.
- SHEFTER, M.. **Political parties and the state. The American historical experience**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.
- SINGER, A. Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo. **Novos Estudos Cebrap**, v.85, p.83-102, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOARES, G. A. D., TERRON, S. L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). **Opin. Publica**, vol.14, n.2, pp. 269-301, 2008.
- SOLA, L. Democracia, Mercado e Estado: ressitando o Brasil. In: SOLA, L., LOUREIRO, M. R.. **Democracia, mercado e Estado: o B de Brics**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- SOUZA, M. C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SPECK, B. W.. O financiamento político e a corrupção no Brasil. In: BIASON, R. C. (org.). **Temas de corrupção política no Brasil**. São Paulo: Balão Editorial, 2012.
- TAROUCO, G. S.. O Partido da Frente Liberal - trajetória e papel no sistema político. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 1999.
- VAN BIEZEN, I. **Political Parties in New Democracies: Party Organization in Southern and East-Central Europe**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

VASCONCELOS, B. K.. O Papel do PMDB no Presidencialismo de Coalizão Brasileiro. *Paper* apresentado no 35º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2011.

VIANNA, L. W.. O Sistema Partidário e o PDC. In: FLEISCHER, D. (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981. Vol.2.

WARD, M.D. GLEDITSCH, K.. **Spatial regression models**. London: Sage, 2008.

WARE, A.. **The Breakdown of the Democratic Party Organization**. Oxford: Clarendon Press, 1985.

WHITE, J. K.. What is a political party?. In: KATZ, R., CROTTY, W. (orgs.). **Handbook of Party Politics**. Londres: Sage, 2006.

WILSON, J. Q.. **Political Organizations**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

WOLINETZ, S. B.. Beyond Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracy. In: GUNTHER, R., MONTERO, J. (orgs.) **Political Parties: Old Concepts and New Challenges**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. Party systems and party systems types. In: KATZ, R., CROTTY, W. (orgs.). **Handbook of Party Politics**. Londres: Sage, 2006.

ZUCCO JR., C. (2009) Stability Without Roots: Party System Institutionalization in Brazil. Paper. Available: <http://www.princeton.edu/~zucco/papers/cidob.main-revised.pdf>.



**ANEXO A – Tabelas e mapa complementares**

**Tabela 1. Membros da Comissão Executiva Estadual 1986-2011**

Nome	Cargo	Início	Fim
ANTONIO TIDEI LIMA	1º - SUPLENTE	26/01/1986	07/05/1988
AIRTON SANDOVAL SANTANA	1º - VICE- PRESIDENTE	26/01/1986	07/05/1988
WAGNER GONCALVES ROSSI	1º - VOGAL	26/01/1986	07/05/1988
AVANIR DURAN GALHARDO	2º - SUPLENTE	26/01/1986	07/05/1988
GERALDO ALCKMIN	2º - VICE- PRESIDENTE	26/01/1986	07/05/1988
ANTONIO ROQUE CITADINI	2º - VOGAL	26/01/1986	07/05/1988
FLORIANO LEANDRINI	3º - SUPLENTE	26/01/1986	07/05/1988
GUIOMAR NAMO DE MELLO	4º - SUPLENTE	26/01/1986	07/05/1988
HELIO CEZAR ROSAS	5º - SUPLENTE	26/01/1986	07/05/1988
JOSÉ LUIZ PORTELLA	6º - SUPLENTE	26/01/1986	07/05/1988
ALMINO MONTEIRO ALVARES AFFONSO	PRESIDENTE	26/01/1986	07/05/1988
JOSÉ MARIA MONTEIRO	SECRETÁRIO ADJUNTO	26/01/1986	07/05/1988
ALOYSIO NUNES FERREIRA	SECRETÁRIO GERAL	26/01/1986	07/05/1988
WALDEMAR CHUBACI	TESOUREIRO	26/01/1986	07/05/1988
ERCY AYALA	1º - SUPLENTE	08/05/1988	05/05/1990
ALOYSIO NUNES FERREIRA	1º - VICE- PRESIDENTE	08/05/1988	05/05/1990
MAURO BRAGATO	1º - VOGAL	08/05/1988	05/05/1990
HELIO CEZAR ROSAS	2º - SUPLENTE	08/05/1988	05/05/1990
RAIMUNDO AFFONSO	2º - VICE- PRESIDENTE	08/05/1988	05/05/1990
PAULO ZARZUR	2º - VOGAL	08/05/1988	05/05/1990
SERGIO SAMPAIO LAFFRANCHI	3º - SUPLENTE	08/05/1988	05/05/1990
DALMO PESSOA DE ALMEIDA	4º - SUPLENTE	08/05/1988	05/05/1990
AIRTON SANDOVAL SANTANA	PRESIDENTE	08/05/1988	05/05/1990
REYNALDO DE BARROS JUNIOR	SECRETÁRIO ADJUNTO	08/05/1988	05/05/1990
ARNALDO CALIL PEREIRA JARDIM	SECRETÁRIO GERAL	08/05/1988	05/05/1990
ADILSON MONTEIRO	TESOUREIRO	08/05/1988	05/05/1990

ALVES			
ERCY AYALA	1º - SUPLENTE	06/05/1990	06/02/1993
ALOYSIO NUNES FERREIRA	1º - VICE- PRESIDENTE	06/05/1990	06/02/1993
ARY KARA JOSÉ	1º - VOGAL	06/05/1990	06/02/1993
HELIO CEZAR ROSAS	2º - SUPLENTE	06/05/1990	06/02/1993
JOAO OSWALDO LEIVA	2º - VICE- PRESIDENTE	06/05/1990	06/02/1993
MANOEL MOREIRA DE ARAUJO FILHO	2º - VOGAL	06/05/1990	06/02/1993
SERGIO SAMPAIO LAFFRANCHI	3º - SUPLENTE	06/05/1990	06/02/1993
DALMO PESSOA DE ALMEIDA	4º - SUPLENTE	06/05/1990	06/02/1993
AIRTON SANDOVAL SANTANA	PRESIDENTE	06/05/1990	06/02/1993
REYNALDO DE BARROS JUNIOR	SECRETÁRIO ADJUNTO	06/05/1990	06/02/1993
ARNALDO CALIL PEREIRA JARDIM	SECRETÁRIO GERAL	06/05/1990	06/02/1993
ADILSON MONTEIRO ALVES	TESOUREIRO	06/05/1990	06/02/1993
JOSE MACHADO DE CAMPOS FILHO	1º - SUPLENTE	07/02/1993	27/05/1995
JOAO OSWALDO LEIVA	1º - VICE- PRESIDENTE	07/02/1993	27/05/1995
LUIZ CARLOS SANTOS	1º - VOGAL	07/02/1993	27/05/1995
HELIO CEZAR ROSAS	2º - SUPLENTE	07/02/1993	27/05/1995
ARY KARA JOSÉ	2º - VICE- PRESIDENTE	07/02/1993	27/05/1995
VITOR SAPIENZA	2º - VOGAL	07/02/1993	27/05/1995
SERGIO SAMPAIO LAFFRANCHI	3º - SUPLENTE	07/02/1993	27/05/1995
LUIZ CARLOS NEVES	4º - SUPLENTE	07/02/1993	27/05/1995
ROBERTO ROLLEMBERG	PRESIDENTE	07/02/1993	27/05/1995
JOSE FERNANDO BRUNO	SECRETÁRIO ADJUNTO	07/02/1993	27/05/1995
MAURO BRAGATO	SECRETÁRIO GERAL	07/02/1993	27/05/1995
DALMO PESSOA DE ALMEIDA	TESOUREIRO	07/02/1993	27/05/1995
JOOJI HATO	1º - SUPLENTE	28/05/1995	23/05/1998
JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI	1º - VICE- PRESIDENTE	28/05/1995	23/05/1998
DALMO PESSOA DE ALMEIDA	1º - VOGAL	28/05/1995	23/05/1998
SERGIO CAMARANO	2º - SUPLENTE	28/05/1995	23/05/1998

MARCELO FORTES BARBIERI	2° - TESOUREIRO	28/05/1995	23/05/1998
CARLOS ALBERTO EUGENIO APOLINARIO	2° - VICE- PRESIDENTE	28/05/1995	23/05/1998
JOSE ANTONIO BARROZ MUNHOZ	2° - VOGAL	28/05/1995	23/05/1998
SERGIO SAMPAIO LAFFRANCHI	3° - SUPLENTE	28/05/1995	23/05/1998
OSVALDO JUSTO	3° - VICE- PRESIDENTE	28/05/1995	23/05/1998
FRANCISCO AMARAL	3° - VOGAL	28/05/1995	23/05/1998
HORIETA NOVAES	4° - SUPLENTE	28/05/1995	23/05/1998
JOSE MACHADO DE CAMPOS FILHO	4° - VOGAL	28/05/1995	23/05/1998
JAYME GIMENEZ	PRESIDENTE	28/05/1995	23/05/1998
ELZA TANK	SECRETÁRIO ADJUNTO	28/05/1995	23/05/1998
WALTER BERNARDES NORRY	SECRETÁRIO GERAL	28/05/1995	23/05/1998
EDSON EDINHO COELHO ARAÚJO	TESOUREIRO	28/05/1995	23/05/1998
DALMO PESSOA DE ALMEIDA	1° - SUPLENTE	24/05/1998	31/12/2000
AIRTON SANDOVAL SANTANA	1° - VICE- PRESIDENTE	24/05/1998	31/12/2000
LIDIA CORREA DA SILVA	1° - VOGAL	24/05/1998	31/12/2000
ANTONIO CLEIDENIR TONICO RAMOS	2° - SUPLENTE	24/05/1998	31/12/2000
MARCELO FORTES BARBIERI	2° - TESOUREIRO	24/05/1998	31/12/2000
CARLOS ALBERTO EUGENIO APOLINARIO	2° - VICE- PRESIDENTE	24/05/1998	31/12/2000
ALBERTO PEREIRA MOURÃO	2° - VOGAL	24/05/1998	31/12/2000
ITAMAR COPPIO	3° - SUPLENTE	24/05/1998	31/12/2000
OSVALDO JUSTO	3° - VICE- PRESIDENTE	24/05/1998	31/12/2000
ANTONIO TIDEI LIMA	3° - VOGAL	24/05/1998	31/12/2000
JOSE FERNANDO BRUNO	4° - SUPLENTE	24/05/1998	31/12/2000
JOOJI HATO	4° - VOGAL	24/05/1998	31/12/2000
JAYME GIMENEZ	PRESIDENTE	24/05/1998	31/12/2000
MILTON MONTI	SECRETÁRIO ADJUNTO	24/05/1998	31/12/2000
WALTER BERNARDES NORRY	SECRETÁRIO GERAL	24/05/1998	31/12/2000
EDSON EDINHO COELHO ARAÚJO	TESOUREIRO	24/05/1998	31/12/2000
DALMO PESSOA DE	1° - SUPLENTE	01/01/2001	19/05/2001

ALMEIDA			
CARLOS ALBERTO	1° - VICE-		
EUGENIO APOLINARIO	PRESIDENTE	01/01/2001	19/05/2001
LIDIA CORREA DA SILVA	1° - VOGAL	01/01/2001	19/05/2001
ANTONIO CLEIDENIR	2° - SUPLENTE	01/01/2001	19/05/2001
TONICO RAMOS			
HELIO CEZAR ROSAS	2° - TESOUREIRO	01/01/2001	19/05/2001
OSVALDO JUSTO	2° - VICE-		
	PRESIDENTE	01/01/2001	19/05/2001
WAGNER GONCALVES	2° - VOGAL	01/01/2001	19/05/2001
ROSSI			
ITAMAR COPPIO	3° - SUPLENTE	01/01/2001	19/05/2001
ALBERTO FELIPPE	3° - VICE-		
HADDAD FILHO	PRESIDENTE	01/01/2001	19/05/2001
ANTONIO TIDEI LIMA	3° - VOGAL	01/01/2001	19/05/2001
JOSE FERNANDO BRUNO	4° - SUPLENTE	01/01/2001	19/05/2001
JOOJI HATO	4° - VOGAL	01/01/2001	19/05/2001
AIRTON SANDOVAL			
SANTANA	PRESIDENTE	01/01/2001	19/05/2001
MILTON MONTI	SECRETÁRIO		
	ADJUNTO	01/01/2001	19/05/2001
WALTER BERNARDES NORRY	SECRETÁRIO GERAL	01/01/2001	19/05/2001
MARCELO FORTES			
BARBIERI	TESOUREIRO	01/01/2001	19/05/2001
AIRTON SANDOVAL	1° - VICE-		
SANTANA	PRESIDENTE	20/05/2001	13/02/2003
OSVALDO JUSTO	1° - VOGAL	20/05/2001	13/02/2003
HORACIO ORTIZ	2° - SUPLENTE	20/05/2001	13/02/2003
ITAMAR COPPIO	2° - TESOUREIRO	20/05/2001	13/02/2003
LAMARTINE POSELLA	2° - VICE-		
SOBRINHO	PRESIDENTE	20/05/2001	13/02/2003
JOSE CARLOS TONIN	2° - VOGAL	20/05/2001	13/02/2003
MYRIAN ATHIE	3° - SUPLENTE	20/05/2001	13/02/2003
ALDA MARCO ANTONIO	3° - VICE-		
	PRESIDENTE	20/05/2001	13/02/2003
FRANCISCO BEZERRA DE			
MELLO	3° - VOGAL	20/05/2001	13/02/2003
NEHEMIAS DOMINGOS DE			
MELO	4° - SUPLENTE	20/05/2001	13/02/2003
JOSE OLIMPIO SILVEIRA			
MORAES	4° - VOGAL	20/05/2001	13/02/2003
ORESTES QUERCIA	PRESIDENTE	20/05/2001	13/02/2003
LIDIA CORREA DA SILVA	SECRETÁRIO		
	ADJUNTO	20/05/2001	13/02/2003
ROSMARY CORREA	SECRETÁRIO GERAL	20/05/2001	13/02/2003

MARCELO FORTES BARBIERI	TESOUREIRO	20/05/2001	13/02/2003
MARIA APARECIDA FERREIRA	5o - VOGAL	20/05/2001	13/02/2003
HORACIO ORTIZ	1º - SUPLENTE	14/02/2003	16/12/2006
AIRTON SANDOVAL SANTANA	1º - VICE- PRESIDENTE	14/02/2003	16/12/2006
LUIZ FELIPE BALEIA TENUTO ROSSI	1º - VOGAL	14/02/2003	16/12/2006
NEHEMIAS DOMINGOS DE MELO	2º - SUPLENTE	14/02/2003	16/12/2006
ITAMAR COPPIO	2º - TESOUREIRO	14/02/2003	16/12/2006
PAULO CESAR DE OLIVEIRA LIMA	2º - VICE- PRESIDENTE	14/02/2003	16/12/2006
JOSE GERALDO DIAS LOPES	2º - VOGAL	14/02/2003	16/12/2006
JOSE OLIMPIO SILVEIRA MORAES	3º - SUPLENTE	14/02/2003	16/12/2006
ALDA MARCO ANTONIO	3º - VICE- PRESIDENTE	14/02/2003	16/12/2006
JOOJI HATO	3º - VOGAL	14/02/2003	16/12/2006
WALSEN POUSSADA ALBA	4º - SUPLENTE	14/02/2003	16/12/2006
JOSE CARLOS TONIN	4º - VOGAL	14/02/2003	16/12/2006
ALBERTO FELIPPE HADDAD FILHO	5º - VOGAL	14/02/2003	16/12/2006
MARIA APARECIDA FERREIRA	6º - VOGAL	14/02/2003	16/12/2006
ORESTES QUERCIA	PRESIDENTE	14/02/2003	16/12/2006
LIDIA CORREA DA SILVA	SECRETÁRIO ADJUNTO	14/02/2003	16/12/2006
JOSE MACHADO DE CAMPOS FILHO	SECRETÁRIO GERAL	14/02/2003	16/12/2006
MIGUEL COLASUONO	TESOUREIRO	14/02/2003	16/12/2006
ARLON VIANA LIMA	1º - SUPLENTE	17/12/2006	13/12/2009
MARCELO FORTES BARBIERI	1º - VICE- PRESIDENTE	17/12/2006	13/12/2009
UEBE REZECK	1º - VOGAL	17/12/2006	13/12/2009
ANTONIO FERNANDES DOS SANTOS NETO	2º - SUPLENTE	17/12/2006	13/12/2009
ANTONIO GOULART DOS REIS	2º - TESOUREIRO	17/12/2006	13/12/2009
PAULO CESAR DE OLIVEIRA LIMA	2º - VICE- PRESIDENTE	17/12/2006	13/12/2009
LIDIA CORREA DA SILVA	2º - VOGAL	17/12/2006	13/12/2009
ITAMAR COPPIO	3º - SUPLENTE	17/12/2006	13/12/2009
ALDA MARCO ANTONIO	3º - VICE- PRESIDENTE	17/12/2006	13/12/2009

MARIA APARECIDA FERREIRA	3° - VOGAL	17/12/2006	13/12/2009
EMILIO SEBE FILHO	4° - SUPLENTE	17/12/2006	13/12/2009
MARCO AURELIO DOS SANTOS NEVES	4° - VOGAL	17/12/2006	13/12/2009
WALSEN POUSADA ALBA	5° - VOGAL	17/12/2006	13/12/2009
JOSE CARLOS TONIN	6° - VOGAL	17/12/2006	13/12/2009
ORESTES QUERCIA	PRESIDENTE	17/12/2006	13/12/2009
FRANCISCO ROSSI DE ALMEIDA	SECRETÁRIO ADJUNTO	17/12/2006	13/12/2009
AIRTON SANDOVAL SANTANA	SECRETÁRIO GERAL	17/12/2006	13/12/2009
MIGUEL COLASUONO	TESOUREIRO	17/12/2006	13/12/2009
ARLON VIANA LIMA	1° - SUPLENTE	29/09/2009	13/12/2009
JORGE LUIS CARUSO	1° - VICE-PRESIDENTE	29/09/2009	13/12/2009
UEBE REZECK	1° - VOGAL	29/09/2009	13/12/2009
ANTONIO FERNANDES DOS SANTOS NETO	2° - SUPLENTE	29/09/2009	13/12/2009
PAULO CESAR DE OLIVEIRA LIMA	2° - VICE-PRESIDENTE	29/09/2009	13/12/2009
ITAMAR COPPIO	3° - SUPLENTE	29/09/2009	13/12/2009
LUIZ FELIPE BALEIA TENUTO ROSSI	3° - VICE-PRESIDENTE	29/09/2009	13/12/2009
MARIA APARECIDA FERREIRA	3° - VOGAL	29/09/2009	13/12/2009
EMILIO SEBE FILHO	4° - SUPLENTE	29/09/2009	13/12/2009
WALSEN POUSADA ALBA	5° - VOGAL	29/09/2009	13/12/2009
JOOJI HATO	6° - VOGAL	29/09/2009	13/12/2009
JOSE CARLOS TONIN	7° - VOGAL	29/09/2009	13/12/2009
ORESTES QUERCIA	PRESIDENTE	29/09/2009	13/12/2009
FRANCISCO ROSSI DE ALMEIDA	SECRETÁRIO ADJUNTO	29/09/2009	13/12/2009
AIRTON SANDOVAL SANTANA	SECRETÁRIO GERAL	29/09/2009	13/12/2009
ANTONIO GOULART DOS REIS	TESOUREIRO	29/09/2009	13/12/2009
JOSE CARLOS TONIN	1° - SUPLENTE	14/12/2009	01/02/2011
ANTONIO GOULART DOS REIS	1° - TESOUREIRO	14/12/2009	01/02/2011
JORGE LUIS CARUSO	1° - VICE-PRESIDENTE	14/12/2009	24/12/2010
MARIA APARECIDA FERREIRA	1° - VOGAL	14/12/2009	01/02/2011
ITAMAR COPPIO	2° - SUPLENTE	14/12/2009	01/02/2011

UEBE REZECK	2° - TESOUREIRO	14/12/2009	01/02/2011
PAULO CESAR DE OLIVEIRA LIMA	2° - VICE-PRESIDENTE	14/12/2009	01/02/2011
JOOJI HATO	2° - VOGAL	14/12/2009	01/02/2011
MANOEL CONSTANTINO DOS SANTOS	3° - SUPLENTE	14/12/2009	01/02/2011
LUIZ FELIPE BALEIA TENUTO ROSSI	3° - VICE-PRESIDENTE	14/12/2009	01/02/2011
ANTONIO FERNANDES DOS SANTOS NETO	3° - VOGAL	14/12/2009	01/02/2011
SAMIR ASSAD NASSBINE	4° - SUPLENTE	14/12/2009	01/02/2011
ARLON VIANA LIMA	4° - VOGAL	14/12/2009	01/02/2011
ALBERTO FELIPPE HADDAD FILHO	5° - VOGAL	14/12/2009	01/02/2011
WALSEN POUSADA ALBA	6° - VOGAL	14/12/2009	01/02/2011
ARY GIRON	7° - VOGAL	14/12/2009	01/02/2011
LUIZ FELIPE BALEIA TENUTO ROSSI	LÍDER NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	14/12/2009	01/02/2011
ORESTES QUERCIA	PRESIDENTE	14/12/2009	24/12/2010
EDSON EDINHO COELHO ARAUJO	SECRETÁRIO ADJUNTO	14/12/2009	01/02/2011
AIRTON SANDOVAL SANTANA	SECRETÁRIO-GERAL	14/12/2009	01/02/2011
UEBE REZECK	1° - MEMBRO	01/02/2011	
ALBERTO FELIPPE HADDAD FILHO	2° - MEMBRO	01/02/2011	
PAULO CESAR DE OLIVEIRA LIMA	3° - MEMBRO	01/02/2011	
JARBAS ELIAS ZURI JUNIOR	4° - MEMBRO	01/02/2011	
LUIZ FELIPE BALEIA TENUTO ROSSI	PRESIDENTE	01/02/2011	
JORGE LUIS CARUSO	SECRETÁRIA-GERAL	01/02/2011	
ARLON VIANA LIMA	TESOUREIRO	01/02/2011	

**Tabela 2. Filiados por Partido SP (julho de 2010)**

Partido	Filiados	% de filiados	% do eleitorado
DEM	127.291	4,61	0,42
PC DO B	54.779	1,98	0,18
PCB	1.910	0,07	0,01
PCO	633	0,02	0,00
PDT	150.054	5,43	0,50
PHS	15.661	0,57	0,05
PMDB	519.296	18,80	1,71
PMN	37.173	1,35	0,12
PP	227.222	8,23	0,75
PPS	88.314	3,20	0,29
PR	144.768	5,24	0,48
PRB	21.488	0,78	0,07
PRP	58.869	2,13	0,19
PRTB	14.009	0,51	0,05
PSB	102.431	3,71	0,34
PSC	46.344	1,68	0,15
PSDB	280.253	10,15	0,92
PSDC	35.705	1,29	0,12
PSL	35.592	1,29	0,12
PSOL	7.367	0,27	0,02
PSTU	2.327	0,08	0,01
PT	351.377	12,72	1,16
PT DO B	20.959	0,76	0,07
PTB	315.885	11,44	1,04
PTC	15.345	0,56	0,05
PTN	15.153	0,55	0,05
PV	71.441	2,59	0,24
<b>Total</b>	<b>2.761.646</b>	<b>100,00</b>	<b>9,11</b>

Fonte: Bizzarro Neto e Sandes-Freitas, 2012, p.180.

**Tabela 3. Origem regional dos candidatos do PMDB 1998-2010  
(Deputado Estadual)**

Reg. Adm.	Reg. Gov.	1998	2002	2006	2010	Total Geral
Santos	Santos	2		2	4	8
	Guaratinguetá			1		1
S. J. dos Campos	S. J. dos Campos	1			1	2
	Taubaté	1		1		2
Sorocaba	Itapetininga			1	1	2
	Sorocaba	1		2	4	7
	Bragança Pta.	1	1	1		3
Campinas	Campinas	1	6	3	6	16
	Jundiaí	2		2	1	5
	Limeira	1			1	2
	Piracicaba			1		1
	Rio Claro	1		1	1	3
Rib. Preto	Rib. Preto	1				1
	Bauru	1	1		1	3
Bauru	Jaú		1			1
	Lins	1	1			2
S. J. do R. Preto	S. J. do R. Preto	1	1	2		4
	Jales	2	1		1	4
Araçatuba	Andradina				1	1
	Araçatuba	1	1	1		3
P. Prudente	P. Prudente	2		2	2	6
	Assis	1				1
Marília	Ourinhos		1	1		2
	Tupã	1	1			2
Central	Araraquara		1			1
	São Carlos	1	1	1	1	4
Barretos	Barretos	1		1	1	3
Franca	Franca		1	1		2
S. Paulo	S. Paulo	22	28	43	36	129
	N/D	36	23	15	6	80
	Total	82	69	82	68	301

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e SEADE;

**Tabela 4. Origem regional dos candidatos do PMDB 1998-2010  
(Deputado Federal)**

Reg. Adm.	Reg. Gov.	1998	2002	2006	2010	Total Geral
Santos	Santos	1		2	2	5
	Caraguatatuba				1	1
S. J. Campos	Cruzeiro			1		1
	S. J. Campos	1	1	1	1	4
	Taubaté				1	1
Sorocaba	Avaré				1	1
	Sorocaba	2			1	3
Campinas	Campinas		1	1	5	7
	Jundiaí		1	1		2
	Limeira				1	1
Rib. Preto	Rib. Preto	1			3	4
	Bauru			1	1	2
Bauru	Jaú			1		1
	Lins	1	1	1		3
S. J. R. Preto	S. J. R. Preto	2		1	1	4
	Jales			1		1
Araçatuba	Araçatuba	1	2			3
P. Prudente	P. Prudente		1	1	1	3
Marília	Marília		1			1
Central	Araraquara	1	1			2
Barretos	Barretos				1	1
Franca	Franca	1				1
	S. J. Barra				1	1
S. Paulo	S. Paulo	11	11	18	30	70
	#N/D	27	9	9	9	54
	Total	49	29	39	60	177

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e SEADE;

**Tabela 5 - Origem regional dos candidatos do PMDB 1996-2010 (Prefeitos)**

RA	RG	1996		2000		2004		2008		Total Geral
		N	%mun	N	%mun	N	%mun	N	%mun	
Registro	Registro	7	50,0	7	50,0	6	42,9	1	7,1	21
Santos	Santos	8	88,9	2	22,2	1	11,1	5	55,6	16
	Caraguatatuba		0,0		0,0	1	25,0		0,0	1
S. J. Campos	Cruzeiro	4	50,0	3	37,5	3	37,5	3	37,5	13
	Guaratinguetá	5	55,6	4	44,4	2	22,2	1	11,1	12
	S. J. Campos	6	75,0	3	37,5	5	62,5	2	25,0	16
	Taubaté	4	40,0	2	20,0	5	50,0	3	30,0	14
Sorocaba	Avaré	8	47,1	10	58,8	4	23,5	4	23,5	26
	Botucatu	8	61,5	6	46,2	2	15,4	3	23,1	19
	Itapetininga	8	61,5	6	46,2	6	46,2	6	46,2	26
	Itapeva	7	38,9	6	33,3	4	22,2	5	27,8	22
	Sorocaba	12	66,7	14	77,8	7	38,9	5	27,8	38
Campinas	Bragança Pta.	10	62,5	6	37,5	6	37,5	5	31,3	27
	Campinas	14	63,6	15	68,2	9	40,9	7	31,8	45
	Jundiaí	7	77,8	5	55,6	5	55,6	4	44,4	21
	Limeira	4	50,0	6	75,0	1	12,5	2	25,0	13
	Piracicaba	10	90,9	6	54,5	4	36,4	3	27,3	23
Rib. Preto	Rio Claro	3	37,5	3	37,5	4	50,0	4	50,0	14
	Rib. Preto	11	44,0	6	24,0	7	28,0	6	24,0	30
Bauru	Bauru	10	52,6	7	36,8	7	36,8	8	42,1	32
	Jaú	5	50,0	3	30,0	3	30,0	1	10,0	12
S. J. R. Preto	Lins	7	70,0	6	60,0	4	40,0	3	30,0	20
	Catanduva	5	31,3	6	37,5	5	31,3	4	25,0	20
	Fernandópolis	5	41,7	5	41,7	6	50,0	5	41,7	21
	S. J. R. Preto	10	45,5	16	72,7	8	36,4	13	59,1	47
	Jales	9	56,3	9	56,3	10	62,5	5	31,3	33
Araçatuba	S. J. B. Vista.	9	29,0	11	35,5	5	16,1	4	12,9	29
	Votuporanga	7	46,7	8	53,3	5	33,3	2	13,3	22
	Andradina	6	50,0	2	16,7	1	8,3	2	16,7	11
	Araçatuba	15	48,4	13	41,9	10	32,3	11	35,5	49
P. Prudente	Adamantina	5	41,7	5	41,7	3	25,0	4	33,3	17
	Dracena	4	40,0	3	30,0	3	30,0	2	20,0	12
	P. Prudente	8	25,8	12	38,7	8	25,8	10	32,3	38
Marília	Assis	8	61,5	9	69,2	6	46,2	4	30,8	27
	Marília	6	42,9	8	57,1	5	35,7	5	35,7	24
	Ourinhos	8	66,7	3	25,0	4	33,3	4	33,3	19
	Tupã	6	50,0	7	58,3	5	41,7	5	41,7	23

Cont.										
Central	Araraquara	13	68,4	9	47,4	9	47,4	9	47,4	40
	São Carlos	5	71,4	2	28,6	1	14,3	2	28,6	10
Barretos	Barretos	6	31,6	9	47,4	10	52,6	11	57,9	36
Franca	Franca	13	76,5	11	64,7	8	47,1	5	29,4	37
	S. J. Barra	4	66,7	4	66,7	4	66,7	3	50,0	15
S. Paulo	S. Paulo	12	30,8	10	25,6	16	41,0	10	25,6	48
Total		322		288		228		201		1039

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de TSE e Fundação Seade.

**Tabela 6. Escolaridade dos candidatos do PMDB (1998-2008)**

Escolaridade	%
Fundamental Completo	17,8
Fundamental Incompleto	19,5
Médio Completo	26,3
Médio Incompleto	5,8
Superior Completo	25,7
Superior Incompleto	4,7
Total Geral	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de TSE e Fundação Seade.

**Tabela 7. Ocupação declarada dos candidatos do PMDB em São Paulo (1998-2008)**

Ocupação	%
Empresário	16,4
Funcionário Público	13,0
Profissional Liberal	8,2
Trabalhador Agrícola	6,1
Aposentado	5,7
Magistério	4,9
Trabalhador Serviços	3,6
Trabalhador Comércio	3,0
Membro de Poderes da República	2,6
Dona de Casa	2,4
Trabalhador Industrial	0,8
Sem Informação	1,4
Outros	31,7

Fonte: Elaboração própria a partir de Fundação Seade e TSE.

Mapa das Mesorregiões de São Paulo



Fonte: [http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/interior\\_paulista/mapa/mapa.htm](http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/interior_paulista/mapa/mapa.htm).



## ANEXO B – Entrevistas realizadas

Nome	Data	Local
Alda Marco Antônio	26 de junho de 2012	São Paulo
Antônio Roque Citadini	17 de maio de 2012	São Paulo
Célia Soibelman Melhem	28 de fevereiro de 2012	São Paulo
Emerson Leal	09 de março de 2012	São Carlos
Gilda Portugal Gouvêia	28 de março de 2012	São Paulo
Moacir de Freitas Júnior	09 de março de 2012	São Carlos

\* Todas as entrevistas foram gravadas e encontram-se disponíveis para consulta.